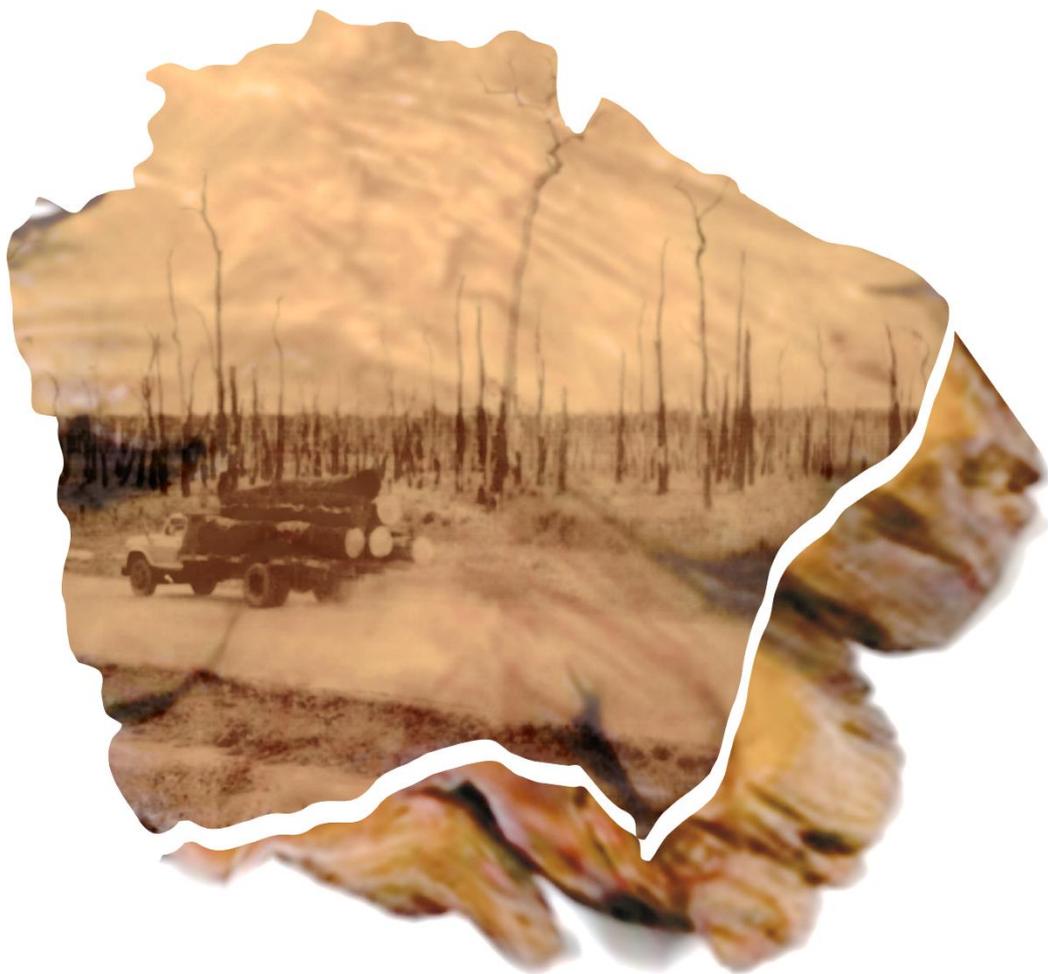


JOCIMAR LOMBA ALBANEZ

MADEIREIROS E DEMAIS AVENTUREIROS
Em meio à modernização conservadora na região cone sul de
Mato Grosso/do Sul (1970-1990)



DOURADOS – 2018

JOCIMAR LOMBA ALBANEZ

MADEIREIROS E DEMAIS AVENTUREIROS
Em meio à modernização conservadora na região cone sul de
Mato Grosso/do Sul (1970-1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História, Região e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A326m Albanez, Jocimar Lomba
 Madeireiros e demais aventureiros: em meio à modernização conservadora na região cone sul de Mato Grosso do Sul (1970-1990) / Jocimar Lomba Albanez. – Dourados, MS : UFGD, 2018.
 235f.

 Orientador Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.
 Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

 1. Madeireiros. 2. Ciclo madeireiro. 3. Cone sul – Mato Grosso do Sul. 4. Modernização conservadora. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

JOCIMAR LOMBA ALBANEZ

MADEIREIROS E DEMAIS AVENTUREIROS

Em meio à modernização conservadora na região cone sul de Mato Grosso/do Sul (1970-1990)

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovado em 10 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD)

2º Examinador:

Fabício José Missio (Dr., UFMG)

3º Examinador:

João Carlos de Souza (Dr., UFGD)

4º Examinador:

Lisandra Pereira Lamoso (Dra., UFGD)

5º Examinador:

Fabiano Coelho (Dr., UFGD)

A Morte Chega Cedo

A morte chega cedo,
Pois breve é toda vida
O instante é o arremedo
De uma coisa perdida.

O amor foi começado,
O ideal não acabou,
E quem tenha alcançado
Não sabe o que alcançou.

E tudo isto a morte
Risca por não estar certo
No caderno da sorte
Que Deus deixou aberto.

Fernando Pessoa, *in* 'Cancioneiro'

Dedico a presente tese ao meu amigo lusitano, cujo apagar dos olhos tristemente coincide com o encerramento de minha pesquisa. Fica para outro momento, meu amigo, aquele cálice de bom vinho Alvarinho, e o exercício de retórica e de livre pensar noite afora.

Ao José Paulo Gamito Pereira Torres,
★ Alcântara, Lisboa, 15/01/1961 † Amambai, 15/07/2018.

AGRADECIMENTOS

Nunca foi tarefa fácil a mim a elaboração de uma lista de agradecimentos, haja vista o sempre temido esquecimento com que se convive lado a lado com as lembranças. Não há espaço suficiente aqui para enumerar as grandes amizades que cultivei ao longo dos meus cinquenta e um anos de vida e seria indelicadeza minha elencar nomes, sob risco de parecer ser uma espécie de classificação em nível de importância. Sendo assim, amigos, companheiros, colegas de turma e da minha instituição, a UEMS, eis aqui a gratidão pelo apoio sempre a mim dispensado.

Sinto-me honrado em contar uma vez mais com a orientação do professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, este que fora também orientador da minha dissertação de mestrado. A ele quero expressar os meus sinceros sentimentos de gratidão pela orientação segura e pelo fomento ao exercício da pesquisa acadêmica. O seu exemplo é uma vez mais exaltado, ampliando minha admiração por sua postura ética e incentivo aos estudos que por fim vieram dar concretude ao presente trabalho.

Quero agradecer aos professores João Carlos de Souza, Fabrício José Missio e José Carlos Ziliani, que compuseram a banca de qualificação da presente tese, concedendo, na ocasião, críticas e observações pertinentes, contribuições profícuas que procurei acolher para dar prosseguimento a pesquisa. Aos dois primeiros quero ainda agradecer terem aceitado participar da banca de defesa final. Quanto à participação na banca examinadora desta tese quero ainda agradecer os aceites da professora Lisandra Pereira Lamoso e do professor Fabiano Coelho.

Agradeço aos interlocutores com os quais dialoguei e que ajudaram a deslindar todo um cenário envolvendo o ciclo madeireiro em Mato Grosso do Sul. Aos senhores Almiro Pinto Sobrinho, Sadi Luiz Giordani, Iracema Morales, Guaracy Boschilia e Eugênia Siqueira Ortiz, os meus agradecimentos. No caso da entrevista com a senhora Iracema Morales, essa só foi possível graças à gentileza do meu amigo, o professor Sivaldo de Macedo Michenco, que a entrevistou, mediante questionário previamente elaborado, e da sua esposa Lucilene Ramoa Fernandes Michenco, que filmou a conversação. Aos dois segue a minha profunda gratidão. No mesmo sentido preciso reconhecer dívida de gratidão ao amigo Dilceu Braun por ter-me apresentado a Sadi Luiz Giordani, importante colaborador da pesquisa. Ao mandato do Deputado Estadual Pedro Kemp, pela presteza em atender minha solicitação de cópia da lei estadual nº 214/81, fonte do presente estudo. Pelo acesso ao acervo dos processos constitutivos

das indústrias madeireiras e atenção dispensada, agradeço à instituição Junta Comercial de Mato Grosso do Sul.

Agradeço à minha mulher Vânia; aos meus filhos: Tayani, Heitor e Ulisses; aos meus pais Dalvacy e Jocy; e aos irmãos Gilson, Elis, Frankis, Roni, Cleidiane e Talia.

Por fim, preciso agradecer à instituição Universidade Federal da Grande Dourados, especialmente a todos os profissionais envolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas.

RESUMO

Uma região popularmente conhecida pela alcunha de “cone sul” de Mato Grosso/do Sul conheceu o seu ciclo madeireiro ao longo das décadas de 1970 e 1980, com pequenas variações entre as localidades contidas no território. O presente estudo se propõe a levantar as relações imbricadas entre o desmatamento promovido para estabelecimento da agropecuária e a presença intensa das empresas madeireiras, em meio à modernização conservadora promovida pelo regime de exceção inaugurado em 1964. Fontes das mais diversas são empregadas nesta operação historiográfica: estudos econômicos, ambientais e de análise política; recortes de periódicos, fotografias e imagens de satélite constituem algumas delas. Documentação relevante foi adquirida nos arquivos da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul, acervo em que se verifica a instalação de 747 serrarias na região para o recorte temporal proposto. Emprega-se algumas técnicas para interrogar os contratos constitutivos e alterações contratuais, de modo a levantar informações aqui representadas em tabelas, gráficos e imagens, de modo a apurar o intervalo de maior intensidade do ciclo madeireiro e delinear o perfil societário, especialmente quanto à sua naturalidade. Promover a atualização dos capitais sociais investidos é uma estratégia encontrada para definir a caracterização média dos empreendimentos, bem como o grau de concentração de capital entre as maiores empresas do ramo madeireiro. Utiliza-se de narrativas de alguns agentes, mediante entrevistas, aplicando técnicas desenvolvidas pela história oral temática. Através das fontes orais é possível captar relatos circunscritos no campo da experiência. Especialmente daí se compreende que os madeireiros, comumente conhecidos como aventureiros (pelo pragmatismo ou ausência de escrúpulos), passaram a atuar em parceria com os fazendeiros, estabelecendo contratos de compra do mato fechado ou por metros cúbicos. Ato contínuo, verificam-se algumas situações envolvendo desmatamentos, parcerias entre a atividade pecuária e as madeireiras, relações de trabalho nas serrarias, mercados consumidores e deslocamentos regionais para extração da madeira, já permeando a fronteira com a República do Paraguai. Por fim, após o esgotamento das espécies arbóreas de maior valor comercial, reflete-se sobre o avançar de tais indústrias extrativas sobre a Floresta Amazônica, procurando estabelecer ligações entre o *modus operandi* das serrarias sul-mato-grossenses com a sequência da atividade especialmente no norte de Mato Grosso, indagando sobre o que há de continuidade e no que se distinguem os dois momentos. Defende-se que a aventura madeireira no cone sul funcionou como uma prévia para o dramático problema a progressão dos desmatamentos sobre a Amazônia Legal que hoje tanto aflige as populações tradicionais, ambientalistas, intelectuais e comunidade internacional.

Palavras-chave: Ciclo madeireiro. Cone sul – Mato Grosso/do Sul. Modernização conservadora.

ABSTRACT

A region popularly known by the nickname "Cone Sul" of Mato Grosso/do Sul met its timber cycle during the 1970s and 1980s, with small variations between the localities contained in the territory. The present study proposes to raise the imbricated relations between the deforestation promoted for the establishment of agriculture and the intense presence of timber companies in the middle of the conservative modernization promoted by the dictatorial regime inaugurated in 1964. Sources of the most diverse are employed in this historiographic operation: economic, environmental and political analysis studies; newspaper clippings, photographs and satellite images are some of them. Relevant documentation was acquired in the archives of the Trade Board of Mato Grosso do Sul State, a collection that shows the installation of 747 sawmills in the region for the proposed temporal cut. Some techniques are used to interrogate the constitutive contracts and contractual changes, in order to gather information represented here in tables, graphs and images, in order to determine the intermission of greater intensity of the timber cycle and to delineate the corporate profile, especially regarding its naturalness. Promoting the updating of invested social capital is a strategy found to define the average characterization of the enterprises, as well as the degree of concentration of capital among the largest companies in the timber industry. We use some agent's narratives, through interviews, applying techniques developed by thematic oral history. Through oral sources it is possible to capture circumscribed reports in the field of experience. Especially from this it is understood that the loggers, commonly known as ventures (by pragmatism or lack of scruples), they began to work in partnership with the farmers, establishing purchasing contracts of the closed bush or by cubic meters. Continuous act, there are some situations involving deforestation, partnerships between livestock and logging activities, working relationships in sawmills, consumer markets and regional shifting for timber extraction, already permeating the border with the Republic of Paraguay. Finally, after the exhaustion of the tree species of greater commercial value, it is reflected on the advance of such extractive industries on the Amazon Forest, trying to establish links between the *modus operandi* of the Mato Grosso do Sul sawmills and the sequence of the activity especially in the north of Mato Grosso, inquiring about what is continuous and what distinguishes the two moments. It is argued that the logging adventure in the Cone Sul operated as a preview for the dramatic problem of the deforestation progression on the Legal Amazon that today both afflicts traditional populations, environmentalists, intellectuals and the international community.

Keywords: Timber cycle. Cone Sul - Mato Grosso/do Sul. Conservative modernization.

SOMMAIRE

Une région connue sous le surnom de "Cone Sul" du Mato Grosso do Sul a rencontré son cycle du bois au cours des années 1970 et 1980, avec de petites variations entre les localités contenues sur le territoire. La présente étude propose de relever les liens imbriqués entre la déforestation promue pour l'établissement de l'agriculture et la présence intense des entreprises du bois au milieu de la modernisation conservatrice promue par le régime d'exception inauguré en 1964. Les sources les plus diverses sont employées dans cette opération historiographique: études économique, environnementales et d'analyse politique; coupures de périodiques, photographies et images satellites en sont quelques-unes. La documentation pertinente a été acquise dans les archives du Conseil du Commerce de l'État du Mato Grosso do Sul, une collection dans laquelle il est vérifié l'installation de 747 scieries dans la région pour la coupe temporelle proposée. Certaines techniques sont utilisées pour interroger les contrats constitutifs et les modifications contractuelles, afin de recueillir des informations représentées ici sous la forme de tables, graphiques et images, afin de enquêter l'intervalle de plus grande intensité du cycle du bois et de définir le profil de l'entreprise en particulier en ce qui concerne sa naturalité. Promouvoir l'actualisation du capital social investi est une stratégie trouvée pour définir la caractérisation moyenne des entreprises, ainsi que le degré de concentration du capital parmi les plus grandes entreprises de l'industrie du bois. Nous utilisons des récits de certains agents, à travers des entretiens, en appliquant des techniques développées par histoire orale thématique. Par de sources orales, il est possible de recueillir des récits circonscrits dans le domaine de l'expérience. Surtout à partir de cela, il est entendu que les marchands du bois, communément appelés aventuriers (par pragmatisme ou manque de scrupules), ont commencé à agir en partenariat avec les agriculteurs, établissant des contrats d'achat de la brousse fermée ou par mètres cubes. Acte continu, vérifier certaines situations de déforestation, de partenariats entre le bétail et les activités du bois, de relations de travail dans les scieries, de marchés de consommation et de transferts régionaux d'extraction de bois, qui traversent déjà la frontière avec la République du Paraguay. Enfin, après l'épuisement des essences d'arbres de plus grande valeur commerciale, il se reflète sur l'avancée de telles industries extractives dans la Forêt Amazonienne, cherchant à établir des liens entre le *mode opératoire* des scieries du Mato Grosso do Sul et la séquence de l'activité au nord du Mato Grosso, s'interrogeant sur ce qui est continu et ce qui distingue les deux moments. On prétend que l'aventure du bois dans le « Cone Sul » a constitué un avant-première du problème dramatique de la progression de la déforestation en Amazonie légale qui touche aujourd'hui les populations traditionnelles, les environnementalistes, les intellectuels et la communauté internationale.

Mots-clés: cycle du bois. Cone Sul - Mato Grosso/do Sul. Modernisation conservatrice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1. Região <i>Cone Sul</i> de Mato Grosso/do Sul.....	41
Figura 2. A Mata Atlântica brasileira em 1500 e 1990	43
Figura 3. Área da Mata Atlântica segundo a Lei nº 11.428/2007	43
Figura 4. Cobertura vegetal original do Cone Sul: Floresta Estacional Semidecidual e Zona de Contato	44
Figura 5. A <i>rota paranaense</i> : sócios nascidos ou que em idade adulta residiram no estado do Paraná antes de migrarem para Amambai.	83
Figura 6. A <i>rota paulista</i> : sócios nascidos ou que em idade adulta residiram no estado do São Paulo antes de migrarem para Amambai.....	85
Figura 7. A <i>rota sulista</i> : sócios gaúchos e catarinenses que em idade adulta migraram diretamente para Amambai.....	87
Figura 8. <i>Locais e Radicados</i> : composição de sócios-proprietários com RG e/ou Título de Eleitor em Mato Grosso/do Sul	89
Figura 9. Municípios vizinhos: Paranhos (Brasil) e Ypejhú (Paraguai).....	92
Figura 10. Imagem de satélite de Curuguaty, Paraguai.....	102
Figura 11. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da família Sbaraini	114
Figura 12. Localização de Yby Yaú, Santa Rosa del Aguaray e Concepción.....	174
Figura 13. Roteiro aproximado do fluxo migratório da família Morales, <i>Madesp - Madeireira São Paulo Ltda.</i>	178
Figura 14. Roteiro aproximado das trajetórias de Silvestre Otto	180
Figura 15. De Sinop para Analândia do Norte-MT	184
Figura 16. Regeneração da Mata Atlântica Sul-mato-grossense (modificada)	195

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Trator de esteira empregado pela <i>Serraria Jatobá</i> (anos 1970)	60
Fotografia 2. Vista aérea da Usina Maracaí em 1990 (grupo Nova América)	64
Fotografia 3. <i>Grupo Nova América</i> : Equipe de Administração (1972).....	64
Fotografia 4. Fazenda Campanário. Entrada principal (1996)	65
Fotografia 5. Serras que foram utilizadas em serrarias manuais	72
Fotografia 6. Peroba (<i>Aspidosperma polyneuron</i>).....	105
Fotografia 7. Fábrica de palmitos em Tacuru.....	112
Fotografia 8. Caminhões de toras: <i>Companhoni Madeiras Ltda.</i> (Tacuru-MS)	113
Fotografias 9. Caminhão carregado e mata queimada.....	122
Fotografia 10. <i>Serraria Jatobá</i> (dez-1975): derrubada da mata.....	125
Fotografia 11. Transporte de toras com auxílio de trator	126
Fotografia 12. Carregamento de toras	127

Fotografia 13. Caminhão carregado com produção da <i>Serraria Jatobá</i> (mai-1975)	133
Fotografia 14. Caminhões carregados com produção da <i>Serraria Jatobá</i> (mai-set-1974)	134
Fotografia 15. Panorâmica da serraria Jatobá I	136
Fotografia 16. Panorâmica da serraria Jatobá II	136
Fotografia 17. <i>Inconave S.A. Indústria, Comércio e Navegação</i> : Sr. Luciano Ortiz e madeiras empilhadas para embarcação	144
Fotografia 18. <i>Inconave S. A.</i> - momento de embarque da madeira	149
Fotografia 19. Forno de carvão vegetal da família Ortiz	153
Fotografia 20. Nota na imprensa: a lei da madeira em MS	169
Fotografia 21. Do Porto Maracaí a Juína-MT: <i>Madeira Maracaí do Norte</i>	189
Fotografia 22. Duas décadas depois, a mata se regenera	193
Fotografia 23. Duas décadas depois, o local da antiga <i>Inconave S. A.</i>	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Abertura de serrarias no cone sul de MT/MS por ano de constituição.....	77
Tabela 2. Gráficos de abertura de serrarias, por ano de constituição	78
Tabela 3. Cancelamento de inscrições de madeiras no Cone Sul (1970-1990)	79
Tabela 4. Sócios madeiros que seguiram da <i>rota paranaense</i>	81
Tabela 5. Sócios madeiros que seguiram da <i>rota paulista</i>	84
Tabela 6. Sócios madeiros que seguiram da <i>rota sulista</i>	86
Tabela 7. Sócios madeiros com registro civil em Mato Grosso/do Sul	88
Tabela 8. Paranhos: Abertura de serrarias com e sem desmembramento de madeira.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
AI-9 - Ato Institucional nº 9
AN - Arquivo Nacional
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDR - Centro de Documentação Regional
COPEMA - Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (atualmente Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural)
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEF - *Global Environment Facility Trust Fund*
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
ITR - Imposto Territorial Rural
JUCEMS - Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul
KW - Quilowatt ou *kilowatt*
NIRE - Número de Identificação do Registro de Empresas
PIB - Produto Interno Bruto
PRODEPAN - Programa para o Desenvolvimento do Pantanal
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PT - Partido dos Trabalhadores
RBO - *Revista Brasil-Oeste*
RG - Registro Geral (documento nacional de identidade civil)
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SOS - *Save Our Souls*
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TRANSPANTANEIRA - Rodovia MT-060
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8	
LISTA DE TABELAS	11	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12	
INTRODUÇÃO.....	15	
CAPÍTULO 1		
O CONE SUL DE MATO GROSSO/DO SUL EM RITMO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA		38
1.1 O que se compreende por “cone sul” de Mato Grosso/do Sul	40	
1.2 Modernização conservadora, modernização autoritária	46	
1.2.1 Modernização e manutenção do latifúndio.....	47	
1.2.2 A agricultura mecanizada atinge o oeste do Paraná	54	
1.2.3 Modernização técnica na agropecuária de Mato Grosso/do Sul	60	
1.2.4 Nos domínios da “grande empresa” as terras estão à venda.....	61	
1.3 Madeiras e o avanço da fronteira agrícola.....	69	
1.3.1 Dos primórdios	71	
CAPÍTULO 2		
FLUXOS MIGRATÓRIOS E CICLO MADEIREIRO		74
2.1 O “boom” da atividade madeireira?	75	
2.2 Da mobilidade geográfica: três rotas madeireiras para o Cone Sul.....	80	
2.3 Dos que se instalaram em Amambai	80	
2.3.1 A rota paranaense	81	
2.3.2 A rota paulista.....	83	
2.3.3 A rota sulista.....	85	
2.3.4 “Os da Terra”, ou com registro civil em Mato Grosso/do Sul	88	
2.4 Paranhos, Ypejhú e além	91	
2.5 Quais madeiras, as mais procuradas?	104	
CAPÍTULO 3		
DESMATAMENTO EM MARCHA		107
3.1 Deu no jornal: “Fazendeiros desmatam até o último hectare”	107	
3.2 “O palmito era o primeiro que saía”	110	
3.3 Problema do reflorestamento	115	
3.4 “Os madeireiros não foram os vilões!”	120	
3.5 Do processo produtivo	124	
3.6 Das transações comerciais e mercados consumidores.....	131	
3.6.1 Provisão para devedores duvidosos.....	137	
3.7 Um setor gerador de empregos	140	
3.7.1 Organização e saberes técnicos específicos	142	
3.7.2 Registro em carteira e trabalho informal	145	

3.7.3 Acidentes de trabalho	147
3.8 Vigilância e ocorrência de incêndios	151
3.9 O soar que disciplinava o tempo.....	154
CAPÍTULO 4	
DESDOBRAMENTOS	157
4.1 Revista Brasil-Oeste denuncia destruição das matas.....	157
4.2 Entroncamentos	161
4.3 Do declínio madeireiro no Cone Sul	163
4.4 Da proibição de corte de madeira de espécies em extinção	168
4.5 De mais valorizadas à extinção	171
4.6 No Paraguai, a aventura continua.....	173
4.7 Do cone sul para a Amazônia.....	177
4.8 Regenerações.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	204
ANEXOS.....	215

INTRODUÇÃO

Pretendo primeiramente expor em algumas linhas a trajetória acadêmica percorrida até o presente e que despertou meu interesse em empreender pesquisa que pudesse captar em essência e representar o fenômeno do “ciclo” madeireiro na região *cone sul* de Mato Grosso/do Sul – assim simbolizando com a barra (/) para indicar os dois momentos: *cone sul* do antigo Mato Grosso, ou do Mato Grosso Uno; e para situar *cone sul* já como fração territorial do novo estado de Mato Grosso do Sul, após 11 de outubro de 1977.

Não obstante, não seria possível estabelecer a relação entre meu percurso formativo e o tema de pesquisa proposto sem antes acionar uma memória pessoal que remetesse aos anos de passagem da infância à adolescência, de acordo com a experiência familiar vivida.

Preciso informar que sou natural de Japurá, estado do Paraná, nascido aos 26 dias do mês de maio de 1967. Venho de família cujos pais se conheceram na roça e migraram para aquela pequena cidade pouco antes de se casarem (exemplo da migração campo-cidade na década de 60). Minha mãe aos poucos concluiu o magistério e tornou-se professora primária, enquanto meu pai só pode concluir o 4º ano primário, mas que, com a prática de balconista nas lojas Pernambucanas, foi desenvolvendo, aos poucos, tino comercial. Em 1971 o jovem casal se mudou com três filhos para São Jorge, então distrito de Altônia, Paraná, onde meu pai montou um bazar de miudezas. Alguns anos depois, em 1973, recordo a imagem de meu pai conversando com conhecidos daquele local sobre o município de Mundo Novo, Mato Grosso. Parece que se constituía senso comum entre os adultos daquele povoado que “corria dinheiro” em Mato Grosso, em particular em Mundo Novo¹. Mundo Novo, dizia-se à época, era um lugar para se “fazer a vida”, para se alcançar prosperidade, discurso que parece ter convencido várias famílias a migrarem para a margem direita do rio Paraná nos anos seguintes. Porém, meu pai e dois de seus irmãos, meus tios, combinaram ficar mais alguns anos no Paraná, formando uma sociedade entre si de comerciantes de pronta entrega. Estabelecidos desde princípios de 1974 no município de Cianorte, ali permaneceram comprando no atacado e vendendo no varejo até

¹ Vale lembrar que Mundo Novo viria a se desmembrar de Amambai, adquirindo emancipação política segundo a lei 3.693, de 13/05/1976; mesma data em que se oficializaria também a emancipação de dois outros municípios situados em nosso *cone sul*: Aral Moreira, pela lei 3.686, desmembrando-se de Ponta Porã; e Eldorado, pela lei 3.692, desmembrando-se do município de Iguatemi.

meados de 1976, quando tomaram a decisão de migrarem para o *cone sul* de Mato Grosso, vindo a estabelecerem loja de tecidos em Caarapó.

Então, a história da migração de minha família e da dos parentes próximos, se não tem uma relação direta com o tema do ciclo madeireiro, acredito que dá uma pista do dinamismo maior, mais corrente, por que passavam as economias de pequenas cidades mato-grossenses do *cone sul*, se comparadas às de semelhante densidade demográfica do oeste paranaense. Ora, em 1976 Caarapó estava formando seu perfil agropecuário, contexto em que era visível em cada bairro, em cada quadrante de seu traçado urbano, uma serraria, por pequena que fosse. Que fosse um “pica-pau” ou uma madeireira de porte médio, a figura de serrarias, de crianças brincando em montes de pó-de-serra do meado de 1970 em diante é uma imagem muito vívida em minhas lembranças.

O relógio cronológico seguiu ininterrupto e eis que termino o curso técnico em contabilidade (antigo ensino médio) e passo a trabalhar em escritórios contábeis ao longo da década de 1980, lá escriturando livros fiscais de empresas do ramo madeireiro, dentre os de outras atividades econômicas do local. É curioso pensar como com o passar do tempo aprendemos a relacionar detalhes que no momento vivido passam meio despercebidos, tidos por desimportantes por serem corriqueiros. Como técnico em contabilidade, desempenhei função de escriturário fiscal em escritório contábil, ou “guarda-livros”, como se dizia.

Em 1988 iniciei o curso de graduação em História no antigo Centro Universitário de Dourados da UFMS, um divisor de águas na vida de um jovem de vinte anos, interiorano, que pouco saíra até então das imediações de Caarapó. Optando por me transferir para Dourados, consegui empregar-me onde tinha experiência profissional, em escritório contábil, o que me fez decidir por concorrer novamente ao vestibular, agora em Ciências Contábeis, sendo aprovado em 1989. Daí o dilema de trocar ou não de curso: optar entre “cursar o que se gosta” ou “o que é preciso”. Acabei por me decidir cursar Contábeis, entremeados com atuação em movimento estudantil. Mas o coração estava lá, na História, e mesmo antes de concluir a primeira graduação, em contabilidade, já fazia planos de retornar à licenciatura em História, coisa que realizei em 1996, ingressando na condição de “aluno regular portador de diploma”. Foi, portanto, exercendo a profissão de contador que consegui viabilizar a segunda graduação, História, a que viria a ser definitiva em minha formação profissional docente.

Os anos que se seguiram foram marcantes também na história política de Mato Grosso do Sul, especialmente em 1998, quando surpreendentemente o Partido dos Trabalhadores (a que já era filiado desde 1992) venceu as eleições majoritárias ao estado de Mato Grosso do Sul,

elegendo Zeca do PT governador². Então o intervalo de 1996 e 1999, em que me graduava em História, a história real, a vivida, apontava para tempos de mudanças, o que não significa necessariamente dizer que a promessa veio a se concretizar como o esperado. É curioso pensar que em Mato Grosso do Sul, um ente federado cuja formação histórica viu concretizar uma estrutura agrária em que se destaca a grande propriedade rural, especialmente pastoril, foram possíveis vitórias eleitorais de um partido de esquerda (do campo progressista) na virada de século e primeira década do 21. E o que dizer ainda de Amambai dar a vitória ao PT em 1988, mesmo ano em que os noticiários destacavam com surpresa a eleição de Luiza Erundina na maior cidade do Brasil, São Paulo? E a vitória de Dorcelina Folador em Mundo Novo? – mulher, deficiente física e líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, liderança essa depois tragicamente assassinada em 30 de outubro de 1999.

1999 foi também o ano em que concluía a graduação em História. Ano seguinte participei de uma experiência que, depois refletida, talvez tenha suscitado um certo despertar de sensibilidade para com a discussão ambiental. Dada minha formação contábil, em 2000 fui contratado pela Organização dos Estados Americanos para participar do Projeto Alto-Paraguai, via Projeto GEF (*Global Environment Facility Trust Fund*)³, para fazer prestação de contas dos investimentos em ações ambientais envolvendo o bioma do complexo do Pantanal. O GEF celebrava contratos com o Governo do Estado, mediante a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Foi ao término do mesmo ano que prestei seleção e fui aprovado na terceira turma do Programa de Mestrado em História da UFMS, retornando a Dourados em seguida.

O anseio de mudança política parecia refletir particularmente em Dourados, nesses anos, e não foi por acaso que o professor José Laerte Cecílio Tetila elegeu-se prefeito deste município, pelo PT, em 2000 – o primeiro mandato se deu entre 2001 e 2004 (haveria um segundo). Acompanhei de perto essa experiência inédita de gestão petista em Dourados, ao mesmo tempo em que cumpria os créditos e produzia a pesquisa do mestrado. O título da dissertação defendida em agosto de 2003, mesmo modificado ao longo do processo, hoje quer me parecer extenso, pouco atrativo “*per se*”: *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: O extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Por isso optei por

² José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, foi candidato vencedor das eleições de 1998 pelo Movimento Muda MS, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, governando o Estado sul-mato-grossense de 1999 a 2002. Zeca do PT teve ainda um segundo mandato entre 2003 a 2006.

³ A ficha técnica GEF-Terrestre está na página do Ministério do Meio Ambiente (MMA): v. <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-gef-terrestre/item/10564>.

modificar o título para *Ervais em queda: transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*, quando da publicação da pesquisa pela Editora da UFGD em 2013.

A denominação *cone sul* de Mato Grosso/do Sul coincide com a expressão *extremo sul* de Mato Grosso, que empreguei na dissertação de mestrado. Na verdade, almejo adotar uma sequência temporal, embora circunscrita a um tema específico, o da atividade madeireira. Assim, por ser um estudo sequencial em relação à pesquisa anterior, a região delimitada abrange os mesmos territórios da dissertação, correspondendo aos atuais municípios de Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru.

O interesse por temas econômicos e agrários, além do apreço por quantificar e construir séries estatísticas, especialmente com dados dos censos agropecuários e demográficos, talvez se deva um pouco à minha primeira graduação. Isso porque mais que o domínio técnico proporcionado pelas ciências contábeis, o interesse em economia, penso, tenha sido naquela graduação estimulado. O mais importante porém é que contei com a orientação segura de Paulo Roberto Cimó Queiroz, notório historiador interessado em temáticas econômicas, ou socioeconômicas.

A título de curiosidade, enquanto manejava fontes e passava em revista uma literatura que pudesse interessar a meu objeto de pesquisa do mestrado, deparei-me com a dissertação recém defendida de Alexandre Panosso Netto (mestrado, UFGD, 2001) sobre a colonização da Gleba Celeste, norte de Mato Grosso. Fiquei muito impressionado com o gradativo avanço da atividade madeireira para aquela região, na medida em que os agricultores sulistas se sentiram estimulados para lá migrarem; porém logo se decepcionando com a pouca produtividade da terra para a agricultura, sem as devidas correções, o que os levaram a investir em outros setores, em especial o setor da madeira. Conclui Panosso Netto que a Gleba Celeste tornou-se a região maior produtora de madeira do mundo, no início dos anos 80. Guardaria esse estudo comigo para pensar um futuro objeto de doutorado. Por ora não, o tempo urgia, era preciso defender a hipótese de haver uma transição para “extremo sul” de Mato Grosso ao longo dos anos 1940 e 60: cedia gradativamente a economia ervateira espaço para as atividades agropastoris, mediante derrubadas das matas para formação das fazendas. Ali pude pensar o antigo produtor de erva, de origem paraguaia ou Guarani, passando a servir aos intentos de “limpeza” da área, trabalho sazonal que caracteriza a peonagem. Não posso deixar de mencionar os dados censitários a nos revelar as crescentes dimensões que as áreas de pastagens foram tomando, bem maiores que as

áreas voltadas às culturas temporárias ou permanentes. Defendi a dissertação em agosto de 2003.

Após a conclusão da pesquisa, deixei pela segunda vez Dourados para residir na capital do estado. Entre outubro de 2003 e dezembro de 2006, fui servidor nomeado em cargo de confiança na Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, durante o último mandato do governo petista. Em 2004 fiz o concurso público para professor de História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na área de História do Brasil. O curso de História estava sendo implantado na Unidade Universitária de Amambai. Amambai, que passei a conhecer antes pela pesquisa do que empiricamente, aquele grande território que chamei de “Amambai histórico” depois dividido com emancipação de novos municípios. Amambai, outrora Patrimônio União, que registra a epopeia da erva-mate em sua cultura. Em 2008 fui convocado para assumir o curso em Amambai.

Uma vez concursado na UEMS, desde então sou docente nas disciplinas de História do Brasil I (Colônia e Primeiro Reinado) e História do Brasil II (Segundo Reinado e Período Republicano, até o tempo presente). Entre orientações de conclusão de curso, participei por quatro anos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), uma excelente oportunidade de refletir sobre o ensino de história no ambiente escolar, construir com nossos acadêmicos bolsistas oficinas e projetos de ensino. Em particular, guardo na lembrança a sessão de pintura dos muros internos da escola com temas regionais pelos alunos da escola, sob acompanhamento de nossos bolsistas. De fato, superou as expectativas, dado o entusiasmo dos participantes que representaram elementos da cultura, como a erva-mate e as etnias indígenas que marcam o município. À noite houve apresentações artísticas e exposições de peças do museu, então sob os cuidados do senhor Almiro Pinto Sobrinho (este que será um dos entrevistados nesta tese de doutorado). Permaneci à frente do PIBID até março de 2015, quando consegui afastamento de minhas funções para me dedicar exclusivamente a este Doutorado em História.

O tema das madeiras permanecia a me instigar. Foi-me então indicada a leitura da monografia de especialização em História (UFMS, Dourados) de Sandra Rita de Souza. Conheci a Sandra em Caarapó, já há muito tempo. Foi contemporânea dos tempos de graduação, além de militar também no PT na década de 1990. A leitura de seu texto foi um achado para mim. Para além do texto em si, o manancial de fontes por ela produzidas ao entrevistar agentes importantes da temática do ciclo da madeira em Caarapó. Essas coincidências nos cativam de um jeito... Entre os entrevistados por Sandra estava lá o senhor Jary Carvalho Maciel (hoje

falecido). Conheci o senhor Jary durante a adolescência, foi em seu escritório que trabalhei como aprendiz antes de me empregar nos escritórios contábeis do lugar. Além de tudo, ele foi agente fazendário e estudioso da erva-mate, penso que foi em seu escritório que tomei conhecimento sobre a importância da erva-mate para nossa história regional. Um personagem admirável, uma vez aposentado tratava com zelo sua Chácara Guaicurus, onde cultivava erva-mate, tinha um tanque de peixes, era avicultor e produzia derivados de cana-de-açúcar: melado, rapadura etc. Após sua morte, livros e documentos seus foram doados para o CDR da UFGD. Significativa sua declaração a respeito das serrarias em Caarapó, da perspectiva de um exator então aposentado: “É, a década de 70 foi o auge. Se não falha a memória, foi o auge. A arrecadação de ICM nesse tempo foi muito alta, ela sempre competia com a pecuária”. Ainda do trabalho de Sandra R. Souza, Guaracy Boschilia, ex-proprietário de uma madeireira tida como modelo em Caarapó, a Jatobá. O Senhor Guaracy eu consegui entrevistar em 2016, pensando em extrair mais informações. Nada menos que uma tarde, e manhã e tarde do dia seguinte, foram dispendidas nesta enriquecedora entrevista, o que rendeu pouco mais que 50 páginas.

Voltando a Amambai, retrocedendo alguns anos. Na graduação estimei alguns discentes quanto à temática madeireira. Em 2013 orientei o trabalho de conclusão de curso de Leandro Neto de Lima, que relatou um pouco da história das madeireiras em Amambai. Esse orientando conseguiu, via entrevistas, informações com riqueza de detalhes impressionantes, havendo várias passagens de seu TCC citadas na presente tese, devidamente a ele dados os créditos.

A Unidade Universitária de Amambai, da UEMS, tem um público diversificado, destacando as etnias Guarani e Kaiowá, e discentes que se deslocam de ônibus vindos de Tacuru e Coronel Sapucaia. Sobre esses municípios vizinhos sempre ouvi menção à presença de serrarias, cuja atividade ficou marcada nas formações dos núcleos populacionais. Nas bancas de TCC, em geral, há um apelo em se contar a história local, ou regional. Na última banca avaliadora de que participei, ano passado, foi apresentado outro trabalho que muito me agradou, sobre a formação social de Tacuru, envolvendo relatos de famílias simples que povoaram aquele município, passando informações importantes sobre o tema da extração de palmito e também da madeira (DOMINGOS, 2016).

No site oficial do município de Coronel Sapucaia, pode-se acessar um *link* que dá acesso à “famosa tora de madeira na entrada da cidade”⁴. Trata-se de um grosso tronco serrado, nele esculpido o nome daquele município. De passagem por Caarapó, nessas idas e vindas do itinerário Amambai-Dourados-Amambai, não pude deixar por despercebido: em uma rotatória havia um tronco em exposição, estando nele cravadas duas serras manuais. Não tive dúvidas, fotografei essa homenagem de gosto duvidoso (disponível nos anexos).

Cumpridos os créditos do doutorado, li com muito interesse a dissertação de mestrado de Ana Paula Menezes sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em particular o capítulo 2, em que trata da exploração da madeira nas terras da CAND, da dura labuta dos colonos pela sobrevivência e manutenção da posse sobre os lotes, havendo como recurso a exploração da madeira, derrubando e comercializando com serrarias de Dourados, burlando assim as proibições de não se vender o produto extraído a não ser para a serraria oficial instalada pelo Estado para tal fim. É interessante esse mergulhar na memória dos agentes, perceber uma lógica na prática, afinal não cultivariam a não ser desmatando, na base do machado (revelando alguns acidentes trágicos, como de praxe); uma vez que a serraria oficial não contemplava a demanda com a ampliação da 2ª zona da CAND, era de se esperar que empresas externas estabelecessem a marca de sua presença. Antes disso, do que o sempre recurso das queimadas que também foi lançado pelos colonos num momento anterior.

O trabalho de Menezes também funciona como uma espécie de marco quanto ao tempo e espaço do recorte a que dedico delimitar minha tese. Não chegarei a Dourados, pois a exploração madeireira em quantidade significativa vem de antes e está relacionada com a colonização oficial, ao menos duas décadas antes. Por outro lado, outro ciclo madeireiro está ao norte de Mato Grosso, *vide* trabalho do Panosso Neto, que acredito estar em desdobramento da experiência havida no *cone sul*, parte que circunscrevo à Mata Atlântica sul-mato-grossense. Dourados antes; Vera, Sinop, ao menos uma década depois. Assim as pesquisas acadêmicas vão se realimentando mutuamente.

Mencionava de passagem o caso da ex-prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador, e de como a luta pela terra lhe dera projeção antes de ser executada por pistoleiros. Como se sabe, há um longo processo envolvendo a luta pela reforma agrária no Brasil, exigindo muito suor, lágrimas e sangue, e a escandalosa concentração fundiária em Mato Grosso do Sul também tem exigido muita ação desses movimentos. O *cone sul* de Mato Grosso do Sul foi especialmente

⁴ Cf. Portal da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia. Disponível em: http://coronelsapucaia.ms.gov.br/uploads/pagina/arquivos/67840_390985374322380_132397138_n.jpg. Também disponibilizo a fotografia nos anexos.

contemplado nas últimas décadas com algumas desapropriações de terra para efeito de reforma agrária, destacando-se o assentamento Itamarati, em Ponta Porã, e o assentamento Sul Bonito, em Itaquirai. Mas certamente a questão crucial relacionada à posse da terra na região *cone sul* está nas demarcações de territórios indígenas (das etnias Kaiowá e Guarani, especialmente), tal qual orientam e recomendam os laudos técnicos e estudos antropológicos, demarcações essas sempre à espera de serem reconhecidas e oficializadas a bom termo pelo Estado brasileiro. Não há razões para sermos otimistas quanto a uma solução final favorável aos povos originários nos próximos anos.

Revisão de literatura

Sendo eu um iniciante em pesquisas envolvendo entrevistas, e ciente que não poderia prescindir delas ao presente estudo, dediquei algum tempo para leitura de importantes historiadores especializados em história oral, gênero cada vez mais influente e necessário, especialmente em pesquisas voltadas ao tempo presente. Da bibliografia consultada constam: Marieta M. Ferreira, Verena Alberti, Janaína Amado e Paul Thompson, entre tantos.

De fato, pesquisas em história oral são crescentes em todo o mundo. O italiano Alessandro Portelli verificou o espanto da comunidade intelectual de seu país diante do avanço das pesquisas com história oral, refutando-a antes mesmo de compreendê-la. Enxergando um grande exagero em tal temor, Portelli considera as fontes orais não excludentes, mas complementares às escritas (e vice-versa), condenando tanto a depreciação quanto a supervalorização das fontes orais, o que a seu ver cancelaria a qualidade de sua especificidade (PORTELLI, fev-1997, p. 26).

Portelli nos adverte ainda a não perdermos de vista que as fontes orais são, por definição, “orais”. “A transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretação” (id., *ibid.*, p. 27). De acordo com esse princípio óbvio, a transcrição trata-se de “tradução” do documento auditivo. É um ponto forte da pesquisa em história oral o registro sobre vivências de populações iletradas. Porém, Portelli destaca que se têm muitos projetos de história oral coletado em entrevistas com populações que dominam a linguagem escrita (id., *ibid.*, p. 27).

Quanto à distinção que propõe entre “eventos e significados”, Portelli compreende que a história oral informa menos sobre os eventos e mais sobre os significados, estes recebidos diretamente da subjetividade do expositor, e que seria sua maior qualidade (id., *ibid.*, p. 31). Outro importante alerta: “o testemunho oral, de fato, nunca é igual duas vezes”; e seu resultado

é sempre decorrência de um relacionamento mútuo entre entrevistador e entrevistado; o que remete a uma situação inconclusa. Mas, completa, se “o trabalho histórico que utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição” (id., *ibid.*, p. 37).

Feitas as considerações que acredito bastante representativas, procurei consultar os manuais de aplicação, que foram importantes para a condução das entrevistas, devidamente agendadas e realizadas em 2016.

Sonia Maria de Freitas (2006) recomenda elaborar, num primeiro contato, uma ficha biográfica do entrevistado, apontando sua trajetória até se relacionar com a temática proposta, de forma a facilitar o exercício de memória do entrevistado (FREITAS, 2006, p. 58). Ainda quanto aos procedimentos, o roteiro básico da entrevista deve ser preparado de forma a dar direção ao diálogo, “embora flexível”, pois, às vezes os entrevistados podem se demorar em assuntos não relacionados diretamente à temática motivadora (id., *ibid.*, p. 59). A recomendação de Sônia Freitas quanto a se evitar rigidez no questionário prévio, de modo a evitar perder informações importantes e não previstas antecipadamente (id., *ibid.*, p. 60) foi verificada na presente pesquisa, como se verá sobre as operações de serrarias na fronteira com a República do Paraguai (capítulo 2).

Verena Alberti (2005) compreende a história oral como método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam eventos. No caso específico aqui referido, os participantes referem-se aos proprietários ou trabalhadores de indústrias extrativas da madeira no território delimitado por *cone sul* de Mato Grosso/do Sul. Entre as duas posições verifiquei o caso de Sadi Luiz Giordani, antes proprietário de serraria em Paranhos (agente direto), depois fiscal da secretaria de fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul (testemunha). É claro que as entrevistas estiveram sempre circunscritas a uma temática bem específica, mas sem que isso viesse a bloquear informações quanto a aspectos da trajetória dos colaboradores, não diretamente relacionados ao ciclo madeireiro. Alguns testemunhos foram apropriados de entrevistas anteriores realizadas por outros pesquisadores. No caso de Guaracy Boschilia, entretanto, compreendi ser necessário realizar novas sessões, perfazendo um total aproximado de seis hora e meia de gravação.

José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) estabelece as diferenças entre a história oral de vida e a história oral temática. Para ele há um comprometimento mais intenso e menos frio na abordagem de *história oral de vida*, enquanto as *histórias orais temáticas* se voltam para respostas mais definidas, com participação mais objetiva do entrevistador. Reconheço em meu

caso se tratar mais precisamente de *história oral temática* a operação que envolveu filmagens, transcrições e devoluções impressas, com as devidas autorizações dos entrevistados. Tudo isso para garantir maior segurança em tornar público o texto transcrito e as filmagens gravadas – seguindo orientação dos manuais de história oral (cf. MEIHY, 1996, p. 214-215; ALBERTI, 2005, p. 183-184). No caso das “cartas de cessão de direitos”, optei apresentá-las em notas de rodapé, em todas as páginas transcritas, solicitando autorização assinada em todas elas – uma cautela a de modo a evitar transtornos quanto a divergências interpretativas e quanto a direitos autorais.

Compreendo que a presente tese é tributária da tradição da história econômica regional, mas houve por bem acompanhar os debates teórico-metodológicos envolvendo a história ambiental.

A relação homem-natureza é objeto por definição da denominada “história ambiental”, campo historiográfico que tardiamente começa a proliferar no Brasil, coisa de pouco mais que duas décadas. Por outro lado, trabalhos de grande relevância têm sido produzidos nesses anos no País. José Augusto Drummond, Warren Dean, José Augusto Pádua, Regina Horta Duarte, Luiz Marques, Victor Leonardi, Gilmar Arruda e Marcos Lobato Martins, para reduzir em apenas alguns nomes, são cada vez mais resenhados e citados em pesquisas acadêmicas.

Um artigo de José Drummond (1991, p. 177-197) apresenta as particularidades metodológicas e analíticas da história ambiental. Muito praticada nos Estados Unidos, e na Inglaterra e França, em território europeu, a história ambiental é como que um “ajuste de contas” da historiografia para com os excessos da tradição humanista, pretendendo assim integrar holisticamente, para efeito de análise, os tempos natural (geológico) e social (humano). A primeira característica da história ambiental, de acordo com Drummond, é a de se ater a “uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural”; outra característica, “o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais”, para compreensão dos aspectos físicos e ecológicos da região estudada; 3^a) “conferir as interações entre recursos naturais e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas”; 4^a) quanto às fontes, é abrangente por considerar todas as que forem úteis na identificação das relações entre sociedades e meio ambiente; e última característica, “o trabalho de campo”, necessário para identificar transformações na paisagem.

Isso porque a questão ecológica está colocada para o novo século. E a história ambiental é uma das abordagens que mais suscitam a interdisciplinaridade. Para além mesmo do diálogo com as ciências do homem, exige interação com as ciências da natureza. Não por

acaso W. Dean, antes de escrever o clássico *A ferro e fogo*, cursou pós-graduação em botânica. Dean é, como se verá ao longo do texto, uma das grandes influências da presente tese.

Marcos Lobato Martins (2007) destaca o grande alcance de trabalhos classificados como em história ambiental, avaliando como promissoras as possibilidades da investigação das inter-relações entre sociedades e ambientes. Considera por objetivo da história ambiental “colocar a sociedade na natureza”. No plano metodológico a história ambiental, para Martins, focaliza “regiões com alguma homogeneidade ou identidade natural” (p. 23). É o caso do recorte territorial que proponho aqui ao *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, sendo este permeado do bioma da Mata Atlântica com zona de transição.

A coletânea *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza* (FRANCO *et al.*, 2012) reúne capítulos escritos por eminentes pesquisadores neste novo domínio dos estudos históricos. Destaco três artigos aqui. O norte-americano Donald Worster (p. 367-384), um dos mais prestigiados pesquisadores em história ambiental, reconhece que em seus próprios ritmos, quase não visíveis aos seres humanos, a natureza sempre esteve em constante mudança. Isso nada tem a ver com as mudanças drásticas que os ecossistemas sofrem diante da história que os seres humanos inscrevem na natureza, especialmente após a revolução industrial, mas não só. Detecta, enfim, que a *normalidade é a mudança*, e somos produtos das mudanças, mas nem sempre podemos distinguir as mutações vitais das morais. Sobre as ações de devastação verificadas em regiões de florestas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Eunice Nodari verifica que ocupação europeia no século 19, em substituição à indígena e cabocla, gerou drásticas alterações na natureza no Sul do Brasil. Acompanha ainda os deslocamentos das serrarias do Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina para o Oeste catarinense nas primeiras décadas do século 20 (p. 241-3; 250). Já Pietrafesa, Castro e Trindade, consideram ter havido uma segunda “marcha para o Oeste” brasileiro, entre os anos 1970 e 2000, para explicar o crescimento da produção sucroalcooleira em áreas do cerrado em Goiás (p. 314).

Para o caso de Mato Grosso do Sul, recentemente Ilsyane do Rocio Kmitta (2016) defendeu tese sobre as modificações da planície pantaneira na segunda metade do século 20, buscando abranger as transformações ambientais causadas pela entrada das atividades econômicas, estas facilitadas por programas governamentais como o PRODEPAN e Transpantaneira. Avalia que tais atividades foram mais agressivas para com o delicado ecossistema do Pantanal, se comparadas às tradicionais interações humanas com o ciclo das águas.

Diogo Cabral e Suzana Cesco (jan./jun. 2008) apresentaram, em artigo, um importante panorama da atividade madeireira nos domínios sulinos do bioma da Mata Atlântica, chegando a concluir que a indústria madeireira praticada na região de Mata Atlântica se caracterizou por seu caráter provisório e migratório “acompanhando, geralmente, a expansão da fronteira agrícola via extração de madeiras de alto valor comercial”. Além disso, a modalidade predatória que da Mata Atlântica migrou para o bioma da Floresta Amazônica, havendo madeiras estrangeiras instaladas na região, provenientes da Indonésia, Malásia, China e Japão.

A circunscrição do espaço geográfico aqui demarcado corresponde, para efeito de exposição, àquele que Warren Dean considerou ser a última fronteira a oeste da Mata Atlântica brasileira, com a cobertura vegetal de florestas latifolias (DEAN, 1996, p. 20 e 363). Já em relação à delimitação cronológica da exploração da madeira, entre os anos de 1970 até o final dos anos 80, defende-se aqui, uma vez mais, constituir tal calendário um momento-chave para compreensão das transformações mais decisivas no campo.

Como base de apoio vale destacar as observações de viagem dos geógrafos franceses Raymond Pébayle e Jean Koechlin (v. revista *Espaço e Conjuntura*, 1981). Atentando para as transformações no ambiente, a partir dos processos de ocupação humana e do tipo de atividade econômica existente, Pébayle e Koechlin propuseram classificar em três estádios distintos as interferências humanas na paisagem da região sul de Mato Grosso do Sul: o estádio da “predominância do ecológico”, até aproximadamente 1938; o estádio do “predomínio do econômico sobre o ecológico”, seguindo daí até os últimos anos da década de 60; e, por fim, o estádio do “econômico sobre suporte ecológico”, a partir dos anos 70, onde “o agricultor recém-chegado transforma as relações tradicionais do homem e da terra procedendo ou à inversão pura e simples dos modos de exploração, ou à melhora indireta dos sistemas de criação já existentes” (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981, p. 20).

Como já dito, a monografia de especialização de Sandra Rita de Souza levantou a história das madeiras em Caarapó sob a perspectiva social, mediante entrevistas, produzindo uma narrativa orientada pelo enfoque das relações de trabalho vigentes ao longo dos anos 1970 e seguintes. As entrevistas coletadas foram por ela anexadas ao trabalho, deixando uma massa de informações importantes aos interessados no assunto.

É o caso da entrevista com o ex-agente fazendário em Caarapó, que manteve em sua memória a convicção de que em 1976, da perspectiva de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias naquele município, as “madeiras rivalizaram com a pecuária”, operando, segundo sua percepção, para mais de quarenta naquele ano. Como docente em

Amambai, não faltou curiosidade de fazer alguns contatos sobre o tema em questão e, quase em uníssono, o retorno foi sempre o mesmo: as madeireiras constituíram-se em principal atividade econômica nos anos 1970 e, com alguma variação, entre meados e final da década seguinte significou praticamente o esgotamento desta economia extrativa, sendo que as que permaneceram operando passaram a “puxar” madeira de outras regiões, algumas do Paraguai.

Aquela pesquisa de especialização em História, suscitou interesse imediato. Souza, em suas considerações finais admitiu não ter encontrado trabalhos historiográficos e fontes primárias sobre a temática da madeira, segundo ela por haver carência de documentos oficiais como levantamentos sobre a área devassada em Caarapó ou a arrecadação gerada pelas madeireiras. Isso porque instituições como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ou as agências fazendárias teriam por prática a destruição da documentação, transcorrido um intervalo de aproximadamente cinco anos desde a emissão da nota, guia, de uma autuação fiscal enfim, de documentos que registram o fato gerador de um assunto fiscal (id., *ibid.*, p. 37)⁵.

Para contornar esse problema, Souza lançou mão do recurso de entrevistas orais para levantar informações preciosas que lhe permitiriam representar o assunto. E as imagens que se formam na leitura de tais registros são algo mesmo impressionantes. A título de exemplo, Sandra expõe ao leitor o comentário do Sr. Jary Carvalho Maciel, hoje falecido, à época um servidor aposentado da agência fazendária de Caarapó. Afirmava ele que a década de 1970 foi a do auge da serraria: “corria muito dinheiro, muita madeira, mas muita madeira mesmo[!] dava para escolher, e em 76, [quando] eu entrei para a exatoria, tinha mais ou menos 40 serrarias registradas na coletoria”, algumas mais sofisticadas para a época, como as serra-fitas, “que dependiam de uma frota de veículos para manter sempre a matéria-prima para serrar” (ENTREVISTA: Jary C. Maciel, *apud* SOUZA, 1998, p. 14-15, destaques meus).

Outro informante, o empresário madeireiro Nicolas Karnakis, popular “Grego”, argumentou que as matas foram extintas precocemente na região de Caarapó mais em função da prática habitual de fazendeiros, que preferiam incendiar a mata de suas propriedades a vendê-la às serrarias. Mas, acentua a autora, em geral o que ocorria era a venda do mato para a exploração das madeireiras. Aí vemos um ponto onde só a narrativa de um agente direto pode fornecer os pormenores da negociação que envolvia fazendeiros e madeireiros, o que destaca a relevância da história oral temática. “A compra pode[ria] ser do mato fechado e em pé, [...]

⁵ Tal prática é adotada pela maioria das empresas que tendem a preservar a documentação no período mínimo que faz exigência a legislação fiscal. É fato não haver no país uma preservação maior para com a memória, o que acaba por dificultar o trabalho com as fontes documentais nas ciências humanas e sociais.

geralmente estipulava-se previamente as condições através de uma vistoria no mato feita pelo chefe [...] que já fechava o negócio [...] e a quantidade de madeira que seria explorada” (ENTREVISTA: Nicolas Karnakis, *apud* SOUZA, 1998, p. 15).

Uma madeireira que marcou época em Caarapó foi a Serraria Jatobá, de propriedade do Sr. Guaracy Boschilia. Tomando seu entrevista, Souza expressa nestes termos a experiência daquela empresa: “a Jatobá explorou a madeira da Campanário⁶ por mais ou menos dez anos e em seguida, quando acabou o acordo com esta, passou a comprar outros matos da região”, [sendo que] “o processo de produção das madeireiras iniciava-se no mato e depois as toras iam para a serraria onde eram beneficiadas” (SOUZA, 1998, p. 17-18).

A organização da pesquisa de Souza também procurou registrar “o ciclo” madeireiro entrevistando alguns trabalhadores, intentando discorrer sobre as condições de trabalho e moradias nas colônias das serrarias. Resgata um dito popular da época, “o madeireiro é aventureiro, sem escrúpulos”. Neste ponto, a necessidade de avançar em pesquisas que acrescentem informações sobre as condições de trabalho no interior da “aventura madeireira” está bem indicada quanto à prática usual da maioria dos madeireiros em não registrar as carteiras profissionais de seus empregados em Caarapó, “alegando que logo teria de sair de Caarapó em busca de matéria-prima [em outro lugar] e ficaria complicado dar baixa em tantas carteiras” (id. *ibid.*, p. 21).

No recorte acima, a pesquisadora conclui que a máxima popular “madeireiro é aventureiro” aparentemente reforçava um certo conformismo entre os trabalhadores. Como se tratava ainda de um trabalho pesado e de considerável periculosidade, já que eram inúmeros os acidentes nas máquinas de serrar, ou mesmo antes, quando do desmate, não eram incomuns as notícias de esmagamento de trabalhadores por toras na etapa de embarque da madeira e transporte do mato para as serrarias (id., *ibid.*, p. 21).

Ainda destacando a questão social envolvida, o custo social pós-conjuntura das madeireiras foi muito alto para o poder público municipal, pois, à “medida em que as serrarias foram se extinguindo, por aqui ficaram uma grande massa de trabalhadores sem teto, sem saúde, sem emprego e sem perspectivas de um futuro melhor” (id., *ibid.*, p. 22). Para Souza, os empresários das serrarias não se prepararam para o esgotamento das atividades e muito menos as autoridades do município de Caarapó, local que passaria por uma forte tensão social nos anos de 1980, confirmado pelas observações do ex-prefeito Takayoshi Nakayama (o popular João

⁶ Fazenda cujo nome se inscreve na história da região sul por outrora, no período marcado pela economia ervateira, ter sido a sede operacional da legendária empresa Companhia Matte Larangeira (cf. ARRUDA, 1997).

Nakayama), cujo primeiro mandato (1983-1988), esteve no bojo da crise de desemprego com a desativação de grande número de empresas madeireiras.

O extenso comentário sobre este pequeno, mas conveniente texto acadêmico é importante para ilustração do fenômeno social da atividade madeireira nas áreas da mata do “cone sul” de Mato Grosso/do Sul e todo um leque de possibilidades em aberto no que tange a avançar nos estudos regionais, tendo por ponto de observação a atividade madeireira. E estou convicto, assim como Souza esteve, de que a abordagem metodológica da história oral é profícuo caminho ao encontro de valiosas informações, só possíveis mediante a ativação da memória dos agentes envolvidos, cujas vidas ficaram marcadas com essa experiência.

Mas este trabalho ao ambicionar ampliar, procura constituir meios capazes de expandir para além de um estudo de caso, construindo uma análise comparativa e também quantitativa que permita conhecer a experiência das madeireiras nos demais municípios situados na área proposta⁷. Para isso, requer-se constituir ao longo do percurso toda uma rede de colaboradores, um grupo de estudos que mutuamente realimente entre si os resultados desta proposta de história oral temática, a começar mapeando e entrevistando informantes nos municípios de Caarapó e Amambai, daí ampliando aos demais municípios⁸.

Centrar o olhar sobre esta atividade econômica da indústria extrativa e de beneficiamento da madeira é um ponto de observação privilegiado e estratégia viável, uma vez que seus elementos constitutivos proporcionam uma compreensão melhor do processo que consolidou na região em questão a agricultura comercial e a pecuária como atividades econômicas hegemônicas.

A atividade extrativa da madeira se movimentou interseccionada com a formação das pastagens e culturas agrícolas e, para tanto, a floresta foi um obstáculo a ser removido sem muita cerimônia, aproveitando-se dos incentivos dados pelos governos militares, em sua ideologia de integração nacional e “modernização conservadora no campo”, que ao final e ao cabo promovera uma “contrarreforma agrária” (IANNI, 1979, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 123).

⁷ Neste sentido a área em estudo seria a mesma considerada em pesquisa anterior, dissertação de mestrado, em que analisei o processo de ocupação e as relações de trabalho na zona rural entre os anos de 1940 até o final da década de 1960, considerado por nós um período de transição entre a antiga economia ervateira para a agricultura comercial. Para tanto, tanto naquela pesquisa, como na atual, a área em questão compreende os atuais municípios de Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Tacuru, Itaquirai, Naviraí, Amambai, Juti, Aral Moreira, Caarapó e Laguna Carapã, totalizando 26.328,8 quilômetros quadrados.

⁸ Apenas a título de demonstração, no contexto e área delimitados por esta proposta de estudo, teve-se nada menos que nove municípios emancipados, o que supõe ser um período de mudanças importantes. Em 1976, deu-se a emancipação política de Aral Moreira, pela lei nº 3.686; Eldorado, lei 3.692; e Mundo Novo, lei 3.693. Em 1980, Tacuru, pela lei nº 72; Sete Quedas, pela lei 73; e Itaquirai, lei nº 76; o município de Coronel Sapucaia foi criado em 30 de dezembro de 1985; e, por fim, em 1987, deu-se o desmembramento de Juti, pela lei nº 800, e Paranhos, pela lei nº 777.

Ao dizer isso, estou-me reportando evidentemente a uma análise econômica regional, com diálogo constante com a geografia, levando-se muito em conta o conceito de “produção do espaço geográfico”. Também é neste sentido que penso ser fundamental englobar uma área mais extensa da região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, o “cone sul”, uma vez que indícios levam a acreditar que fatos semelhantes àqueles verificados para cidade de Caarapó, ocorreram também em quase todos os municípios que integram a região sul fronteira⁹.

Não deixa de ser estranho que casos como esses teriam se repetido com projetos de colonização no norte de Mato Grosso, como na região de Vera, alguns anos mais tarde. É o que precisamente revela a dissertação de Panosso Netto sobre o projeto de colonização da “Gleba Celeste”, onde paulatinamente, com o fracasso da agricultura nos primeiros anos, os colonos optaram pela atividade madeireira no norte de Mato Grosso (v. PANOSSO NETTO, 2001, p. 49-117).

A década de 1970, acredito poder demonstrar, é quando se consolidará a modernização conservadora na zona rural no Brasil e, em particular no antigo sul de Mato Grosso. Sendo assim, o estudo do ciclo madeireiro, insisto, parece ser chave para compreensão do processo histórico que deixará marcas indeléveis da ocupação humana e configuração econômica dos locais, o que nada tem a ver com uma pretensa “vocalização natural” da região para o *agribusiness*, tão ao gosto das construções ideológicas vigentes, legitimadoras da hegemonia ruralista.

Dos objetivos traçados

Quando da elaboração do anteprojeto de pesquisa, estabeleci por meta-síntese *analisar o processo histórico que propiciou consolidar uma agropecuária comercial na área geográfica conhecida por “cone sul” de Mato Grosso/do Sul, estabelecendo como ponto de observação central o “ciclo” madeireiro dos anos de 1970 até a década seguinte.*

De fato, a pesquisa tem indicado a pertinência de se compreender a dinâmica da economia madeireira no *cone sul* associada ao avanço da fronteira agropecuária, em especial pecuária, com incentivos governamentais que marcaram a conjuntura da modernização conservadora para o campo, regida pelo regime militar. E veja que as madeireiras encontram nos anos 70, sobre a região de mata atlântica de Mato Grosso/do Sul, um tempo em que também se modernizavam, se assim compreendermos como terem à disposição maquinaria elétrica de alta produtividade, capaz de serrar mesmo espécies arbóreas do tipo mais duro como a peroba;

⁹ Importante ressaltar que não se está aqui a justificar uma “classificação natural” de região, concordando com o alerta de Pierre Bourdieu, “a fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne” (BOURDIEU, 2007, p. 114).

arranjos de aquisição do “mato fechado” junto aos proprietários rurais para “limpar as áreas”; e produção para mercados interestaduais ao meramente local ou estadual. Sim, a perspectiva oferecida pelo ciclo madeireiro pode ajudar a pensar o processo que definirá a “vocação agropecuária” da região em questão.

Dito isso, ao pontuar os objetivos mais circunscritos, propus traçar uma narrativa histórica que problematizasse e explicasse, na medida do possível, o que segue:

1. Por intermédio de dados estatísticos e demais fontes impressas, *promover uma averiguação histórica que apure a presença e relevância das indústrias madeireiras no processo formativo dos municípios do “cone sul” de Mato Grosso do Sul.*

2. *Apresentar os indícios que concorram para assegurar a tese de que o auge desta atividade extrativa decorreu em alguma medida da orientação do modelo de desenvolvimento autoritário do regime militar, responsável pela modernização conservadora da agricultura brasileira.*

3. Constituindo-se na história do tempo presente, para o atual estudo busquei *mapear alguns agentes que fossem representativos de municípios considerados, entre empresários e trabalhadores, de modo a constituir uma rede de informações pertinentes e que contribuíssem para a construção de uma memória sobre o objeto de pesquisa, com base nos procedimentos da história oral temática.*

Nesse ponto, não tenho a pretensão de incorporar aqui o conceito de “excepcional-normal” que a micro-história italiana¹⁰ definiu para refinamento de fontes que fossem mais representativas, diante dos inúmeros dados disponíveis na escala microscópica, que penso incursionar quando lido com história oral temática. Por outro lado, os relatos fornecidos por atores de diferentes matizes têm surpreendido pela riqueza de detalhamento, o que por diversas vezes me fez repensar a pesquisa. E, sim, a alguns personagens não seria um acinte considerar como exemplares de fontes “excepcionais-normais”: casos como do gestor-madeireiro-prefeito Guaracy Boschilia (Caarapó) e do campeiro Silvestre Otto, que trabalhou diretamente na derrubada de matas na região de Amambai, no Chaco paraguaio e até no Norte do Brasil.   possível prosseguir com tal objetivo de pesquisa.

4. Ao estudar a ocupação recente da região “cone sul” de Mato Grosso do Sul, e as transformações na paisagem, busquei *constituir uma análise econômica e ambiental que*

¹⁰   possível ter uma visão de conjunto sobre micro-história em OLIVEIRA; ALMEIDA (2009); e em LIMA (2006).

proporcionasse reflexão sobre o processo que, em nome da marcha do progresso, teria devastado a última fronteira de cobertura vegetal remanescente da Mata Atlântica brasileira.

“*A ferro e fogo*” escrita por Warren Dean é obra de cabeceira e bússola à presente pesquisa, assim como diversas publicações recentes sobre história ambiental. Ao mesmo tempo, a feitura da tese oferece a perspectiva da história econômica, por transitar pela história de empresas, por interrogar as relações de trabalho e por associar a economia madeireira à penetração constante da agropecuária na região de mata do *cone sul*. Seria uma segunda “marcha para o Oeste” ou a continuidade desta, em nova circunstância de modernização conservadora da faixa de fronteira.

Fontes e metodologia

Ao listar as fontes e informar a metodologia presumidamente adequada ao objeto de pesquisa em questão, levantei uma revisão de literatura como aporte teórico-metodológico adequado para se interrogar o leque de problemas relacionados ao tema da história da atividade extrativa e de beneficiamento de madeiras. Assim, o tema território, região e identidade deve receber atenção especial, assim como a relação entre história e memória.

Do mesmo modo, tal revisão teórica contribuiu para aprimorar o tratamento de algumas questões mais estritamente da ordem econômica e social. Para tanto, algum emprego de método quantitativo se faz presente, além de adotar, em alguma medida, uma abordagem ligada aos estudos de *história de empresas*.

Vem dos arquivos da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) o conjunto de fontes preche de possibilidades quanto à constituição de séries comparativas para análise. Isso porque obtive cópias de todos os contratos sociais, e alterações contratuais, de empresas classificadas como “serrarias com ou sem desdobramento de madeira” nos municípios que selecionei para o cone sul de Mato Grosso/do Sul para o período proposto. Com isso foi possível apresentar descrição de serrarias que se estabeleceram em Amambai, por local de nascimento dos sócios e estado federativo em que obtiveram documentos de identificação civil (ou militar), o que proporcionou apostar em três sentidos de fluxos migratórios encarnados pelos proprietários de serrarias: uma rota paranaense, uma rota paulista e uma rota sulista, já confirmando serem minoria os (sul)mato-grossenses que empreenderam esta atividade em Amambai.

O recurso metodológico adotado foi o de planilhar os dados de modo a tabular o perfil dos sócios, averiguando assim a naturalidade de estado de origem (e em alguns casos de países).

Classificar pelo documento de identidade (o registro geral: RG) de cada indivíduo propiciou constituir um estudo serial sobre os movimentos dos fluxos migratórios dos empresários. Sim, pois, quando um indivíduo registra o seu RG certamente está em idade adulta, para além dos dezoito anos, salvo quando emancipado pelos pais. Seja como for, procede verificar um deslocamento territorial, corroborando no caso para a descrição da “rotas migratórias” de famílias ligadas ao negócio da madeira. Com isso foi possível visualizar, para o caso de Amambai, um forte fluxo de familiares provenientes do estado de São Paulo e de municípios dos estados meridionais do País que passaram pelo Paraná antes de aportarem neste município sul-mato-grossense. Isso condiz com a reflexão de que em solo mato-grossense/do sul o estabelecimento das madeireiras acompanhou o avanço da fronteira agrícola, tanto no sentido Leste-Oeste, quanto no Sul-Norte. O caso de Amambai segue como amostragem do sentido geral detectado também aos demais municípios deste “cone sul”.

Ainda com base nas informações de contratos da JUCEMS, outros quadros foram possíveis produzir. Como o elencar por ano de exercício a quantidade de aberturas de serrarias em cada local declarado, o que deixa a impressão de que o intervalo representado pelos anos de 1973 e 1982 sejam os mais representativos do auge da exploração madeireira no cone sul. Para a atualização dos capitais sociais investidos pelas empresas, o recurso foi atualizar os valores pelo indicador Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), atualização possível mediante lançamento dos valores em um dispositivo disponível pelo portal da Fundação de Economia e Estatística do Governo do Rio Grande do Sul. Uma vez atualizados os valores das 747 empresas madeireiras, montei um quadro classificatório em que pude verificar uma ampla maioria de estabelecimentos de pequeno porte, sendo o reverso também correto assinalar, uma atividade muito concentrada em torno das 100 maiores serrarias.

Fotografias e imagens de satélite são fontes bastante utilizadas e dão base para o exercício de representar as movimentações do ciclo madeireiro no cone sul de Mato Grosso/do Sul, especialmente registrando o cotidiano em serrarias, ações de agentes responsáveis pelos desmatamentos, e carregamentos de toras e madeiras beneficiadas.

O crescimento do número de pesquisas em *história ambiental*, até pelo que já foi apresentado e sugerido, certamente foi importante para ampliar horizontes quanto ao objeto. Antes de tudo, porém, a revisão teórica esclarece que a pesquisa indicada se circunscreve na dimensão da *história do tempo presente*, e para tanto, importou acertar posições com os conceitos que envolvem a escrita da história no tempo vivido pelo historiador, de modo a corrigir alguns equívocos corriqueiros.

Também em atenção ao tempo presente, o trabalho com entrevistas foi bastante acionado ao longo do estudo, dada, ao que parece, a insuficiência de se refletir sobre problemas conexos ao fenômeno das atividades madeireiras utilizando-se apenas das fontes documentais escritas – embora estas também foram incluídas e arroladas. Diante disso, a pesquisa vem reforçar a contribuição da *história oral*, em particular da *história oral temática*, quanto às técnicas utilizadas nas entrevistas, uma vez que a experiência dos antigos trabalhadores das serrarias, por exemplo, constituiu uma imagem importante, sendo mais bem aprofundada quando incorporou assuntos referidos à atividade madeireira, como a devastação da floresta e as relações de trabalho que lhe são correspondentes.

Estabelecido nesse tempo-espaço, foi possível a construção de um quadro mais completo, a estreitar aproximações com o processo histórico que modelou a paisagem rural e urbana dessa região. Pelo acesso a estudos acadêmicos recentes, ainda preliminares, mas já instigantes e que demandam continuidade (cf. SOUZA, 1998; PANOSSO NETO, 2001), verificou-se nas entrevistas a possibilidade de bem representar a memória histórica dos sujeitos envolvidos, empresários e trabalhadores, e de agentes públicos; servindo como fio condutor da pesquisa, na medida em que foram apontando caminhos para se levantar e constituir uma base documental mais sólida – cruzando com dados estatísticos e documentos fiscais, por exemplo.

Por tratar-se de uma *pesquisa de campo em que a coleta de dados se deu via entrevistas*, foi elaborado um formulário para perguntas iniciais aos entrevistados, porém, flexível o suficiente para incorporar novas questões, na medida em que os testemunhos indicavam caminhos não percebidos quando da construção do projeto de pesquisa. Após pré-agendamento de visita, produziram-se entrevistas filmadas, algumas com várias horas de duração, devidamente transcritas e autorizadas pelos depoentes, assim como autorização para que o documento digital fique armazenado em locais de memória, como centros de documentação ou arquivos públicos. Toda a pesquisa, assim, propôs-se dialogar com as fontes orais e problemáticas que envolvessem questões como ocupação territorial, explorações dos recursos extrativos e formação socioeconômica.

Os impressos constituíram fontes de interesse do presente trabalho. Foi bastante animador constatar que alguns acervos digitais de periódicos já estejam acessíveis ao público, a facilitar em muito a pesquisa científica. Dos periódicos disponíveis para consulta no Centro de Documentação Regional da UFGD, destaco o recorte do artigo do jornal *Folha de Dourados* e da *Revista Brasil Oeste*, que abrem dois capítulos da presente tese.

Em síntese, foi possível constituir procedimentos historiográfico e interdisciplinar que ampliaram a base de sustentação documental, de modo a problematizar, descrever e aproximar o processo histórico que envolveu o “ciclo madeireiro” na região *cone sul* de Mato Grosso/do Sul e deu feições definitivas à paisagem do território, doravante voltado à produção de *commodities*.

Feitas as considerações iniciais, apresento a seguir, sucintamente, a composição dos capítulos que matizaram o texto desta tese de doutoramento.

No **capítulo 1**, denominado *O cone sul de Mato Grosso/do Sul em ritmo de modernização conservadora*, o estudo sobre a economia madeireira na área correspondente ao que denomino por *cone sul* de Mato Grosso/do Sul (1970-1990), passa obviamente por informar ao leitor o que se compreende por *cone sul*, uma vez que a figura geométrica em formato de “cone”, que inspira o mapeamento das terras meridionais de Mato Grosso do Sul, nem sempre teve um entendimento unânime. Cabe, pois, esclarecer que, até por aproximação cronológica, privilegiar-se-ão os atuais municípios mais ao sul de Dourados e de Ponta Porã. Isso porque, muito embora haja um passado em comum, relacionado com a ocupação originária dos grupos Guarani e Kaiowá, ou com a rica história da exploração ervateira, que englobava uma extensão de terras muito maior, o tema específico da atividade madeireira requer um recorte mais restritivo.

Feitos tais esclarecimentos, no presente capítulo procuro estabelecer relação entre as instalações de serrarias no *cone sul* ao longo da década de 1970, e seguinte, com o avanço da fronteira agrícola, contextualizando o estudo no cenário nacional. A panorâmica encaminha delimitar as circunstâncias promovidas pelo programa de “modernização conservadora” do regime militar para o campo brasileiro, ou tentativa de transformar latifúndios em empresas agrícolas, como alternativa às reformas de base defendidas no governo João Goulart e descartadas logo após sua queda pelo golpe de Estado de 1964. Aqui se pretende situar o fenômeno da modernização conservadora envolvendo e ultrapassando as frentes pioneiras na região em questão. Como assimilar que a área de Mata Atlântica de Mato Grosso/do Sul veio abaixo em ritmo tão intenso para dar lugar às pastagens, fato até então inédito? Sim, pois, como será abordado nos capítulos seguintes, mais do que para a agricultura, as matas foram derrubadas para a formação de fazendas de gado. Encerra o capítulo abordando o avanço da fronteira agrícola encontrando os primórdios da atividade madeireira na região estudada.

No **segundo capítulo**, intitulado *Fluxos migratórios e o ciclo madeireiro*, o texto procura deter-se minuciosamente em investigar o perfil das empresas constituídas no ramo madeireiro no cone sul de Mato Grosso/do Sul. Para tanto, aceita *a priori* a premissa de se tratar, por norma, de empresas familiares: de pequeno, médio e, exceção, de grande porte. Para tanto, tomo como auxílio os arquivos da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul (JUCEMS), cujo acesso aos contratos sociais confirmam a tendência de associações familiares na constituição das empresas com esse ramo de atividade na região, ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado. Das informações proporcionadas pela Junta Comercial, foi possível também construir uma tabela de aberturas de empresas, ano a ano, por municípios e distritos, já orientando mais detidamente o intervalo de 1973 a 1982 como o correspondente ao apogeu da atividade madeireira, haja vista serem os anos onde mais constituições de empresas se pôde observar.

Nesse capítulo, ainda com dados dos contratos sociais, foi possível trabalhar a hipótese de uma rota paranaense de destacada presença no ramo madeireiro no *cone sul*. Melhor dizendo, um fluxo migratório “de passagem”, que nas décadas anteriores a 1970 absorve empresários gaúchos e catarinenses que operam no Paraná, por um lado; e paulista e, em menor número, mineira, que também operou naquele estado, acompanhando as derrubadas para a agricultura, especialmente para a cultura cafeeira. Aqui exercitou-se apurar nos contratos sociais a naturalidade dos sócios e, artifício encontrado ao acaso, a disposição de consultar os registros de identidade expedidos. De fato, as secretarias de segurança pública, que, em geral, expedem os registros gerais (RGs), proporcionam uma análise serial e comparativa. Ao menos para o caso de Amambai, fica patente que muitos empresários estiveram no Paraná em idade adulta, quando se pode tirar identidade civil. Ficamos com os roteiros das serrarias: a rota paulista/mineira, rota sulista e rota paranaense (a maior), dialogando com informantes que admitem serem poucos os madeireiros nativos do município. Mais adiante, procuro refletir sobre deslocamentos cada vez mais comuns por sobre localidades situadas na fronteira com o Paraguai, em função da rarefação da matéria-prima no interior do *cone sul*, alçando Paranhos a uma posição de destaque, onde madeireiros brasileiros extraíam a madeira no país vizinho e a comercializavam sem maiores “embaraços aduaneiros”. Por fim, consulto os colaboradores da pesquisa quanto a quais espécies madeireiras tinham maior apelo comercial.

O **capítulo 3**, intitulado *Desmatamento em marcha*, foi reservado para averiguar e narrar como se processou o desmatamento da região, na parceria madeireira com fazenda agropecuária, a pecuária em particular. Nesse capítulo mais detidamente se procura situar os operários das serrarias, o *modus operandi* da produção, mas buscando representar o processo

na totalidade: desde a compra do mato, transporte, corte e beneficiamento. E acidentes de trabalho. A oportunidade de consultar diretamente personagens dessa história veio a somar com outras entrevistas produzidas anteriormente, cuja apropriação nos deram maior segurança. Ao mesmo tempo, outras fontes embasam a construção dessa operação analítico-narrativa, como alguns recortes de jornais de época. Mas são as fontes orais que despertaram curiosidade vívida pelo assunto, como da afirmação de que “o palmito era o primeiro que saía” (sobre indústrias de palmito que se instalaram na região no decorrer das derrubadas); ou por ser capítulo chave da tese, pretende levar ao leitor as negociações da aquisição da matéria-prima, por metros cúbicos ou por mata fechada, reafirmando a importante parceria entre as serrarias e a atividade pecuária. Novamente interessantes passagens de memória de nossos personagens representam bem o processo aqui narrado. De fato, as entrevistas informam: como contratavam, transportavam, produziam e comercializavam; bem como, olhando para o mundo do trabalho: as condições de trabalho, acidentes e local de moradia dos trabalhadores.

O **quarto capítulo** foi confeccionado para pensar os “desdobramentos” da aventura do ciclo da madeira no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul. E por desdobramentos, procura destacar o acelerado desmatamento que extinguiu “precocemente” a mata nativa da região, fornecedora da matéria-prima às serrarias. Também a ideia de “desdobramento” serve aqui ao propósito de refletir sobre a continuidade da frente madeireira para áreas novas. Sendo assim, o capítulo abre com uma denúncia de destruição das matas no município de Cáceres, Mato Grosso; passando a citar um caso trágico circunscrito já sob impulso de onda migratório de madeireiro, de saída de Caarapó para instalar serraria em Mato Grosso. Com isso, retorno a refletir o declínio madeireiro na região *cone sul* de Mato Grosso do Sul, com várias citações que orientam o destino ao norte dos madeireiros outrora instalados no território estudado; segue um tópico de reflexão sobre a lei nº 214/1981, que proibiu o corte de espécies em extinção em Mato Grosso do Sul, que é mais um marco de esgotamento deste ciclo madeireiro. A aventura prossegue no Paraguai, eis um estudo de caso narrado por um de nossos entrevistados; este mesmo aventureiro que é um protagonista, no mundo do trabalho, do novo fluxo migratório do *cone sul* para a Amazônia, anos mais tarde. Por fim, breves considerações acerca de regeneração da mata dão por concluída a pesquisa.

CAPÍTULO 1

O CONE SUL DE MATO GROSSO/DO SUL EM RITMO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Sobrevoar o Sudeste de Mato Grosso, em 1975, permitia contemplar o triste espetáculo da desordem característica da orla pioneira viva. Aqui, uma imensa clareira prematuramente desmatada, atulhada de troncos, eriçada de montões de ramos e raízes. Acolá, pastos perfeitamente uniformes com limites geométricos, cuidadosamente cercados de arame e ornados com açudes circulares.

[...] nota-se que as massas florestais, até aqui poupadas, situam-se sempre nos espaços deixados pela rede rodoviária que interliga as principais aglomerações urbanas (Iguatemi, Amambai, Caaarapó, Naviraí). Ademais, em torno desses núcleos primários, os desmatamentos afetam a forma de toscas auréolas em que a floresta está reduzida a ilhas ou a galerias ao longo dos principais cursos de água (PÉBAYLE; KOECHLIN, 1981).

“Madeireiro é um aventureiro, sem escrúpulos!” O ditado popular foi captado por Sandra Rita de Souza (1998) em entrevistas realizadas junto a moradores de Caarapó, município sul-mato-grossense, cujo traçado histórico foi atingido pelo considerado “ciclo madeireiro” ao longo das décadas e 1970 e meados dos 80. Tal “ciclo”, assim concebido como de uma atividade extrativista e industrial ao mesmo tempo, incidiu em razão das contínuas derrubadas da mata para formação das fazendas em todo o *cone sul* do estado, após declínio da mais tradicional economia, também extrativista: a produção de erva-mate.

De boca em boca, a caracterização dos madeireiros como “aventureiros” ganhou, possivelmente, mais consistência, na medida em que empresários de serrarias se iam, um após outro, desativando suas instalações em Caarapó, em boa medida para dar continuidade ao ramo em territórios para onde seguia o avanço da fronteira agrícola¹¹, no caso, para Mato Grosso e estados do Norte do país.

¹¹ Quando me refiro ao “avanço da fronteira agrícola” compreendo uma definição correspondente aos sucessivos movimentos territoriais em direção ao interior do País, por onde historicamente expandiram as atividades agropecuárias sobre o meio natural.

Alguns agentes que empreenderam a atividade também reconheceram um sentido do emprego dessa expressão, “aventureiro”, dessa imagem da aventura que o olhar retrospectivo retém na memória. Por exemplo, quando indagado a refletir sobre a efervescência de Caarapó e região em tempos de destaque da atividade madeireira, o imigrante helênico Nikolas Sofianos Karnakis¹², não por acaso apelidado por “Grego”, se antecipou à imagem negativa do empresário de madeiras, destacando a grande quantidade desses empreendedores naquela localidade, mas concordando que “a maioria dos madeireiros é aventureira que nem cigarra” [...], “hoje ele está aqui, amanhã está onde tem matéria-prima” (SOUZA, 1998, s.n.; anexo: entrevista, destaques meus).

Grego acrescentou, todavia, que majoritariamente os fazendeiros de Caarapó, à época, eram provenientes de “fora”, o que teria contribuído, em seu entender, mais decisivamente para o curto ciclo madeireiro. A seu juízo, “as indústrias madeireiras duraram muito pouco tempo aqui, acho que foi quatro a cinco anos, a maioria”; e caso a extração fosse feita com mais racionalidade, a cargo mais da dinâmica própria das indústrias, e menos ao capricho do fazendeiro, talvez a atividade com a madeira pudesse perdurar por muito mais tempo em Caarapó, de 20 a 30 anos, estimou (id., *ibid.*). Pode-se derivar de tal declaração que também o fazendeiro absenteísta fora um aventureiro, tal qual o era o “proprietário” de serraria. Aqui a aventura tem um sentido pragmático, imediatista, de corrida ao lucro rápido, sem maiores considerações com fatores tido como secundários...

Ao longo deste estudo haverá o leitor de observar um “sentido de aventura” em diversos outros atores contemporâneos, indo dos proprietários de serrarias e de propriedades agropecuárias, a demais participantes do ciclo madeireiro. Assim foi o trabalhador no interior da serraria, no carregamento das toras, na derrubada das árvores, a título de exemplo. Assim também o são, é o que nos revelam as fontes orais, os parceiros que combinavam contratos provisórios em arranjos de limpeza das terras que futuramente seriam voltadas à agropecuária.

¹² Nicolas Sofianos Karnakis, popularmente conhecido como “Grego” constituiu, em sociedade com seus parentes helênicos, Constantin Sofianos Karnakis e Geogios Sotiros Karnakis, e ainda com Panagiotis Lymberopulos, este panamenho naturalizado, a Makar - Indústria Madeireira Ltda. A sociedade foi aberta em 20/08/1975, com um capital registrado de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), tendo investido Nicolas, Constantin e Panagiotis Cr\$ 90 mil cada um, e Georgios os outros Cr\$ 30 mil. Segue da alteração contratual de 01/12/1987 onde, entre outras coisas, retiraram-se da empresa os então sócios Geogios Sotiros Karnakis e Panagio Lymberopulos, alterando ainda o capital dos sócios remanescentes, Nicolas e Constantin, cada qual aportando Cz\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil cruzados, a então nova moeda nacional). Não se sabe ao certo a data de encerramento da empresa, constando nos arquivos da JUCEMS a data de 14/04/1999 com a de cancelamento da inscrição estadual (cf. arquivo JUCEMS, Nire nº 54.2.0006529-1). Curioso é que os Karnakis aparecem nos contratos residindo em São Paulo; e Lymberopulos na República do Panamá. O sobrenome Karnakis revela se tratar de empreendimento majoritariamente familiar, o que era comum no universo das serrarias do *cone sul* no período pesquisado. Chama atenção, no entanto, a peculiaridade de a *Makar* ter sido uma empresa formada exclusivamente por estrangeiros.

Tudo aqui se combina em movimentos migratórios postos em circulação pela economia da indústria extrativista da madeira, par-a-par com a formação da agropecuária na região em questão.

1.1 O que se compreende por “cone sul” de Mato Grosso/do Sul

Um problema recorrente nas investigações no campo da história regional em Mato Grosso do Sul decorre da dificuldade em denominar, para tempos mais remotos, o recorte geográfico que corresponda ao atual estado de Mato Grosso do Sul. Isso porque, bem sabemos, institucionalmente falando, Mato Grosso do Sul só passa a existir enquanto ente federado do país a partir de 11/10/1977, que é quando o então presidente militar Ernesto Geisel sancionou a lei de sua criação. Não por acaso, prestigiados historiadores propuseram o debate acerca do problema. Em *A história regional em questão*, Valmir Batista Corrêa fez o seguinte comentário:

Ainda no caso de Mato Grosso do Sul, o fato de constituir-se em um estado relativamente recente (criado pela Lei Complementar n. 31, de 11 out. 1977), criou uma situação de curiosa singularidade na historiografia regional. De fato, apesar das peculiaridades históricas e econômicas da região, seria presunção perigosa admitir a possibilidade da divisão por lei da história do antigo Mato Grosso, como se fosse possível desvincular da história de Mato Grosso do Sul o passado de toda a região mato-grossense (CORRÊA, 1994, p. 52-53).

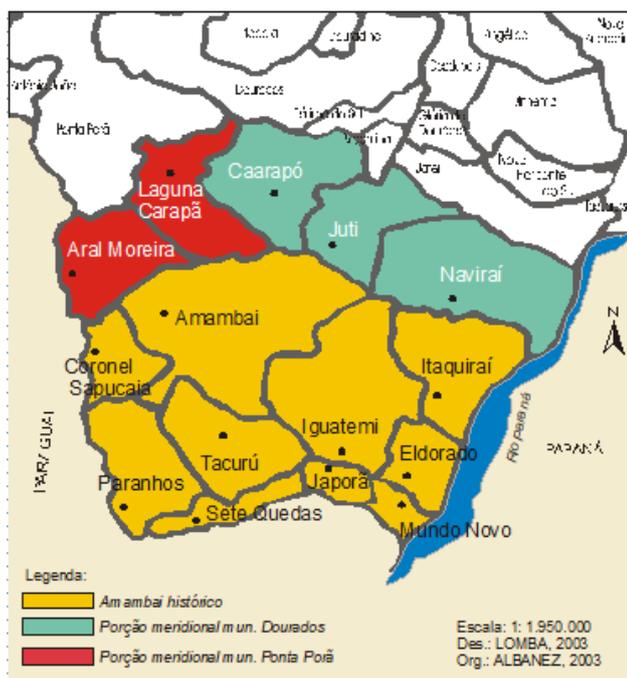
Para contornar esse problema, esforços foram empenhados na construção de alternativas de exposição, visando orientar os leitores ao espaço a que se faz referência, evitando com isso o anacronismo de designar a nomenclatura “Mato Grosso do Sul” para décadas anteriores ao período de sua criação. Assim, para ficar em dois exemplos, Queiroz vai falar em *antigo sul de Mato Grosso* para se referir à porção equivalente ao estado de Mato Grosso do Sul (QUEIROZ, 1993, QUEIROZ, 2004a; QUEIROZ, 2004b). Por outro lado, Marisa Bittar, estudiosa do tema da formação do estado de Mato Grosso do Sul, utiliza a designação *Mato Grosso Uno* para definir o espaço territorial antes da divisão do antigo território e a constituição do novo ente federado (BITTAR, 1997; BITTAR, 1999).

No estudo presente propositalmente grafa-se *cone sul de Mato Grosso/do Sul*, assim com um sentido ambivalente. Isso porque a periodização proposta de 1970-90 constitui um intervalo em que a área meridional do território, consagrado pelo costume por “cone sul”, esteve

por sete anos fazendo parte do antigo *sul de Mato Grosso* para, após outubro de 1977, constituir-se no sul de Mato Grosso do Sul. Ciente de que toda delimitação espacial carrega consigo uma escolha, até mesmo arbitrária, e Pierre Bourdieu foi muito contundente ao alertar sobre o grau de subjetividade discursiva que contém o conceito de região (BOURDIEU, 2007), acolhido o alerta, insiste-se com a nomenclatura “*cone sul*”, seja porque ela está consagrada pelo senso comum, seja porque, de fato, está-se geograficamente referindo a uma produção de um espaço econômico, social e cultural bastante singular.

Isso porque a porção meridional do atual Mato Grosso do Sul constitui a área territorial de fronteira deste estado com a República do Paraguai e com o estado do Paraná. Mais estritamente falando, considera-se por cone sul uma área mais ao sul do atual município de Dourados, embora inserido na classificação dada pelo IBGE como microrregião homogênea 344: *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*.

Figura 1. Região *Cone Sul* de Mato Grosso/do Sul



Organização: Gilson Kleber Lomba, 2003.

Recorrendo ao mapeamento do processo histórico de ocupação, a área estaria totalmente inserida no interior do território tradicional dos Kaiowá/Guarani. Conforme Antônio Jacob Brand (apoiado em MELIÁ, 1981 e GRÜMBERG, 1975), o território tradicionalmente ocupado pelos Kaiowá, em suas palavras,

[...] estendia-se, ao Norte, até os rios Apa e Dourados e, ao Sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do Rio Jejuí, chegando a uma extensão Este-Oeste de aproximadamente 100 km, em ambos os lados da Serra de Amambai, abrangendo uma extensão de terra de aproximadamente 40 mil km, dividida pela fronteira Brasil/Paraguai. Era uma região de mata sub-tropical, com extensos campos, o que leva Meliá (1987:82) a concluir que o mapa cultural guarani se "*superpone a un mapa ecologico, que si no es del todo homogneo, tampoco quiebra ciertas constantes ambientales*" (BRAND, 1997, p. 1-2).

O mesmo autor reconhece que mais tardiamente, ao final do século 19 e seguinte, o domínio territorial passou às mãos da *Companhia Matte Larangeira*¹³, mediante arrendamentos junto ao Estado, dando início a um processo caracterizado por “sucessivas frentes de expansão e ocupação não-indígena” para a exploração da erva-mate nativa, que acarretou deslocamentos de inúmeras aldeias no interior do território. De todo modo, continua, não interessava exatamente a *Matte Larangeira* a posse do território Kaiowá, mas a exploração econômica do mesmo, atribuindo mais ao processo caracterizado pelas frentes pioneiras¹⁴, a partir da década de 1950, o desmatamento da região para implantação das fazendas de gado, provocando dispersão de dezenas de aldeias tradicionais, o “esparramo”:

No período caracterizado pelo *esparramo*, que vai aproximadamente da década de 1950 a 1970, período, também, de implantação das fazendas, inúmeras aldeias Kaiowá/Guarani foram destruídas e seus moradores dispersos. Famílias extensas foram desarticuladas. [...] Com o fim do desmatamento e, portanto, do *esparramo*, o processo se inverteu. As fazendas estavam formadas e a presença de famílias e aldeias indígenas mesmo que nos fundos das fazendas, representou um atrapalho. Assim, os Kaiowá/Guarani foram, compulsoriamente, confinados dentro das Reservas extinguindo-se qualquer alternativa de *oguata* (caminhar), ou de buscar outros refúgios (id., ibid., p. 90).

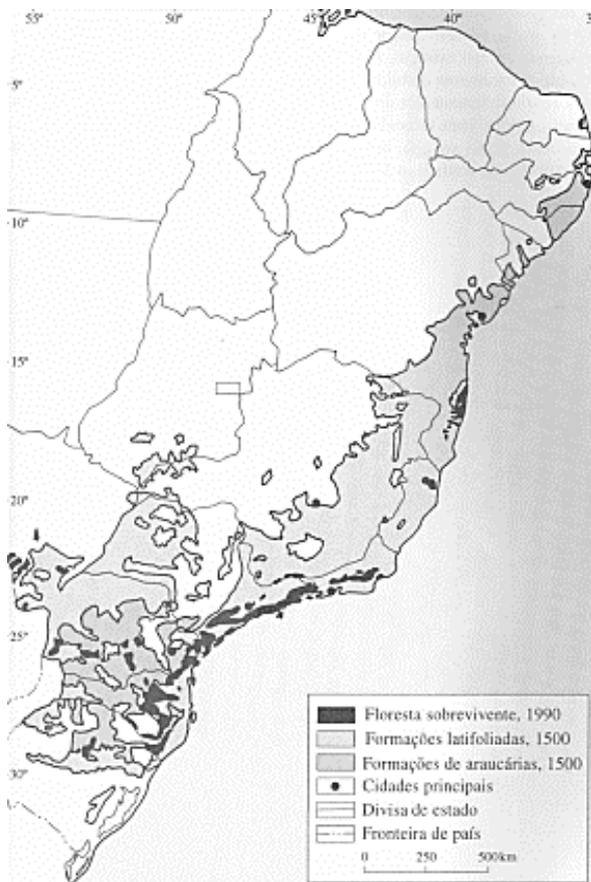
O recorte temporal acima coincide com o período que Raymond Pébayle e Jean Koechlin (1981) delimitaram como sendo o segundo estágio de ocupação da região, o do “predomínio do econômico” – o primeiro estágio fora o do “predomínio do ecológico”, até meados do século passado. Haveria um terceiro, segundo esses geógrafos franceses, o do “econômico sobre suporte ecológico”, a partir dos anos de 1970, o que coincide com o recorte aqui proposto para demarcar o início do ciclo madeireiro no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul.

¹³ Sobre a história da Companhia Matte Larangeira e da economia ervateira, indico: ARRUDA (1997), BIANCHINI (2000), QUEIROZ (2015), JESUS (2004), CORRÊA FILHO (1925), FIGUEIREDO (1968), BIANCHINI (2000), GUILLEN (1991) e GUILLEN (1999).

¹⁴ A esse respeito, a caracterização de frentes pioneiras é conceito definitivo em José de Souza Martins, p. ex. MARTINS (1975) e MARTINS (2009).

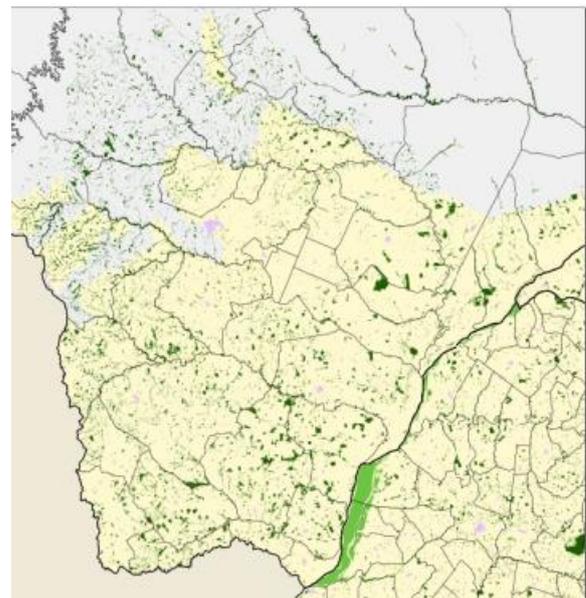
Nesse ponto, é importante considerar que este *cone sul* está assentado em área remanescente da Mata Atlântica brasileira, assim como a maior parte do território designado aos “Campos de Vacaria” e às “Matas de Dourados”. E o mapa exposto no clássico livro de Warren Dean revela o trágico contraste entre a floresta sobrevivente em 1990 e a estimada vegetação encontrada pelos colonizadores em 1500. Foi este um primeiro despertar quanto ao *cone sul* inserido na última fronteira, a oeste, da Mata Atlântica brasileira.

Figura 2. A Mata Atlântica brasileira em 1500 e 1990



Fonte: DEAN, Warren, 1996, p. 63

Figura 3. Área da Mata Atlântica segundo a Lei nº 11.428/2007



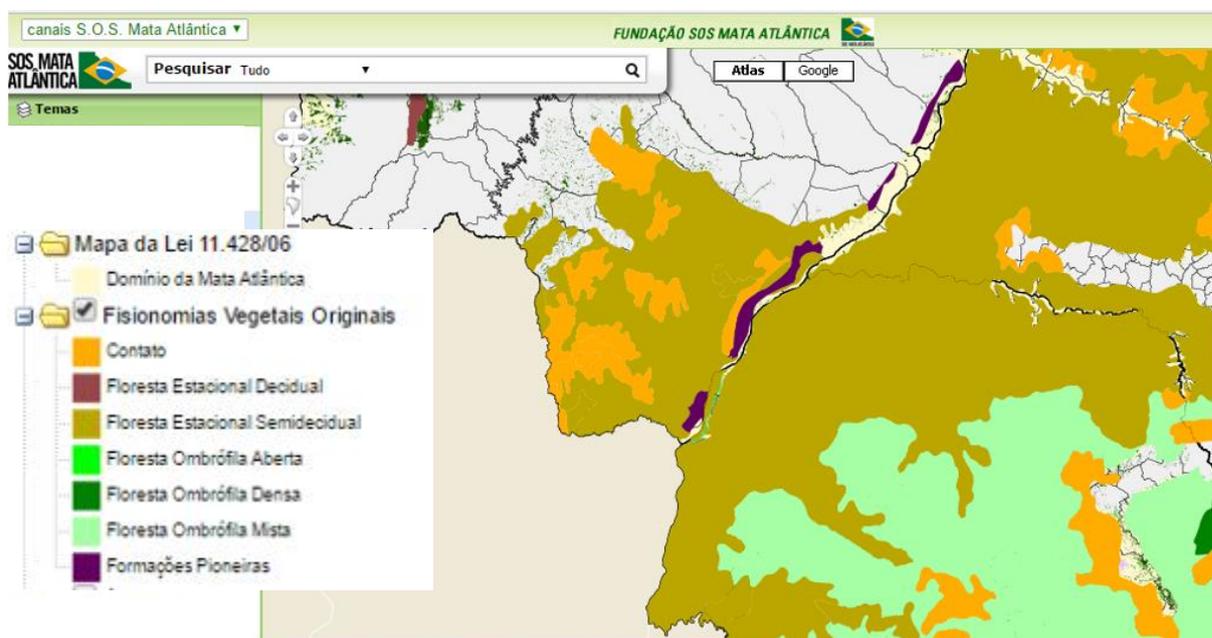
Legenda

Mata	Restinga
Área natural não florestal	Área Urbana
Mangue	Mapa da Lei 11.428/06

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica. Execução Técnica: ArcPlan (Área mínima mapeada 5ha)

Observa-se então o *cone sul* como um espaço regional assentado sobre a última fronteira ocidental da Mata Atlântica brasileira. Talvez fosse mais específico fazer menção à região de mata que anteriormente abrigara os ervais nativos, palco indelével onde se estruturou o processo de ocupação anterior, baseado na economia extrativo-industrial da erva-mate. A última fronteira é também área de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, alternando região de mata fechada com a de campos limpos.

Figura 4. Cobertura vegetal original do Cone Sul: Floresta Estacional Semidecidual e Zona de Contato



Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica. Execução Técnica: ArcPlan

Instiga o assunto do desmatamento tardio, último quartel do século 20, quando o problema ambiental começava a constituir-se em uma preocupação mais amplificada em termos de opinião pública mundial. O enfoque temporal insere-se entre dois eventos de suma importância para o debate e carta de compromissos assinados entre chefes de Estado. A Conferência de Estocolmo foi realizada em 1972, com objetivos de repercutir mundialmente inquietudes para com o meio ambiente, bem como de firmar compromissos para com a sustentabilidade ecológica do planeta. Vinte anos depois deu-se a Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92, que novamente reuniu chefes de Estado na cidade do Rio de Janeiro, para firmar termos de compromissos ambientais, embora a questão da biodiversidade não tenha sido reconhecida pela delegação norte-americana. Mais recentemente teve-se a Rio + 20 e os problemas recorrentes da exploração desenfreada dos ecossistemas continuam à espera de um esforço de contenção (a esse respeito, v. MARQUES, 2016).

Em *Saudade do Matão*, Teresa Urban (1998) entrevistou respeitáveis personalidades da luta pela conservação da natureza no Brasil, observando já de início que a questão ambiental

recebeu apenas uma tímida atenção na pauta de discussão dos problemas nacionais, isso especialmente nas décadas finais do século passado. Eis que, “fim dos anos noventa; mais de duas décadas depois de muitas ações destes importantes personagens, o Brasil é um país diferente”. Porém, continua, “os problemas ambientais são enormes, não dispomos ainda de uma boa política conservacionista, ou sequer de uma política setorial para esse fim [...]” (p. 17). Daí “a necessidade absoluta de se criar e manter áreas naturais protegidas do avanço inexorável das frentes de destruição” (p. 20, destaques meus).

Continuando com Urban (1998), a publicação toma o *Mapa de Florestas e Campos do Brasil* (de Gonzaga de Campos, editado em 1911) como uma base segura para avaliar, a partir daí, a constante e acelerada destruição do maciço florestal do país. Especialmente em relação à região nordeste, observa que “a Paraíba, que tinha [em 1911] 36,53% das matas [...], 12 anos depois, [...] tinha a espantosa e aterrorizante fração de 0,82 de florestas” (p. 30). No estado de São Paulo, embora aquele mapeamento tenha sido importante para iniciativas conservacionistas nas décadas subsequentes, as estimativas apontavam para a destruição de um milhão de hectares de florestas apenas no planalto paulista, entre 1890-1900¹⁵. Assim, dos 64,7% de florestas originais que São Paulo ainda possuía, segundo o mapa de Gonzaga de Campos, bastaram mais oito anos para serem reduzidos a 15,65% (p. 38).

Passando ao meado do século 20, um levantamento de Alceo Magnanini revelava que a destruição da floresta amazônica “alcançava apenas as bordas, no limite com o Nordeste, [...] na região Sul, o Paraná conservava 30,35% da floresta primitiva, percentual reduzido a cerca de 3% nas quatro décadas seguintes” (id., ibid., p. 42). Em particular a experiência de ocupação econômica desse estado vizinho seria bastante exemplar, quer nos parecer, no comparativo com um “ciclo madeireiro” que se estenderá ao “cone sul” de Mato Grosso/do Sul. Em ambos os casos o resultado foi de devastação da cobertura vegetal em poucas décadas, uma vez combinadas atividade agropecuária, ocupação urbana e exploração da madeira, como havemos de demonstrar mais adiante. Ironicamente, ao final dos anos 80, o governo paranaense fazia veicular nas redes de televisão daquele estado uma peça publicitária contraditória, algo como: “No Paraná as matas foram mortas. Sua vida depende de você” (!).

¹⁵ Delimitada entre a Serra do Mar e Campinas, não por coincidência essa região era o sentido que tomava a expansão da cultura cafeeira no contexto das últimas décadas do século 19.

1.2 Modernização conservadora, modernização autoritária

Merece atenção o conceito da “modernização conservadora”, ou “modernização autoritária”, como preferem alguns analistas¹⁶, até para que não se passe ingenuamente a ideia de um território tomado isoladamente do todo. Dito de outro modo, é preciso cautela para que o processo de formação socioeconômica de uma região não seja simplificado em seu movimento endógeno, como se um território estivesse disjunto dos circuitos mais amplos, nacionais e até internacionais; assim como se fosse possível separar os fatores de ordem econômica dos de mediação política.

O termo da “modernização conservadora” foi cunhado inicialmente para caracterizar casos de nações que promoveram o desenvolvimento capitalista sem uma “revolução social”, como os casos da Alemanha e do Japão oitocentistas, países que edificaram sociedades capitalistas totalitárias e/ou autocráticas, com consequências dramáticas observáveis no período das grandes guerras do século 20. Uma vez tomado de empréstimo, o termo foi aplicado ao exame da modernização agrícola no Brasil, algumas vezes sem as devidas mediações históricas (cf. PIRES; RAMOS, 2009, p. 411). De todo modo, tais estudos tiveram o mérito de chamar atenção para a estrutura fundiária altamente concentrada e voltada para a exportação, que se manteve. Ou seja, modernização conservando o domínio da propriedade fundiária.

Entre os pensadores nacionais, o trabalho inaugural que apresentou o conceito de modernização conservadora é de autoria de Alberto Passos Guimarães. Para Guimarães (1977, p. 3), “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (id., *ibid.*, p. 416).

Ainda no caso brasileiro, o termo foi utilizado para delimitar ao menos duas conjunturas: a chamada *Era Vargas*¹⁷ e ao longo da ditadura militar que se impôs após o golpe

¹⁶ É o caso de Francisco Carlos Teixeira da Silva, responsável pelo capítulo por ele intitulado “A modernização autoritária: do Golpe militar à redemocratização 1964/1984”, que compõe a obra dirigida por Maria Yedda Leite Linhares. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

¹⁷ Referência ao longo período em que o País esteve sob o governo de Getúlio Vargas, compreendendo o Governo Provisório que se constituiu após a “Revolução de 1930”; o Governo Constitucional (1934-37) e, especialmente a ditadura do Estado Novo (1937-45), embora se possa acrescentar o retorno de Vargas, eleito em 1950 até o dramático episódio de seu suicídio em agosto de 1954. Foi no “Estado Novo” que ficou mais evidente, ou ao menos acelerou-se uma primeira “modernização conservadora” no Brasil, *vide*, por exemplo, o projeto de colonização que promoveu a Marcha para o Oeste.

de Estado de 1964¹⁸. Destacando estritamente a modernização autoritária e “dolorosa” (no dizer de José Graziano da Silva, 1982) promovida pelo *Regime Militar*, vimos algumas passagens importantes:

Para [Martine e Garcia (1987)] o modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores (PIRES; RAMOS, 2009, p. 417; destaques meus).

Essa modernização aconteceu sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, ocasionando concentração maior da propriedade rural, maior disparidade na concentração de renda, aumento do êxodo rural, maior exploração da força de trabalho empregada na agricultura e a consequente piora das condições de vida dos trabalhadores. Em razão disso, alguns autores se referem à modernização como tendo “efeitos perversos”. Ela não mudou a estrutura de produção no sentido de promover relações menos exploratórias; ao contrário, agravou tais problemas (MIELITZ NETO; MELO; MAIA, 2010, p. 35; destaques meus).

O Estado brasileiro passa a intervir na agricultura a partir de 1964, direcionando o planejamento para o setor rural e determinando os rumos da produção, instalando seu projeto modernizador, facilitando o crédito, criando institutos de pesquisa e fortalecendo a assistência técnica no intuito de viabilizar os complexos agroindustriais que produziram alimentos para abastecer as cidades em constante expansão.

Surtindo efeitos sobre a organização do trabalho, a modernização da agricultura impactou toda a base produtiva da sociedade brasileira. A mobilização de trabalhadores de um setor a outro da economia nacional, o surgimento de uma massa de trabalhadores urbanos semiqualeificados, as organizações de classes e as reivindicações por direitos trabalhistas ou pela reforma agrária adquirem outra dimensão nos momentos que se seguiram à modernização da agricultura (id., ibid., p. 38; destaques meus)¹⁹.

1.2.1 Modernização e manutenção do latifúndio

O escritor e analista político Wladimir Pomar considera que no pós-golpe de 64 as diversas frações da classe dominante, “que deram apoio entusiástico à intervenção militar”,

¹⁸ Quando a caracterização da “modernização conservadora” serve para contextualizar o modelo de desenvolvimento econômico priorizado pelo Regime Militar (1964-85).

¹⁹ Ainda sobre o assunto, análises clássicas e trabalhos acadêmicos deixaram fecundas análises, algumas podem ser verificadas em: OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*, 2007; SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. *História econômica do Brasil contemporâneo*, 2002; SILVA, J. G. *A Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, 1982; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984*, 1990; PALMEIRA, M. *Modernização, Estado e questão agrária*, 1989; PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil*, 2009; MIELITZ NETO, C. G. A.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. (org.) *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*, 2010; entre outros.

tinham uma tarefa importante a fazer em relação à concentração fundiária existente no País. Para Pomar, o caminho compreendido pelos grupos dirigentes foi o de manter latifúndio, porém sob nova forma, havendo urgência em “modernizá-lo, fazendo-o aderir aos métodos capitalistas”. Para tanto, nos lembra de gestos de agentes em postos importantes na estrutura de Estado que manifestavam a orientação geral dos governos do regime: certa ocasião, por exemplo, afirmou Alysson Paulinelli, ministro da agricultura do então governo do general Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979): “Temos aqui uma agricultura de subsistência e precisamos transformá-la numa agricultura de mercado”. Em outra situação, anos antes, em 1970, um relatório do Ministério do Interior observava em relação à questão fundiária: “as grandes áreas desocupadas devem ser dadas às grandes empresas para impedir que sejam ocupadas pelo marginal” (POMAR, 2009, p. 78).

Desse modo, classificando o camponês como *marginal*, a burguesia comandou todo o processo de mudanças, objetivando criar, paralelamente, seu mercado de trabalho industrial, e uma agricultura moderna que garantisse suprimento de matérias-primas agrícolas. Ela, juntamente com os latifundiários, apavorados com as ameaças de *reforma agrária, na lei ou na marra*, organizou e dirigiu o golpe militar de 1964, para impedir qualquer espécie de parcelamento agrário. Logo depois, porém, fez decretar o Estatuto da Terra. Além disso, apoiou a adoção de medidas de ordem financeira e fiscal, que conduziram a um esforço combinado de *modernização dos latifúndios, ou capitalização dos latifundiários*, e também de *territorialização ou latifundização* de importantes empresas industriais (id., *ibid.*, p. 78).

Para Pomar, o dispositivo legal que permitia desapropriar terras, e aprovar projetos de colonização, possibilitava ao regime militar intervir para “esvaziar áreas de conflito fundiário e [...] canalizar o processo de ocupação das fronteiras agrícolas através de métodos capitalistas”, o que foi compreendido como traição, num primeiro momento, pela Sociedade Rural Brasileira (então viva voz dos latifundiários).

Wladimir Pomar considera que uma visão torpe ou arcaica, de longa duração, teria impedido os grandes proprietários rurais de compreender que medidas como a do Ato Institucional nº 9 (AI-9) e o Proterra; assim como incentivos fiscais, empréstimos a juros subsidiados e outras facilidades a eles oferecidas, objetivavam antes capitalizá-los, torná-los empresários agrícolas. Só mais tarde foi que os latifundiários compreenderiam que o “Estatuto da Terra não tinha por finalidade realizar a reforma agrária”, mas sim remover os obstáculos para o desenvolvimento industrial, através de um latifúndio capitalista, que mantivesse e acentuasse o controle agrário, adicionando tecnologia e liberando força de trabalho para as atividades industriais em espaços urbanos (id., *ibid.*, p. 79).

Acompanho W. Pomar em sua avaliação. Antes, porém, de prosseguir com suas considerações, quero agora trazer a público as justificativas de um agente em posto de comando nos primeiros anos do regime, que reforçam a argumentação geral de Pomar. Trata-se de Paulo de Assis Ribeiro, presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) durante o governo ditatorial de Castello Branco (abr-1964; mar-1967)²⁰.

Em 1º de setembro de 1965, instaurou-se na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar fatos relacionados com as atividades colonizadoras no estado de Mato Grosso (Mato Grosso Uno). A CPI, que tinha como relator o deputado José Mandelli, naquela seção ouviu o Sr. Paulo Assis Ribeiro na condição de depoente. O presidente do IBRA apresentava aos parlamentares as atribuições de sua pasta, a elaboração do cadastro de imóveis rurais que estava demandando muito esforço, dada a pouca estrutura física e de pessoal com que o IBRA contava, em narrativa amistosa. Na página três do relatório, Ribeiro expressava otimismo quanto ao cadastramento e a imposição de tributos previstos no Estatuto da Terra, considerados por ele mecanismos pelos quais seria possível modificar a estrutura fundiária por meio da “eliminação de latifúndios e minifúndios”. Por outro lado, tal meta estava, também em suas palavras, “inteiramente fora de alcance do IBRA, na zona de Mato Grosso, pelo menos, durante certo prazo, porque a lei, muito sabiamente, determinou uma necessidade de prioridades de áreas de regiões mais agudas, de problemas fundiários” (áreas do Nordeste e a ocupação desordenada no entorno de Brasília, além de outras áreas, como a do estado do Rio de Janeiro) (AN - FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO: cx. 320).

O relator José Mandelli indagou então ao depoente quais ações o IBRA estaria desenvolvendo em Mato Grosso; no que é respondido que Mato Grosso estaria incluído no cadastramento rural, cujo lançamento em escala nacional estava previsto para o mês subsequente (outubro de 1965) em diante, reforçando sua importância por permitir “estabelecer bases para a tributação fixada pelo imposto territorial rural nesse território”. Mato Grosso não

²⁰ O GUÍA de Archivos y Fondos Documentales, em “Fonds, XX S7 – Paulo de Assis Ribeiro”, reúne informações sobre fundos do Arquivo Nacional (AN), havendo a seguinte descrição sobre Paulo de Assis Ribeiro: “nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1906 e faleceu em 22 de maio de 1974. Diplomou-se engenheiro geógrafo, em 1928, e civil, em 1930, quando obteve o prêmio Morsing, como o primeiro colocado no curso. Foi também economista. Atuou nas áreas de educação, economia e engenharia, tanto em funções públicas como na iniciativa privada. Exerceu, entre outros, os cargos de presidente da Associação Brasileira de Educação (1934-1935), delegado da Educação em São Paulo (1936-1937), chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (1942-1944), diretor executivo da Fundação Getúlio Vargas (1944-1945), diretor do Centro Pan-americano de Aperfeiçoamento para Pesquisa de Recursos Naturais (1961-1962) e presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (1968-1970)” [sic] (cf. <http://atom.ipdh.mercosur.int/index.php/paulodeassis-ribeiro>). Aqui uma imprecisão quanto às datas, pois, conforme se verá, Ribeiro foi convidado a depor em uma CPI no Congresso Nacional em setembro de 1965, já na condição de presidente do IBRA, servindo portanto ao primeiro governo após a queda de João Goulart da presidência da República.

seria incluído entre as áreas prioritárias, porque considerava área prioritária aquela onde se verificasse a “existência de minifúndios”, o que “não é o caso típico de Mato Grosso” (destaques meus). Outro aspecto merecedor de prioridade para o IBRA, segundo Riberio, seria “o da densidade demográfica excessiva em certas áreas, coisa que também não se apresenta de forma aguda em Mato Grosso”, justificando priorizarem atenção a outras áreas, especialmente no Nordeste, onde todos esses problemas ocorriam ao mesmo tempo: “Existe o problema do minifúndio em grande escala; existe um problema da densidade em grande escala; existe o problema do crescimento demográfico”, dentre uma série de outros fatores que preocupavam as autoridades. Sendo assim, embora reconhecendo ser de gravidade menos alarmante, o presidente do IBRA previa que o Paraná seria em breve outra área problemática: “[...] não em termos de desenvolvimento atual, mas pelo incremento imenso que se está verificando nesta região. Mas não seria um problema tão grave, como já ocorre no Nordeste” (CPI, fl. 4; AN - FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO: cx 320; destaques meus).

Como se vê, a maior preocupação das autoridades do regime era intervir nas áreas de “minifúndios”, dada a pressão social por reformas (agrária, obviamente), e não necessariamente naquela em que os “latifúndios” prevalecessem, Mato Grosso incluído. Mais adiante isso ficará mais claro em seu depoimento à CPI, quanto das justificativas sobre os módulos fiscais. Ora, se o latifúndio não será alcançado pelo Estado militar, outros objetivos ter-se-ia para tais áreas, e é pensando nisso que o argumento de Wladimir Pomar fica difícil de ser relativizado. Para as grandes áreas de domínio agrário, o projeto voltava-se à sua modernização, via incremento tecnológico, acesso a créditos vantajosos e apoio técnico de instituições de pesquisa e extensão rural.

Penso que da mesma forma que a ditadura do Estado Novo não viveu o bastante para colher os frutos de seu projeto de colônias nacionais, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (cf. LENHARO, 1986); também a transformação de parte do latifúndio em empresas capitalistas, o *agronegócio*, só apresentará números mais relevantes de sua presença após a transição democrática, especialmente a partir de meados dos anos 1990. A própria palavra “agronegócio” só passou a ser mais propagada nos veículos de comunicação nos primeiros anos do presente século. Por falar em CAND, há uma interpelação com menção a ela em uma passagem do relatório da CPI sobre colonizadoras no estado de Mato Grosso:

- De modo que não acredito que tão cedo haja em Mato Grosso uma área prioritária para o IBRA atuar especificamente. A atuação dele será bastante genérica, como lhes disse, nos três aspectos: cadastro, tributação e regularização de títulos, e este, fatalmente, terá que ocorrer. O SR DEPUTADO

WALTER BASTISTA - Nem a Colônia Agrícola Federal de... O SR DEPOENTE - Esta está com o INDA. Esses problemas de colonização existirão, mas é um problema de ocupação e isso estaria afeto à área do INDA. O SR DEPUTADO WALTER BASTISTA - Toda expedição de títulos cabe ao IBRA? O SR DEPOENTE - Sim, ao IBRA. Regularização... O SR DEPUTADO WALTER BASTISTA - Já foram feitas algumas? ... O SR DEPOENTE - Não, temos feito pouca coisa. A expedição dos títulos das novas colônias é do INDA (CPI, fl. 5; *apud* AN - FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO: cx. 320; destaque meu).

Para os assuntos relacionados ao problema agrário, dois órgãos foram instituídos: o IBRA e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Não é difícil deduzir que as funções semelhantes de cada pasta chegassem a se chocar na burocracia do Estado militar (um instituto cuidaria da reforma agrária, que não houve; enquanto outro, da ocupação territorial), de tal sorte a confundir o parlamentar e servir de escape ao presidente do IBRA.

A distinção das áreas era feita por “módulos” (criação do Estatuto da Terra) para efeito de estabelecer limite, acima dos qual uma área poderia ser desapropriada e destinada a assentamentos rurais. O módulo, segundo os esclarecimentos de Paulo Assis Ribeiro, deveria variar de acordo com a região; da natureza da exploração agropecuária (“se é cultura temporária, se é pecuária de grande ou médio porte”); e se esta exigiria tecnologia mais avançada, “ou se é uma área igual a de Mato Grosso e Goiás, em que não podemos exigir o máximo de tecnologia, porque não têm infraestrutura para aplicar” (CPI, fl. 13; *apud* AN - FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO: cx. 320).

Feitos tais esclarecimentos, eis que o relator da CPI o interpela: “- No caso específico de Mato Grosso, qual é o módulo?” A resposta é deveras surpreendente e vale à pena citá-la em toda sua extensão:

O SR DEPOENTE – Mato Grosso tem mais de um tipo de módulo. A zona fronteira com São Paulo está mais avançada do que as outras regiões. Em Mato Grosso o módulo máximo vai em torno de 100 hectares. Módulo é a unidade de medida. Sabem V. Exas. qual o tamanho que se admite? São 600 vezes o módulo. Então, uma propriedade para ficar grande, em Mato Grosso, tem que ter mais de 60 mil hectares. Isto é um pouco folgado. Vou explicar porque fomos assim um pouco benevolentes no cálculo dos módulos. O SR DEPUTADO WALTER BATISTA – Eu gostaria de uma explicação clara a esse respeito. O módulo, em Mato Grosso, era de 100 hectares. O SR DEPOENTE - Para a parte de pecuária de grande porte e florestal, que é a que predomina na região. O SR DEPUTADO WALTER BATISTA – É permitido a cada propriedade ter 600 módulos, portanto 60 mil hectares. O SR DEPOENTE – De terra agricultável. 60 mil hectares de terra agricultável representa uma propriedade de 100 mil. No pantanal representa mais do que isso (CPI, fl. 18; *apud* AN - FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO: cx 320; destaques meus).

Foge aos propósitos deste estudo averiguar até onde foram adiante os trabalhos do IBRA e a aplicação dos “módulos” para efeito de estabelecer o limite máximo das propriedades rurais no Brasil, em Mato Grosso em particular. Certo é que apenas do recorte das explicações de Paulo Assis Ribeiro na Comissão Parlamentar de Inquérito já se escancara o fato que, da parte do Estatuto da Terra, não se pretendia parcelar imóvel rural algum, sendo “benevolentes” por demais. Claro, pois, se era permitido a cada propriedade rural ter 600 módulos, equivalente em Mato Grosso a 60 mil hectares, e ainda de terra agricultável, o que poderia atingir 100 mil hectares, não há margem de dúvida quanto ao intento do regime: atacar o problema dos “minifúndios”, jamais dos “latifúndios”. Para estes caberia modernizá-los, dotá-los de tecnologia e racionalidade empresarial do tipo capitalista, “e a zona fronteira com São Paulo” estava mais avançada, nesse sentido, que as outras regiões do estado. Deste modo, mesmo que o processo não se tenha completado totalmente, de acordo com a avaliação de Wladimir Pomar, nada teriam a temer as “classes conservadoras” – na expressão usada pelos articulistas da *Revista Brasil-Oeste*, durante a década de 60, para se referir aos grandes produtores rurais – o regime não lhes faltaria, já explicitado no primeiro ano após o golpe (estamos em 1965).

Quanto aos esforços voltados a capitalizar as grandes propriedades, modernizando-as, voltamos a acompanhar as interpretações de Pomar:

Os investimentos das empresas capitalistas nas áreas rurais obtinham crédito subsidiado para desmatamento de novas terras e plantio de pastagens, criação de gado, florestamento de espécies industriais, replantio de espécies mais produtivas em culturas antigas, aquisição de máquinas e insumos modernos (sementes melhoradas, fertilizantes, inseticidas etc.). Ou mesmo para manter as terras como reserva de valor e impedir o acesso de pequenos lavradores a elas. Estes investimentos de modernização agropecuária, através de crédito subsidiado, propiciaram aos capitalistas urbanos e aos latifundiários o acesso a grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, e a grandes extensões territoriais (id., *ibid.*, 79-80; destaques meus).

Pomar acrescenta muito à compreensão do tema da modernização conservadora, tão claras as suas expressões. Isso se nos dispusermos a acompanhar seu manejo de categorias analíticas do materialismo histórico, aplicado ao contexto brasileiro dos anos 1960 e 70, com as consequências sociais dramáticas que são de domínio público. Seria necessário algum ajuste de conduta para ponderação que se segue?

É evidente que isso representou, ao mesmo tempo, a formação de um mercado para máquinas e equipamentos agrícolas, estimulando o desenvolvimento desse setor industrial. Mas o fato mais significativo é que bilhões e bilhões de

cruzeiros (a moeda de ocasião) foram literalmente enfiadas goela abaixo dos latifundiários, para torná-los capitalistas. O Banco do Brasil financiou todo esse processo, tornando-se no maior banco agrário do mundo. Como resultado, entre 1967 e 1974, o consumo de fertilizantes aumentou em cinco vezes, e o número de tratores em 11 vezes. A produção cresceu a uma taxa de 6% e o preço das terras subiu mais de 10 vezes (id., ibid., p. 80; destaques meus).

Todo esse processo de intenso esforço para modernizar as grandes, e muito grandes propriedades rurais, se fez mediante a expropriação dos camponeses, “pacífica ou violentamente, por métodos econômicos ou extra-econômicos, das terras que ocupavam como parceiros, rendeiros, pequenos proprietários ou outras modalidades de pequena agricultura” (id., ibid., p. 80-81). É nessa “cadência” que se viu crescer em demasia o número de “assalariados permanentes e temporários na agricultura” (subia para 6 milhões) e outros em igual número e além (calcula entre 6 a 8 milhões) tiveram que migrar para as cidades em busca de ocupação. De 1960 a 2000: “enquanto a população urbana passou de 36% para 82%, a população rural caiu de 64% para 18%” (id., ibid., p. 81).

Resulta daí uma metamorfose no perfil das propriedades agrárias brasileiras, ainda que sua transformação tenha sido incompleta ao final. Para W. Pomar, o “aburguesamento dos latifundiários de velho tipo”, combinado com a “territorialização de grandes e médios capitalistas, transformou grande parte dos senhores de terras num novo setor da classe burguesa no seu setor agrário capitalista”. Tal transformação foi possível graças ao Estado militar instaurado em 1964, quando então, pelas razões acima expostas, “a burguesia capitalizou e modernizou os latifundiários, ou a maior parte deles, colocando-os a serviço da acumulação crescente do capital” (id., ibid., p. 81; destaques meus). A própria criação da Embrapa, em 1972, deve ser compreendida nesse sentido, assim como a presença de outros órgãos de assistência técnica, ou experimentação agrônômica:

O capitalismo agrícola brasileiro, o *agronegócio*, introduziu mudanças importantes no processo produtivo, com a participação decisiva do estado militar que, em 1972, criou a Embrapa, para inventariar as tecnologias agrônômicas, analisar os projetos prioritários e gerar tecnologias para os “pequenos e médios produtores”. [...]

O *agronegócio* desenvolveu-se, portanto, tendo como suporte uma infraestrutura tecnológica avançada (id., ibid., p. 88).

Pretendo a seguir apresentar um tópico que representa aplicação do debate acerca da modernização do campo, para o estudo de caso do oeste do Paraná. Faço isso por considerar que há um fluxo de continuidade entre a mecanização da agricultura paranaense, e as derrubadas

das matas que lhe são correspondentes, com o grande avanço de desmatamento, década seguinte, na zona de mata fronteira com aquele estado, o *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, este para implantar especialmente a pecuária bovina.

1.2.2 A agricultura mecanizada atinge o oeste do Paraná

Quero apresentar brevemente o artigo de Marli Terezinha Szumilo Schlosser²¹, que faz contundente crítica sobre o processo de modernização agrícola no oeste do estado do Paraná; depois pretendo adicionar informações colhidas por intermédio de fonte oral de Silvestre Otto, um trabalhador braçal que viu com seus próprios olhos a introdução de maquinaria em sua região de origem, também no oeste do Paraná, nos anos de 1960. Otto, como se verá parágrafos adiante, trabalhou com destocadeira antes de migrar para o *cone sul* de Mato Grosso.

Schlosser revela aos leitores que seu estudo concentrou-se em investigar a distribuição dos créditos agrícolas no município de Marechal Cândido Rondon (Paraná), no intervalo de 1960 a 1980, visando alcançar o projeto desenvolvimentista e a sistematização da colonização planejada, cujas ações “não pouparam a natureza”, uma vez que a “modernização da agricultura provocou expressivas modificações na organização do espaço oestino” (SCHLOSSER, 2003/2004, p. 94). Ela se preocupa, todavia, com o que designa como tecnificação no campo, em especial os modos de produzir e trabalhar a terra, uma vez que “o estímulo dado pelo governo brasileiro, vinculado a ações externas, sugeriu necessidades políticas, econômicas e sociais que transformavam a mentalidade do agricultor” (id., ibid., p. 95).

Quanto aos efeitos da especialização na degradação socioambiental, o estudo preocupou-se em mostrar que a “produção das exclusões ocorreu principalmente por meio da incorporação de máquinas agrícolas. Além disso, o incentivo à adoção de insumos e os reflexos da tecnificação afetaram os recursos naturais”. Para a autora, o capital industrial se reforçava e introduzia atividades agroindustriais em Marechal Cândido Rondon, sendo emblemático o “registro da compra das primeiras colheitadeiras, adquiridas por intermédio da Secretaria Estadual de Agricultura” (id., ibid.).

Schlosser destaca ainda o papel que os veículos de comunicação desempenharam no convencimento dos agricultores em substituir suas técnicas tradicionais em favor da tecnificação agrícola: “Os benefícios da colheitadeira foram estrategicamente propagados pelo rádio” (id., ibid., p. 96). Os impressos locais responsabilizavam-se em publicitar promessas de

²¹ SCHLOSSER, Marli T. S. A máquina, a modernização e a exclusão: reflexões sobre a viabilização da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980). *Tempos Históricos* - M. C. Rondon - v. 05/06, p. 93-129, 2003/2004.

praticidades que os maquinários trariam às atividades agrícolas²². Sabe-se que a imprensa foi se tornando, na segunda metade do século 20, um poder cada vez mais influente, quando o poder simbólico pode ser exercido sem nível de comparação com demais instituições ou épocas precedentes:

A avalanche de propaganda sobre colheitadeira e trator cria um imaginário simbólico de proporções expressivas, de tal maneira que os agricultores dispensam qualquer benfeitoria, mas não dispensam o trator. Isso se deve ao fato de que “a posse do trator representa importante símbolo de ‘status’, pois os agricultores sofreram, no período da modernização, uma carga máxima de propaganda sobre o benefício das máquinas e dos insumos modernos” (PAULILO, 1990, *apud* SCHLOSSER, 2003/04, p. 98-99; destaques meus).

Eis uma citação literal de uma notícia divulgada no jornal, reproduzida pela autora:

A mecanização da lavoura está de vento em popa em toda a região. Chegou na manhã de hoje até esta cidade, tendo estado exposta ao lado da rodoviária, uma moto-ceifadeira, que faz todo o trabalho automático na colheita. É de marca *Univerdal*, fabricada na Iugoslávia, equipada com motor *Perkins*, de 80 hps de força, pesando acima de 5 toneladas. É uma máquina grande que virá juntar-se ao exército da produção no nosso município, incentivando e impulsionando a moto mecanização de nossa agricultura. Parabéns aos empreendedores, srs. Emílio Pedde e Egon Waldow que entram com o pé direito na grande luta pelo progresso. A máquina é financiada pelo Ministério da Agricultura, com prazo de seis anos para pagamento. É mais um fruto da união entre agricultores, quando vemos que dois vizinhos se uniram e realizaram este belo empreendimento. Parabéns mais uma vez.... Este é um exemplo a ser seguido (Mecanização, 1969, *apud* SCHLOSSER, 2003/04, p. 96, destaque meu).

Mas Schlosser não deixa de explicitar as preocupações para com a exposição material do maquinário em locais de fácil acesso e de grande fluxo de pessoas, no caso o terminal rodoviário do município, caminho obrigatório aos agricultores que dependiam de ônibus para o seu deslocamento.

Além de todos os benefícios proporcionados pela colheitadeira, eram mencionados nos discursos as facilidades financeiras oferecidas pelo Ministério da Agricultura, com pagamentos que poderiam ser efetuados em

²² A esse respeito é importante verificar que, também no caso de Mato Grosso, um importante veículo voltado às lides do campo foi difusor de modernos implementos agrícolas que estariam a revolucionar a cultura agrícola nos Estados Unidos, com bons resultados em estados mais desenvolvidos do Brasil, como São Paulo. Trata-se da *Revista Brasil-Oeste*, que circulou entre as décadas de 1950 e 60. A RBO adotava uma linha muito semelhante às dos veículos propagandísticos no estado do Paraná supracitados, quanto aos benefícios da utilização de máquinas em substituição ao trabalho para as atividades agrícolas. O mesmo se pode inferir quanto a jornais de circulação mais regionalizados, caso do jornal douradense *O Progresso*, para ficar em dois exemplos.

até seis anos. Além da sugestão da tradicional união entre os agricultores para parcelar a compra (id., *ibid.*, p. 96).

Seguindo a interpretação de Schlosser, os discursos na imprensa visavam convencer os trabalhadores a substituírem suas antigas técnicas pela máquina, sob o argumento do progresso regional e racionalidade econômica: “Um trator e colheitadeira dispensam o trabalho de vários homens [...] viabiliza a manutenção ou aumento da área trabalhada sem aumentar os custos variáveis com mão-de-obra” (FLEISCHFRESSER, 1988, *apud* SCHLOSSER, 2003/04, p. 97); além do que a entrada de maquinários inaugurou um novo ciclo, onde prevaleceriam relações entre agricultura e indústria:

O processo de modernização agrícola implementado no Brasil, no início dos anos 60, e o aumento do grau de internacionalização da economia brasileira trouxeram a consolidação do que se convencionou chamar de complexo agroindustrial, por compreender o conjunto de atividades interligadas e estender o domínio do capital industrial sobre o maior número de atividades do setor agropecuário, que passaram a manter extremo vínculo com a indústria (cf. RIZZI, 1984, *apud* SCHLOSSER, 2003/04, p. 97-98).

Schlosser, ao compor o quadro da modernização agrícola na região paranaense que é alvo de sua atenção, acrescenta a preocupação de órgãos de assistência técnica e extensão rural, como a ACARPA/EMATER, em oferecer cursos audiovisuais direcionados massivamente ao homem do campo, para capacitá-lo a introduzir maquinário em seu labor no campo. Maquinário a ser adquirido por linhas de financiamentos, como o Crédito Rural:

O poder público estruturou o Crédito Rural Agrícola, com políticas centradas na transformação e tecnificação agrícola; mecanismo engrenado pela aquisição de venenos, adubos, tratores, ceifadeiras e caminhões. Neste contexto agrícola, “a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais” (SILVA, 1982, *apud* SCHLOSSER, 2003/04, p. 107; destaques meus).

Chamo atenção para a observação que vem a seguir:

De início (entre 1960 e 1970), os agricultores eram convidados a se fazerem presentes em clubes para receberem informações sobre o repasse dos financiamentos que poderiam ser obtidos junto ao Banco do Brasil e da Cooperativa. O incentivo à derrubada da mata e mecanização, fazia parte do Crédito Rural, pois, quanto mais terra mecanizada estes agricultores tivessem, maior seria o financiamento que receberiam. [...] O financiamento era distribuído aos agricultores e, simultaneamente, orientava-se quanto ao

destino que o agricultor deveria dar ao montante recebido (SCHLOSSER, 2003/04, p. 108; destaques meus).

Interessante a relação que a autora estabelece entre o crédito rural e o capital industrial. O tão almejado “crédito rural” era em parte obtido junto a bancos internacionais, mediante empréstimos tomados pelo governo brasileiro, depois aplicados na aquisição de insumos e maquinários agrícolas junto às indústrias de capital internacional. Fundamentada em Brum, Schlosser acredita que as inversões de dinheiro ofertado à agricultura revertiam-se novamente para essas mesmas indústrias de maquinários:

O chamado ‘crédito rural’, criado pelo governo, em parte obtido pelo país junto aos grandes bancos internacionais, utilizado para que os agricultores possam adquirir maior quantidade de máquinas e insumos modernos, é, de fato, crédito industrial, uma vez que funciona mais voltado para expandir os interesses da indústria do que os da agricultura, que é apenas um subsistema a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial (cf. BRUM, 1983; *apud* SCHLOSSER, 2003/04, p. 109).

Então, até que ponto a análise para o caso do oeste do Paraná está confirmando nossa hipótese quanto ao “enredamento” das serrarias modernas no interior desse contexto de modernização conservadora no campo? Leia-se a introdução de maquinário e tecnologia, subsidiada pelo governo federal para a formação da agropecuária, nas derrubadas e desmatamentos; portanto, também na colheita, como confirma o relato do senhor Silvestre Otto.

O extrato a seguir indica que a modernização tecnológica na agricultura avançava na região oeste do estado do Paraná em meados da década de 1960, causando espanto entre os pequenos agricultores que praticavam uma agricultura com métodos tradicionais. O senhor Silvestre Otto, em entrevista a mim concedida, comenta que um agricultor de sobrenome germânico, Schneider, foi o primeiro a mecanizar a cultura da soja em sua região de origem²³.

SO: - Naquela época, naquela região que o Schneider mecanizou, eles nem aproveitavam a madeira, porque a serraria era uma muito longe da outra. O cara queria vender uma madeira, não conseguia. Eles derrubavam, queimavam tudo, sabe! (ENTREVISTA: Silvestre Otto, ago-2016, p. 3; destaques meus).

A literatura sobre o tema confirma a longa tradição de queimadas que acompanhou toda a história de avanço da fronteira agrícola sobre a paisagem natural do território brasileiro,

²³ Nas citações a seguir participam o entrevistador Jocimar Lomba Albanez (JLA), empregando SO para o entrevistado, Silvestre Otto. Participa ainda dessa entrevista, com comentários pontuais, Sadi Luiz Giordani, citado pela abreviatura SLG.

em especial dos deslocamentos no sentido litoral-interior (Leste-Oeste). Em toda sua simplicidade, Otto consegue compreender o porquê do desperdício, uma vez ser inviável economicamente o comércio da madeira das árvores já condenadas a cair para ceder espaço aos cultivos agrícolas. O que inviabilizava transações comerciais com a madeira era as longas distâncias em que as serrarias, poucas, estavam instaladas. Condições das vias de comunicação também não deviam ser lá essas coisas, como o próprio Silvestre Otto narra em outro momento.

Interessante como a descrição de um homem simples pode ser objetiva e concreta. Sua rica experiência de vida laboral parece ter lhe dado grande capacidade de avaliação das situações que contemplou, como de resto o processo da mecanização da agricultura naquela região do oeste paranaense.

JLA: - Aquela região não era de café, não é, era o quê?

SO: - Era soja, a primeira lavoura de soja que saiu no Paraná. Inclusive, quando estava destocando, todo mundo vinha ver. Era um povo curioso, uma multidão de gente, que falava que ia estragar a terra, que estava estragando a terra, que não ia dar mais nada (id., ibid., p. 3; destaques meus).

O senhor Otto refere-se à chegada das destocadeiras naquela região, surpreendendo os agricultores locais.

SO: - É, então daí começou... o Schneider começou essa mecanização e todo mundo ficou... falou: “- *Não vai dar nada, estragou a terra!*” Tá, quando foi no outro ano, em 1966 – Schneider começou em 65, foi isso –, o Ministério da Agricultura mandou quatro máquinas, trouxe quatro máquinas de esteira da Iugoslávia e quatro colhedoras. Chegaram essas máquinas: as colhedoras ficaram em Cascavel e as máquinas de esteira vieram tudo para Toledo. E eu fui um dos caras que foram chamados para descarregar essas máquinas. [...] Daí eu fiquei trabalhando com uma dessas máquinas na região de Toledo, no município de Toledo. E uma delas voltou para Cascavel, outra veio para Marechal Rondon e outra veio para Palotina, para incentivar o povo a mecanizar. O Ministério cobrava só o óleo, não cobrava óleo de máquina, nada. Só para começar, o Ministério da Agricultura, só para incentivar o povo (id., ibid., p. 3-4).

Particularmente considero importante acompanhar a mecanização da agricultura do estado vizinho, pois defendo a hipótese de um *continuum* envolvendo derrubadas, madeiras e agropecuária a ser estendida logo depois ao *cone sul* de Mato Grosso. Retomando o diálogo com o senhor Silvestre, peço que retome o ano de início da mecanização agrícola em Cascavel e municípios vizinhos:

SO: - Que começou? 1966. [...] O Schneider foi em 65 e daí Ministério mandou essas máquinas e começou em 66. Daí o povo ficou meio revoltado, meio bravo, quando viu que aprovou o negócio.... Porque ninguém pensava em adubo, o povo pensava de plantar as coisas nas cinzas. Porque já plantava soja, tinha muita gente que plantava soja, mas derrubava o mato, queimava e plantava na “matraquinha”.

SLG: - Plantavam na unha, também.

SO: - É, na unha, de qualquer jeito, cortava no facão, na trilhadeira (que trilhava). E aí, quando da mecanização mesmo, quando aprovou, daí todo mundo queria máquina, todo mundo queria a máquina para destocar. Daí o pessoal, aquele povo que podia, que já tinha condição de comprar uma máquina de esteira, comprava uma. Comprava uma, outro comprava duas; aquele que já estava melhor comprava quatro ou cinco e tanto: mecanizava a dele, como já punha para mecanizar as outras, cobrando por hora e coisa, e aí foi. Virou uma febre de máquina, que eu vou falar uma coisa! Depois, por último, quando foi acabando o mato, chegavam até a brigar porque um queria pegar um serviço e outro já fazia mais barato, aquela concorrência, não é? E assim foi indo até que acabou a mecanização. Naquele tempo não tinha negócio de IBAMA, esse negócio de reflorestamento, essas coisas, não tinha nada. Hoje, não, hoje para desmanchar um “aueiro”, fazer uma curva de nível, tem que ter uma licença ambiental, não é? (id., ibid., p. 4; destaques meus)

O leitor deve ter conferido a riqueza de informações que nos fornece acima Silvestre Otto, a confirmar a contribuição do campo da *história oral temática* aos estudos históricos. De que outro modo poderia um pesquisador refletir como deve ter sido a recepção dos agricultores diante da entrada de implementos agrícolas em sua atividade, no caso a máquina de esteira? E o que dizer da representação tragicômica da lei da oferta e demanda, quando da corrida por comprar trator de esteira para prestar serviços aos demais agricultores: “aquele que já estava melhor [de situação] comprava quatro ou cinco...”; para brigarem anos depois pelos clientes, quando a mata escasseava: “um queria pegar um serviço e outro já fazia mais barato, aquela concorrência, não é?”

Atrevo-me a dizer que Silvestre Otto representa o tipo “excepcional-normal”, termo desenvolvido pela escola italiana da Micro-história para designar um agente excepcional capaz de revelar o universo cultural ao seu redor, um mundo em processo de mudanças, quando a história atropela a cultura. Bem, o senhor Silvestre, após a diminuição de serviços com destocadoras em sua região de origem, virá trabalhar no *cone sul* de Mato Grosso, ao final dos anos 60.

SO: - É, depois disso eu vim para Mato Grosso, mas eu demorei ainda, eu fiquei até 1978 lá, trabalhando aqui e morando lá. Porque o cara que trabalhava como eu trabalhava, ele não tem lugar certo. Eu não posso falar “- eu trabalhei só em tal lugar!”, porque tem um serviço aqui hoje, fica um mês, dois, seis meses que seja, aqui; terminou aqui, o patrão já pegou outro [serviço], longe às vezes, não dava para escolher.

JLA: - Já veio aqui para trabalhar com serrarias, já empregado em serraria?
SO: - Para cá eu já vim mexendo com madeira. Só que eu mexi com madeira muitos anos e daí a madeira ficou escassa, voltei a mexer com máquina de esteira aqui também, eu mexi por último com máquina de esteira aqui também (id., ibid., p. 4; destaques meus).

A fotografia abaixo ilustra o trabalho de um trator de esteira na mata. No caso, a serviço da *Serraria Jatobá* de propriedade de Guaracy Boschilia (Caarapó-MS), um dos entrevistados mais acionados nessa tese, como se verá adiante.

Fotografia 1. Trator de esteira empregado pela *Serraria Jatobá* (anos 1970)



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó-MS).

1.2.3 Modernização técnica na agropecuária de Mato Grosso/do Sul

O tema da modernização conservadora serviu para contextualizar um artigo do historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz, publicado na *Revista de Geografia da UFMS* em 1998. Queiroz abordou nas páginas da referida revista os efeitos da modernização agrícola no campo em Mato Grosso do Sul, que teria promovido profundas transformações até 1985, quando, para

ele, deve ter concluído o processo de ocupação do território por estabelecimentos rurais – mais de 90% da área global do estado. Em prosseguimento:

[...] alterações no quadro populacional e, em especial, na composição de classes da sociedade, alterações que decorreram, no essencial, da modernização técnica, da reorganização espacial e do novo caráter assumido pela produção agropecuária – características, todas, da expansão do capital no campo sul-mato-grossense (QUEIROZ, 1998, p. 37; destaques meus).

[...]

Mas o número que melhor expressa a extensão da modernização capitalista no campo sul-mato-grossense é o que indica o crescimento do número de tratores utilizados na agropecuária. Esse número cresceu mais de 700% entre 1970 e 1985, ultrapassando nesse último ano a marca de 30 mil unidades. Com essa cifra, o Estado passou a apresentar, dentre todas as unidades federadas, a mais elevada relação tratores/pessoas ocupadas na agropecuária: um trator para cada 8,1 pessoas [...] (id., ibid., p. 34; destaques meus).

A modernização conservadora dirigida pelo regime ditatorial militar encontra o apogeu da atividade madeireira no sul de Mato Grosso/do Sul. A indústria extrativa da madeira pode ser considerada, assim, um ponto de observação privilegiado para inquirir as transformações econômicas mais profundas e que vão marcar fortemente as feições dos municípios que integram a área em questão, o “cone sul”, aqui delimitado.

Foi seguindo as pegadas das proposições acima, baseando-me ainda em informações censitárias que instigam a leitura do processo histórico enunciado é que fui me convencendo a delimitar um recorte temporal semelhante para o ciclo madeireiro. Há, a meu ver, uma coincidência histórica para o *cone sul* de Mato Grosso/do Sul entre os efeitos da modernização conservadora voltada à agropecuária e o auge/declínio da atividade madeireira (esgotamento das matas fornecedoras de matéria-prima, algo próximo a 1990). Ciente de que toda delimitação tem um quê de arbitrário, percebo, por outro lado, indícios importantes a considerados que, penso, possam justificar uma contextualização passível de aposta.

1.2.4 Nos domínios da “grande empresa” as terras estão à venda

Olacyr Francisco de Moraes foi um empresário que ficou conhecido como “rei da soja” ao final dos anos 1980. Devido à grande infraestrutura, a Itamaraty ganhou fama de fazenda modelo de empreendimentos rurais do tipo moderno, que ao longo da década seguinte ganharia o pomposo nome de *agribusiness*, ou “agronegócio”, traduzindo para o vernáculo nacional. Mas veja-se o quanto esse perfil de empresas agrárias deveu ao contexto da modernização

conservadora, melhor dizendo, dos incentivos fiscais à disposição dos capitalistas pelo Regime Militar (1964-1985). Na apresentação da entrevista fornecida por Moraes, um dos empresários ouvidos pela iniciativa que gerou depois a publicação *História empresarial vivida: depoimentos de empresários brasileiros bem sucedidos*, Cleber Aquino assim extrai as considerações do empresário:

A partir de dado momento, na década de 60, já nos foi possível diversificar as nossas atividades empresariais. Movidos por diferentes estímulos, passamos a investir parte dos resultados, até então reinvestidos na própria Constran, em outros setores, na atividade financeira, na pecuária, na agricultura, na agroindústria e na mineração.

Os investimentos da área financeira foram motivados pelas condições favoráveis então existentes. As cartas patentes, na época, não tinham o valor de hoje [1985]: havia pequenas cooperativas de crédito, casas bancárias e pequenos bancos que sobreviviam com dificuldade: não havia a correção monetária, apesar dos incrementos do processo inflacionário: os juros eram baixos, limitados pela legislação da usura. Era possível adquirir de terceiros cartas patentes a preços convidativos e para pagamento a prazo.

[...]

Meu interesse voltava-se para a agropecuária e, inicialmente, voltava-se de modo particular para a pecuária, despertado pelas conversas e discussões sobre o assunto que mantinha com amigos, tradicionais pecuaristas (cf. AQUINO, 1986, p. 40; destaques meus).

De fato, a classe empresarial saiu beneficiada pelo regime de exceção, cuja política monetária impedia que instituições bancárias corrigissem os financiamentos concedidos. Reconhece Moraes que, tal como ele, investidores tomavam empréstimos dessas instituições, cujo pagamento a prazo, mesmo aplicando as taxas de juros, o principal jazia corroído pelo processo inflacionário. Ele reafirma isso mais adiante: “Os juros eram baratos, as dívidas contraídas acabavam diluindo-se com a infração e, como resultado, você capitalizava muito mais do que assumia de dívidas” (id., ibid., p. 47). Em outras palavras, então, por sentido lógico, as empresas recebiam dinheiro praticamente de graça, uma vez que os juros eram compensados pela ausência de correção monetária. Foi exatamente com esse incentivo que Moraes veio a adquirir e implantar a fazenda Itamarati. Em suas palavras:

Em 1973, animados por experiências feitas na região e estimulados pelo atraente preço da soja no mercado internacional, partimos para a implantação de ambicioso projeto agrícola. Constituímos em Ponta Porã, atual Mato Grosso do Sul, a Itamarati S.A. – Agro Pecuária e adquirimos área de 25 mil hectares, mais tarde ampliada para 50 mil, a fim de executar o plantio de grãos em larga escala, com ênfase para a cultura de soja. (id., ibid., p. 41-42)

Após isso, como já dito, a fazenda Itamarati ganhou destaque em periódicos de circulação nacional, elevada à condição superlativa de “fazenda modelo” – ainda não se falava em “agronegócio” em 1989. Não deixa de ser interessante observar que esta fazenda foi, no início do século atual, adquirida pelo Estado para ser destinada à reforma agrária, gerando o assentamento Itamarati, considerado o maior da América Latina²⁴.

Aqui uma feliz coincidência a delimitar outra fase da história da região *cone sul*, agora compreendendo como o contraponto, o desfecho da história relacionada com o período ervateiro, o virar de páginas que significa a negociação das terras outrora pertencentes à Companhia Matte Larangeira: acima as propriedades adquiridas por Olacyr de Moraes e, nas linhas seguintes, a venda da fazenda Campanário (que já não mais pertencia aos Mendes Gonçalves, e sim a um príncipe polonês) à família Rezende Barbosa, também no início da década de 1970.

Quem nos conta esta história é o senhor Guaracy Boschilia²⁵. Quando o entrevistei, seguindo orientações metodológicas em história oral, solicitei a ele primeiramente um relato autobiográfico: que narrasse sua história de vida até o ponto de encontro com o tema de interesse (no caso, a atividade madeireira). Boschilia é descendente de italianos (os quatro avós), nascido em 1936, na região da Araraquarense, estado de São Paulo. Seu pai, que era fazendeiro, em 1950 (ou 51) perdeu altas somas de dinheiro com investimentos na cultura de algodão, o que o obrigou a se deslocar para o estado do Paraná, lá adquirindo 50 alqueires de mata na região da Capelinha (atual município de Nova Esperança) na tentativa de reaver ativos. Aos doze anos, Guaracy Boschilia foi matriculado em colégio interno, lá fazendo o antigo ginásial, de onde saiu para se empregar em usina de açúcar e álcool em Maracaí, São Paulo, do grupo Nava América²⁶, galgando funções de confiança até chegar à gerência da empresa, lá permanecendo até 1973, quando veio instalar a serraria Jatobá em Caarapó.

²⁴ Considera-se Ponta Porã o município que abriga o maior assentamento mediante reforma agrária da América do Sul, portanto, com grande presença da agricultura familiar (cf. CAVANCANTI; BATISTA; RODRIGUES; ZAMBERLAN, 2016, p. 215).

²⁵ Entrevista com senhor Guaracy Boschilia, em sua residência em Caarapó, devidamente registrada, nos dias 12 e 13 de abril de 2016. Boschilia, além de ter trabalhado muito tempo com serraria, em anos mais recentes foi também eleito prefeito de Caarapó – eleito e reeleito –, administrando este município entre 1997 e 2004.

²⁶ Foge ao texto se delongar demasiadamente com a história da família Rezende Barbosa, mas acredito esta ser um típico caso a merecer atenção de pesquisas na linha de *história de empresas e de empresários*. Na página NovAmérica, há um pequeno histórico onde se pode extrair o seguinte: “Em 1944, Renato de Rezende Barbosa adquiriu a Fazenda Nova América, na cidade de Assis, onde foi instalada a primeira usina de açúcar e álcool do Vale do Paranapanema. Os negócios cresceram significativamente com a instalação da Usina Nova América com a fabricação de açúcar cristal e álcool, em 1947, e compra da Usina Maracaí/SP, em 1957. Dois anos depois, Renato de Rezende Barbosa fundou a Coopersucar” (Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), com os usineiros Maurílio Biaggi e Paulo Reis Magalhães, porém em meados dos anos 70 a NovAmérica dissociou-se da cooperativa (v. <http://www.novamerica.com.br/conquistas>, acesso em 04 abr. 2017,

Fotografia 2. Vista aérea da Usina Maracaí em 1990 (grupo Nova América)



Fonte: BARBOSA, 1998, p. 150.

Fotografia 3. Grupo Nova América: Equipe de Administração (1972)



Assim informa o recorte: Final de ano - 1972. Equipe de administração da empresa: Luiz Gonçalves - Diretor Administrador Paulo Sampaio - Diretor administrativo Silvio Albuquerque - Gerente da usina Wilson Paitl - Analista de Laboratório Benedito Castilho - Chefe de transporte Clarindo Barbosa - Administrador - Guarita e Santa Helena Nelson Cardoso - Administrador - São Jose Agenor C. de Oliveira - Chefe - Pecuária Alvaro Tomilheiro - Chefe - escritório José Carlos - Administrador da sede Maeda Toni - Compras **Guaracy Boschilia**. Fonte: BARBOSA, 1998, p. 67.

às 20h52). Também o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou na coluna Economia & Negócios, de 15 de setembro de 2011 (às 17h18) a seguinte chamada: “Família Rezende Barbosa finaliza cisão e divide ações da Cosan”, acompanhado para chamada: “Grupo NovAmérica foi dividido em NovAmérica Agro, que assumiu fazendas de cana no Mato Grosso do Sul e em São Paulo, e NovAmérica Serviços, responsável pelas operações de logística” (<<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios.familia-rezende-barbosa-finaliza-cisao-e-divide-acoes-da-cosan,84286e>>, acesso em 04 abr. 2017, às 21h17).

O que interessa mais diretamente aqui está relacionado à influência do senhor Guaracy junto ao proprietário da usina Nava América (Renato de Rezende Barbosa), quando veio sugerir a compra da fazenda Campanário. Ele nos narra:

Então eu fiquei trabalhando por onze anos. Os três filhos do proprietário, do seu Renato, cresceram e tinha um que não gostava da usina. Foi quando eu falei para o seu Renato: "*Vamos comprar, vamos procurar uma fazenda para esse moço no Mato Grosso! Porque ele não gosta da indústria, não gosta de exportação, importação, açúcar, mercado, não gosta!*" [...] E eu comecei a procurar. Aí, em 1971, eu soube que tinha um resto da Matte Larangeira, a fazenda Campanário, que então pertencia a um príncipe polonês, que a estava vendendo porque era Regime Militar [o que preocupava o príncipe, por ser estrangeiro]. Eu fiquei sabendo e trouxe o seu Renato para ver, em outubro de 1971. Olhamos, vimos que tinha bastante pecuária, tinha campo e mata. O príncipe começou a derrubar a mata para plantar capim na mata alta, mata de terra roxa, e tinha os campos limpos voltados à pecuária extensiva, 5.000 hectares. Aí, ele comprou e acertou: à vista, porque a prazo ele não queria comprar (ENTREVISTA: Guaracy Boschilia, 12 e 13-04-2016, p. 3-4).

Foi pela proximidade com a família Rezende Barbosa, pela relação de confiança, que foi oferecido a Guaracy Boschilia comprar também uma área vizinha, no interior da Campanário, para formar sua fazenda: “[...] era o compromisso que eu tinha lá. Eu ia sair antes, mas como os meninos não tinham a idade suficiente para tocar a agroindústria, o seu Renato me pediu para ficar mais tempo. E pediu para que eu comprasse um pedaço de terra também, junto.” Sendo assim, em fevereiro de 1974 que Boschilia se mudou com sua família para Caarapó-MS,

Fotografia 4. Fazenda Campanário. Entrada principal (1996)²⁷



Fonte: BARBOSA, 1998, p. 147.

²⁷ A foto é de 1996, quinze anos após a aquisição da Fazenda Campanário pela família Rezende Barbosa.

quando veio receber a fazenda e instalar a serraria Jatobá naquele município, com compromisso firmado com os Rezende Barbosa de exclusividade na retirada da madeira que fosse derrubada em Campanário.

Essa narrativa é algo mesmo muito peculiar, ao menos sob olhar do pesquisador em história regional, pois simboliza um marco entre duas fases. A atual administração da fazenda Campanário manteve o nome da outrora legendária sede da Companhia Matte Larangeira, também preservando as construções antigas e monumentos existentes que remetem ao apogeu da economia ervateira.

Continuando, a aquisição em 1971 pelo grupo da agroindústria paulista quer nos parecer seja o marco definitivo de encerramento de uma história e o descortinar do novo tempo, o tempo da agropecuária naquela extensa propriedade rural. A boa memória de Boschilia, hoje com 82 anos, permite nos deixar a par de detalhes notáveis do desenlace da história de Campanário pós-era Mendes Gonçalves até a compra das terras por Renato Rezende Barbosa:

[...] a terra era dos poloneses, que tinham comprado em 1951. Vou resumir um pouquinho: esse viúvo [...] polonês, vindo de navio, da Polônia para cá, depois da Segunda Guerra... E que trouxe também o príncipe Alexandre, trouxe o cozinheiro, trouxe um agrônomo junto. Era príncipe, daqueles principados que tinham por lá. No navio encontrou com uma brasileira descendente de franceses, Germaine Burchard, e ela comprou (porque a Matte Larangeira estava vendendo) uma grande parte da Campanário, ou comprou a Campanário toda. Menos a Maciel Cue e o Rancho Grande, que ficaram ainda com os Mendes Gonçalves. Esse príncipe não estava explorando mais a erva. [...] [Depois] esse príncipe começou a vender, porque era uma região de fronteira e estava o país sob regime militar.

JLA – A fazenda Campanário estava deixando de explorar erva-mate, à época, a terra já estava sendo destinada à agropecuária?

GB – “A pecuária”, porque tinha os campos nativos. E aí nós compramos, eu vim receber. A informação era de ser 44.000 hectares, ou 18.000 alqueires, o que tinha ainda para vender. Aí mandamos medir. Eu trouxe o agrimensor, que mediu: deu 42.000 ou 43.000 hectares, de porteira fechada. Fiz a visita à fazenda junto com o senhor Renato, em outubro de 1971, e em 27 de dezembro eu já a estava recebendo, de porteira fechada (id., *ibid.*, p. 5).

Boschilia argumenta que algumas semanas foram necessárias para que em 25 de janeiro Campanário estivesse recebida pelo novo proprietário. Foi quando lhe foi oferecida a exploração da madeira em toda a extensão da Campanário, que doravante cada vez mais se aproximaria do ideal de fazenda-empresa, tão em voga no contexto de modernização conservadora. Ou o caso da aquisição da Campanário pelo grupo Nava América não seria um exemplo de “*latifundização* de empresas industriais”, tal como foi definido por Wladimir Pomar?

Sigamos adiante. Guaracy Boschilia continua rememorando aqueles anos, em que também tinha adquirido uma propriedade rural, acompanhando os Rezende Barbosa.

Eu tinha comprado um pedaço de terra, em torno de 700 hectares, no mesmo preço. Tinha erval, tinha mata na minha propriedade e não tinha campo limpo: era erval e mata, dois tipos de padrão de terra, uma mais fraca e outra de mata. Até tinha um rio que fazia divisa e uma cachoeira. Pelo estudo, tinha duas possibilidades de fazer hidrelétrica, uma na minha propriedade, que tinha uma cachoeira; e outra no Guaimbé, que é afluente do Amambai e que tinha mais volume de água, mas menos queda, e que precisava de uma turbina mais cara para pôr. E se optou por colocar uma turbina que dava para poder manter a eletricidade da sede, que era de 180 kW de energia. Fez-se a energia nesta cachoeira, que até eu, depois, dividi um pouco a que ficava dentro da minha propriedade. Eu falei, então: "- Bom, tem uma hidrelétrica sua na minha propriedade, mas nós vamos morrer e, no fim, no futuro, vamos separar". Aí, decidi: 40 alqueires de mata em troca de um tanto de erval. Então ficou separada a turbina deles da minha propriedade, com o direito de eu ter a energia na minha propriedade como contrapartida. Isso tudo combinado. Então eu vim e entreguei a usina [a Nava América] para os meninos, lá para os moços (id., ibid., p. 5-6).

Boschilia se recorda que trouxe um então funcionário da usina para gerenciar suas atividades, o bela-vistense conhecido por Los Santos, que falava Guarani – “porque o pessoal aí só falava o guarani, na Campanário”. Trouxe ainda Vitor Fernandes, o encarregado de abrir a fazenda, cujo procedimento naqueles anos e para o fim desejado seguia o roteiro: “derruba a mata, planta capim, faz cerca e divide para poder fazer a pecuária” (id., ibid., p. 6).

Guaracy Boschilia nos revela que colheira informações prévias acerca de madeiras instaladas no *cone-sul* antes de montar a serraria Jatobá, em Caarapó. Em suas palavras:

GB: [...] - Quando ofereceram a mim explorar a madeira, eu fiz a pesquisa no Paraná e nesse sul aqui: em Itaquirai, que estava começando uma serraria lá; em Naviraí, que tinha bastante. Isso foi em maio de 1974.

JLA - Naviraí, você disse que era algodão e madeira?

GB - Algodão e madeira, lá em Naviraí. E mais hortelã: quando tinham muita matéria orgânica, depois da mata, nas baixadas, plantavam a hortelã para fazer a menta. Tinha um japonês, de Prudente, que comprava muito. Aqui em Caarapó eu cheguei a ver. Você indo para Juti, que hoje é asfalto, tem a Santa Fé (uma fazenda), tem o Saiju, o rio Saiju. Na beirada do rio Saiju tinha uma plantação de hortelã para fazer menta. Porque era mata e como tinham derrubado, tinha muita matéria orgânica. Eles plantaram, aproveitavam a matéria orgânica para plantar hortelã (id., ibid., p. 6).

O problema logo detectado por Boschilia, em pôr serraria na área da Campanário, consistia em que em algumas funções de uma serraria o operário ganharia mais que o capataz da fazenda, logo expressando sua preocupação ao Renato Rezende Barbosa, novo proprietário

da fazenda Campanário: “*Como é que fica um negócio dentro, ganhando mais do que o seu capataz? Os operários da serraria vão ganhar mais do que o peão que cuida do gado. Então é melhor colocar em Caarapó*” (id., ibid., p. 6).

Foi dessa forma que veio instalar a serraria em Caarapó, distante 33,8 quilômetros da fazenda Campanário, via rodovia MS 156. De acordo com seu relato, em Caarapó, à época, a vila Jary estava começando a ser loteada “e tinha uma propriedade de seis alqueires que era do seu Arseninho: suburbana, zona rural, de seis alqueires”, que conseguiu comprar com ajuda de amigos: “porque eu não tinha dinheiro”.

[...] E assim botamos a serraria aí, a Jatobá. Por que o nome Jatobá? Porque o lote da fazenda lá, onde era antes da Matte Lorangeira, chamava-se lote Jatobá, que faz referência a uma árvore que dá fruto. Então eu botei Serraria Jatobá.

JLA - E no início a Serraria Jatobá foi puxar a madeira que vinha de Campanário?

GB - Eu pus porque tinha o compromisso de comprar e explorar a madeira de Campanário, porque lá tinha muita madeira e eles estavam derrubando. Tinham os campos, que eram campos limpos. Nessa época eu também participava lá, um pouco, com minha opinião. [...] Montei a estrutura de homens para administrar, o Vitor e o Los Santos. Então comecei a me preocupar com entregar a usina lá, a agroindústria, para vir montar esta serraria, porque haviam me prometido explorar a madeira (id., ibid.).

A relação de interesse mútuo estabelecida entre a “fazenda voltada à (agro)pecuária” e a “indústria da madeira” talvez em nenhum momento tenha sido tão evidente como no caso *Campanário-Jatobá*. Isso porque ao então jovem Guaracy, que sonhava em formar sua propriedade no *cone sul* de Mato Grosso, mas ainda não havia capitalizado o suficiente para tal, o acordo verbal, celebrado pela relação de confiança cultivada ao longo dos anos trabalhando com a família Rezende Barbosa, deu a ele a segurança de ter à sua disposição um grande estoque de “matéria-prima”, a mata, que poderia explorar por vários anos sem enfrentar concorrência, proporcionando ao final poder estruturar sua propriedade agropecuária de médio-grande porte: os 700 hectares que adquirira. “Grande porte” porém nem tanto, se assim nos deixássemos referenciar nas dimensões máximas admitidas pelo IBRA para efeito de definição de grande propriedade em Mato Grosso (módulo de 100 ha x 60 = 60 mil ha de “terras agricultáveis” = 100 mil ha ao total). Aliás, por esse critério, até mesmo a fazenda Campanário, àquela altura contabilizada por Guaracy Boschilia em 42 ou 43 mil ha, chegaria perto do teto “um tanto folgado”, no dizer de Paulo Assis Ribeiro, vide seu depoimento na CPI de setembro de 1965.

1.3 Madeiras e o avanço da fronteira agrícola

Pensem no encerramento das exportações da erva-mate mato-grossense para o mercado consumidor externo, o mercado platino, cuja gradativa diminuição já se arrastava por décadas no século 20. Como fatores determinantes para o declínio de tais exportações geralmente se considera: o cultivo em larga escala de erva-mate, especialmente na província de Misiones, suprindo em boa medida o mercado consumidor argentino, ao final da década de 1920/30; combinado com a política varguista de dobrar as pretensões de continuidade dos contratos de concessões de arrendamento à Companhia Matte Larangeira, de modo a priorizar, como política de Estado, a colonização dirigida, tida pela direção do Estado Novo (1937-1945) como modelar para a ocupação da fronteira oeste do território nacional. Fato é que em 1965 a Argentina cortou de vez suas importações da erva-mate mato-grossense – em 1966 houve apenas o embarque de exportações contratadas anteriormente –, matando por inanição a exportação por ausência de mercados consumidores tão substanciosos quanto o platino.

À época, a produção da erva-mate já tinha passado às mãos de produtores independentes cooperativados, ficando a comercialização centralizada pela *Federação das Cooperativas dos Produtores de Mate “Amambai” Ltda.* (COPEMA), cuja sede era em Ponta Porã. Em Amambai havia uma das cooperativas federadas (as outras três ficavam em Ponta Porã, Iguatemi e Dourados)²⁸.

Na avaliação do senhor Almiro Pinto Sobrinho²⁹, estudioso da história do município de Amambai, restou grande quantidade de erva-mate estocada na Cooperativa sem que se tivesse dado destino a essa produção. Para Sobrinho, a pecuária até então praticada e a agricultura, embora prosperassem, acompanhando a hegemonia da indústria extrativa da erva-mate, “não [eram] tão marcantes, não eram tão fortes”.

Na década de 1970 as coisas modificaram porque a pecuária mudou, veio o sistema de formação de pastagem e ela saiu do campo para a região onde era mata, desbravando-a. Foi uma época bem marcante, uma época de grande movimentação de pessoal do Rio Grande do Sul, que inclusive trouxe mais força na questão das madeiras e na agricultura. (Agricultura já mecanizada.) (ENTREVISTA: Almiro P. Sobrinho: mar-2016, p. 3; destaques meus).

²⁸ Mais sobre o assunto dos produtores independentes de erva-mate, verificar em: JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

²⁹ O senhor Almiro Pinto Sobrinho me concedeu entrevista em 10/03/2016, no Museu José Alves Cavalheiro, Amambai-MS.

Examinemos o relato com acuidade. As informações sintetizadas nesse pequeno extrato são realmente muito impressionantes e o balanço de Pinto Sobrinho é tonificante, no sentido de contribuir para se demarcar uma passagem temporal de modernização agropecuária em Amambai – o que, acredita-se, seja válido também aos demais municípios selecionados do *cone sul*. E o que dizer da possibilidade de se pensar que, associada a tal modernização agropecuária, surge uma produção madeireira de novo tipo, que incorporava tecnologia de alta produtividade?

Chamo atenção para o fato de estarmos nos referenciando a uma situação peculiar na história agrária e rural brasileira. Sim, pois tradicionalmente as áreas de mata removidas no processo de ocupação econômico e social, ao longo da história do Brasil, cederam, em geral, lugar a cultivos agrícolas, uma vez que as áreas de mata removidas são consideradas terras fecundas, de alta produtividade agrícola. Por seu turno, a tradição pecuária extensiva seguia até então ocupando os campos limpos. Não por acaso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cunhou a denominação *Microrregião Homogênea Campos de Vacaria e Mata de Dourados*³⁰.

Almiro Pinto Sobrinho enxerga nas proximidades da década de 1970 uma pecuária renovada, com sistema de forragem pastoril visando também “desbravar” a região de mata. O *démarche* do avanço da frente pioneira sulista provocara, em seu dizer, uma movimentação notável em Amambai e em seus distritos, que “inclusive trouxe mais força na questão das madeiras e na agricultura”, agora alvejada pela mecanização.

As notações acima reforçam a impressão de que talvez seja frutífero pensar que a “frente pioneira”, que representa o adentrar do capitalismo no campo, ou a “terra como mercadoria” (no entender de José de Souza Martins)³¹, estivesse passando por uma nova fase, qual seja: a da “modernização conservadora” proposta pela orientação política do regime de exceção. Ao se refletir dessa maneira, ajuda a compreender a região de Mata Atlântica do *cone sul* como altamente atrativa a agricultores, pecuaristas e madeireiros de estados vizinhos, deslocando os “rio-grandenses” para Amambai.

³⁰ Essa microrregião compunha-se no Censo Agropecuário de 1950 dos municípios de Amambai, Dourados e Ponta Porã. Pelas emancipações subsequentes: Em 1960 relaciona-se ainda Caarapó, Bataguassu, Itaporã e Nova Andradina, e, em 1970, Iguatemi, Naviraí, Anaurilândia, Bataiporã, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema e Jatei.

³¹ A frente pioneira, segundo Martins, “vem num segundo momento, quando as relações capitalistas tornam-se imperativas, e avançam sobre as terras dos posseiros, surgindo aí os conflitos de terra entre posseiros e fazendeiros. A ‘frente pioneira’, se caracteriza pelo empreendimento econômico; propriedade privada da terra (concebida como mercadoria e adquirida através de compra); e produção voltada para o mercado” (1995, p. 43-4).

Sendo assim, agricultura mecanizada e madeireiras providas de maquinarias modernas, mutuamente retroalimentam-se. Fiquemos, pois, por ora, com essa impressão:

E esse trabalho do gado, da pecuária, foi o que entrou na mata, derrubando essas matas para formar pasto. Porque o pasto da época, o principal era o colônião, e essa derrubada do mato, a quantidade de madeira que ficou aproveitável, foi que deu origem às serrarias de grande porte (id., ibid., destaques meus).

Então chega-se a um importante mote do presente estudo: captar o momento em que a atividade madeireira se tornou economicamente relevante. É também o ponto de encontro com a lenta e constante penetração da agricultura mecanizada, e da atividade pecuária no então sul do estado de Mato Grosso, responsáveis pelo desmatamento para cultivos agrícolas e para o plantio do colônião, cedendo madeiras aproveitáveis que estimularam a montagem de serrarias de grande porte na região.

Mas antes de avançarmos na apuração da assertiva acima, demoremos algumas linhas a mais para acompanhar a trajetória da atividade madeireira desde as primeiras iniciativas empreendedoras.

1.3.1 Dos primórdios

Há a necessidade de esclarecer ao leitor que os parágrafos seguintes concentrar-se-ão no estudo de caso sobre o município de Amambai, tendo por fio condutor as profícuas avaliações de Almiro Pinto Sobrinho. Com o andamento da investigação, pretende-se estender as similitudes aos demais espaços territoriais selecionados neste recorte como *cone sul*.

Zeloso da memória e história de Amambai³², Pinto Sobrinho verifica que, no processo de formação da cidade, “os habitantes se limitavam a utilizar a madeira [...] retirada das áreas onde eram formadas as roças”, para atender a demanda de construção local de residências, e a “madeira era serrada à mão por um processo muito demorado nos estaleiros improvisados” (PINTO SOBRINHO, 2009, p. 158).

Ao tema da “madeira” Pinto Sobrinho reservou três páginas de sua obra, orientando sua narrativa às primeiras iniciativas, ainda rudimentares, de instalação de serrarias, valendo a pena discorrer alguns pontos.

³² É de sua autoria o livro *Amambai: memórias e histórias de nossa gente* (PINTO SOBRINHO, 2009, 306 p.)

Na segunda metade da década de 1940, o Manuel Alves, conhecido como Seu Manuelzinho (apelido atribuído à sua baixa estatura), “instalou uma roda d’água na costa do rio Pounduy – onde foi montada uma hidroelétrica que movimentava uma pequena serraria, uma tafona³³ e um engenho” (id., *ibid.*, p. 159). Ao ser entrevistado, Pinto Sobrinho acrescentou que, conjugada com a serraria, a estrutura hidráulica movimentava o engenho, produzindo açúcar, rapadura e melado de cana; além de uma seção que produzia farinha e polvilho.

Tudo tocado com uma roda só! Então ele possuía um comando em que acionava, desligava uma força de um lado, passava para outro, e eles trabalharam ali. Essa instalação foi vendida para o senhor Angelino [que] morou ali e tocava essa instalação. E uma noite pegou fogo, queimou tudo, não sobrou nada! O pessoal acordou de noite já com o fogo tomando conta da casa, de tudo! (ENTREVISTA: Almiro P. Sobrinho, mar-2016, p. 3).

Ainda em relação à serraria do senhor Manuelzinho, de início “serrava a madeira que as pessoas traziam e recebia pelo seu trabalho uma parte da mesma” (cobrava pelo serviço da serragem, apenas). “Depois passou a comprar madeira para serrar e vender. As primeiras casas feitas na vila foram com madeiras serradas à mão pelo Sr. Manuelzinho” (PINTO SOBRINHO, 2009, p. 159). Como se percebe, a estrutura acima mencionada, muito engenhosa, ainda pertenceria ao tempo das serrarias rudimentares, a meio caminho entre o processo manual e o moderno, que mais corretamente poderia ser classificado como industrial *stricto sensu*.

Fotografia 5. Serras que foram utilizadas em serrarias manuais



Fonte: Museu José Alves Cavalheiro, Amambai-MS.

³³ De tradição centenária do Rio Grande do Sul, tafona (ou atafona) é um moinho de farinha movido a água. Segundo o dicionário Houaiss, é “engenho de moer grãos, manual ou movido por animais; moinho, azenha” (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009).

Caberia avaliação semelhante à primeira serraria a vapor instalada em Amambai, década de 1950, pelo Sr. Joaquim Duque: uma “serraria conhecida como pica-pau”. Segundo Almiro Sobrinho “pica-pau” era a denominação dada às serrarias de pequeno porte que, por serem servidas de serra única, tinham capacidade de “serrar somente madeira de determinada espessura” (id., ibid., p. 159). De todo modo, com o modelo “pica-pau” já era possível serrar a peroba, madeira considerada dura, difícil de ser serrada pelo processo manual. Essa serraria foi, de acordo com Pinto Sobrinho, a primeira instalada em Amambai a vender madeira para localidades próximas, não somente atendendo demanda interna de construção de casas e estabelecimentos comerciais. Mas, importante colocação, essa serraria do senhor Duque “tirava a madeira que ainda existia nas áreas ocupadas com pastagem ou lavoura” (id., ibid.). É possível perceber aqui um sinal de mudança entre o aproveitamento de árvores que restavam nas propriedades para o processo de comercialização de mata fechada.

Permaneçamos acompanhando a realidade observada por Pinto Sobrinho. “Em 1959, o Sr. Egídio Bruno montou uma serraria de porte em Amambai”, modelo que seria seguido por outros madeireiros que, para além de aproveitamento de madeira de áreas já ocupadas, “começaram a extrair a madeira existente na mata” (id., ibid.). Para nosso interlocutor, por quase 30 anos a “extração da madeira foi uma atividade que movimentou muita gente e dinheiro na região” (chegando, por aproximação, a 1990, que é o teto do intervalo desta análise). Conclui Almiro que a escassez da matéria-prima, com a derrubada da mata, trouxe como consequência a transferência das serrarias para outras regiões do país, “deixando marcas irreparáveis na natureza” (id., ibid.). Não é possível fazer objeção alguma a tal arremate.

CAPÍTULO 2

FLUXOS MIGRATÓRIOS E CICLO MADEIREIRO

Warren Dean se reporta aos arvoredos da zona de Mata Atlântica do sul da Bahia no início dos anos 1970. Em seu trabalho, Dean justifica que concentrou sua atenção nesses estados litorâneos, mais centrado no sudeste, mas também acompanhando o avanço do desmatamento no Paraná e Bahia. Não se comprometeu a ir além, à última fronteira a oeste, que é o caso do desmatamento no sul do então estado de Mato Grosso. É significativa essa passagem de seu livro, em que narra ainda existir em 1971, no sul da Bahia, em torno de 11 mil km² de floresta ainda intactos, para constatar tristemente que nos anos 1980, para a mesma região, restaram apenas 2 mil km². A passagem seguinte é exemplar, pois considera o avanço das serrarias e a transformação da paisagem do sul da Bahia, condição similar ao que estava ocorrendo no *cone sul* de Mato Grosso. No sul da Bahia:

Cerca de 230 serrarias ainda estavam em operação, empregando 7 mil trabalhadores e com capacidade para serrar quase 1,5 milhão de metros cúbicos por ano. Quando essa floresta foi eliminada, deu lugar a pastagens. O mercado para as madeiras de lei de primeira não era estrangeiro mas interno. Em 1989, apenas 2,4% da madeira brasileira, nativa e plantada era exportada. Ainda que não apreciassem as árvores, os brasileiros gostavam de madeira, esbanjando-a em compensados, ou mesmo em pranchas maciças na decoração e mobília de seus lares, escritórios e prédios públicos (DEAN, 1996, p. 314; destaques meus).

É certo que estavam em plena vigência as exigências do Código Florestal de 1965, das mais significativas a exigência de se manter florestados ao menos 20% da terra, exigência essa que não foi “obedecida nem no sul da Bahia nem em outros lugares, apesar da maior fiscalização por parte dos serviços florestais estaduais e federais”. Isso porque a fiscalização ficava a cargo do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), sucessor do antigo Serviço Florestal Federal, e seu próprio presidente apregoava ser intento da instituição “promover o gerenciamento [sic] de florestas nativas e o reflorestamento com espécies econômicas, em prol da utilização racional e do aumento de novas fontes de energia” (id., *ibid.*, p. 315).

Prossegue W. Dean que, em São Paulo, as autorizações de corte de madeira foram diminuindo ao longo dos anos 1970, uma vez que os proprietários de terra estavam ficando sem

floresta nativa naquele estado. Daí que as “675 serrarias que operavam no Estado, em sua maioria, não mais beneficiavam madeira local, mas estavam adquirindo de outros estados aproximadamente 3,4 milhões de m³ por ano, equivalente talvez a 170 km² anuais das florestas de Mato Grosso” (id., ibid., p. 315; destaques meus). A constatação de Dean tem uma espécie de “encontro marcado” com minhas preocupações, especialmente quanto ao arremate das serrarias paulistas passarem a beneficiar, em grande quantidade, madeira importada de Mato Grosso no início da década de 70.

O raciocínio leva a considerar a madeira extraída da margem direita do rio Paraná, da região de mata da bacia do Ivinhema e daí até mais ao sul do território mato-grossense. Mas, repare que o cálculo de nosso interlocutor se refere à exportação de toras para beneficiamento no estado de São Paulo no início de 70, devendo contabilizar a produção extrativa ao longo dos anos 60. Acredito ser necessário o comentário, pois a importação de toras em estado bruto, isto é, não serradas em território mato-grossense, parece ter sido temporária e anterior às instalações em grande quantidade de serrarias no sul de Mato Grosso/do Sul. Quer me parecer estar mais relacionado tal fato com o processo responsável pela colonização dirigida, em território mais próximo da fronteira com o estado de São Paulo, responsável depois pela fundação dos municípios de Bataiporã e Bataguassu, entre outros.

A esse respeito, vale citar uma pesquisa sobre a colonização dirigida da *Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso*, ao longo do século 20, mais detidamente sob a direção de Jan Antonin Bata (Organização Bata do Brasil), até 1960. A esse respeito, conclui José Carlos Ziliani que os territórios do Oeste do estado de São Paulo e Sul de Mato Grosso foram em definitivo integrados aos “fluxos da economia capitalista da região Sudeste do Brasil, o que significou, dentre outras coisas, a dizimação dos espaços naturais, as florestas e o que nelas continha, bem como a dizimação das populações originárias” (ZILIANI, 2010, p. 7).

Quanto às consequências ao ecossistema, não se há de ver muitas disparidades entre o avanço da colonização dirigida, caso acima, e sua continuidade sobre as florestas do *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, pouco mais que uma década a seguir.

2.1 O “boom” da atividade madeireira?

Quais critérios utilizar para apanhar a curva ascendente de um ciclo? Como captar o *boom* de uma atividade econômica, no caso a extração e beneficiamento da madeira, antes que

seus traços declinantes já se fizessem perceber até mesmo ao olhar mais desatento dos observadores? Sendo uma das atividades humanas que mais explicitaram a oposição cultura (economia) *versus* natureza, o ciclo da madeira em todo o *cone sul* de Mato Grosso do Sul, no recorte que estamos adotando, pouco além na década de 1990 acabou-se enquanto ciclo, enquanto movimentação econômica que carregue alguma relevância à região em questão, ou enquanto ameaça à paisagem ainda não transformada, ainda não “humanizada”. Isso não implica dizer que mesmo hoje não haja ao menos uma serraria ainda atuando em cada um dos municípios do *cone sul*.

A questão é captar o movimento histórico, o processo e o momento de maior intensidade, e tomar às mãos as implicações que lhe são inerentes.

Quando consultado em relação à intenção de apresentar como marco histórico de delimitação os anos de 1970, até pouco além dos meados dos oitenta, para indicar o auge do ciclo madeireiro no *cone sul*, em Caarapó, especificamente, Guaracy Boschilia reconhece a correção de tal delimitação, prosseguindo com seu exemplo pessoal:

[...] eu fui em 1974 encomendar uma máquina para serrar madeira e me pediram um prazo de um ano para poder entregar. Para você ver a quantidade de procura que tinha. E não tinha o Norte ainda, não estavam no Norte. Era esse *Cone Sul* aqui e um pouco no Paraguai. No Paraná estava acabando. O Paraná não teve um vazão do término da indústria madeireira porque tinha a agricultura que vinha ali, especialmente o café, e uma grande parte deste oeste e norte (noroeste), que tem agropecuária – porque o sul do Paraná era agricultura também e outro tipo de mata de exploração. Então foi uma corrida da indústria madeireira para este setor aqui. Em 1970, quando o Brasil ganhou o campeonato mundial, tinha uma música que dizia “90 milhões em ação”, a população já era de 90 milhões. Então teve todo um crescimento durante o Governo Militar, no auge, com petrodólares entrando, gastando na construção de Itaipu, houve um *boom* na economia. Então teve construção, teve construção e precisou de madeira (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 47; destaques meus).

É certo que a região compreendida no espaço aqui delimitado nessa pesquisa, ou seja, o *cone sul* do atual estado de Mato Grosso do Sul, recebeu maior incremento, em termos de abertura de empresas no setor de exploração madeireira, entre os anos de 1973 e 1982. Ao menos é o que deixa evidenciar o gráfico a seguir, confeccionado a partir do cadastro de abertura da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul.

Tabela 1. Abertura de serrarias no cone sul de MT/MS por ano de constituição

Por localidades (distritos e municípios)		Aberturas de serrarias por exercício fiscal																		Total				
		1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987		1988	1989	1990	
Região de Anambai	1	MS AMAMBAI	2	0	4	4	8	3	7	7	9	1	6	5	1	4	3	2	2	2	2	0	1	73
	2	MS TACURU	0	1	1	3	2	1	2	0	2	5	3	0	5	1	2	4	1	0	0	0	2	35
	3	MS CORONEL SAPUCAIA	1	0	0	2	3	3	6	2	9	7	11	7	5	4	2	1	4	3	5	3	3	81
	4	MS PARANHOS	0	0	0	0	0	0	0	3	6	6	2	3	1	0	1	2	1	2	1	2	3	33
Região de Iguatemi	5	MS IGUATEMI	0	0	2	16	13	2	2	2	4	1	1	6	3	0	2	4	2	4	0	0	1	65
	6	MS MUNDO NOVO	0	0	1	3	2	1	8	4	7	11	7	11	7	3	3	3	5	2	3	4	1	86
	7	MS ELDORADO	2	2	1	12	9	0	7	4	5	5	3	3	3	0	0	0	3	0	1	0	1	61
	8	MS ITAQUIRAÍ	0	1	2	4	3	1	1	4	1	1	1	2	1	0	2	3	1	2	1	0	3	34
	9	MS SETE QUEDAS	0	0	0	0	2	0	3	1	5	2	6	5	1	1	5	5	9	8	6	1	5	65
	10	MS JAPORÃ	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Região ao Sul de Dourados	11	MS CAARAPÓ	7	3	9	17	10	5	4	7	7	3	6	6	1	0	1	4	2	0	0	0	0	92
	12	MS JUTI	1	0	0	2	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	8
	13	MS NAVIRAÍ	7	2	4	9	6	4	6	4	1	7	9	1	4	1	1	0	0	1	0	0	0	67
Região de Ponta Porã	14	MS ARAL MOREIRA	0	0	2	0	1	1	0	2	3	3	1	2	4	1	2	1	0	0	0	0	1	24
	15	MS LAGUNA CARAPÃ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total			20	10	26	73	60	21	46	41	60	52	57	52	36	16	24	29	30	24	19	10	21	727

Fonte: Arquivo JUCEMS.

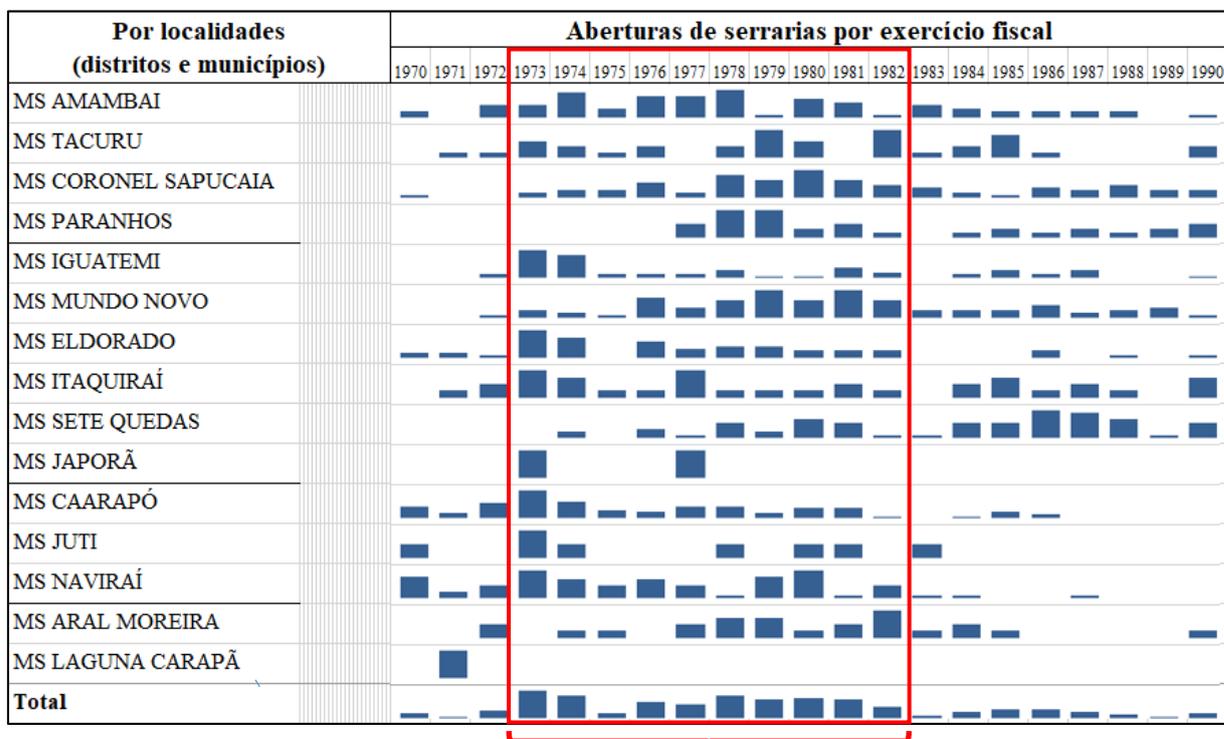
Intervalo constante que indica maior intensidade de aberturas de serrarias, com o sem desdobramento de madeira (1973-1982).

Ou seja, 498 aberturas entre 1973 a 1982, o que equivale a 69% do total se considerado o montante de 727 aberturas no intervalo de 1970 a 1990. O que torna possível apontar esse intervalo (1973-1982) como o momento do *boom* da atividade madeireira. Visto agora com auxílio gráfico, fica mais evidente, pelo efeito mais cheio, ser o intervalo de 1973 a 1982 indicado como o mais frenético da atividade madeireira no *cone sul*, dado o volume de constituições de firmas com a finalidade de capitalizar explorando a extração e beneficiamento da madeira existente.

Porém, bem entendido, trata-se de um critério que aponta um “indício”, pois a contabilidade leva em consideração apenas os dados de abertura de empresas com esse ramo de atividade, não sendo possível fazer um balanço cruzando os dados com os encerramentos das atividades, a bom termo, pois em geral o que se vê ao consultar os arquivos é que, via de regra, os sócios-proprietários optavam por paralisar as atividades sem dar baixa na inscrição. Daí o recurso sempre foi o próprio governo do Estado tomar a iniciativa de efetuar cancelamentos de inscrições, em geral de uma só leva, muitos anos após o efetivo encerramento das atividades (no arquivo da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul, a “operação 904” é o comando de lançamento de cancelamento de inscrição, sem a baixa ou distrato social). E não é raro observar

sócios de serrarias cederem suas cotas de capital a outrem, às vezes da própria família, e logo mais adiante constituírem nova sociedade com o mesmo ramo de atividade.

Tabela 2. Gráficos de abertura de serrarias, por ano de constituição



Fonte: Arquivo JUCEMS.

Intervalo constante que indica maior intensidade de aberturas de serrarias, com o sem desdobramento de madeira (1973-1982).

A meu ver, isso talvez fosse mais comum nessas décadas de 1970 e 80, quando o próprio Estado não possuía ainda uma estrutura de fiscalização e controle que fizesse cruzamento de dados de forma tão efetiva quanto foi possível com o advento da informatização. Aliás, uma coincidência, o advento do computador portátil vai se popularizar entre as empresas exatamente no início dos anos 1990 no Brasil (teto do intervalo temporal aqui proposto). Não sei se poderia afirmar ser o mesmo período da informatização das repartições públicas do estado de Mato Grosso do Sul. Acredito que sim.

O fato é que pude calcular e encontrar números interessantes ao planilhar os atos de lançamento 904 (cancelamento de inscrição), informados pelo cadastro da JUCEMS, para as empresas no ramo madeireiro que atuaram na região *cone sul* de Mato Grosso/do Sul entre 1970 e 1990.

Tabela 3. Cancelamento de inscrições de madeireiras no Cone Sul (1970-1990)

Data	I. E. Canc	%	Data	I. E. Canc	%	Data	I. E. Canc	%	Data	I. E. Canc	%
15/10/1996	433	57,0	05/05/2005	6	0,8	19/07/1982	1	0,1	15/01/2003	1	0,1
05/02/1997	94	12,4	01/04/2008	6	0,8	03/09/1985	1	0,1	26/06/2003	1	0,1
14/04/1999	36	4,7	30/09/1998	5	0,7	30/05/1986	1	0,1	11/04/2006	1	0,1
17/05/2001	33	4,3	03/06/2003	5	0,7	15/10/1986	1	0,1	02/10/2006	1	0,1
28/04/1998	31	4,1	14/05/1999	3	0,4	05/11/1986	1	0,1	06/05/2010	1	0,1
18/04/2000	26	3,4	03/06/1981	2	0,3	17/12/1986	1	0,1	17/04/2013	1	0,1
07/02/1997	25	3,3	19/05/1987	2	0,3	04/07/1989	1	0,1			
20/05/2004	15	2,0	21/03/2012	2	0,3	05/12/1997	1	0,1			
06/05/2002	9	1,2	25/08/1971	1	0,1	14/09/1999	1	0,1			
16/05/2007	9	1,2	25/01/1980	1	0,1	17/10/2001	1	0,1	Total	760	

Fonte: Arquivo JUCEMS - Cadastro.

Por assim dizer, “no atacado”, nada menos que 433 inscrições de “serrarias com ou sem desdobramento de madeira” foram canceladas só na data de 15/10/1996, ou nada menos que 57% de todos os cancelamentos para o período. Seguem daí outros números bastante expressivos de ação da fazenda estadual em fazer extinguir unilateralmente as empresas: 94 inscrições foram canceladas em 05/02/1997 (12,4%); 36 cancelamentos em 14/04/1999 (4,7%); 33 cancelamentos em 17/05/2001 (4,3%); 26 cancelamentos em 18/04/2000 (3,4%); e 25 cancelamentos em 07/02/1997 (3,3%).

Aqui não é possível esclarecer exatamente o que levou a fazenda pública a orientar a fiscalização para que fizesse, em datas específicas, vários cancelamentos de inscrições estaduais de madeireiras. Porém, é possível constatar que estes ocorrem em maior quantidade ao final da década de 1990 em diante. Tomando por evidente que nesse momento a indústria madeireira já não mais era tão significativa para a região, em virtude da escassez de matéria-prima, pode-se verificar certo costume entre os pequenos capitalistas brasileiros em abandonar a documentação das empresas já desativadas (havia uma expressão: “deixar caducar”), não se preocupando em protocolar o distrato social e baixa das inscrições quando do encerramento das operações. Se isso estiver relacionado a impostos sonegados, ou outras irregularidades, não é possível deduzir.

2.2 Da mobilidade geográfica: três rotas madeireiras para o Cone Sul

O manuseio de cópia de contratos sociais de empresas no ramo madeireiro, via arquivo da JUCEMS, permitiu refletir ainda sobre a naturalidade dos empresários que vieram a se instalar no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, tomando por verossímil o entendimento do senhor Almiro P. Sobrinho para o caso de Amambai. Um exercício possível encontrado, na medida em que se tabulavam dados dos sócios: nome, sobrenome, naturalidade, ano de nascimento, local de residência; percebi ser possível exercitar o seguinte raciocínio manuseando as informações. Tão ou mais importante do que o local de nascimento dos empresários (município e estado), talvez fosse vir a conhecer o estado em que os mesmos tiraram documento de identidade civil (ou militar). Isso porque é notório que o Registro Geral (RG), até há poucos anos, era um documento que os indivíduos tiravam já após os dezesseis anos, em diversos casos verificados em idade adulta mesmo, após os vinte anos de vida.

Sendo assim, por meio da informação das secretarias de segurança públicas, emissoras de tais documentos, é possível mapear itinerários percorridos pelos grupos madeireiros, contrastando local de emissão do RG com a informação do local de nascimento, a naturalidade dos cidadãos.

2.3 Dos que se instalaram em Amambai

Para o estudo de caso específico dos sócios madeireiros que operaram no município de Amambai, os documentos de identidade fornecem pistas de três rotas, ou fluxos migratórios principais que envolveram esses homens: a *rota gaúcho-catarinense*; a *rota paulista-mineira*; e a *rota paranaense*, esta última a mais significativa por ser resultado do encontro das duas primeiras. Não é difícil imaginar que madeireiros acompanhavam *pari passu* o percurso que acompanha a expansão da fronteira agrícola no sentido São Paulo ao norte do Paraná e o deslocamento sulista passando também pelo Paraná, antes da ultrapassagem do rio Paraná rumo ao *cone sul* de Mato Grosso/do Sul.

2.3.1 A rota paranaense

Prosseguindo com a proposição, por *rota paranaense*, para efeito de análise, a tabela a seguir é uma tentativa de organizar os sócios de indústrias madeireiras, destacando a naturalidade e ordenando em primeiro nível de classificação o local que se informa nos contratos sociais, ou registros de firmas individuais, o ente federativo emissor do registro de identidade ou do título eleitoral. É o que segue:

Tabela 4. Sócios madeireiros que seguiram da *rota paranaense*

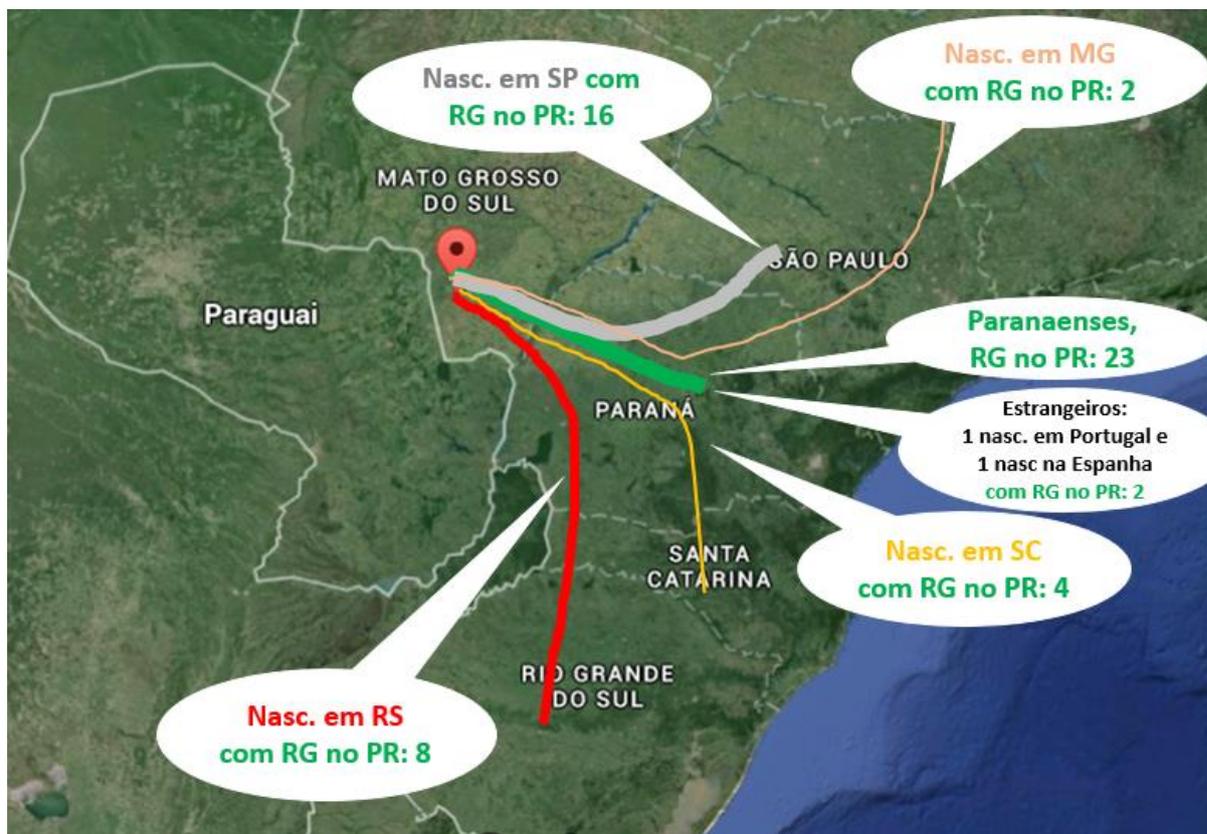
Sócios	Ano Nasc.	Naturalidade	Estado/País	RG ou Tít. Eleitoral	
Claudio Fioramonti	1935	Diamante do Norte	PR	...	1
Antonio de Oliveira	1941	PR	
Edino J Pergoni	1946	PR	
Siegfried Augusto B. Otto Buss	PR	
João Pacheco de Miranda	PR	
Melquiades Vieira de Andrade	PR	10
Waldemiro Jorge Schlumberger	PR	
Carlos Seara Muradas	...	Curitiba (domic.)	...	PR	
Paulo Seara Muradas	...	Curitiba (domic.)	...	PR	
Oscar Muxfeldt	PR	
Ari Jonas Aires dos Santos	PR	
Genesio Valderrama	1940	Arapongas	PR	PR	
Pedro Costa	1941	Rolândia	PR	PR	
Jair Corrêa	1947	Mandaguari	PR	PR	
Jeremias Petinati	1948	Rolândia	PR	PR	
Cleuza Ferreira de Souza Vicente	1949	Paranavaí	PR	PR	
José Figueiredo Limas	1950	Pitanga	PR	PR	12
Maria Helena Pinheiro Petinati	1951	Cambé	PR	PR	
Edefonso Vicentim	1952	Mandaguari	PR	PR	
Vera Lucia Barbosa	1957	Maringá	PR	PR	
Celso Soares do Nascimento	1958	Maringá	PR	PR	
João Antunes Schmidt	PR	PR	
Waldemar Carlos Schmeisch	PR	PR	
Ary José Barea	1924	Antonio Prado	RS	PR	
Saraiva Piana	1925	Sanaduva	RS	PR	
Italino Bonamigo	1939	Passo Fundo	RS	PR	
Belmiro Zamecki	1945	Gaurama	RS	PR	8
Odilo Rossoni	1947	Nova Prata	RS	PR	
Cirino Bonamigo	1947	Passo Fundo	RS	PR	
Alcides Netri Vitorino	1948	Lagoa Vermelha	RS	PR	
Cleves Romeu Sottili	1953	M. Almeida	RS	PR	
João Francisco Schmid	1932	Joaçaba	SC	PR	
Rosa de Oliveira	1940	Apiuna	SC	PR	4
João Adão Alves Garcia	1949	Pirituba	SC	PR	
Maria Helena Vitorino	1953	Joaçaba	SC	PR	

Guerino Vicentin	1917	Jaboticabal	SP	PR	
Aparecido Ferreira Martins	1934	Cafelândia	SP	PR	
Iter Moreschi	1939	Cedral	SP	PR	
Ayrton Cavalari	1939	Guará	SP	PR	
Francisco de Sá	1940	Cafelândia	SP	PR	
José Coradini	1941	Batatais	SP	PR	
Eudes de Aguiar	1942	Vera Cruz	SP	PR	
Roberto Cesario	1942	S. Cruz das Palmeiras	SP	PR	16
Otávio Trindade Lopes	1944	Olímpia	SP	PR	
Arnaldo Walderrama Martinez	1944	Martinópolis	SP	PR	
Helia Cavalari Rossoni	1944	Lins	SP	PR	
Odécio Vicentin	1947	Tupã	SP	PR	
João Batista Gervásio Netto	1947	Marindópolis	SP	PR	
Edson Vicentin	1948	Tupã	SP	PR	
Aparecida Helena Vicentim	1949	Rejente Feijó	SP	PR	
Augusto Aparecido Frazão	1950	Mirandópolis	SP	PR	
Francisco Fernandes de Carvalho	1923	Silvanópolis	MG	PR	2
Luiz Fernandes de Carvalho	1928	Silvanópolis	MG	PR	
José de Jesus Luiz	1937	Mendoa-Mação	Portugal	PR	1
José Perez Perez	1926	Guimarey	Espanha	PR	1

Fonte: Arquivo JUCEMS - Cadastro.

Então, pela *rota paranaense*, se assim podemos definir, observa-se nos contratos sociais no período proposto (1970-90), 55 sócios-proprietários de serrarias estabelecidas estritamente nos limites atuais do município de Amambai, viveram, passaram algum estágio de vida adulta no vizinho estado do Paraná, pois lá, repetimos, tiveram seus documentos de identificação emitidos. Em 10 casos a informação do local de nascimento foi omitida do contrato social (havendo dois casos em que se informa o domicílio do sócio ausenteísta: Curitiba); e um caso em que há local de nascimento e nenhuma menção a localidade de registro civil. Para efeito de demonstração, preferi considera-los em conjunto com os naturais do Paraná (12) e que lá obtiveram seus documentos (RG ou título de eleitor), perfazendo assim um montante de 23 sócios-proprietários. Prosseguindo, os naturais do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que passaram pelo estado do Paraná, antes de se estabelecerem em Amambai, formam um total de 12 empresários; e os paulistas que também marcharam pelo Paraná antes de montarem serrarias em Amambai perfizeram um total de 16; além do registro de dois mineiros e dois estrangeiros que também seguiram o itinerário: em idade adulta tiraram documentação no estado do Paraná.

Figura 5. A rota paranaense: sócios nascidos ou que em idade adulta residiram no estado do Paraná antes de migrarem para Amambai.



Fonte: Google Maps (modificado).

A hipótese aventada de associar a marcha madeireira colada à expansão da fronteira agrícola nacional, nos seus difusos movimentos Leste-Oeste e Sul-Oeste, talvez ganhe aqui um elemento mais substancial ou contundente. De fato, é a contabilidade mais representativa de deslocamentos regionais rumo a Amambai.

2.3.2 A rota paulista

Semelhante exercício talvez possamos fazer em relação a uma provável *rota paulista*, assim pensada adicionando também naturais de outros estados cujos registros de identidade ou títulos eleitorais foram emitidos no estado de São Paulo, 39 ao todo. Se bem que mais da metade dos que aportaram em Amambai em idade adulta, provenientes do estado de São Paulo, eram paulistas de nascimento (17); havendo de se considerar os sete em que os contratos sociais omitem o local de registro civil de empresários paulistas, totalizando 24. Acrescentem-se à lista cinco mineiros e seis sulistas com passagem pelo estado de São Paulo antes de virem para

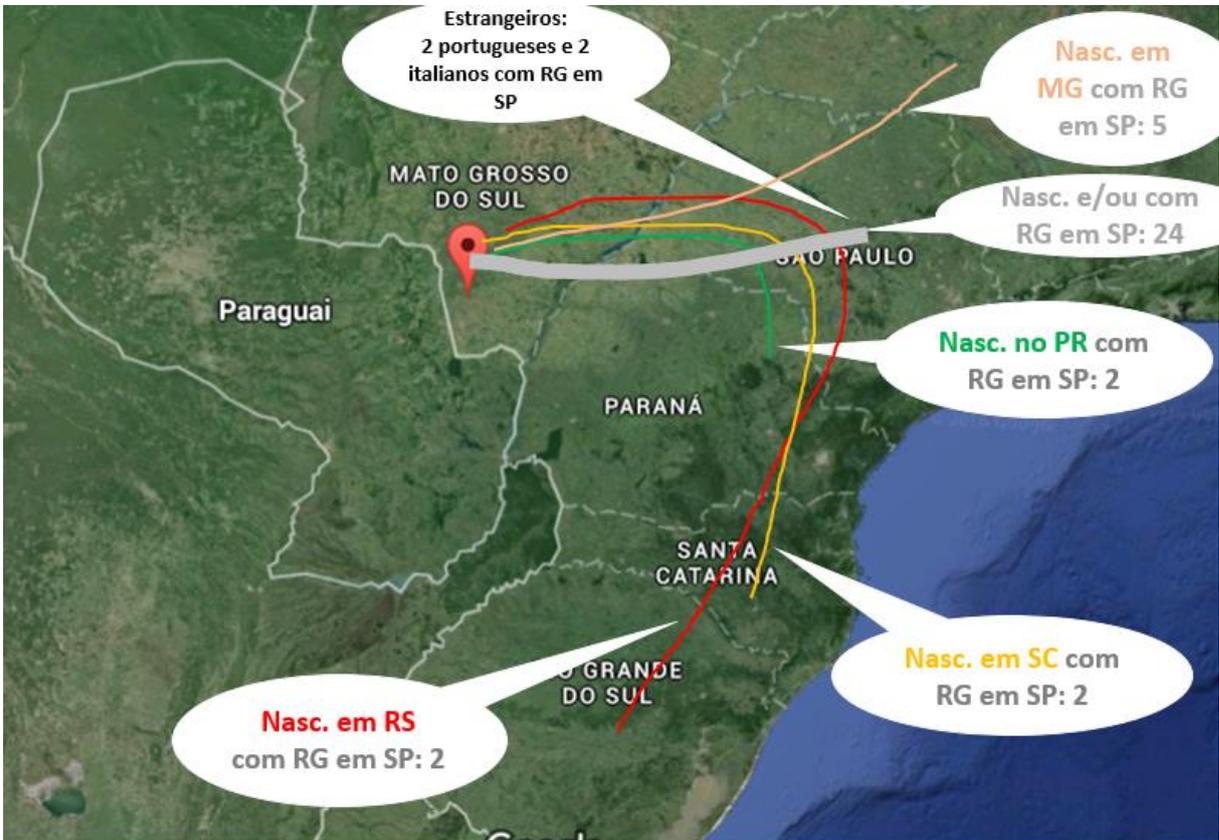
Amambai; e ainda quatro estrangeiros: dois portugueses e dois italianos, no último caso os familiares Braz e Egídio Bruno. Egídio Bruno é considerado um pioneiro em montagem de serraria, bastante lembrado pela memória local (cf. capítulo primeiro).

Tabela 5. Sócios madeireiros que seguiram da *rota paulista*

Sócios	Ano Nasc.	Naturalidade	Estado/País	RG ou Tít. Eleitoral
Alberto Prandini		SP
João Sanches Amaya	1905	SP
Ricardo Pereira		SP
Andréa Adriano de Brito	1967	São Paulo	SP	SP
Antonio Cobacho	1926	Olímpia	SP	SP
Hernique Blasque Rossi	1935	Nova Granada	SP	SP
Idelmino Ferritti	1936	Presidente Prudente	SP	SP
Ivanilde Giroto Fioramonte	1935	Olímpia	SP	SP
José Maria Deliberador	1929	Conceição de M. Alegre	SP	SP
Laercio Riciel Fioramonte	1961	Olímpia	SP	SP
Manoel Blasque Rossi	1938	Nova Granada	SP	SP
Napoleão Bonaparte Ferreira de Brito	1934	Barretos	SP	SP
Narcisa Blasque Cobacho	1933	Nova Granada	SP	SP
Paulo Roberto Blasque Cobacho	1953	Andradina	SP	SP
Tadashi Kubota	1937	Marília	SP	SP
Wataru Yida	1913	Sertãozinho	SP	SP
Yoshiro Kubota	1942	Marília	SP	SP
Antonio Fioramonte	1919	São Paulo	SP	...
André Fioramonte	1922	Olímpia	SP	...
Otorino Antonio Zanetti	1923	Olímpia	SP	...
João Fioramonte	1926	Olímpia	SP	...
Israel Fioramonti	1931	Olímpia	SP	...
Antonio Bizelli	1929	Olímpia	SP	...
Argemiro Fioramonte	1932	Olímpia	SP	...
Flávia Adriano de Brito	1965	Uberaba	MG	SP
Giovana Adriano de Brito	1963	Uberaba	MG	SP
Luciana Adriano de Brito	1961	Uberaba	MG	SP
Maria Ordélia Adriano de Brito	1936	Uberaba	MG	SP
Sara Adriano de Brito	1962	Uberaba	MG	SP
Jorge dos Santos Cavalari	1952	Arapongas	PR	SP
Balduino João Belle	1923	Getúlio Vargas	RS	SP
Gilberto Benjamin Belle	1949	Getúlio Vargas	RS	SP
José Orlando Meinerz	1950	Santa Cruz	RS	SP
José Barros Borges	1941	Araranguá	SC	SP
Vainer de Barros Borges	1950	Araranguá	SC	SP
Egídio Bruno
Braz Bruno	Itália	...
Julio Cabral Matias	1939	...	Portugal	SP
Norberto Matias Cabral Freire	1934	...	Portugal	SP

Fonte: Arquivo JUCEMS - Cadastro.

Figura 6. *A rota paulista:* sócios nascidos ou que em idade adulta residiram no estado do São Paulo antes de migrarem para Amambai



Fonte: Google Maps (modificado).

São diversos os trabalhos que se debruçaram em compreender o fenômeno das frentes pioneiras, do avanço da fronteira agrícola paulista penetrando o território mato-grossense. O sulista Sadi Luiz Giordani, em entrevista, reconhece que em Amambai a presença paulista foi mais preponderante num primeiro momento, antecedendo o pessoal do Paraná, como se verá na sequência.

2.3.3 A rota sulista

Pelo documento de identidade, observa-se ainda outra rota migratória importante, a *sulista*, de 10 empresários rio-grandenses que se formaram adultos em seu estado de origem e deslocaram-se diretamente para Amambai, sem indícios de terem se estabelecido antes no

estado do Paraná. A eles adicionam-se dois catarinenses, contabilizando os 12 sócios-proprietário da movimentação que denomino por *rota sulista* ao longo dos anos 1970-90³⁴.

Tabela 6. Sócios madeireiros que seguiram da *rota sulista*

Sócios	Ano Nasc.	Naturalidade	Estado/País	RG ou Tít. Eleitoral	
Juzarez José Belle	1952	Getúlio Vargas	RS	...	
Neri Pederiva	1933	RS	
Breni Pederiva	1943	RS	
Cândido Batista Chagas	RS	
João Roberto Daudt Chagas	RS	10
Cândido Batista Chagas	1925	Nonoai	RS	RS	
Soni Peruzzolo	1942	Getúlio Vargas	RS	RS	
Helmiro Admar Ragnini	1948	Cacique Doble	RS	RS	
Orestes Rozelio Peruzzolo	1955	Cacique Doble	RS	RS	
João Roberto Daudt Chagas	1958	Nonoai	RS	RS	
Deolindo Trevisol	1936	Concordia	SC	SC	2
Vainer de Barros Borges	1950	Araranguá	SC	SC	

Fonte: Arquivo JUCEMS - Cadastro

Embora seja menor a *rota sulista* em relação às duas anteriores, é preciso reforçar a presença gaúcha e catarinense no território paranaense anos antes de se instalarem em Amambai, certamente atuando já no ramo madeireiro, negócio de família, o que os sobrenomes expostos no quadro não dão margem para dúvidas.

³⁴ A esse respeito vale conferir Alvanir de Figueiredo (1968) que acompanha em tempo real o que considera ser uma segunda onda rio-grandense que se encaminha ao antigo espaço de ocupação ervateira ao final da década de 1960.

Figura 7. A rota sulista: sócios gaúchos e catarinenses que em idade adulta migraram diretamente para Amambai



Fonte: Google Maps (modificado).

Também a prática de aquisição do “mato fechado” já se tratava de uma tradição nas relações mercantis estabelecidas entre madeireiros e colonos em terras da região Sul. Cabral e Cesco encontraram em Guedes (2002) uma descrição dos procedimentos de compra do mato “em pé” no Alto Uruguai catarinense, primeira metade do século 20, quando:

[...] o patrão fazia a escolha das árvores que eram de seu interesse em uma determinada propriedade rural; depois de determinar quantidades e custos, os peões, que eram homens contratados para a derrubada e transporte, acampavam durante dias em meio à floresta para promover a derrubada das árvores com machados e serras manuais (*apud* CABRAL; CESCO, jan./jun. 2008, p. 43).

Afora os métodos mais rudimentares de derrubada, com “machados” e “serras manuais”, em vias de substituição ao longo da década de 1970 para o caso do *cone sul*; de resto, um modo operacional parece permanecer praticamente idêntico, décadas adiante, operando sobre a Mata Atlântica mato-grossense.

2.3.4 “Os da Terra”, ou com registro civil em Mato Grosso/do Sul

Tabela 7. Sócios madeireiros com registro civil em Mato Grosso/do Sul

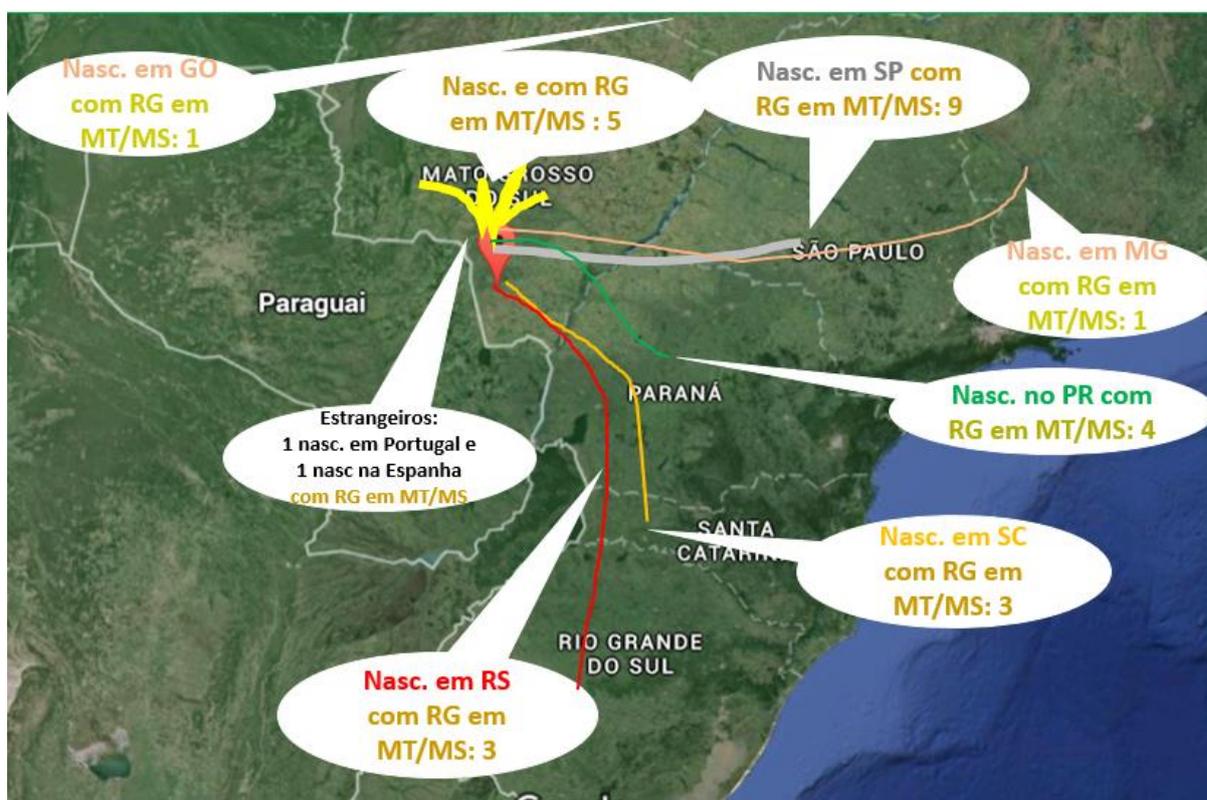
Sócios	Ano Nasc.	Naturalidade	Estado/País	RG ou Tít. Eleitoral	
Aparecido Nunes de Menezes	1924	Borborema	SP	MT/MS	
Cleide Teresa Nitane Vicentim	1957	Populina	SP	MT/MS	
Germano Blasque Mateus	1932	Nova Granada	SP	MT/MS	
Haruo Naramura	1925	Borebi	SP	MT/MS	
Julio Oshio Nakamura	1954	Adamantina	SP	MT/MS	9
Valdemar Frazão	1946	Mirandópolis	SP	MT/MS	
Edson Aparecido Aguiar	1952	Vera Cruz	SP	MS	
Luiz Lopes da Silva	1935	Pompéia	SP	MS	
Neife dos Reis Cavalari	1949	Cafelândia	SP	MS	
Gilmar Pereira	1960	Alto Paraná	PR	MT/MS	
Carlos Roberto Lopes da Silva	1963	Nova Londrina	PR	MS	4
Remi Paulo Bellé	1964	Cascavel	PR	MS	
Sidnei Adão Pereira	1963	Alto Paraná	PR	MS	
Lídio Pessin	1938	Veranópolis	RS	MS	
Eneu Santos de Oliveira	1936	Vista Alegre	RS	MT/MS	
Gomercindo Bonamigo	1943	Passo Fundo	RS	MT/MS	6
Adão Pereira	1935	Turvo	SC	MT/MS	
Pedro Albino Borges	1911	Araranga	SC	MT/MS	
Tavico Barros Borges	1935	Ararguá	SC	MT/MS	
Idalino Garcia Arantes	...	Amambai	MT/MS	MT/MS	5
José Carlos Cardoso dos Santos	1962	Amambai	MT/MS	MT/MS	
Otogamis Garcia Arantes	...	Amambai	MT/MS	MT/MS	
Urbano Garcia Arantes	...	Três Lagoas	MT/MS	MT/MS	
Wenceslau Padilha Neto	1932	Amambai	MT/MS	MT/MS	
Dionizio Guilherme Scherwinski	MT/MS	3
Lizeu Pederiva	1938	MT/MS	
Vitorini Jose Pederiva	1941	MT/MS	
Jocé Joaquim de Oliveira	1929	Mineiros	GO	MT/MS	1
Luiz Carlos de Andrade	1954	Bom Sucesso	MG	MT/MS	1
Thomas Blasque Mateo	1909	Cáceres	Espanha	MT/MS	1
Avelino Conceição dos Anjos	1936	Batalha	Portugal	MT/MS	1

Fonte: Arquivo JUCEMS – Cadastro.

Observam-se 31 sócios-proprietários de serrarias estabelecidas onde hoje é o espaço do município de Amambai, entre 1970-1990, com registro civil em MT/MS. Para o quadro acima importa detalhar a quantidade significativa de empresários do ramo madeireiro vindos de estados vizinhos, possivelmente ainda jovens, e que tiraram o registro de identidade, ou título eleitoral, em Mato Grosso ou já Mato Grosso do Sul (em vários casos não é possível verificar com certeza se tratar já do novo estado, cabendo o recurso MT/MS). Mas, pelas informações expostas pelo arquivo da JUCEMS é possível observar que paulistas e sulistas (aí inclusos os paranaenses) respondem por quase dois terços da totalidade, havendo também registro de um goiano, um mineiro e dois estrangeiros que tiraram documentação em terras mato-grossenses.

A confirmar Almiro Pinto Sobrinho, que observou que as empresas vinham de fora, atraídas pelo negócio da madeira e que iniciativas dos locais foram poucas. Mesmo os três cujos contratos omitem a naturalidade não é tranquilo cravar que sejam mato-grossenses; o provável é sejam de outros estados, ao menos Dionizio Guilherme Scherwinski, a tomar pelo sobrenome de origem germânica.

Figura 8. Locais e Radicados: composição de sócios-proprietários com RG e/ou Título de Eleitor em Mato Grosso/do Sul



Fonte: Google Maps (modificado).

As exposições dos números e os esquemas de proposição de rotas, de frentes que vieram estabelecer-se em Amambai, acredito servir como fio condutor a acrescentar elementos comprobatórios a se pensar o movimento de instalação de serrarias em conjunto com a expansão da agropecuária, tanto no sentido Leste-Oeste, quanto Sul-Oeste.

Vale notar que, para as exposições acima, manusearam-se dados contidos apenas em contratos sociais de empresas no ramo madeireiro instaladas em Amambai, mas essa demonstração não deverá diferir do conjunto da região *cone sul* para as décadas de 70 e 80 do século 20.

Quanto à participação de mulheres nas sociedades, esta perfaz um montante de sete sócio-proprietárias pela *rota paranaense* e oito vindas da *rota paulista*; não se configurando na rota dos demais estados do Sul, e apenas uma com registro civil em Mato Grosso do Sul, embora de naturalidade paulista. É possível considerar algumas dessas mulheres como esposas ou filhas de madeireiros com experiência no ramo de serraria e que, por motivos que fuge aqui explicitar, inseriram-se em algum momento nas empresas. Quando a participação societária se dá em função de matrimônio, é possível argumentar em alguns casos ser mera formalidade, uma vez que a constituição empresarial pela condição de “firma individual”, onde a pessoa jurídica da firma coincide com o nome do proprietário, dificultava uma eventual possibilidade de venda da empresa para o controle de terceiros; enquanto que “denominação social” de sociedades facilita a transferência de quotas de capital, sem necessidade de liquidação da empresa e abertura de outra no mesmo endereço. Verificar o papel destacado da participação mais efetiva de mulheres na gestão ou condução operacional das empresas demandaria um estudo mais detido, que se revelou impossível no âmbito da presente pesquisa.

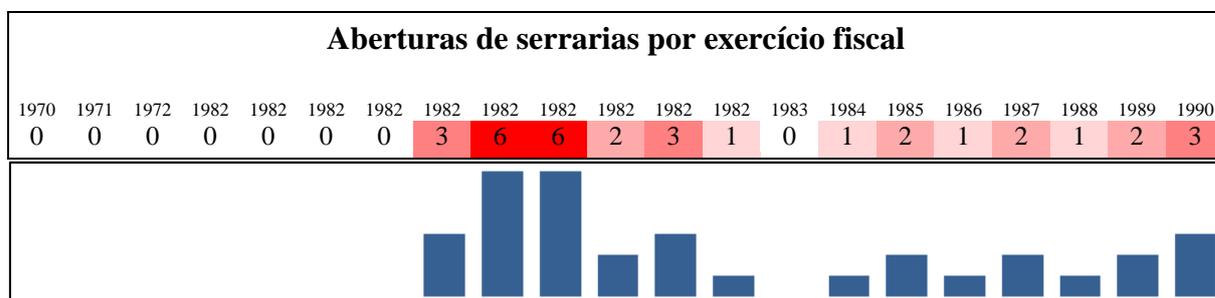
A admirável obra de Warren Dean, que expôs a tragédia histórica que representou a devastação da Mata Atlântica brasileira (1996), por certo é marco importante nos recentes estudos em História Ambiental, ou da historiografia como um todo. Ali se pode vislumbrar o processo constante de penetração econômico-demográfico do território brasileiro, no sentido litoral-interior do território, desde a colonização até a última década do século passado. Este se fez assolando, “a ferro e fogo, o ecossistema da Mata Atlântica. A Mata foi o palco, por assim dizer, da “tragédia”. E eis Dean observando, ao cabo dos anos 1980, que as florestas brasileiras já eram insuficientes “para suprir a demanda interna: 600 mil m³ de madeira paraguaia, um quarto da produção daquele país, estavam sendo contrabandeados anualmente para os mercados do sudeste brasileiro” (p. 337). Essa pequena passagem é prenhe de significado e merecedora de uma verificação quanto à aplicabilidade no estudo presente. Sigamos então para a faixa de fronteira.

2.4 Paranhos, Ypejhú e além

Paranhos, município emancipado pela lei estadual nº 777, de 17/11/1987, é uma localidade bastante citada pelos entrevistados quanto a ter sido *locus* de exploração madeireira no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul. Se atentarmos para as informações contidas nos arquivos da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul (JUCEMS), há de se observar para a localidade, no intervalo proposto de 1970 a 1990, um montante de 33 aberturas de empresas constituídas com o ramo de atividade voltado à indústria e beneficiamento de madeira (serraria com ou sem desdobramento de madeira).

A bem da verdade, os contratos sociais só fazem menção ao domicílio empresarial em Paranhos a partir de 1977 (embora a emancipação, como visto, venha a se dar dez anos mais adiante). Fato é que o arquivamento da JUCEMS para esse ramo econômico reconhece como sede empresarial os ainda distritos municipais. Tanto melhor, pois nos aproxima de um painel mais realístico do que se pretende representar.

Tabela 8. Paranhos: Abertura de serrarias com e sem desmembramento de madeira



Fonte: Arquivo JUCEMS - Cadastro.

Observa-se pelo quadro acima que em 1978 e 1979 seis serrarias iniciaram atividades de exploração madeireira na área de Paranhos, reduzindo-se as aberturas ao longo da década de 1980, embora tendo ainda, ao teto desta década, iniciativas de constituição de empresas madeireiras, sendo que apenas no exercício de 1983 nenhuma firma com esse ramo de atividade econômica foi registrada pela Junta.

Paranhos, porém, é um caso especial, pelos motivos que adiante pretendo explanar, logo após relatar algumas experiências contadas por colaboradores.

Figura 9. Municípios vizinhos: Paranhos (Brasil) e Ypejú (Paraguai)



Fonte: <https://earth.google.com/web/@-23.92100046,-55.45231611,432.47207754a,14007.79195303d,35y,4.56909779h,50.79546301t,0r>.

Sadi Luiz Giordani, gaúcho, oriundo de família com experiência no ramo madeireiro, com passagem pelo estado do Paraná, veio com seus familiares para o *cone sul* de Mato Grosso ao início da década de 1970, quando, em suas palavras, “a gente fez uma escala em Tacuru e acabou indo para Paranhos onde, na verdade, entrou em falência informal. Nós acabamos saindo em 1982, por aí... saímos da atividade madeireira” (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 1). Para ele, uma frente paulista já operava com a atividade madeireira alguns anos antes, mas quando a frente paranaense inseriu-se nesse mundo, em seu entender, coincidiu com o *boom* da economia madeireira na região, exatamente nos anos que se seguem a 1973 (id., *ibid.*, p. 2).

Giordani aos poucos vai revelando que, das serrarias instaladas em Paranhos ao final da década de 1970, um número menor operava no território brasileiro: “poucas empresas montadas funcionando no território brasileiro, porque uma boa parte delas, talvez a maioria, se estabelecia [diretamente] no Paraguai.” Está o entrevistado reportando-se à sua experiência em Paranhos, em 1979, quando havia “só uma serraria no Paraguai, montando recém a segunda” (id., *ibid.*, p. 13).

O roteiro comumente imaginado para a entrevista era de que uma vez posta abaixo a mata do *cone sul*, avançar-se-ia para a fronteira paraguaia de modo a suprir a demanda crescente

de consumo de madeira, a ponto das empresas passarem a se instalar na fronteira com a vizinha República do Paraguai. Porém, Sadi Giordani nos auxilia a ver mais além do roteiro pré-estabelecido, pois argumenta que, no entanto, era a “maioria”. “A maioria dessas indústrias ficava dentro do Paraguai, no território paraguaio. Bem verdade que os proprietários eram brasileiros, os trabalhadores, em sua absoluta maioria, eram brasileiros. Quer dizer, você podia dizer que era uma empresa brasileira” (id., *ibid.*, p. 13). Trocando em miúdos, nosso colaborador está a afirmar que madeireiros brasileiros agiam diretamente no território paraguaio, tal qual uma “pequena multinacional”, ironiza. Curiosamente não havia tampouco uma exigência maior por parte da legislação paraguaia, à época, de que se empregasse mão de obra nacional. Ao menos é o que o interlocutor tem de recordação: poucos empregados paraguaios, cabendo apenas, por conseguinte, uma relação fiscal para com o governo paraguaio, era de se deduzir. Porém, acrescenta Sadi Giordani:

Lá também era ditadura, ditadura do Stroessner, e imposto, imposto, era muito pouco. Mas, em compensação, gratificação você tinha que liberar para uma meia dúzia de camaradinho que estava ali. É, era para o Exército, para uma tal de Florestal, para um tal de Portos, para o Comissário, para o Alcaide. E você tinha que acertar com todos esses camaradas: o que menos eles queriam era que você legalizasse (id., *ibid.*, p. 14; destaque meu).

Não que a produção paraguaia, seguindo o entendimento do entrevistado, semielaborasse o produto para que este viesse a sofrer algum beneficiamento no território brasileiro. Não, os madeireiros brasileiros, atuando do outro lado da fronteira, aguardavam os representantes comerciais que compravam a madeira em território paraguaio e a transportavam aos destinos mais visados, especialmente ao estado de São Paulo: “Ou seja, aquele processo: o caminhoneiro vinha e comprava a madeira lá do Paraguai” (id., *ibid.*, p. 14).

Quando primeiramente refleti sobre os deslocamentos de carga de toras para beneficiamento no território brasileiro, na abordagem a Sadi Luiz Giordani, atentava para o projeto de lei apresentado pelo então deputado estadual Zenóbio dos Santos³⁵, que proibia a saída de madeira em toras de Amambai. Ora, se fora necessário aprovar uma lei coibindo o transporte em toras de Amambai para ser beneficiada em outras regiões, já denunciando com isso a percepção de escasseamento do produto naquele município, na passagem das décadas de

³⁵ Zenóbio Neves dos Santos foi deputado pelo então partido situacionista do Regime Militar, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), eleito por Amambai e região, mandato de 01/01/1979 a 31/01/1983; e reeleito para a 2ª legislatura, de 01/02/1983 a 31/01/1987. Cf. <<http://amambaipatrimoniouniao.blogspot.com.br/2015/09/deputado-zenobio-neves-dos-santos.html?view=sidebar>>.

70 para 80; por ilação, semelhante situação poderia esclarecer a produção madeireira em Ypejú (município paraguaio vizinho de Paranhos). Em resposta, Sadi Giordani fez a seguinte objeção:

Não era assim que funcionava. Vamos situar direitinho: existiram serrarias que depois que acabaram as matas aqui, ou estava escasseando a matéria-prima, trouxeram, por um período, toras do Paraguai e elaboravam a madeira aqui. Esse era o caso de algumas; e outras, em maior número, bem maior número, já se estabeleciam diretamente no território paraguaio e de lá, já saía a madeira pronta; não traziam, vamos dizer, produção semielaborada (id., *ibid.*, p. 14).

A situação que se vê a seguir é por demais significativa e ilustrativa de vida econômica, como de regra serve como definição do “viver em fronteira” como um todo. Isso porque Giordani avalia que o fato de haver instalações de serrarias do lado paraguaio da fronteira gerou uma situação peculiar do ponto de vista fiscal. Isso porque o produto elaborado em Ypejú, “salvo raríssimas exceções, não era embarcado como exportação do Paraguai para o Brasil. Ele vinha como se fosse produto brasileiro, porque saía de lá e o desembaraço aduaneiro [sic] era feito nesses entrepostos [citados logo abaixo]. Era uma situação...” (id., *ibid.*, p. 15).

O que se pode extrair da assertiva acima? Não havendo maiores inquietações por parte de madeireiros brasileiros quanto à regularização fiscal de suas empresas junto ao Estado paraguaio, tendo por contrapartida uma compensação em “propina” às autoridades daquele país, não é de se estranhar que as matas paraguaias viessem ao chão para gerar um produto que, ao adentrar o território brasileiro, viesse a ser comercializado como se de origem brasileira o fosse.

SLG - Sim, para fins estatísticos, constava como produto brasileiro. Porque existia ali, aliás, existem até hoje, “empresas de papel”, que são meras formalidades, só para legalizar esses produtos.

JLA: - Cumprir apenas uma exigência.

SLG: - Esta exigência legal. Então saía como produto brasileiro. Na verdade, não havia sonegação, o imposto era recolhido, mas no Brasil. Sim, no Brasil, como se fosse uma serraria do Brasil.

JLA: - Como se fosse uma extensão do Brasil no território paraguaio?

SLG: - Mais ou menos (id., *ibid.*, p. 15).

Outro caso exemplar é do senhor Guaracy Boschilia. Como já apresentado anteriormente, o ex-prefeito de Caarapó, o administrador de empresas que se tornou madeireiro por força das circunstâncias, após montar a Serraria Jatobá em Caarapó em 1974, abrindo ainda, em 1977, por tempo determinado, a Jatobá II (na margem esquerda da saída de Caarapó, para Amambai). Também Boschilia nos conta como foi que decidiu montar, em sociedade, uma

serraria em Ypejhú, Paraguai. Ele rememora que, ao tempo em que fazia funcionar duas serrarias (em Jatobá e Jatobá II), próximo havia ainda a

Serraria Tapira³⁶, que veio da cidade de Tapira, no Paraná [...]. Veio o pessoal de lá e colocou uma serraria perto, comprou um pedaço de terra e trabalhou acho que quatro anos, só. [...] E esse sujeito da Tapira depois me convidou [em 1978] para pôr essa serraria lá no Paraguai, em Ypejhú, que é do lado de lá de Paranhos (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 38).

Logo após ter se decidido aceitar fazer sociedade, antes mesmo de funcionar a serraria em Ypejhú, o sócio paranaense desistiu do negócio: “Então eu comprei a parte dele e convidei dois homens que trabalhavam comigo para serem sócios. Era com aquele objetivo de, ao se tornarem sócios, depois pagariam a parte deles, comprariam a minha e ficariam independentes” (id., ibid., p. 38).

A razão social desta serraria em Paranhos que explorava madeira em Ypejhú (Paraguai), era *Madeireira Sul Matogrossense Ltda.* Essa empresa foi constituída em 09/08/1978 pelos sócios Guaracy Boschilia, João Antonio de Camargo e Joaquim Ramos Portes. O capital social investido era de Cr\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil cruzeiros), dividido em quotas de capital de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) para cada sócio. Não se tem informações quanto ao encerramento da empresa, apenas constando no arquivo da JUCEMS a data de 15/10/1996 como a de cancelamento da inscrição (v. arquivo JUCEMS, Nire nº 54.2.0000718-6).

Quando perguntado se havia uma tendência de se instalar serraria no lado paraguaio, Boschilia acenou afirmativamente: “já tinha muita serraria por lá” (id., ibid., p. 38).

GB - Eu já tinha um limite e eu antes de terminar a madeira aqui, de fechar a serraria, eu comecei a ajudar a gente para ir embora. Diminuindo e arrumando lugar para os funcionários trabalharem.

JLA - Foi se planejando...

GB - Para não deixar o pessoal na mão. E quem tinha capacidade de trabalhar por conta própria, ajudava. Então colocamos lá, em Ypejhú, que é outra comunidade.

JLA - E quem foi trabalhar lá, seu Guaracy?

GB - O Joaquim e o João. Eles levaram pouca gente, o resto era tudo de Paranhos, brasileiros e paraguaios. Eles conviviam. Eu fui lá uma vez: eles jogavam bola com os capitães, com os soldados paraguaios; conviviam bem, lá. Mesmo tendo o pessoal do contrabando, o bandido, o que cultivava

³⁶ A Serraria Tapira a que o senhor Guaracy Boschilia faz referência é nome comercial, não havendo razão social com tal denominação no arquivo da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul, podendo vir a ser uma firma individual. A verificar.

maconha. Eles sabiam onde tinha esse pessoal, mas souberam se situar, não tiveram problemas (id., ibid., p. 38).

Embora Guaracy Boschilia relate ter empregado trabalhadores paraguaios em Ypejhú, ressalta que eram estes em menor número, sendo a maioria mão de obra brasileira, proveniente de Paranhos. Quanto ao sentido da comercialização da madeira produzida no Paraguai, afirma seguir o mesmo destino:

Ah, tudo para São Paulo, interior de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Paraná, um pouco. Mesmo destino. Aí pagava imposto lá (pouco imposto), mas tirava nota no Brasil. Porque tinha um imposto de exportação, que precisava de ir até Pedro Juan Caballero pagar para exportar madeira [para o Brasil]. Aí tinha a aduana (a Receita Federal no Paraguai) e a Receita Federal no Brasil. E ali também tinha muita serraria, dentro de Pedro Juan, mais abaixo, e que devido ser divisa seca, era como se estivesse serrando aqui (id., ibid., p. 39; destaque meu).

Há alguma diferença entre a explicação de Boschilia quanto aos procedimentos do comércio e para com o fisco, se comparado ao relato de Sadi Giordani, admitindo aquele que pagava, embora pouco, imposto no Paraguai. No mais confirma Giordani quanto às notas fiscais destacadas no Brasil, havendo por certo que a contabilidade da madeira brasileira, do *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, seria superestimada se nos apoiássemos apenas no cômputo geral das notas fiscais que acompanhavam a comercialização com destino a São Paulo, Rio, Minas e demais estados. Sim, "*por supuesto*".

A constatação da fronteira fluida entre Brasil e Paraguai pode ser uma vez mais levada em consideração, a tomar Boschilia por fonte. Segundo ele, entre as décadas de 1970 e 1980, explorou-se madeira dos dois lados da fronteira, havendo, no entanto, mais no território paraguaio do que nos municípios limítrofes do lado brasileiro. Tome-se o exemplo envolvendo Coronel Sapucaia e Capitan Bado (mais duas cidades gêmeas na fronteira Brasil-Paraguai): “Mas vinha madeira de lá, porque em Coronel Sapucaia era pouca madeira que tinha, a terra não era boa, muito boa.” Adiante me interpela quanto ao ex-prefeito de Naviraí, Euclides Fabris, que também aventurou-se naqueles anos a montar serraria, tanto em Naviraí, quanto em território paraguaio:

Você ouviu falar que teve um prefeito de Naviraí, o Euclides? (que depois morreu de câncer), ele era sócio da usina de açúcar. Ele era um sujeito do Sul, descendente de italianos, que botou serraria em Naviraí e também botou serraria dentro do Paraguai, serraria grande. Entrando em Coronel Sapucaia,

60 quilômetros, 70 quilômetros de Coronel Sapucaia, entrando no Paraguai. Ele pôs serraria lá, o Euclides Fabris (id., ibid., p. 39)

A respeito de Euclides Antonio Fabris, gaúcho nascido em Prata em 1936, é possível constatar que o mesmo se associou em 06/06/1974 à empresa *Brida & Cia Ltda.*³⁷: constituída em 21/09/1973 por Aristides de Brida e Zelmo de Brida, ambos residentes em Naviraí, cada qual aportando 25 mil cruzeiros. Tal empresa tinha por objeto mercantil a “importação de madeira serrada e beneficiada, por atacado e varejo”, estando sediada à avenida Internacional, s.n., zona Industrial, em Coronel Sapucaia. A referida empresa foi extinta em 20/12/1978 (v. arquivo JUCEMS, Nire nº 54-2-0000373-3).

Não se passara muito tempo para que Euclides Fabris e os demais sócios, após ser extinta a *Brida & Cia Ltda.* viessem a constituir, em 12/09/1979, a *Renascença - Madeira Ltda.*, situada à rua Itrio Correa, em Coronel Sapucaia, e tendo por objeto mercantil “indústria e comércio de madeiras, serradas e beneficiadas, por atacado e varejo”. Euclides Fabris novamente aparece como o sócio com maior capital social, subscrevendo na empresa: Cr\$ 1.401 mil quando da constituição; passando para Cr\$ 3.995 mil com a primeira alteração contratual, em 16/07/1980; e Cr\$ 9.400 mil em 30/07/1982 (segunda alteração contratual), ou 47% do total. Abaixo dele, Antenor Angelo de Brida manteve 33% do total investido em cada alteração contratual; por fim, Elinor Rafael Fabris e Leonidas Ezequiel, cada qual mantendo 10% do todo. O distrato social da referida empresa data de 14/02/1984 (v. arquivo JUCEMS, Nire nº 54.2.0002414-5).

Foge ao escopo da presente investigação indagar os motivos pelos quais os Fabris e os Brida, em menos de um ano, nove meses incompletos, para ser mais exato, encerraram a *Brida & Cia Ltda.* em 20/12/1978 e, ato contínuo, abriram 12/09/1979 outra madeireira, a *Renascença - Madeira Ltda.* no mesmo município de Coronel Sapucaia, fronteira seca com o município paraguaio vizinho, Capitan Bado. Fato é que apenas Euclides Antonio Fabris e Elinor Fabris

³⁷ Quando da entrada de Euclides Fabris na sociedade (primeira alteração contratual), Zelmo de Brida retirou-se transferindo suas quotas de 25 mil cruzeiros para outro membro da família Brida: Antenor Angelo de Brida. Nesses termos, porém, Fabris investiu 120 mil cruzeiros, passando a ser portanto o sócio majoritário. Na alteração seguinte, de 24/09/1974, Aristides de Brida vendeu suas cotas de capital a Antenor Angelo de Brida, que passou a constar com 50 mil cruzeiros de capital social. Na terceira alteração (15/09/1975), juntar-se-á a Euclides Fabris (agora com Cr\$ 234 mil de capital) e a Antenor Brida (Cr\$ 166 mil) o paranaense de Jandaia do Sul, Leonidas Ezequiel, com aporte de Cr\$ 100 mil de capital social. Adiciona-se Elinor Rafael Fabris (irmão de Euclides) com Cr\$ 100 mil de investimento, na alteração de 23/12/1976, aos agora Cr\$ 410 mil de Euclides Fabris, Cr\$ 330 mil de Antenor Brida e Cr\$ 150 mil de Leonidas Ezequiel. A quinta e última alteração contratual (de 22/06/1978) fez-se apenas para fins de atualização do capital social: Euclides Fabris, Cr\$ 1.050 mil; Antenor Brida, Cr\$ 825 mil; Leonidas Ezequiel Cr\$ 375 mil e; Elinor Fabris Cr\$ 250 mil. À exceção de Euclides Fabris, residente em Naviraí, consta que os demais sócios residiam em Coronel Sapucaia.

estavam domiciliados em Naviraí, à época, enquanto os demais associados residiam em Coronel Sapucaia e não me parece ser especulativo caracterizar essa empresa como demandante de matéria-prima de espécies arbóreas situadas naquela república guarani, até porque, na avaliação de Boschilia, como vimos, em “Coronel Sapucaia era pouca madeira que tinha, a terra não era boa muito boa”.

* * * * *

Se retomarmos as tabelas que informam sobre as aberturas de serrarias (tabelas 1 e 2), com base no arquivo da JUCEMS, que sugere para o *cone sul* os anos de 1973 a 1982 como os que despertaram maior interesse no ramo madeireiro, correspondendo a 68,5% do montante de constituições entre 1970-1990, pode-se deduzir que a Mata Atlântica sul-mato-grossense e floresta de transição, outrora fornecedora de matéria-prima abundante, já dava sinais de esgotamento. É o que se pode deduzir do interesse crescente de madeireiros para com a área de fronteira paraguaia, em atendimento à demanda da construção civil, da indústria moveleira e outras do mercado brasileiro.

Nascida em Olímpia, estado de São Paulo, em 1925, a senhora Iracema Morales³⁸ casou-se em Nova Aliança e residiu por décadas em São José do Rio Preto, onde nasceram seus seis filhos, em meio a fazendas de café:

O avô dele [seu marido] tinha fazenda de café um pouco para baixo do nosso sítio. Porque o meu pai tinha sítio, também de café. Tinha a fazenda deles de café, passava uma outra fazenda (que era também de café), e aí já estava no sítio nosso, uma fazendinha que o meu pai tinha, de café também (ENTREVISTA: Iracema Morales, jul-2016, p. 2).

Seu esposo (já falecido), que trabalhava, sob encomenda, com conserto de tonéis de cachaça, fez amizade com “uns turcos muito ricos” que possuíam terras no estado do Paraná. Assim, a família Morales migrou em 1964 para o distrito de Marilu, município de Iretama-Paraná, para tomar conta da fazenda dos “libaneses”. Qual não foi a decepção quando verificaram que nas terras havia outros ocupando: “Quiseram até matar o meu marido, porque veio para tomar conta da fazenda. Esta fazenda era um colosso de café! Ah, então o que ele fez?”

³⁸ A meu pedido, essa entrevista foi realizada por Sivaldo de Macedo Michenco, em 12/07/2016, na residência da Senhora Iracema Morales, em Iretama-PR. A entrevistada Iracema Morales é citada com suas iniciais “IM”; havendo ainda colaborações pontuais de sua filha, Maria Cristina Morales Felipe, esta abreviada pelas iniciais “MC”.

Ficou meio sem o que fazer”. Foi quando lhe foram oferecidas duas chácaras para se estabelecer, continua a senhora Iracema, e o patriarca dos Morales passou a fazer serviços de carpintaria de pequena monta, como confecção de carteiras escolares e quadros de giz. Com o tempo montou uma pequena serraria no local: “E vendia muito bem! Vinagrelha [sic], tonel, engradado – nós tínhamos dez homens fazendo engradados”. De acordo com a entrevista, a família Morales permaneceu nessa condição entre 1964 e 1980, ano esse em que tomaram decisão de montar serraria em Paranhos.

A narrativa que nos fornece a senhora Morales é importante também por ser registro de um itinerário que parece ter sido comum, dadas as circunstâncias, de transferências de empresas familiares do ramo madeireiro do estado do Paraná para o *cone sul* de Mato Grosso/do Sul ao longo da década de setenta do século passado. E nesse processo, houve o momento peculiar de atração do distrito de Paranhos. “É, já tinham ampliado a serraria. Já tinha motor diferente, já tinha mais capacidade de produzir.” A entrevistada revela que circulavam informações de que na região de Paranhos havia muita madeira.

IM: - Aí já estavam montando as mangueiras para fazer o barracão, já estava tudo enterrado..., mas eles ficaram com medo dos paraguaios. [...] Tinha muita madeira, mas o perigo era os paraguaios.

MC (filha): - Era paraguaio ou era índio, mãe?

IM: - Paraguaio misturado com índio.

MC (filha): - Lá era uma reserva indígena. Era índio, não era paraguaio, não! (id., *ibid.*, p. 3; destaque meu).

Fato é que a *Madesp – Madeireira São Paulo*³⁹, de propriedade da família Morales, não completou um ano de atividade em Paranhos, por se tratar de reserva indígena⁴⁰ e ficarem amedrontados.

IM: - Lembro, era grande. Mas serrou pouco. Meu marido achou que ia ter problema com os índios. Aí como estava só com pouca estrutura montada, ele falou: “- *Convém parar e ir embora porque aqui não vai dar certo, com esse povo. E também não vai ter madeira suficiente.*” Aí ele fez um rolo, lá. Vendeu o que estava em pé, trocou por um carro, uma caminhonete (id., *ibid.*, p. 4).

³⁹ Nota: não foi possível encontrar registros na JUCEMS com essa razão social, nem consta o sobrenome Morales em possível firma individual. É possível antever que não se chegou a regularizar a serraria *Madesp* em Paranhos, optando-se por vender a infraestrutura montada e partir para o norte do estado de Mato Grosso.

⁴⁰ São as seguintes as aldeias indígenas de etnias Guaraní-Kaiowá no município de Paranhos: Arroio-Korá: situação jurídica: declarada; extensão: 7,2 km²; população: 404 (Funai, 2001); Sete Serros: situação jurídica: homologada e regularizada; extensão: 86 km²; população: 230 (Funai, 2003); Takuaraty/Yvukuarusu: situação jurídica: homologada e regularizada; extensão: 26 km²; população: 360 (Funai, 2004); *apud*: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/15/ult5772u4624.ihtm>.

O destino da atividade madeireira da família passa por instalar-se mais ao norte, região de Juara, estado de Mato Grosso, quando, em meio à prosperidade, houve a tragédia do acidente com carregamento de toras que vitimou um filho em 1984 – que será contada mais adiante –, encerrando a epopeia e retornando ao estado do Paraná.

Importa agora destacar um aspecto que quer parecer um diferencial da atração que Paranhos passou a ter ao final da década de 1970 e início de 1980. Para além de ser fronteira seca com a República do Paraguai, havia a reserva onde grupos nativos “desmotivaram” a permanência dos Morales no local, mas que por anos forneceu matéria-prima às indústrias madeireiras brasileiras.

Para compreender melhor a situação, talvez seja importante inserir mais um estudo de caso, antes de amarrar a análise envolvendo as situações acima.

Vejamos agora o testemunho de Silvestre Otto, um senhor de 75 anos, paranaense, hoje domiciliado em Amambai. O senhor Otto, que já nasceu órfão de pai, em sua adolescência, idos dos anos 50, caçava e pescava e vendia tais fontes de proteína animal ao 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, em Foz do Iguaçu, que naquela década se ressentia de vias de comunicação terrestre adequadas para fornecimento de alimentos. A experiência do senhor Silvestre também acompanhou, anos mais tarde, a mecanização agrícola do sudoeste do Paraná. Foi em meados da década de 1960 que aprendeu a conduzir máquinas de esteira, em serviço de destoca na região de Toledo, antes de decidir, em 1966, vir trabalhar na derrubada da mata no *cone sul* de Mato Grosso.

Eu comecei a trabalhar com madeira no Paraná, em Cascavel. De Cascavel eu passei para Toledo; de Toledo eu passei para Marechal Rondon; em Porto Mendes, aquela região toda. E de lá eu vim para o Mato Grosso, eu vim para região de Sete Quedas, de Paranhos. Primeiramente eu vim para Mundo Novo. Em Mundo Novo tinha uma laminadora, a laminadora Werneck, ali eu trabalhei muito com madeira (ENTREVISTA: Silvestre Otto, ago-2016, p. 3).

Curiosamente, o senhor Otto nos informa que veio trabalhar no *cone sul*, mas continuou domiciliado no estado vizinho: “De mudança mesmo eu só vim em 1978. [...] a família ficou no Paraná. Porque era muito difícil trazer uma família para cá nessa época, não tinha como”. Justifica-se:

Porque o cara que trabalhava como eu trabalhava, ele não tem lugar certo. Eu não posso falar “*eu trabalhei só em tal lugar!*” Porque tem um serviço aqui

hoje, fica um mês, dois, seis meses que seja, aqui; terminou aqui o patrão já pegou outro[serviço], longe às vezes. Não dava para escolher (id., ibid., p. 4).

No *cone sul* o senhor Silvestre já veio para trabalhar com madeira. “Só que eu mexi com madeira muitos anos e daí a madeira ficou escassa, voltei a mexer com máquina de esteira aqui também, eu mexi por último com máquina de esteira aqui também” (id., ibid.). Começou trabalhando na região onde é hoje o município de Sete Quedas (antigo distrito de Amambai):

SO: - Isso, Sete Quedas. Começamos em Sete Quedas. Ali trabalhava do lado do Paraguai, trabalhava do lado do Brasil, “pulava”, não é? [...]

JLA: - É a fronteira é “seca”. Com a fronteira seca, explora a madeira aqui, mas o Paraguai está logo ali.

SO: - Até hoje acontece isso aí, até com gado. O cara tem uma fazenda no lado do Paraguai e outra no lado do Brasil, ele “trambica”. Conforme está o preço ele joga pra lá...

JLA: - Essa derrubada era principalmente para formar a pecuária?

SO: - Para pecuária, na época era a pecuária porque...

JLA: - O objetivo era a derrubada da mata para formar pastagens?

SO: - Formar pastagens, porque até hoje a região de Sete Quedas e Paranhos... tem alguma “lavourinha” mas é fraca. Porque a terra não ajuda para lavoura, é muita areia, muito arenosa, então povo lá [opta pela] pecuária (id., ibid., p. 5).

Quando perguntado se a retirada da madeira em Paranhos se dava mais do lado paraguaio, em Ypejhú, nosso entrevistado confirma: “Isso, tirava do Paraguai”. Colaborando com a discussão, seu genro, Sadi Giordani, complementa: “- Cerrado, não é, ‘vô’? no máximo pegava cerrado ali em Paranhos”. Quando indaguei se a mata estava próxima, do outro lado da fronteira, o senhor Otto respondeu: “- É, do lado do Paraguai. Para cá era fraco de madeira, até Sete Quedas; depois de Sete Quedas era bom de madeira” (id., ibid., p. 6).

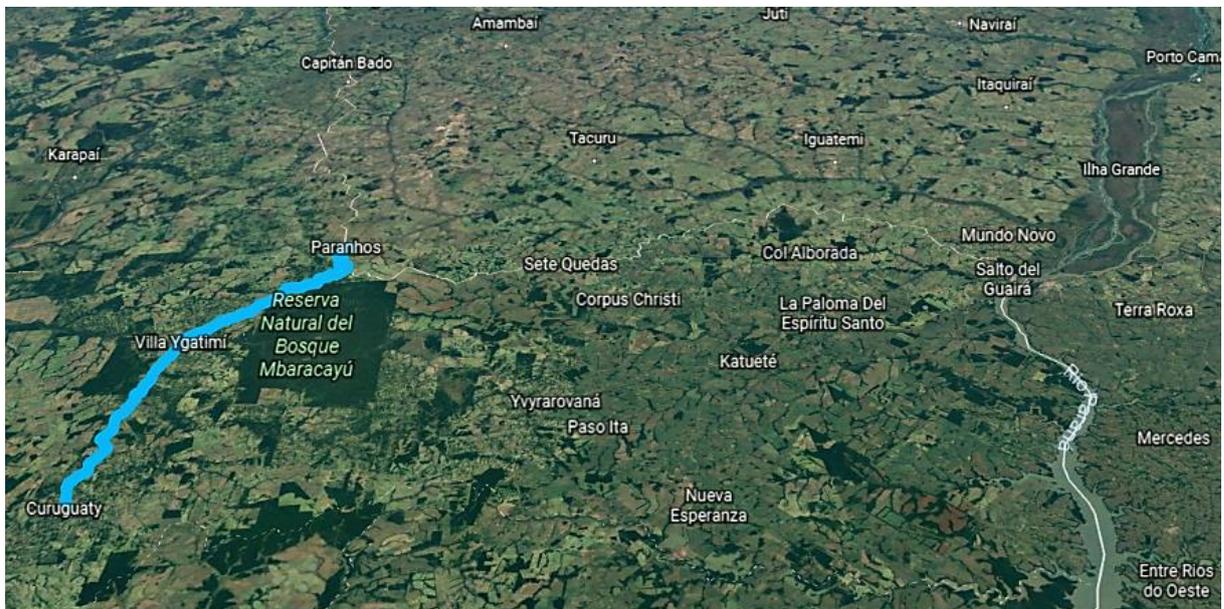
Mais adiante o senhor Otto foi empregado pela serraria *Ipanema*⁴¹, considerada uma das grandes serrarias que operaram em Amambai.

⁴¹ Verificando informações na JUCEMS, é possível descrevê-la da seguinte forma: a *Ipanema Beneficiamento de Madeiras Ltda* foi constituída em 13/11/1981 pelos sócios José Figueiredo Limas, Pedro Costa, Ayrton Cavalari, José Orlando Meinerz e Jorge dos Santos Cavalari (os três primeiros aportando Cr\$ 500 mil cada e o último Cr\$ 250 mil no montante do capital social da empresa). Foram cinco alterações ao todo no contrato social (17/07/1985, 24/02/1987, 01/09/1987, 29/08/1991 e 18/04/2002), em três delas alterando o capital social. Na 1ª alteração saiu o sócio José Figueiredo Limas e em seu lugar entraram Neife dos Reis Cavalari e Odilo Rossoni; na 2ª alteração saiu o sócio Ayrton Cavalari. Na 4ª alteração, saíram todos os demais sócios da formação original e também Neife dos Reis Cavalari, ingressando como sócia Helia Cavalari Rossoni (ao que tudo indica, esposa de Odilio Rossoni). O casal Rossoni passou então a controlar a sociedade, primeiramente em partes iguais de cotas, para depois, na última alteração contratual, a participação de Helia ser apenas residual, 2% do capital investido. Não houve distrato social e em 06/05/2002 a Junta Comercial providenciou o cancelamento da inscrição da referida empresa (cf. Arquivo JUCEMS, Nire nº 54-2-0012824-2).

SO: - Pois é, então na época da Ipanema, nós mexíamos com madeira, nós puxávamos madeira de Curuguaty, Paraguai. Nós puxávamos. A madeira de primeira nós trazíamos para cá – a que era de primeira, florão de madeira – e a madeira que era mais fraca, serrava em Curuguaty, numa vilazinha chamada Pinduty. Ali na Pinduty tinha uma serraria, serrava madeira; e o florão de madeira: peroba, ipê e cedro, que era de primeira mesmo, nós trazíamos em tora e serrava aqui. Serrava aqui e, na época, era vendida... (id., ibid., p. 7; destaque meu).

Chegado o momento do acoplamento que anunciávamos anteriormente, o que é possível aferir segundo as informações acima? Primeiramente que chegamos a um exemplar do “para além” de Paranhos/Ypejhú (ou de outra cidade gêmea da fronteira), já que a serraria Ipanema operava bem adentrada no território paraguaio, em Curuguaty, distante 86,8 quilômetros de Ypejhú. Segunda observação é que a referida empresa, segundo Otto, retirava o “florão de madeira” e trazia para serrar em Amambai, serrando a madeira mais fraca na vila de Pinduty, o que, segundo os relatos anteriores, constituir-se-ia exceção – observe-se que Giordani afirmou que o mais comum era extrair no lado paraguaio e mercadejar diretamente com compradores brasileiros, destacando nota fiscal no Brasil.

Figura 10. Imagem de satélite de Curuguaty, Paraguai



Fonte: Dados cartográficos em Google Earth:

https://earth.google.com/web/search/de+paranhos+a+curuguaty/@-24.38773711,-54.71693675,418.88404711a,196535.12499444d,35y,4.46308814h,50.84017301t,0r/data=CigiJgokCZbf1gfaWTbAETtXgKAsJDnAGZenxT8z_EnAIYP3PWWZeEzA

Cabe perguntar: valeria a mesma premissa no caso de empresas que transportavam toras para beneficiamento no Brasil, como o caso acima? Ao que parece, certamente. Por fim, eis um detalhe pertinente que a representação acima não deixa muita margem a dúvidas: na zona de fronteira no território paraguaio há a Reserva Natural del Bosque Mbaracayú, ecorregião da Mata Atlântica paraguaia contendo 64.405,7 hectares, *“uno de los sitios con mayor diversidad biológica del Paraguay”* (<http://www.mbertoni.org.py/v1/mbaracayu/reserva-de-biosfera-mbaracayu/>). Há de se perguntar por quanto tempo essa floresta viu cair os dosséis de suas espécies arbóreas para atender a fome da demanda brasileira por madeiras.

Vale recuperar a observação de Maria Cristina Morales Felipe, filha de dona Iracema: “- Era índio, não era paraguaio, não! [...] Era uma reserva indígena, que dava madeira. E aí eles ficaram com medo...”. E é novamente o saber empírico do senhor Silvestre quem arremata:

E depois que escasseou, escasseou o serviço para nós no Paraguai, foi justamente por causa da fiscalização. Porque o Paraguai copia tudo o que o Brasil faz. Aqui no Brasil já existia essa lei, mas no Paraguai ainda era liberado. Aí o Paraguai copiou o Brasil e continua a mesma lei ambiental. Aí acabou. No Paraguai ainda tem bastante mata porque eles “abriram os olhos” antes, tem bem mais mata do que aqui nesta região. Daí que nós fomos para o Norte mexer com madeira. E aí “virou o disco” já, mudou, daí parou com a mecanização e fomos mexer com madeira (ENTREVISTA: S. Otto, ago-2016, p. 14; destaques meus).

Podemos intuir que a fundação da Reserva Natural del Bosque Mbaracayú seja um exemplo do despertar do Estado paraguaio que tenha livrado a Mata Atlântica da área observada de um destino tão devastador como a do lado brasileiro.

Aproximadamente 45 anos trabalhando com derrubada para serrarias, chegando a ser gerente de setor, o senhor Silvestre Otto trabalhou no Paraguai, para além da fronteira, atingindo até mesmo à região do Chaco. Seu trabalho ajudou a formar muitas das fazendas do município de Amambai. Depois foi para o norte de Mato Grosso, acompanhando a serraria Ipanema, como veremos adiante.

2.5 Quais madeiras, as mais procuradas?

Nota: aqui pretendo continuar balizando-me pelo que informam diversas entrevistas orais, tanto as que conduzi, quanto as anteriores, tomados por terceiros. Pretendo adicionar ilustrações e informações de cada espécie, com publicações voltadas ao conhecimento em botânica, mais precisamente o primeiro volume da grande coleção *Árvores Brasileiras* (LORENZI, 2008), que apresenta ao público as espécies florestais brasileiras, em ordem alfabética, de acordo com a ordem evolucionária por família, gênero e espécie.

A peroba, por exemplo, talvez pudesse mesmo emprestar seu nome para batizar o ápice da atividade madeireira no *cone sul*: era da peroba. Seu valor comercial coincide com a abundância dessa espécie nativa e com os melhoramentos nas tecnologias de corte das serrarias. Assim, quando perguntado sobre o itinerário da madeira, Guaracy Boschilia não tem dúvida: “vai para onde tinha peroba, que era a madeira nobre. A canafístula, outra madeira que se usa, o guaritá, só foram utilizados depois. Mesmo quando eu comecei, em 1974, não serravam estas madeiras, só peroba. Não tinha pedido” (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 18; destaques meus). Insisto:

JLA - Peroba era a mais procurada?

GB - A única! Ah, *cedro*, para fazer portas, esquadrias, fazer forro, fazer lambri; e o *ipê*, para fazer assoalho.

JLA - Peroba, cedro e ipê, eram as que tinham destinos certos?

GB - É, o resto queimava, queimava na invernada (id., ibid.).

A mesma questão sobre as principais espécies de madeira serradas em Amambai e região foi respondida por Sadi Giordani:

SLG: - Bem, no começo praticamente a grande maioria das madeiras beneficiadas era o ipê e peroba. Depois, logo na sequência, já começou a ficar interessante a canafístula, o marfim, o angico e foi indo por aí. Chegou numas épocas em que a gente andou vendendo até paineira. Aquilo foi vendido, mas a gente ria, porque foi vendido para uma funerária, foram pares de cargas dessa paineira. Aí os caras “perderam um defunto” e acabaram com o negócio [risos]. Isso porque essa madeira é muito mole e não segura prego, não é uma madeira comercial, não serve para nada. Os caras falaram que servia, então vai, pois tinha o suficiente para fazer comércio (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 8).

Quais seriam então as características da peroba que por anos e anos esteve entre as mais procuradas, as de maior demanda de comércio? Segundo o catálogo da *Árvores brasileiras*,

essa espécie da família *Apocynaceae*, ocorre no “sul da Bahia até o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, principalmente nas florestas pluvial atlântica e semidecídua de altitude” (LORENZI, 2008, p. 24). A mesma fonte informa que é uma árvore relativamente pesada, dura e resistente, muito utilizada na construção civil, como ripas, caibros, vigas, tacos para assoalhos etc. Possui uma altura que varia de 10 a 15 metros, com tronco entre 40 a 60 cm de diâmetro.

Fotografia 6. Peroba (*Aspidosperma polyneuron*)



Fonte: LORENZI, Harri, 2008, p. 24.

Harri Lorenzi destaca ainda a *peroba* por sua beleza ornamental, recomendada ao paisagismo; e “também não deve faltar nos reflorestamentos mistos destinados à recomposição de áreas degradadas de preservação permanente” (id., *ibid.*). Infelizmente a *peroba* não foi opção de reflorestamento na área sul-mato-grossense da bacia do Paraná.

CAPÍTULO 3

DESMATAMENTO EM MARCHA

Aqui, indo para Sapucaia, antes de chegar, tem uma propriedade rural: ali tem um pé de peroba, que o filho do Senhor José Rivarola plantou quando era menino. Esse pé de peroba está mais ou menos com 60 anos, é bem alto, mas não tem corpo de madeira, é bem fino. Interessante, pois já tem 60 anos e não é uma madeira a ser colhida. Para você ver que para recuperar tudo que foi retirado aqui da região! (Almiro Pinto Sobrinho).

3.1 Deu no jornal: “Fazendeiros desmatam até o último hectare”

Em fevereiro de 1973, um artigo publicado na *Folha de Dourados* soou como um alerta, aparentemente sem ecoar no conjunto da sociedade, nem tampouco junto às autoridades políticas do então estado de Mato Grosso. O título, bastante expressivo, denunciava: “Sul de Mato Grosso devasta florestas”, e não deixa de ser sugestivo que o referido texto foi assinado pelo engenheiro agrônomo Jeronimo Mazurkevicz, então Superintendente Estadual de Sementes de Trigo. A denúncia voltava sua crítica ao desmatamento desordenado, seguido de ataque à fauna e flora, causando desequilíbrio ecológico por que passavam, a seu ver, tanto as regiões do sul quanto do norte do antigo estado de Mato Grosso.

O artigo em questão é bastante ilustrativo e significativo para o presente estudo, pois citava literalmente, em relação ao extremo sul de Mato Grosso, municípios do *cone sul* em destaque:

[...] em todos os municípios, principalmente em Iguatemi, Naviraí, Caarapó, Dourados, Itaporã, Ivinhema, Fátima do Sul e Glória de Dourados, os fazendeiros desmatam até o último hectare de sua propriedade, valendo-se dos mais diferentes meios de derrubadas ou aplicação de herbicidas, com prejuízos às matas dos vizinhos e das lavouras (*Folha de Dourados*, 01 fev. 1973, destaques meus).

Certeiro, o denunciante informava terem, tais derrubadas, o intuito principal de “produzir pasto, com aproveitamento de madeiras de lei”, alegando ainda que apenas as árvores mais frondosas estariam sendo aproveitadas.

Até aqui podemos elogiar nosso interlocutor, saudando seu brado como um chamado à consciência ecológica, em pleno auge do desenvolvimentismo do estado de exceção, do “milagre econômico” prestes a ser atropelado nos anos seguintes com a crise do petróleo. Mais adiante, porém, Mazurkevicz ameniza o tom, relativiza seu discurso, justificando que não condenava a “finalidade (pasto)”, mas sim que os proprietários não estariam, a seu ver, aproveitando a madeira de lei, nem tampouco obedecendo à determinação de conservar 10% da área com mata nativa. A preocupação maior se dá em relação ao desperdício econômico e para com o fisco, tanto é, que na sequência, elogia as medidas tomadas pelo governo do estado para um melhor “aproveitamento da madeira de lei, com a instalação de serrarias na fonte e proporcionando empregos, contribuindo assim para a economia estadual” (id., ibid.).

Observe o leitor que a denúncia imediatamente transmuta-se em elogio ao governo. Ou seja, a preocupação não avança ainda para além de condenar o desperdício econômico, clamando por uma maior racionalidade nas derrubadas. Interessante observar que a linha adotada acompanha uma longa tradição nacional de crítica à irracionalidade na apropriação dos recursos ambientais. A linha geral desse discurso não difere muito daquele detectado por José Augusto Pádua, formulado a partir das últimas décadas do século 18, prosseguindo ao longo do período do Império brasileiro, associando no mais das vezes a devastação das matas “a ferro e fogo” e a escravidão como permanências arcaicas, responsáveis pelo atraso do país. Pádua detecta nos primeiros passos do discurso ecológico mais a influência do movimento da ilustração (apego à racionalidade) do que do romantismo, ao contrário de como era de se imaginar, a tomar o romantismo de matriz europeia de oposição à revolução industrial (PÁDUA, 2002).

De todo modo, a nota segue descrevendo o avanço da devastação da mata, pois para Mazurkevicz “as imensas matas de perobas, ipezais hoje estão reduzidas a 1/3 e o caminho que esta madeira de lei trilha, é o mesmo dos pinheirais do sul do Brasil” (*Folha de Dourados*, 01 fev. 1973). Certamente não estaria desprovido de sentido o alerta, já que o auge do desmatamento no “*cone sul*” pode ser considerado desdobramento da experiência anterior no estado vizinho do Paraná. Se lá a vegetação nativa cedeu lugar às vastas áreas de cultivo do café (e cultivos agrícolas outros), aqui, nesta última porção a oeste da Mata Atlântica, o avanço

da fronteira agrícola exigirá a queda da mata para formar pastagens que darão origem à pecuária.

Quanto ao lamento de que, enquanto “no sul do Brasil ainda se planta pinheirais, aqui não se planta ou não se plantou perobais”, as informações em uníssono reforçam não ter havido nenhuma preocupação por parte das autoridades e das empresas responsáveis quanto ao reflorestamento com árvores nativas, como a peroba, cuja demanda fora a preferida dos consumidores de madeira. E de nada adiantou a recomendação final de que “ao IBDF, cumpre uma campanha de plantio de madeiras de lei: perobas, mognos, pau brasil, cedro, louro, etc. essências nativas do nosso estado” (id., *ibid.*). Ficara somente a indicação para que crianças do ensino primário plantem mudas para que cresçam valorizando as árvores, o que, bem o sabemos, não incutiu uma mentalidade ecológica entre as novas gerações. A exclamação final “esta madeira só sai serrada daqui” desvela a contradição, ou clareia as reais intenções de nosso agrônomo, ou seja, preocupação econômica e com o fisco.

Relativizando por um instante a crítica aos limites da denúncia acima, bem podemos imaginar a dificuldade em se promover um juízo crítico mais contundente acerca da temática ambiental. Primeiro porque eram tempos em que o regime propagava seu “milagre econômico” aos quatro cantos, pautado em grande medida pelo desenvolvimentismo segundo sua meta de modernização conservadora. Segundo, o autor era homem de Estado, Superintendente Estadual de Sementes de Trigo. Terceiro: uma sensibilidade maior para com a ecologia vai se dando muito paulatinamente no Brasil, lembrando que o regime ignorava o debate ambiental nascente, tomando-o como uma ofensiva dos países centrais contra o crescimento de países em desenvolvimento como o Brasil. E lembremo-nos: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano fora realizada apenas um ano antes, em 1972, embora a delegação brasileira tenha comparecido e assinado cartas de compromisso, a contragosto das pastas mais privilegiadas por parte do Governo Militar⁴².

O que de mais relevante se pode reter da denúncia, com todos os cuidados que o autor teve em não se comprometer demasiadamente, talvez seja a de vê-la como um testemunho em tempo real, tratar-se-ia de uma constatação *in loco* sobre o impacto na transformação da paisagem do cone sul de Mato Grosso, depois, de Mato Grosso do Sul.

⁴² A esse respeito, v. URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: lembrando a história do conservacionismo no Brasil. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

3.2 “O palmito era o primeiro que saía”

Em comemoração ao trigésimo primeiro aniversário de emancipação política do município de Amambai (1979), uma edição especial do jornal local *A Notícia* (a cópia que possuo não apresenta numeração das páginas) destacava a presença ou a importância de indústrias extrativas naquele município⁴³. Quanto ao aspecto econômico, a indústria madeireira não passou ignorada, sendo, ao contrário, bastante destacada nas descrições da economia da sede, Amambai, e ainda dos então distritos: “A indústria da madeira é outro dos grandes fatores do município. Tanto na sede como nos distritos, conta com grandes madeiras que exportam em quantidades madeiras serradas a outros Estados” (*A Notícia*, 1979, s.n.).

Sobre o então distrito de Paranhos, que dista 120 quilômetros do perímetro urbano de Amambai, aquela edição comemorativa destacava, como base econômica importante, os setores “[...] pecuária, agricultura, comércio e indústria de madeira. Paranhos é um patrimônio que se encaminha à formação de uma cidade muito importante” (visão ufanista, evocando o “progresso”, como é bastante comum a esse gênero jornalístico). Distante 72 quilômetros da sede, o então distrito de Tacuru foi apresentado como “ponto mais alvejado pelos compradores de terras de Amambai”, acrescentando não ser por acaso que a “União Federal escolheu este lugar para criar uma colônia, Colônia Botelha”⁴⁴, adornando a descrição do local com elogios às “árvores milenares [que] se levantaram imponentes para reclamarem [sic] seu poderio aos tempos” (id., *ibid.*).

Chamo atenção para a menção às espécies de palmeiras que existiam em Tacuru e que por algum tempo propiciaram a instalação de indústria extrativa naquele distrito. “As plantas de palmito se manifestam com seus dedos indicadores como membros das riquezas das terras” (id., *ibid.*). A corroborar a descrição acima de *A Notícia*, outras fontes mencionam o palmito como um novo recurso industrial extrativista, entremeadado aos últimos esforços em reabilitar a

⁴³ Neste ano de 1979 o município de Amambai ainda compreendia alguns distritos que nos anos subsequentes foram emancipados: Tacuru, Coronel Sapucaia, Paranhos e Sete Quedas.

⁴⁴ A Colônia Botelha foi tema de alguns bons trabalhos de conclusão de curso (TCC) da Unidade da UEMS em Amambai. Carlos Avalo, por exemplo, compreende que a Colônia Botelha originou-se de forma espontânea no extremo sul de Mato Grosso, vindo a ser reconhecida pelo Estado em dezembro de 1955. Mas os pequenos proprietários, desprovidos de recursos financeiros e de assistência social, acabaram vendendo suas terras para os criadores de gado. Para Avalo, a expropriação de terras na Colônia Botelha, seguiu semelhante pressão que o latifúndio impôs em outras regiões do Brasil, com “desenraizamento do camponês, e de sua família, de seu meio de produção, causando sua gradativa proletarização” (AVALO, 2012, p. 3). Édson Jair Michels buscou levantar o processo de formação agrícola de duas colônias em Tacuru, após o ano de 1950: a *Colônia Botelha Y e Botelha Guassu*, desenvolvendo pesquisa de campo onde entrevistou alguns dos antigos moradores das duas experiências de colonização; levantando ainda informações sobre os agricultores que não permaneceram na terra, vendendo os lotes a outros colonos e a grandes proprietários que os pressionavam (MICHELS, 2013).

extração e elaboração da erva-mate em escala comercial, e a indústria extrativa seguinte, a da madeira, cujos marcos mais significativos virão logo na sequência.

O senhor Silvestre Otto, por exemplo, em entrevista a mim concedida, comentou que no avanço da formação das fazendas, das destocas, das derrubadas das matas para forragem das pastagens que iriam sedimentar a atividade pecuária, primeiramente houve o recurso à extração do palmito em terras da faixa de fronteira com a República do Paraguai, ou seja, Paranhos, Tacuru, Sete Quedas.

SO: - Geralmente o palmito era o primeiro que saía, porque tem que tirar ele primeiro. Porque se jogar madeira em cima quebra tudo, estraga tudo. [...]

SO: - Primeiro tirava o palmito, para depois tirar a madeira. Inclusive as fábricas de palmito que tinham, que existiam nessa região por aí, terminaram tudo antes da madeira, porque acabou o palmito e foram embora. Aí ficaram as serrarias tirando a madeira.

SLG:- Em 1973 eu conheci onde era umas instalações de palmitero em Tacuru e lá perto do rio Iguatemi tinha outra.

JLA: - Sempre atividade extrativa: erva-mate, primeiro; depois vem o palmito, na sequência; e a própria madeira.

SO: - Era desse tipo. Porque não podia tirar os dois de uma vez só, não podia. Tinha que tirar o palmito primeiro para depois tirar a madeira, para depois derrubar o mato, que fosse no machado, ou no motosserra, ou que fosse com máquina de esteira já derrubando, tinham vários tipos (ENTREVISTA: com S. Otto e S. L. Giordani, Amambai, ago-2016, destaques meus)⁴⁵.

Especificamente sobre o período de extração de palmitos em Tacuru, uma monografia defendida em 2016, no curso de História (UEMS – Amambai) acrescentava que naquele distrito, após o auge da exploração ervateira, a principal fonte econômica que movimentou a economia local por alguns anos foi a indústria extrativa do palmito, dada a grande quantidade de palmeira nativa:

Com a extração do palmito vieram duas empresas palmeiras, a Ivaí e Caiçara. Esta atividade também gerou muitos empregos diretos e indiretos, já que empregavam diretamente nas empresas, embalando os palmitos e, indiretamente, nas matas, extraíndo-o. Quando as empresas palmeiras se instalaram, Tacuru já deixara de ser povoado e se tornara distrito de Amambai, por meio da Lei n.º 1.166, de 20 de novembro de 1958 (DOMINGOS, 2016, p. 22).

⁴⁵ SO (Silvestre Otto, entrevistado), SLG (Sadi Luiz Giordani, entrevistado), JLA (Jocimar Lomba Albanez, entrevistador).

No mesmo trabalho acadêmico, há uma entrevista com Hermínio Lima, neto de José Maria Ortiz, um dos fundadores de Tacuru. Lima relata a rotina de trabalho na extração de palmito:

Eu ainda era criança quando ia ao trabalho com meu pai. Ele ia extrair o palmito e eu ia junto com ele. Na mata eu não trabalhava ainda, mas não demorou para começar a trabalhar na fábrica, embalando o palmito. Já tinha nove anos quando embalava palmitos. Eu trabalhava e entregava todo o meu salário para o meu pai que, depois de decidir o que fazer com o dinheiro, ele me comunicava. [...] Eu trabalho desde os nove anos de idade e te falo que trabalho não faz mal a ninguém, pelo contrário. Eu gostava mais era de ir para a mata com meu pai. Lá nós ficávamos até uma semana, depois voltávamos para a fábrica para embalar o que foi extraído (ENTREVISTA: Hermínio Lima, Tacuru, 26-08-2016, *apud* DOMINGOS, 2016, p. 23; destaque meu).

Fotografia 7. Fábrica de palmitos em Tacuru



Fábrica de Palmitos, 1968. Caminhão carregado com enlatados.
Fonte: Câmara Municipal de Tacuru, *apud* DOMINGOS, 2016, p. 22

A conclusão a que chega Kreila Domingos é a de que, após os ciclos da extração de erva-mate e do palmito, a economia do distrito de Tacuru se voltou à extração da madeira, mais precisamente entre os anos de 1975 e 1990. Segundo seu entendimento, este foi definitivamente o período de maior movimentação do lugar, já que as serrarias implantadas somavam,

aproximadamente, mais de vinte empresas neste período⁴⁶, entre as quais as que mais se destacaram foram: a Conti, a Martelli (*Martelli & Cia. Ltda.*), a Serpel, a dos Campanhoni (*Serraria Floresta Ltda.*; *Companhoni Madeiras Ltda.*; e *Imbu Madeiras Ltda.*), a serraria do Ovídio, a serraria do Dionísio, a serraria dos Bragagnolo (*Bragagnolo Madeiras Ltda.*), a antiga *Moreira*, a *Incomar* e a *Nova América*.

Fotografia 8. Caminhões de toras: *Companhoni Madeiras Ltda.* (Tacuru-MS)



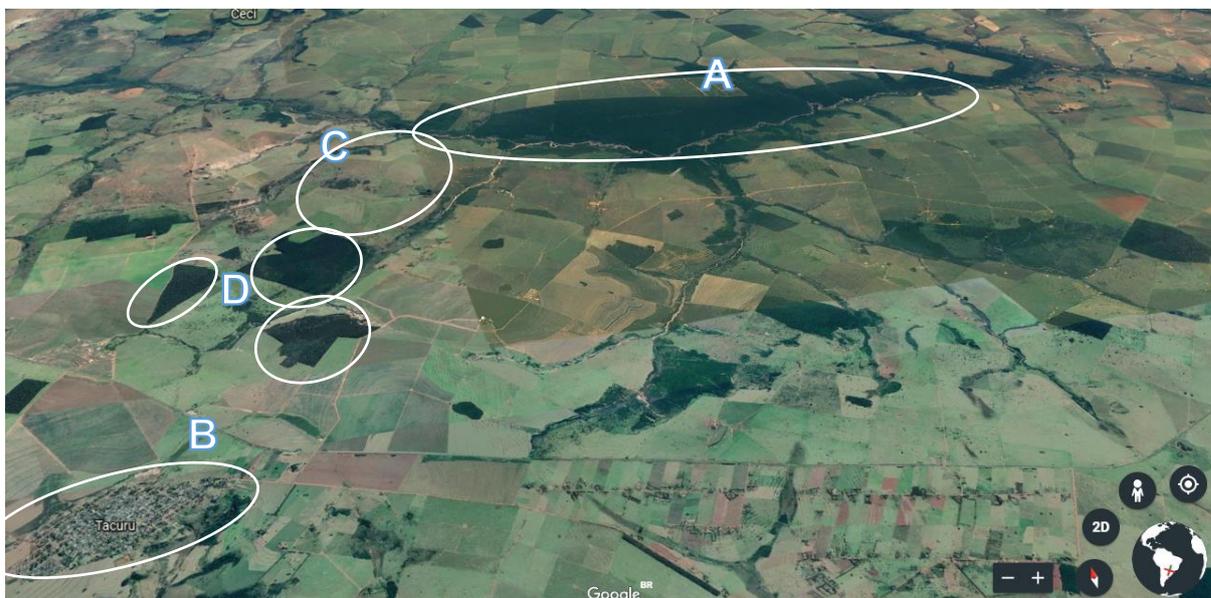
Fonte: Arquivo particular (Nélio Gibowski) *apud* DOMINGOS, 2016, p. 25.

Um rápido exame da fotografia acima não deixa dúvida, pois, embora não haja informação quanto ao ano em que foi produzida, não é difícil deduzir se tratar de ocasião de exploração intensa da indústria madeireira em Tacuru, entre final da década de 70 e princípios de 80 do século 20. Nesta, trabalhadores posam para a foto à frente de quatro caminhões da *Companhoni Madeiras Ltda.*, aparentemente novos, todos carregados com toras de diâmetros muito espessos. Ao menos os dois caminhões à esquerda visivelmente têm como carga apenas uma tora que, cálculo rápido, deve mesmo ultrapassar um metro de diâmetro cada exemplar. Foge a esta tese aprofundar mais a situação.

⁴⁶ Mais precisamente os dados de arquivo da JUCEMS totalizam 39 empresas, com o ramo de atividade “serrarias com ou sem desdobramento de madeira”, no distrito e depois município de Tacuru, entre 1970 e 1990.

Um último comentário, porém, detém-se a uma informação que enquadraria a família Companhoni no módulo daqueles que, após o esgotamento do ciclo madeireiro, migraram para condição de proprietários rurais, algo muito corriqueiro, aliás.

Figura 11. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da família Sbaraini⁴⁷



Imagens de satélite 05/07/2018: A) RPPN da família Sbaraini; B) perímetro urbano do município de Tacuru-MS; C) Assentamento Água Viva; D) Plantações de eucalipto.

Fonte: <https://earth.google.com/web/@-23.61442988,-54.95013354,357.94932135a,14573.82230514d,35v,17.87462352h,57.26267155t,0r>

Inusitado é que na área acima, local onde a serraria Companhoni (e outras citadas na monografia de Kreila Domingos) desmatara por décadas a mata nativa, verifica-se uma extensa área destinada à condição de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Da família Sbaraini, a área em destaque (A) tem cerca de 3.870 ha, bastante próxima ao perímetro urbano de Tacuru (B). Nas proximidades dessa reserva há um assentamento rural, assentamento Água Viva (C), implantado em 2007. Outra curiosidade, verificam-se extensas manchas de plantações de eucalipto (D), entre o assentamento e a cidade de Tacuru.

⁴⁷ Criadas pelo Imposto Territorial Rural (ITR) Decreto 98.914/1990 e hoje reguladas pelo Decreto nº 5.746/2006, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são áreas protegidas administradas por particulares interessados na conservação ambiental. Sendo assim, a iniciativa para criação de uma RPPN “é ato voluntário de pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis rurais ou urbanos que demonstram um potencial para a conservação da natureza”, tendo como contrapartida a “isenção do referente à área; a possibilidade de explorar e desenvolver atividades de ecoturismo e educação ambiental; preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito” (informação extraída de ((o))eco: *O que é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)*, cf. <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28475-o-que-e-uma-reserva-particular-do-patrimonio-natural-rppn/>).

3.3 Problema do reflorestamento

Warren Dean vai dedicar no capítulo 13, “Desenvolvimentos insustentáveis” (id., *ibid.*, p. 307 a 333), sua crítica aos megaprojetos desenvolvimentistas promovidos pelo regime militar, cujos “programas, executados em sua maioria na região da Mata Atlântica remanescente, implicavam riscos à sua sobrevivência”. Em suas palavras:

O mais usual é que os proprietários de serrarias locais e seus empreiteiros, homens de considerável riqueza e influência política, nada tinham a temer do Serviço Florestal Federal, rebatizado como Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF)⁴⁸. O presidente deste órgão anunciava que sua missão era ‘precisamente promover o gerenciamento (*sic*) de florestas nativas e o reflorestamento com espécies econômicas, em prol da utilização racional e do aumento das novas fontes de energia’ (id., *ibid.*, 314).

Interessante observar que em poucas palavras a citação consegue ser tão reveladora quanto ao projeto, ao mesmo tempo, modernizador e conservador do regime militar. Mesmo antes, o enunciado do presidente do IBDF (“gerenciamento”) funciona como uma em defesa do desenvolvimento capitalista por sobre a cobertura vegetal nativa. Eis aí, captado pelo arguto olhar de nosso historiador brasilianista, a continuidade do desenvolvimentismo de décadas anteriores (embora com sinal invertido em relação ao nacional-desenvolvimentismo de Vargas), do desenvolvimento a qualquer custo; no caso, custo ambiental, evidentemente.

Ainda para contextualizar, gostaria de acrescentar duas outras contribuições, essas em entrevistas editadas em *Saudade do Matão* (URBAN, 1999), que considero dotar as características do IBDF desde sua criação. Alceo Magnanini verifica que quando foi criado, o IBDF aproveitou pessoal de várias pastas do Estado: “99% do pessoal vinha do Instituto Nacional do Pinho, com mentalidade de derrubar a mata e exportar a madeira, liberação de cota de exportação, comércio. [...] Ficaram poucos funcionários do Departamento de Recursos Naturais, o antigo Serviço Florestal Federal” (p. 252-253). Maria Tereza Jorge Pádua reforça que “o IBDF foi criado para fazer face aos incentivos fiscais. Um ano antes, em 1966, o governo abriu os incentivos fiscais para o reflorestamento e o IBDF foi criado para atender esse negócio. Portanto, um sistema corrupto organizado para ser corrupto mesmo”. Magnanini concorda e acrescenta: “em 1965, o Código Florestal estabeleceu a possibilidade de dedução do imposto

⁴⁸ O IBDF foi extinto e em seu lugar foi criado, pela Lei nº 7.735 de 22/02/1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desde então o IBAMA é o órgão executivo federal responsável pelas políticas relacionadas ao meio ambiente.

de renda para quem fizesse reflorestamento. E o Departamento de Recursos Naturais ficou abarrotado de pedidos. Surgiram firmas de reflorestamento em todo o país e isso gerou uma expectativa enorme, que acabou resultando no IBDF” (p. 254).

Da estrutura resultante das considerações citadas, proponho um retorno ao caso regional, via exposições das narrativas de nossos colaboradores, agentes envolvidos na exploração madeireira, quanto ao tema do “reflorestamento” no *cone sul*, a meu ver, contribuindo para compreender a execução do processo.

Retomando, Almiro Pinto Sobrinho verifica ter sido muito forte o setor das madeiras na economia local de Amambai ao longo dos anos setenta e oitenta do século passado. Recorda que havia muitas serrarias e começaram a abrir estabelecimentos com esse ramo de atividade também nos então distritos de Amambai: Coronel Sapucaia, Paranhos e outros. Só então, segundo ele, quando o ramo da madeira estava fortalecido, foi que o IBDF passou a fiscalizar.

Essa madeira era serrada aqui e levada para São Paulo, para fora da região. Então, para cada cúbico de madeira, a gente tinha que pagar uma guia com o valor de tantos pés de árvores para serem reflorestados. A região aqui recolheu muito dinheiro para isso, [mas] não tinha uma obrigação de fazer o reflorestamento no local onde a madeira saiu – acho que não era a [forma] correta. E esses reflorestamentos, não se têm notícias de onde foram feitos. Não houve um zelo, talvez, por parte do Instituto... (ENTREVISTA A. P. Sobrinho, mar-2016, p. 4-5; destaques meus).

Pinto Sobrinho também acredita que o serviço de reflorestamento não foi eficiente quanto ao replantio de árvores, ainda que em espécies exóticas e em regiões afastadas. Mas nem em termos de ineficiência, nem por falta de “zelo”, parece ser o caso que se processa no *cone sul*. Em uma região claramente configurada segundo os desígnios da agropecuária, o “gerenciamento” florestal não teria vez, mesmo que fosse com espécies “econômicas”. Vamos acompanhar...

Quanto ao reflorestamento, Sadi Luiz Giordani informa terem sido duas as opções de que dispunham as indústrias madeiras naqueles tempos, por exigência de lei: 1) ou fazer o próprio reflorestamento, 2) ou adquirir cota das reflorestadoras.

SLG: - [...] as serrarias compravam a cota dessas reflorestadoras, “tantas mil árvores”, e aquilo virava um crédito junto ao IBDF. Então se você levava o contrato com a empresa reflorestadora, as cópias de projetos, todas as formalidades, lhe era atribuído um crédito em cúbicos. Você ia apresentando relatórios e eles iam baixando, começando do total que você comprava até zerar e aí fazer outro contrato. E a outra opção era você mesmo fazer o seu reflorestamento, que era, ou devia ser, acompanhado pelo IBDF. Daí já tinha o

total de seu reflorestamento. Mas isso nunca foi levado muito a sério (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 9-10).

Por “nunca ter sido levado muito a sério”, acrescenta Giordani: “Era feito só mesmo para cumprir exigência, para cumprir formalidade. Dá para duvidar das intenções daquelas reflorestadoras da época” (id., *ibid.*, p. 9). No mesmo sentido reflete Almiro P. Sobrinho quanto ao pagamento das guias que, em tese, formaria um fundo financiador do replantio, vendo nesse ato muito mais um “preenchimento de uma formalidade, praticamente”. Uma formalidade que muito onerava, a seu ver, os custos das serrarias. Seu olhar/lembrança parte de seu local de observação, do escritório contábil em que então trabalhava. Veja:

Porque a gente fazia uma previsão de retirada por mês, ia lá em Ponta Porã e comprava as guias. Aí vinha com um bloco de guias e a quantidade de cúbicos que podia tirar. Então, chegava aqui, preparava o caminhão, fazia a nota fiscal, pagava o imposto e destacava (de acordo com a nota fiscal) uma guia. Você mesmo (no escritório) preenchia aquela guia – ela acompanhava a nota fiscal para passar. Aí, depois, com todas as cópias, ela voltava ao Instituto [IBDF] em Ponta Porã e comprava-se a guia para o mês seguinte. Porque não podia soltar um caminhão com 10 cúbicos e uma guia de nove. Tinha que ser uma guia de 10 [cúbicos] também (id., *ibid.*, p. 8).

Era com base no volume carregado, calculado em metros cúbicos, que, em tese, dever-se-ia promover o reflorestamento, ainda que em outras áreas. Isso porque o valor recolhido ao IBDF era repassado pelo Instituto às “empresas que eram credenciadas a fazer o reflorestamento. A serraria não tinha nem contato [com as reflorestadoras]” (id., *ibid.*, p. 8).

Não havia reflorestadora nas proximidades de Amambai: “Não, aqui não. Mais ali para o lado de Bataguassu, por aqueles lados” (id., *ibid.*, p. 9). Pinto Sobrinho se recorda de ouvir falar de empresas reflorestadoras nas imediações de Campo Grande e “ali perto de Três Lagoas tinha uma tal de Seriema, reflorestadora que tinha um plantio de eucalipto [...] dizem que tinha!”, acentua (ENTREVISTA A. P. Sobrinho, mar-2016, p. 8).

E assim optou-se quase sempre pelo eucalipto, uma madeira que passou a ter um destino comercial certo, e não a madeira típica da região do cone sul de Mato Grosso do Sul. Também o fato de não reflorestar com árvores nativas certamente contribuiu para o desaparecimento dessas espécies nesta região. Isso porque, acentua Almiro P. Sobrinho, o eucalipto era plantado também com objetivo econômico. “Depois eles derrubavam. E não existia a preocupação com a perpetuação das espécies que tinha aqui, dessas madeiras”.

Em Caarapó, Guaracy Boschilia acrescenta que “para cada metro cúbico que se vendia, com nota fiscal, tinha que plantar quatro árvores. Era o que determinava o antigo IBDF”. Ele

próprio, como empresário do setor, tentou certa vez a opção de fazer seu reflorestamento particular (opção 1), o que se revelou antieconômico. Comenta que fora à Curitiba em busca de assessoria, pois pretendia comprar uma área e promover seu próprio reflorestamento.

GB - Mas aí eu fiz os cálculos e não tinha dinheiro para comprar. A minha terra não dava para fazer. Eu poderia, se fosse maior ou se fosse uma terra mais fraca. Mas aí optei por uma reflorestadora de Três Lagoas, que veio. [...] trabalhei com eles por um ano e pouco. Depois optei pela Pirema [Pioneira Reflorestadora Matogrossense Ltda.], pois eu fiquei sabendo que a Pirema tinha uma perto de Juti e aqui no entroncamento. Aí eu continuei até quando terminou a serraria toda (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 28).

Aqui, para o caso de Caarapó, a tomar o comentário acima, a Pirema chegou a fazer reflorestamento em Juti, à época ainda distrito de Caarapó; portanto, em área abrangida no *cone sul*. Isso por si parece dizer mais respeito a uma exceção do que à regra, mas não cabe estender especulações maiores sobre o assunto.

Vamos recuperar um ponto de partida em relação ao conceito de reflorestamento. A ideia de “reflorestamento” não excluía, antes pelo contrário, o plantio de espécies exógenas (silvicultura), o que fora sempre motivo de preocupação e crítica de importantes atores da luta pela conservação ambiental. Paulo Nogueira-Neto, por exemplo, expôs ser motivo de atenção o artigo 19 do Código Florestal de 1965⁴⁹ (depois revogado), que permitia a substituição das florestas nativas por florestas artificiais, eucaliptos e pinus: “Em São Paulo, houve muita devastação por causa disso. Derrubavam florestas inteiras e reflorestavam com exóticas” (URBAN, 1999, p. 230). O comentado artigo 19 admitia a seguinte redação:

Visando a maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, termo de obrigação de reposição e tratos culturais.

Maior *rendimento econômico*; transformar *florestas heterogêneas em homogêneas*, esse é o ponto. Com efeito, voltando ao nosso caso, “começaram a fazer reflorestamento com eucalipto; e com eucalipto diferente daquele cheio de galhos, que era mais usado para lenha. O eucalipto, dizem, empobrece muito o solo e não é uma árvore nativa” (ENTREVISTA Almiro P. Sobrinho, mar-2016, p. 4-5).

⁴⁹ Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Por norma, portanto, o reflorestamento tendeu quase sempre à opção “reflorestadoras” (opção 2), sob fiscalização do IBDF. Porém, um ex-madeireiro de Amambai, Cerino Bonamigo, acredita que apenas uma parte declarada fora reflorestada. Tenta explicar:

O que mais atrapalhava a gente, o que nós sempre brigamos era para fazer o reflorestamento próprio e não conseguimos [...] nós comprávamos a guia do IBDF e eles que iam plantar, nós fazíamos o contrato com uma empresa que era conveniada com o IBDF, só que eles plantavam quinze por cento do que era vendido. Porque hoje se eles tinham [feito] a coisa séria, hoje aqui em Amambai seria uma das maiores empresas de celulose, porque só nós íamos plantar mais de um milhão de pés, porque só nós... o quanto de guia tive que comprar! (ENTREVISTA: C. Bonamigo, out-2013, *apud* LIMA, 2013, p. 20-21).

No caso, o proprietário revela uma visão corrente entre os capitalistas brasileiros – não apenas de grupos corporativos, embora seja o caso – de atribuir problemas semelhantes, após o fato consumado, à má gestão ou corrupção de agentes do Estado – é o que deixa a entender quando estima que apenas quinze por cento do previsto de investimentos em reflorestamentos fora, de fato, executado. Não que seja totalmente fora de sentido, essa impressão. Eu mesmo, pela quase uma década de serviços escriturários em Caarapó e Dourados (anos de 1984 a 1988; e 1989-90 e 1995 a 2000, respectivamente), ouvira comentários de corrupção quanto a venda de guias de IBDF, comércio de notas fiscais, com respectivas guias destacadas, que eram enviadas pelos correios, para efeito de justificar estoque ou faturamento junto ao fisco.

São histórias comentadas aos quatro cantos, mas é importante, por outro lado, ouvir a crítica de Jessé Souza ao conceito clássico de patrimonialismo, que expõe essa ideia-força como uma ideologia que remete a corrupção tão somente ao Estado, poupando o mercado de práticas tão ou ainda mais daninhas⁵⁰. Ou não seria o caso de se questionar também que as empresas reflorestadoras (agentes do “mercado”) não cumpriram com o seus compromissos em relação à totalidade das ações de reflorestamento? Há de se opor alguma dúvida se a região cumpriria o destino desenhado por Bonamigo, de se desenvolver uma cadeia produtiva de papel e celulose, caso fosse transferido aos próprios madeireiros a iniciativa de reflorestar. E, claro, não se pode esquecer que a transformação da paisagem estava em correspondência com um setor mais poderoso que o negócio da madeira, o setor agropecuário.

De fato, se considerarmos o raciocínio meramente econômico por base, ou seja, reflorestamento como incremento aditivo à economia local (e não planejamento de manejo

⁵⁰ A esse respeito, indico SOUZA, Jessé *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017 e SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

sustentável dos recursos naturais, ou algo que o valha), o quadro não deixa dúvidas quanto à pouca ou nenhuma influência dos empresários do setor diante da vaga modernizante do Estado naquela conjuntura. A região *cone sul* tinha encontro marcado era com a pecuária e, mais adiante, com as *commodities* agrícolas, não com a sobrevida da indústria extrativa da madeira.

Por última consideração do tópico, G. Boschilia afirma que procurou a reflorestadora Pirema para receber o percentual da área reflorestada que cabia ao madeireiro e que estava estabelecido em contrato com a empresa de reflorestamento.

GB - É, porque tinha um custo e tinha uma parte que pertencia. Não me lembro mais quanto, mas a cada mil árvores, por exemplo, tantas eram do madeireiro. Aí fui acertar e eles me pagaram esse dinheiro. A outra empresa reflorestadora, a de Três Lagoas, eu não procurei. Eu não procurei e também eles não me procuraram, deve ter virado aquele negócio lá, aquela indústria grande de celulose. Ficou incorporado lá⁵¹ (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 28).

3.4 “Os madeireiros não foram os vilões!”

É comum ex-madeireiros do *cone sul* de Mato Grosso/do Sul reagirem firmemente ante a acusação de terem sido os maiores responsáveis pela intensa devastação da cobertura vegetal da região, em período muito curto de tempo. Os argumentos ora alvejam instituição de Estado, no caso, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal [IBDF], ou responsabilizam especialmente os latifundiários instalados na região e uma suposta mentalidade retrógrada que os acompanhava: a tradição da queimada (semelhante à crítica que abre o capítulo 4).

Vejamos dois argumentos. O ex-madeireiro Cerino Bonamigo (Amambai) argumentou em entrevista, em 2013, que as serrarias levam uma fama, a seu ver injusta, de serem as maiores “responsáveis pelo desmatamento da região em si”. Contestando, justificou: “nas extrações das madeiras, só se cortavam acima de quarenta [cm] de espessura, ficando as menores para trás. Houve, é claro, que aquela mata que já havíamos comprado uma vez, de comprarmos novamente, depois de passado tempo e a mesma mata ter se reconstituído”. A visada empresarial advoga em causa própria, óbvio, assim como, ato contínuo, a crítica costumeira às instituições do Estado, pois, complementa, “para ser derrubado um metro cúbico de madeira,

⁵¹ O município de Três Lagoas, região do Bolsão sul-mato-grossense, possui uma indústria de papel e celulose de destacada presença, uma das responsáveis pelo salto do Produto Interno Bruto (PIB) daquele município, noticiado ano passado já como segundo do estado (v. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/aos-102-anos-tres-lagoas-e-a-segunda-maior-economia-de-ms>).

era necessário [ter em mãos] as guias do IBDF, que era o órgão do governo de fiscalização, à época” (*apud* LIMA, 2013, p. 15). Mais adiante retornaremos à crítica que Bonamigo desfere a desvios de finalidade do IBDF.

Outro argumento veio de Caarapó, da parte do também outrora empresário madeireiro Nicolas Karnakis, popular “Grego”, em entrevista concedida em 1997. Em seu entendimento, as matas foram extintas precocemente na região de Caarapó mais em função da prática habitual de fazendeiros, que preferiam incendiar a mata de suas propriedades a vendê-la às serrarias. Karnakis não perde a oportunidade de atacar acidamente os “latifundiários”, que possuíam, a seu ver, um perfil mais “especulativo” do que racional-produtivo: “O latifundiário nunca trabalhou, só especulou; os especuladores têm vez [no Brasil]”. Recobra um episódio, ao final da década de 1980, quando tentou sem sucesso comprar uma mata para serrar de um fazendeiro de origem árabe, proveniente de Marília. Deixa a entender que o proprietário tenha preferido a queima [de cerca de 100 mil metros cúbicos] à venda: “só ele, em oito mil alqueires de terra, esse homem. Então você vê a coisa; infelizmente a maior parte da madeira foi queimada” (ENTREVISTA: N. Karnakis, *apud* Souza, 1998, anexos).

As imagens retratadas a seguir demarcam o contraste entre a opção de venda da mata para a indústria extrativa (o caminhão carregado de madeira), tendo essa desoladora paisagem como pano de fundo (natureza morta): a alternativa da queimada promovida por proprietários rurais, acima denunciada.

Fotografias 9. Caminhão carregado e mata queimada



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó).

Quanto às responsabilidades no desmatamento da mata do *cone sul*, linha semelhante de argumentação é adotada por Sadi Luiz Giordani, outrora empresário no ramo madeireiro em Paranhos (então distrito de Amambai). Também ele, quando perguntado da relação existente entre a derrubada da mata e a agropecuária, contrapõe-se ao certo consenso de ter sido, o madeireiro, o principal responsável pelo desmatamento:

Sim, mas *hay controversias*. Controvérsias porque o madeireiro, as serrarias, no imaginário da população... A população é levada a crer que os grandes responsáveis pelo desmatamento eram as serrarias. Eu me permito discordar dessa teoria, porque normalmente a serraria já entrava para tirar madeira de fazendas que já haviam sido formadas; já não tinha mais como recuperar porque já tinha derrubado quase toda a mata para formar pastagem – sobrando só as árvores maiores (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 8, destaques meus).

Ou seja, quando da negociação da venda da mata ao madeireiro, o proprietário já encaminhara processo de limpeza da área, de derrubada da vegetação menor, da queima. Sendo assim, mesmo quando não houvesse derrubada, ou queima, de espécies comerciais, “o maior interesse deles era formar fazenda. Se o madeireiro não entrasse para extrair a madeira, o fogo iria extrair! Porque eles não tinham interesse maior a não ser formar” (id., ibid.).

Pelo exposto, o processo de derrubada se fizera antes mesmo da exploração da madeira, seguindo a tradição secular da queima da área. Outro colaborador confirma o método adotado em larga escala em terras sul-mato-grossenses e revela a parceria entre proprietários e madeireiros:

Ah, se não tivesse serraria ia queimar, ia secar, ia queimar com fogo! Isso porque a formação do pasto de colônia é em terra nobre, por causa da matéria orgânica. Planta, sementeia, põe o gado e queima o resto de madeira com um ou dois fogos. E daí a cinza, o potássio, fertiliza também o solo. Assim deixa o capim formar, mas queima muita madeira (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 7-8).

No que concerne aos objetivos últimos dos desmatamentos aconselha-se relativizar a finalidade da formação da “agropecuária”, por ser conceito mais abrangente. A recomendação de Guaracy Boschilia (por 16 anos empresário do setor madeireiro em Caarapó) é que se retire o “agro”, pois o sentido da derrubada da área da mata no *cone sul* de Mato Grosso do Sul deveu-se mais em função da “pecuária”.

Em particular a "pecuária". Você tem que esquecer um pouco a "agro". Primeiro é a pecuária, na mata, quando tirou a madeira. É diferente de Naviraí. Naviraí teve, antes da pecuária, teve junto, o algodão e a pecuária de paulistas. Eu conheço a família dos avós da mulher do Renatinho⁵², que é de Prudente e tem uma grande propriedade entre Naviraí e porto Caiuá. E exploraram madeira, eles tiveram serraria no estado de São Paulo e depois botaram serraria lá. E foi antes desse *boom* da década de 1970 (id., *ibid.*, p. 49).

O tipo de parceria estabelecida, interseccionando a indústria madeireira à grande propriedade rural, esta última em contexto de sua formação e voltada à pecuária e agricultura comercial moderna, como era o anseio da dita modernização conservadora, possibilita tomar como ferramenta o conceito de “encadeamentos” formulado pelo economista Albert Hirschman (2008). Grosso modo, Hirschman concebe e concentra-se nos encadeamentos, “para trás e para frente”, que permitem verificar as relações entre cadeias produtivas de setores distintos, ambos a estimularem-se mutuamente, tanto retrospectivamente, quanto prospectivamente.

3.5 Do processo produtivo

Os parágrafos seguintes serão destinados a examinar informações inerentes à produção da madeira beneficiada, tendo examinado relatos de antigos empresários e trabalhadores da atividade madeireira: processo produtivo, desde a aquisição pela compra do mato fechado, ou por metros cúbicos estimados.

O estudo de caso de Sandra R. Souza (1998) apresenta uma passagem sobre a negociação de compra da matéria-prima pelo madeireiro junto ao proprietário rural. Uma vez consultado, o antigo madeireiro Nicolas Karnakis revela que o mais usual era “a compra [...] do mato fechado e em pé, [onde] geralmente estipulava-se previamente as condições através de uma vistoria no mato feita pelo chefe, [...] que já fechava o negócio [...] e a quantidade de madeira que seria explorada” (ENTREVISTA: Nicolas Kernakis, *apud* SOUZA, 1998, p. 15). Tal informação revela pormenores que apenas um agente direto é capaz de fornecer, o que destaca a relevância da história oral temática.

Partindo dessa contribuição do recorte selecionado acima, procurei indagar um pouco mais sobre o processo produtivo, desde a retirada da madeira, antes do beneficiamento e comercialização. O senhor Sadi Luiz Giordani foi logo considerando o que compreende por

⁵² Renato Eugênio Rezende Barbosa, atual proprietário da fazenda Campanário, Laguna Carapã-MS.

padrão comum a essa atividade industrial-extrativa: “não tem como fugir muito, porque a matéria-prima era tora, tora é madeira e madeira está no mato”. Mas, considera um elemento a destacar, que é a diferença existente entre o que se compreende hoje ser uma “árvore de corte, uma árvore madura”; para os critérios dos anos 70. “Na época, uma madeirinha aí, uma arvorezinha que desse menos de 40 centímetros, por aí, deixava-se no mato, [... enquanto que hoje] quando se consegue encontrar uma árvore de 30 centímetros: *‘bah, quão grossa!’*” (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 4).

Fotografia 10. *Serraria Jatobá* (dez-1975): derrubada da mata



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó-MS).

A expressão descontraída de Giordani pode até passar a impressão de exagero retórico, mas a fotografia acima, registrando a derrubada de uma espessa espécie da região em Campanário (o ano é 1975), é uma contundente imagem a certificar a afirmação de nosso colaborador.

Há relatos que informam que, no transporte das toras da mata até as serrarias, onde houvesse um terreno bastante íngreme, toda uma sorte de procedimentos eram tomados para conseguir fazer caminhão seguir ao seu destino. Assim,

[...] quando se deparavam com uma ribanceira, o motorista acelerava o quanto podia para ‘embalar’, mas quando dava em um determinado tópic da subida o motor perdia força pelo peso excessivo. Então os homens que estavam sentados nas pranchas desciam com um pedaço de pau em forma de cunha e calçavam as rodas do caminhão para que ele não voltasse para trás; o motorista reduzia a marcha e acelerava novamente, em um movimento que fizesse o caminhão sair. Isso se repetia algumas vezes até chegar ao topo do cerro (LIMA, 2003, p. 18).

Em outras situações só mesmo rebocado por um trator tornava possível o caminhão subir o terreno.

Fotografia 11. Transporte de toras com auxílio de trator



Fonte: Acervo particular Sr. Cirino Bonamigo, *apud* Leandro Neto de Lima (2013).

O senhor Silvestre Otto (já apresentado anteriormente) comenta as cenas acima, afirmando ter puxado muita tora, ter subido muitas vezes puxando, como estão tracionando com esse trator. “O trator vem puxando aquele caminhão, lá. Com qualquer ajudazinha ele subia. E onde ele está já está mais fraco, mas lá embaixo a subida é bem forte. E daí faz essa curva aqui e fica forte de novo. Então, isso aí é dentro do Paraguai” (refere-se a área próxima ao município de Aral Moreira) (ENTREVISTA: S. Otto, ago-2016, p. 30). Continuando a descrição, Otto afirma que o trator na fotografia estava ajudando a arrastar o caminhão pois o tipo do motor não era potente o suficiente para aguentar a subida com a pesada carga. Tem propriedade a sua fala pois

conhece o local, uma vez ter trabalhado como motorista para a empresa dos Bonamigo. “É para baixo de Aral Moreira, no Paraguai, os Bonamigo tinham serraria lá”, confere. Continua descrevendo o local: “Lá embaixo você pode ver, depois daquelas árvores, tem um campo nativo. Lá embaixo eles tinham uma serraria. E eles serravam, naquela serraria eles serravam e traziam aqui para uma serraria de Amambai. Que nem esse aí, que está vindo para Amambai” (id., *ibid.*). O topônimo descrito recebe o nome de “Cerro Vinte e Um”, como é popularmente conhecido.

Mesmo local, fotografia abaixo, outro caminhão consegue subir sozinho o cerro, sem ajuda externa. “Esse já está subindo sozinho porque esse caminhão tinha reduzido. Tem a reduzido que o outro não tem [...] Esse consegue, é traçado” (id., *ibid.*, p. 31).

Fotografia 12. Carregamento de toras



Fonte: Acervo particular Sr. Cirino Bonamigo, *apud* Leandro Neto de Lima (2013).

Indagado um pouco mais sobre o Cerro Vinte e Um, Otto revela que a família Bonamigo explorava a mata nessa região: “explorava a mata, eles tiravam de uma aldeia, uma aldeia muito grande que tinha lá”. Área de fronteira, Paraguai adentro, extração de toras em

aldeias indígenas... voltaremos a essa discussão no capítulo 4. Fato é que, segundo Otto, os Bonamigo retiravam a madeira da fronteira e traziam-na para serrar em Amambai (percurso de pouco mais de 55 km), ou serravam lá mesmo embaixo do Cerro: “embaixo do Cerro, lá... atrás do caminhão você vê um campo, eles tinham serraria lá embaixo” (id., ibid.).

Giordani guarda além de sua experiência própria no ramo madeireiro, a presença de Silvestre Otto, estando sempre a dialogar com este sobre o tema comum de suas vivências. Lembra que o senhor Otto trabalhou a vida toda com madeira, muitos anos a serviço da serraria Ipanema⁵³, uma das grandes empresas que atuaram em Amambai: “era de uns camaradas fortes, aí!” (id., ibid.).

O velho [S. Otto] conta que iam de caminhão grande, aqueles traçados, que é para um monte de cúbico, e seguiam com “uma tora” em cima dele. Uma tora de um 1,20m, 1,30m, de “metro e tanto” e que ele fazia mesa. Uma prancha só e já estava feita a mesa. Hoje para você pegar uma mesinha, igual à que eu tenho, tem que emendar umas três pranchas para chegar ali. Mas então, no mato tinha uma equipe que era para cuidar da sua parte, normalmente o gerente do mato, o encarregado, que era quem determinava qual árvore era para cortar e que comprimento (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 4).

O senhor Silvestre Otto foi um desses “chefes do mato”, tendo ele a permissão de negociar a compra da área a ser desmatada. Além disso, na serraria *Ipanema*:

[...] eu fui motorista de caminhão, fui ‘esteirista’, fui tratorista, fui ‘esquideiro’, trabalhava com pá-carregadeira; carregar caminhão, também, eu fazia de tudo. Na verdade, eu era o “chefe do mato”, mas se hoje faltava um, você vai tapar aquele buraco; e amanhã faltava outro, assim se vai. Eu fazia de tudo (ENTREVISTA: S. Otto, ago. 2016, p. 10).

Como “chefe do mato”, o senhor Otto era responsável por uma equipe de cerca de 35 homens, além do maquinário. Mesmo havendo situações em que o proprietário da terra

⁵³ A *Ipanema Beneficiamento de Madeiras Ltda.* foi constituída em 13/11/1981 pelos sócios José Figueiredo Limas, Pedro Costa, Ayrton Cavalari, José Orlando Meinerz e Jorge dos Santos Cavalari. Foram cinco alterações ao todo no contrato social (17/07/1985, 24/02/1987, 01/09/1987, 29/08/1991 e 18/04/2002), em três delas alterando o capital societário. Na 1ª alteração saiu o sócio José Figueiredo Limas e em seu lugar entraram Neife dos Reis Cavalari e Odilo Rossoni; na 2ª alteração saiu o sócio Ayrton Cavalari. Na 4ª alteração, saíram todos os demais sócios da formação original e também Neife dos Reis Cavalari, ingressando como sócia Helia Cavalari Rossoni (ao que tudo indica, esposa de Odilio Rossoni). O casal Rossoni passou então a controlar a sociedade, primeiramente em partes iguais de cotas, para depois, na última alteração contratual, a participação de Helia ser apenas residual, 2% do capital investido. Não houve distrato social e em 06/05/2002 a Junta Comercial providenciou o cancelamento da inscrição da referida empresa (v. Arquivo JUCEMS, NIRE nº 54-2-0012824-2).

entendesse mais vantajosa a venda da madeira por metros cúbicos, o senhor Silvestre afirma que pela Ipanema o negócio sempre se dava pela aquisição do mato fechado.

Inclusive eu era o calculador, o corredor do mato, era eu quem corria para fazer o cálculo de quanto se podia pagar, quantos metros cúbicos tinham lá. Eu passava para firma e a firma ia na minha confiança. Eu comprava e tinha que fazer o serviço, tinha que prestar o serviço muito certo, muito sério, para não dar prejuízo para a firma. Não podia dar prejuízo, tinha que lucrar, pois depois o problema vinha para mim, a reclamação (id., ibid., p. 10).

De fato, Sadi Luiz Giordani compreende que normalmente se negociava o mato fechado:

Tem tantos alqueires aqui, vale tanto, está pago! [exemplifica]. E daí vai tirar o que ele quiser tirar, está no pacote! Poucos negociavam por metro, [ao fazer uso de] seu poder de negociação... O mais comum era comprar o mato. Comprava o que ele quisesse tirar daquela área, comprava a área. E era um preço bastante flutuante, porque dependia da densidade de plantas que pudesse interessar ao dono da serraria. Então fazia-se uma inspeção no mato e em cima disso acertava um valor e tudo bem! Então o tal do gerente do mato ia determinando ao camarada da motosserra a cortar mais ou menos nos padrões que estava precisando. Normalmente se tinha o trator, uma pá-carregadeira... também precisava de um caminhão para trazer essas toras até a serraria. Daí usava esses tratores, pá-carregadeira, esses equipamentos para trazer até a serraria (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 4).

Continuando com Giordani, na medida em que fluía sua entrevista outras informações importantes vinham à tona a relacionar momentos e regiões distintos. Ele que é proveniente de família de madeireiros, nos quadros da *rota paranaense* (tal qual classificamos: nem só os nascidos, mas os que em idade adulta estiveram no estado vizinho), ao relatar o processo produtivo da atividade madeireira, oferece a seguinte consideração:

Estava me ocorrendo agora que no Paraná as indústrias madeireiras eram bem mais precárias, o equipamento era bem diferente, os tipos de serrarias... Era quase artesanal. A produção delas era bem pequena, não sei bem como comparar, mas talvez em 10% do que vieram a produzir as indústrias do cone-sul de Mato Grosso do Sul, na época em que estamos nos reportando (id., ibid., p. 5; destaques meus).

Veja-se que, segundo essa informação, a modernização das empresas madeireiras coincide com o chamado *boom* da atividade madeireira no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul. Isso porque para a região, nos anos 70, as indústrias madeireiras já eram uma realidade quanto à produção em larga escala, e talvez por isso mesmo o espanto pelo rápido esgotamento da mata

nativa. Isso tomando como parâmetro o estado do Paraná de décadas anteriores, com serrarias mais “precárias”, no dizer de Giordani:

Sim, essas da época tinham algumas denominações como *petiça*, *tissot*; umas coisas que eram da época, era assim mesmo! Daí tiravam um bloco quando resolviam que iam produzir bastante. Tiravam um bloco quando, por exemplo, queriam fazer uma tábua de 30 centímetros de largura. Tiravam um bloco de 30 centímetros pelo que ele desse da grossura da tora. Tinha um equipamento com multisserras, punha esse bloco na serra e saía umas dez ou doze tábuas ali na outra ponta. Era “devagarote”, não era uma coisa que desse uma produção muito grande. Era bastante limitada (id., *ibid.*, p. 5-6)

A produção madeireira mais lenta, argumentada acima, descrevia a realidade das madeiras paranaenses dos anos anteriores à década de 1960, quando então, de acordo com Sadi Giordani, “começou a se popularizar uma tal de fita, que era um equipamento que já veio para cá”:

Aqui praticamente não teve aquelas de lá [do Paraná]. Os que aqui se instalaram, o fizeram com essas fitas, que tinha uma produção bem maior, muito maior! A serraria não era uma coisa muito complicada: era uma indústria bastante simples, arrisco até dizer que rudimentar. Porque, a rigor, as principais máquinas que eram necessárias em uma serraria eram uma serra fita, uma circular e uma destopadeira. Não exatamente uma, mas era a serra fita, circular... (id., *ibid.*, p. 6)

A função da “fita” era “tirar a prancha da tora, era a linha de frente, ou a linha de chegada”:

A bitola mais usada aqui na região da madeira era de 6 cm. Então tirava a prancha, na serra fita, de 6 cm de grossura e, depois, na serra circular, tirava ela na bitola, em que também era mais ou menos padronizado: vigas de 12 cm, de 16 cm, os caibros de 5x6 (cinco por seis). Quer dizer, já ficava dentro da bitola daquela prancha umas “ripinhas”... (Na época, porque agora estão economizando madeira, já virou para 5 cm algumas vigas.) A ripa era padrão também: 1,2 m por 6 cm. Quer dizer, tudo girava em torno de seis centímetros. Não necessariamente tudo, mas quando tinha que mudar a bitola, já era o que se chamava de bitola especial, até normalmente tinha um acréscimo no valor por ser uma bitola especial. Você ia tirar para um freguês já certo. Então basicamente dá para se dizer que a serraria era isso aí. Normalmente as que tinham um pouco mais de recurso, funcionava, junto com a serraria, um beneficiamento para aplinar. (id., *ibid.*, p. 6).

É precisamente em meados dos anos 1970, quando está cada vez mais caracterizado o apogeu do ciclo madeireiro no *cone sul*, que houve uma demanda crescente por equipamentos mais sofisticados, para os padrões da época em questão. A reforçar esse posicionamento, outro

entrevistado, o senhor Guaracy Boschilia, conta que, ao instalar a serraria Jatobá em Caarapó, tinha um planejamento de construção de casas para os operários, imaginando que não tardaria para que o espaço urbano chegasse até o local (como de fato ocorreu depois) e “incorporaria essas casas que já estavam dentro de rua, todos os terrenos de 12 por 25: eram 35 casas. Então montou-se a estrutura. Tem um detalhe aí, tinha uma corrida, na época, 1974, para serrarias”. Aqui vem ao ponto da verdadeira corrida por equipamentos percebida neste ano de 74:

GB: - E eu fui comprar um equipamento, uma serra-fita, que demorava um ano para entregar, Nashifa, em Ponta Grossa.

JLA: - Porque a demanda era muito grande?

GB: - Muito grande. E pensei: “- *Se não tem esse equipamento, eu não vou ficar um ano sem trabalhar!*” Aí eu fui procurar uma serra horizontal. Comprei duas serras horizontais e depois uma guincha, que é vertical, para poder serrar. Quer dizer, um negócio meio rudimentar, de antigamente, que estava parado. [...]

GB: - Elétrico, mas sem ser moderno, com serra. Até chegar [a serra-fita]. Mas eu fiquei sabendo que em Corbélia, no Paraná, tinha uma indústria que fabricava serra-fita e tinha uma desistência. Custava Cr\$ 120.000,00 (ou Cr\$ 118.000,00). Pedi emprestado para o Renato Eugênio e ele me arrumou o dinheiro, que eu dei a um sujeito que foi lá e trouxe a fita. Aí eu desmontei a antiga estrutura e botei a fita. Começamos em maio de 1974 com essas serras rudimentares, que demoravam para serrar, [e fomos] até agosto (ENTREVISTA: G Boschilia, abr-2016, p. 14, destaques meus).

Ligando o relato do senhor Guaracy ao de Sadi L. Giordani (e Almiro Pinto Sobrinho, capítulo 1) podemos aventar a ideia de uma modernização do setor, pois justamente os anos em que mais se constituem serrarias são os mesmos em que a inovação da serra fita se populariza na região.

3.6 Das transações comerciais e mercados consumidores

Quando partirmos para avaliar os destinos demandados pela produção de madeira beneficiada das madeiras do *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, veremos que, especialmente, voltavam-se aos mercados do Sudeste, paulista sobretudo. Nos parágrafos seguintes dedico-me a discorrer sobre as relações comerciais estabelecidas com agentes de tais mercados.

Primeiramente é importante destacar que para efeito de análise não estamos considerando aquela primeira fase das serrarias, situada nos “primórdios” da indústria extrativa, da passagem de maquinários semimanuais para equipamentos industriais propriamente ditos

(cf. descrita e examinada no capítulo 1 desta Tese). Essas primeiras indústrias estavam localizadas no tempo nos anos de transição da economia ervateira para a fase agropastoril (décadas de 1940, 50, 60), quando a produção de madeira voltava-se mais à demanda interna por habitação (construções de madeira são traços marcantes de tais localidades nesse momento).

O testemunho obtido por Leandro Neto de Lima junto a Cerino Bonamigo, diretor administrativo da antiga Itaguassú, uma das maiores serrarias que operaram em Amambai entre os anos de 1970 e 80, é ilustrativo quanto a um mercado consumidor bem delimitado, “um destino pré-definido. Os beneficiamentos eram feitos na serraria instalada em Amambai e eram encaminhadas para o Rio Grande do Sul a uma fábrica de camas beliche, que apenas montava as camas com as peças de madeiras já torneadas e entalhadas” (ENTREVISTA: C. Bonamigo, out-2013, *apud* LIMA, 2013, p. 19). Porém, o mais comum era as serrarias fazerem o beneficiamento e destinarem à venda à construção civil no estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (LIMA, 2013, p. 19).

De fato, nos anos de 1970, o dínamo que movia as indústrias madeireiras era o valor adicionado havido pelo comércio com os estados vizinhos, especialmente com o estado de São Paulo (Guaracy Boschilia repete aquela máxima: “a locomotiva da nação!”). Para Sadi Luiz Giordani (Paranhos-Amambai), o “suprimento local era insignificante” diante do comércio interestadual: “não tinha relevância nenhuma!”, reforça. Para este colaborador, “A grande maioria da produção era vendida no pátio. Tinha uma afluência de caminhoneiros autônomos que aqui vinham e compravam a madeira, pagavam. Compravam e aí já era por conta deles, a comercialização nos estados vizinhos” (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 6).

O arranjo comercial na área da abrangência de Amambai (e seus distritos de então) passava, de acordo com Giordani, pela mediação dos agentes intermediários, “atravessadores”; aqueles caminhoneiros, que revendiam às empresas com que tinham contato fora do estado (aos depósitos de material de construção, principalmente). Nosso entrevistado considera que em torno de “90% da produção era comercializada dessa forma”, reforçando poucas serem “as empresas que vendiam direto” (id., *ibid.*, p. 6-7).

Tão lucrativo era o modelo aos agentes do transporte e comercialização, que ele próprio, Sadi, ficou dois anos na cidade de São Paulo fazendo a distribuição da produção da madeireira *Companhoni*⁵⁴ (família madeireira com grau de parentesco com os Giordani). “Na

⁵⁴ Notas sobre alguns investimentos da família *Companhoni* no setor madeireiro:

- A empresa *Serraria Floresta Ltda.*, Parque Industrial, Tacuru-MS, foi constituída em 25/07/1979 com investimento de capital inicial de Cr\$ 1 milhão. Seus sócios eram os irmãos: Joicí Luiz Companhoni (nascido em 1950, em Nanoai-RS), com 90% das cotas de capital; e Antonio Companhoni Filho (nascido em 1959, em Passo Fundo-RS), com 10% das cotas. Ambos os sócios tiveram passagem pelo estado de São Paulo em idade adulta,

época, foi montado um escritório lá, escritório de representação, e eu estive fazendo essa parte. Não era a regra, o *Companhoni* mesmo era uma exceção, não era comum serraria ter representante lá” (id., *ibid.*, p. 7).

Da exceção acima à regra básica da negociação da madeira, os caminhoneiros mencionados podiam exercer a função com grau considerável de autonomia, fazendo a mediação e tendo uma participação no valor adicionado dos produtos até a revenda aos mercados paulistas, para ficar no exemplo do estado mais importante na cadeia produtivo-mercantil. Um olhar apressado poderia aceitar como correto pensar a participação dos carreteiros apenas enquadrada na prestação de serviço de transporte visando o frete. Considera, porém, Giordani que os caminhoneiros auferiam lucro na “compra e venda” da madeira, embora, para efeito normativo, essa mediação parecia inculcida no frete. O equívoco

Fotografia 13. Caminhão carregado com produção da *Serraria Jatobá* (mai-1975)



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó-MS).

onde tiraram carteira de identidade (RG). A empresa teve sua inscrição estadual cancelada em 15/10/1996 (cf. Arquivo JUCEMS, Nire nº 54-2-0002480-3).

- A *Companhoni Madeiras Ltda.*, avenida principal, s.n., Tacuru, MS, consta como registro de constituição a seguinte data: 09/07/1982; e o cancelamento de sua inscrição em 15/10/1996. (O processo não está digitalizado, v. Arquivo JUCEMS, Nire nº 54-2-0014248-2).

- A *Imbu Madeiras Ltda.*, Parque Industrial, s/nº, centro, Tacuru, MS, foi constituída em 09/07/1985 com investimento inicial de Cr\$ 50 milhões. Seus sócios eram os irmãos: Joicí Luiz Companhoni (nascido em 1950, em Nanoai-RS), com 60% das cotas de capital; e Antonio Companhoni Filho (nascido em 1959, em Passo Fundo-RS), com 40% das cotas. A empresa passa por três alterações em seu contrato social, sendo que na segunda alteração (05/11/1987), Antonio Companhoni Filho vende suas cotas, ingressando na sociedade a Sra. Maria Helena Rodrigues Martins (nascida em Cianorte-PR em 1958) com valor apenas simbólico de cotas, correspondendo a apenas 0,07% do capital atualizado, que passou a ser de Cz\$ 15 milhões, ficando os outros 99,93% ao sócio Joicí Companhoni. A empresa terá sua inscrição estadual cancelada em 18/04/2000, cf. Arquivo JUCEMS, Nire nº 54-2-0024314-9.

consistiria em ver o lucro dos caminhoneiros “tudo como se fosse frete, como lucro do caminhão”, já que “a diferença entre o frete e o valor de revenda é o lucro que ele auferiu na comercialização, propriamente dita. Porque eles vinham aqui, compravam a madeira, pagavam e vendiam lá” (id., ibid.).

Fotografia 14. Caminhões carregados com produção da *Serraria Jatobá* (mai-set-1974)



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó-MS).

Assim, como agentes informais de empresas de materiais de construção, tais caminhoneiros já sabiam a quem destinar a aquisição da produção madeireira quando negociavam com as serrarias do *cone sul* a compra e condições de pagamento: “vendiam para

diversas empresas. Normalmente eles moravam já no estado de São Paulo, por ali, e acabavam tendo uma carteira de clientes” (id., *ibid.*, p. 8).

A lógica de comercialização e transporte desvelada por Sadi Luiz Giordani para o entorno de Amambai – nos então distritos de Tacuru e Paranhos, observados mais diretamente por ele – guarda semelhanças com situações narradas por Guaracy Boschilia em Caarapó, embora amplie um pouco o leque para uma maior diversidade de tratativas. “GB - Tinha de tudo. Tinha o dono do caminhão, que vinha comprar madeira para um determinado depósito. Ele ganhava o frete e mais um tanto, porque ele que comprava madeira no nome [de quem representava]. Isso pouco, pouco” (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 44).

Acima, uma cena ilustrativa da fala de Boschilia. Como se pode notar, sua avaliação é mais diversificada no que diz respeito aos agentes encarregados da aquisição da madeira beneficiada junto às serrarias da região. Isso porque, a seu ver, os caminhoneiros representantes das empresas compradoras (atravessadores) não perfaziam o tipo mais significativo nas negociações, como estimado por Giordani em parágrafos anteriores. Continua Boschilia:

Na maior parte das vezes era o próprio dono de depósito quem adquiria. Depósitos de São José do Rio Preto, de São Paulo (Capital), de Campinas; de Minas, para a cidade de Contagem (vendi muita madeira para Contagem-MG); de Araçatuba, São José do Rio Preto... Bom, menos para o Paraná, porque eles tinham outra origem de madeira, mais perto (eu nunca vendi para lá). Era mesmo para São Paulo, Minas, Rio. [...] Tinha caminhão que queria viga, viga seis por doze, seis por dezesseis, de três acima (id., *ibid.*).

Guaracy Boschilia detalha que sua serraria cortava madeira acima de um metro, abaixo só se aproveitando para fazer taco. “O taco era seis de comprimento (passava na plaina e depois fazia os tacos), empacotava com fita plástica e ficava aquele pacote que tinha tantos metros cúbicos”. Rememora ter vendido muito taco para os estados do Rio de Janeiro e para a Bahia, vendendo direto a um representante (como os casos pensados nos parágrafos anteriores). “Mas na maioria das vezes era o dono do depósito quem vinha comprar. Dono do depósito, ou o gerente: vinha com o caminhão dele, pagava com cheque e dava destino à madeira e depois encomendava: ‘- Olha, eu venho buscar duas cargas por mês, ou três cargas por mês!’”.

Fotografia 15. Panorâmica da serraria Jatobá I



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó-MS).

Fotografia 16. Panorâmica da serraria Jatobá II



Fonte: Acervo particular do Sr. Guaracy Boschilia (Caarapó-MS).

Quando Boschilia operou duas serrarias ao mesmo tempo (*Jatobá I*, 12 h/dia; e *Jatobá II*, 24h/dia)⁵⁵, afirma que em média “carregava seis caminhões por dia. Tinha até um empreiteiro para carregar caminhão e tinha gente que romaneava: tantas vigas de quatro metros...” (id., *ibid.*).

3.6.1 Provisão para devedores duvidosos

À mesma altura em que o senhor Guaracy Boschilia completava seu raciocínio quanto às metragens de caibros, ripas, vigas, vieram à sua memória os casos em que perdeu dinheiro com compradores desonestos. Vamos a eles:

E eu perdi... em dezesseis anos, eu perdi três viagens de Campinas, para um sujeito que comprou com dinheiro na primeira viagem; já a segunda viagem ele pagou com cheque (pediu com toda habilidade); a outra viagem pediu para esperar uma semana; depois voltou a pagar à vista. Na hora que pegou bem, aí ele mandou três caminhões e pediu: "- E agora você me carrega três caminhões e me manda!" Mandou o caminhão de lá, alugou o frete e até hoje eu não recebi - "amaciou" o negócio (id., *ibid.*, p. 44).

Aqui, minuciosamente se apresenta o que poderíamos generalizar ser o *modus operandi* de agentes mal-intencionados, qual seja, o de ganhar gradativamente a confiança do fornecedor até o momento em que poderia aplicar o golpe, contribuindo para relações de desconfiança no mundo madeireiro. Tal perfil de comprador da madeira compõe assim outro tipo aventureiro, no caso acrescido do adjetivo “sem caráter”, que fora pouco a pouco “amaciando” o negócio, segundo as palavras do entrevistado.

Em outro exemplo, Boschilia se recorda de um comprador de madeiras da *Serraria Jatobá*, proveniente da cidade de Apucarana (Paraná), que adquiria carregamentos de *ipê*, “nas

⁵⁵ A Serraria Jatobá Ltda. foi constituída em 28/02/1974, tendo como sócio majoritário o senhor Guaracy Boschilia, que integralizou Cr\$ 195 mil, e demais sócios Helio Candido de Souza Dias (que integralizou Cr\$ 100 mil), Nubar Marcius Boschilia (Cr\$ 100 mil) e João Antonio de Camargo (Cr\$ 5 mil). A empresa sofreu alterações de dados em seu contrato social original em três momentos: em 29/06/1974; em 17/11/1977; e em 11/01/1980. Quando da extinção da empresa, no distrato social, o capital social reconhecido era de Cr\$ 2 milhões. Além de Guaracy Boschilia, apenas Nubar M. Boschilia, seu irmão, permanecera sócio até a baixa da empresa em 01/09/1981, cf. arquivo JUCEMS, Número de Identificação no Registro de Empresas (Nire) nº 54-2-0005167-3. Em seguida, com uma nova razão social, continuou a *Serraria Jatobá*, permanecendo em atividade até 1989, quando, por fim, o senhor Guaracy Boschilia encerra a atividade econômica com madeireira.

medidas certas, bitolas certas, para fazer brete”⁵⁶. Outra situação de inadimplência (“porque voltava cheque, punha e voltava, punha e voltava, telefonava e não tinha jeito”), agravada por, mais adiante, ter quebrado o eixo da fita da serraria sem que Boschilia tivesse caixa para fazer o conserto. Enviando o eixo para conserto na cidade de Cascavel (Paraná), comenta que aproveitou para seguir até Apucarana para receber, apresentando-se na recepção da empresa como fazendeiro de Mato Grosso, interessado em encomendar um brete. Quando conseguiu acesso ao devedor, nos conta:

Eu cheguei e falei: "- Eu sou o fulano de tal, vim receber o dinheiro que o senhor me deve, você sabe!" Ele: "- Ah, eu vou lhe pagar..." Eu falei: "- Não... [...] e eu não quero cheque, quero dinheiro! A minha fita está quebrada, está indo para Cascavel, para trocar o eixo, e eu não tenho dinheiro para pagar. Eu quero dinheiro!" Ele chamou o contador, o contador veio, falei para ele: "- Olha você me arruma o dinheiro, ele vai lhe falar o tanto que me deve!" [...] "Eu preciso do dinheiro para consertar o eixo da fita que quebrou." (id., ibid., p. 45).

O caso da pressão *tête-à-tête* surtiu resultado, segundo diz, pois, autorizado, o contador trouxe a quantia devida: “- *ele me pagou*”. Coisas daquele ciclo da madeira, complementa.

O mesmo G. Boschilia tinha concedido uma entrevista registrada pela monografia de Sandra Rita de Souza, em que outra situação de desconfiança entre madeireiro e comprador se pode tomar como ilustrativa. Boschilia conta de certa ocasião em que representante de um grande depósito de material de construção em Ribeirão Preto (São Paulo), um indivíduo de nacionalidade portuguesa, estacionou um caminhão *Galax* e entrou em tratativas para adquirir todo o estoque da *Serraria Jatobá*, a exemplo do que já estava procedendo com outras tantas serrarias. Ele nos narra a situação da seguinte forma:

“Eu quero comprar toda a produção que o senhor serrar. Venho, carrego, pago, o senhor desconta o cheque; nada de prazo nada, nada! compro tudo, o senhor não vai ter problema”. Eu falei: “Eu não vou vender madeira para o senhor não”. Ele disse: “Mas por que?” Eu falei: “Porque onde [onde o] senhor encosta o caminhão para comprar madeira aqui em Caarapó e o madeireiro está com dificuldade, porque o senhor compra a madeira toda mais baixa que o preço do mercado; o senhor dá a garantia e o madeireiro fica preso ao senhor” (ENTREVISTA G. Boschilia, apud SOUZA, 1998, anexos).

⁵⁶ Brete é um cercamento de madeira, inserido nas mangueiras, cuja função é a de imobilizar os animais em um espaço lateral curto, de modo que um bovino só possa seguir para frente, o que facilita a vacinação, a castração de um touro ou inseminação de uma vaca.

Com a negativa, o já experiente madeireiro estava se precavendo de outra situação difícil, uma vez que o sistema consistia de o representante do depósito adquirir antecipadamente a produção em período de baixa do preço do metro cúbico da madeira. A conclusão é do próprio entrevistado, avaliando o mau negócio: “[...] muitas vezes o senhor adianta o dinheiro, por dez reais [estima em moeda atual] o metro cúbico; e se for para doze [...] continua levando por dez. Então não é bom o senhor encostar seu caminhão aqui não porque vão falar que eu estou quebrado. Então não venha mais!” (id., ibid.).

Os casos memorados por Boschilia têm uma feição anedótica, mas são também reveladores das desconfianças havidas em meio ao negócio da madeira. Sendo ele proveniente não exatamente desse ambiente (como vimos, era executivo de grande indústria de açúcar, não de família madeireira), um ponto fora da curva, por assim dizer, faz com que consiga tão bem interpretar o ciclo madeireiro em Caarapó. A narrativa a seguir é bastante ilustrativa a respeito:

GB: - Teve um senhor que veio comprar madeira, cabelo branco já, por volta de 60 anos. Eu vendi a madeira e ele me perguntou se podia pegar a madeira e mandar o cheque: "- Pode." Ele falou: "- Mas o senhor vai fazer isso comigo, o senhor me conhece?" Eu respondi: "- Não, estou conhecendo agora." Ele: "- Eu mexo com madeira, eu tenho um depósito de madeira (Contagem, perto de Belo Horizonte)... O senhor não devia fazer isso, porque quem mexe com madeira não é honesto. Não é só o seu setor de madeireira, é também o homem que vende, que revende, que compra, e é meio estranho o senhor fazer isso. E eu falei: "- Bom, o senhor vem aqui, tem a cara limpa, eu conheço quem é sério e quem não é... Erro pouco. Tem cabelo branco, uai!" (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 25).

Por ocasião da entrevista com Guaracy Boschilia, cheguei a comentar ser ele “do tempo do fio do bigode”, do tipo que acreditava na palavra empenhada das pessoas com quem negociava e se relacionava. Isso, ao mesmo tempo em que fora também um empresário bem-sucedido no ramo madeireiro e depois prefeito de Caarapó por dois mandatos consecutivos. Curioso perfil tem nosso entrevistado. E o que dizer das considerações de seu interlocutor quanto aos agentes envolvidos com o negócio da madeira tenderem à desonestidade, fossem quais fossem os setores da cadeia produtiva em que estavam envolvidos tais aventureiros?

3.7 Um setor gerador de empregos

Almiro Pinto Sobrinho observa que as madeireiras alocavam muita mão de obra pois além de serrar a madeira era preciso “retirar do mato e transportar”, o que dependia do emprego de muitos trabalhadores. Rememora que as serrarias na região de Amambai aproveitavam bastante a mão de obra local, empregando “meninos” também, estes na condição de aprendizes (id., *ibid.*, p. 5).

Veja-se que o relato acima nos força a refletir sobre o triste histórico que o País tem de exploração de trabalho infantil, prática minimizada, em termos, após a Constituição Federal de 1988 e legislação complementar, quando se passou a enfrentar mais incisivamente o trabalho infantil, não erradicando porém por completo tal prática até os dias que seguem. E se estamos pensando o intervalo temporal anterior à CF, não causa estranheza o retrato da infância perdida, inserida precocemente no mercado de trabalho. A atividade madeireira também nesse caso nos fornece um quadro ilustrativo, para a época destacada, do que remanescera e chocara a opinião pública, o trabalho infantil, como o caso das carvoarias, capas de reportagens de periódicos que circularam na última década do século passado. No entanto, acima está a justificar se tratar de oferecer oportunidade de aprendizado profissional, “como aprendizes”. Faz-se necessário captar as práticas costumeiras que envolviam a precariedade do mundo do trabalho na ocasião.

Apoiado em suas lembranças, Sobrinho destaca não ter havido, antes do ciclo madeireiro, um real aproveitamento da mão de obra outrora empregada na erva-mate: “ela ficou um tempo ociosa até chegarem as madeireiras. Porque a pecuária aproveitou parte dessa mão de obra, mas, o trabalhador do erval ‘não era feito’ para isso, [ficando mais] na derrubada de mato, na roçada de mato” (id., *ibid.*, p. 5). Tais considerações estão de acordo com as conclusões a que cheguei em estudo anterior, quando refleti sobre o destino dos ervateiros, fossem eles de origem paraguaia ou Guarani-Kaiowá. Com o gradual declínio daquela atividade econômica, considerei pertinente empregar o conceito da “peonagem” para caracterizar seu emprego de caráter sazonal: o peão que derruba a mata, forma fazendas e segue o trecho (ALBANEZ, 2013).

Chegamos talvez a um ponto de encontro, portanto. Certamente acompanhamos Almiro Sobrinho em sua tentativa de captar o momento em que as madeireiras se tornaram economicamente relevantes para a região, indubitavelmente o setor que mais gerava empregos no perímetro urbano de cada localidade. As empresas “já traziam, para as atividades mais específicas da serraria, gente de fora. Aproveitavam os daqui e traziam de fora”, estes para as funções que exigiam um conhecimento técnico mais específico:

[...] questão de cálculo, de regulagem de maquinário, para serrar madeira nas bitolas certas, tudo isso exige um cuidado, uma experiência. Muitos traziam mão de obra de fora: porque esses madeireiros, o [Egídio] Bruno, por exemplo, era de São Paulo; o Belé, o Bonamigo e o seu Fioramonte são do Sul, do Paraná principalmente. Então eles traziam aquelas pessoas até para instalar a serraria. [...] Essas pessoas vinham, instalavam as serrarias, colocavam em funcionamento, davam treinamento para mais gente – era a parte deles. Então eu acho que na questão de povoamento, de atração de gente para cá, a madeireira também chamou muita gente, trouxe muita gente, porque deu emprego – e o pessoal vai atrás de serviço. Quando começou a diminuir as serrarias, muita gente foi embora: alguns foram aproveitados, alguns seguiam com a serraria [para o Centro-Norte do país] (ENTREVISTA A. Pinto Sobrinho, mar-2016, p. 5-6; destaques meus).

Ao caso específico de Amambai, que é onde está situado o olhar de Pinto Sobrinho, serrarias de maior porte chegavam a empregar dezenas de empregados, levanta-se algo próximo a setenta, setenta e cinco trabalhadores, nas mais diversificadas funções. Assim, trabalhava-se na extração de árvores, no transporte, e internamente na serragem e beneficiamento. “A maior parte de tais funcionários vinha de fora junto com as serrarias e, sem ter um vínculo familiar local, esses trabalhadores traziam suas famílias junto. É por esse motivo que a regra era que serrarias construíssem casas de madeiras ao redor da indústria, formando verdadeiras colônias” (LIMA, 2013, p. 22). Desta forma:

Em cada momento de toda a operação que encerrava o processo da extração ao beneficiamento, a serraria possuía alguns agentes responsáveis pela ação ou que supervisionava. Assim, por exemplo, na extração na mata havia o chefe de mato, o chefe de corte, os operadores de maquinários e motoristas dos caminhões prancheiros; já nas serrarias tinham os que rolavam as toras, os que operavam a serra fita, o bitoleiro, o serrador, os prancheiros, o operador de serra circular, o que ficava na destopadeira e, por fim, o plainador (id., ibid., p. 21).

A atração exercida pela indústria extrativa da madeira, podemos concordar com essa avaliação, era poderosa, por se tratar de setor gerador de empregos, desde o trabalho braçal mais rudimentar (e menos remunerado, há de se deduzir) até funções que exigissem um saber técnico mais apurado, como é o caso dos especialistas responsáveis pela instalação da serraria e por treinar o pessoal.

3.7.1 Organização e saberes técnicos específicos

Interessante notar que os detentores de uma qualificação técnica peculiar talvez viessem a ser também aqueles que tiveram uma existência mais tenazmente associada aos desígnios cíclicos das madeiras, acompanhando seus constantes deslocamentos territoriais. Assim, conforme citado, se na passagem dos anos 60 a 70 em diante (pelo sentido Sudeste-Sul para Mato Grosso/do Sul) houve demanda de emprego a esse perfil distinto, alocação similar seria ofertada pelo novo fluxo migratório, após o declínio do “ciclo” madeireiro do *cone sul* (agora em sentido centro-sul para centro-norte) para áreas de Cerrado e Floresta Amazônica.

A dedução está ancorada nas impressões do ex-madeireiro Sadi Luiz Giordani que, em bom termo, comenta: “sim, porque quando, ano de 73, por aí, a gente veio para cá, nós trouxemos bastante operadores do Paraná e, desses, a maioria acabou indo para o Norte” (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 12).

De alguma forma, a lógica persistiria: trabalhadores com qualificação técnica mais apurada eram os primeiros a ser alocados em empreitadas em novas áreas de floresta.

E quais seriam as funções que demandavam um saber mais específico, uma qualificação que não se obtinha no primeiro emprego com madeira? É novamente Giordani quem vai informar algumas atividades no interior das serrarias que exigiam esse perfil.

SLG: - Bem, quase sempre, ou sempre, tinha que ter um *gerente de barracão*, que era o que coordenava, que sabia a hora de um aperto, de uma máquina que estragava, por exemplo. Era esse cidadão que fazia a linha de frente e a própria produção. O bem qualificado era o gerente, e depois tinha a figura do laminador, que é o camarada que afiava a serra: “esse era o bicho”! Porque dependia-se dele, se ele “barberasse”, se afiasse mal a serra, entortava o corte da madeira. Então não era de qualquer jeito. E conforme o tipo da madeira era ainda mais complicado. Conforme o tipo da madeira, normalmente tinha que fazer o tipo da afiação da serra, diferenciava o travamento, que chamava, o *malamento* da serra: tinha diferença. Se você fosse serrar, por exemplo, um *cedro*, tinha que fazer uma afiação; se fosse serrar um *ipê*, era outra afiação. Esse laminador era o cara que preparava essa serra, de acordo com a necessidade. Daí, tinha o serrador, que era o camarada que, vamos dizer assim, administrava, operava a serra fita, era ele quem fazia isso. Para trás dele tinha um tal de bitoleiro, que era o camarada que puxava a tora para chegar nos 6 cm [...]. Mas era o serrador quem falava para ele que bitola era para sair (id., ibid., p. 12, destaques meus).

Gerente de barracão, laminador, serrador e bitoleiro, nessa ordem de importância, obedecia ao padrão organizacional em uma serraria de pequeno a médio porte, empresa de perfil familiar (de vinte a trinta funcionários), como, aliás, era a descrição da serraria dos familiares

de nosso entrevistado – madeireiros rio-grandenses, com passagem pelo vizinho estado do Paraná antes de se estabelecerem em Paranhos (como visto no cap. 2).

Interessante ainda a saber era que a comunicação entre os funcionários, em função do barulho das máquinas, se dava mais por códigos gestuais. “E eles se comunicavam por gestos, porque não tinha outro jeito. E eles se entendiam bonitinho nos gestos. [...] É, e eles se entendiam ali” (id., *ibid.*). Essa dinâmica chegava, continua Sadi Giordani, chegava até o *prancheiro*, cuja prática já era distinta por ser um trabalho mais rude:

Na hora que a prancha saía da serra, caía na mão dele para encaminhar para a circular; e da circular dava mais uma caidinha para outra máquina, que era para aparar, para deixar aquela viga no comprimento. No comprimento que desse, porque ela tinha imperfeições, saía com casca, alguma coisa na ponta dela. Aí, nessa destopadeira, tirava-se aquela imperfeição e sobrava o que sobrou (id., *ibid.*).

Das sobras, além da lenha, algum subproduto era produzido do aproveitamento, como a fabricação de tacos, que servia para se fazer um piso de madeira, o assoalho⁵⁷. Giordani ensina-nos que a produção de tacos aceitava quaisquer dimensões, porque embora o padrão de taco fosse na proporção 7 cm x 21 cm (sete por vinte e um centímetros), não havia maiores empecilhos quanto a outras medidas. Por fim, aproveitava-se “para fazer balaústres, que na época tinha um consumo grande. Enfim, iam aproveitando conforme dava” (id., *ibid.*).

Estima Giordani que cada equipamento poderia empregar dois ou três trabalhadores, no caso de empresas com recursos financeiros um tanto escassos. “Se quisesse dar uma melhorada, até que podia fazer algum sistema de esteira para transportar essas madeiras de uma esteira a outra, mas, via de regra, não era o que acontecia. Era manual mesmo, dependia de funcionário para tudo isso” (id., *ibid.*, p. 6).

Em serrarias maiores, a organização do trabalho poderia ser mais abrangente, distribuídas por uma divisão de trabalho mais diversificada. É o caso, por exemplo, da serraria *Inconave*, no porto Caburey⁵⁸. Dona Eugênia S. Ortiz nos conta que ajudava seu esposo, o senhor Luciano Ortiz (de origem paraguaia), em funções mais braçais ou rotineiras, como a de amontoar madeira ou desentupir maquinário na *Inconave*. Ou seja, funções que não se enquadravam naquele leque de ofícios mais técnicos, acima comentados.

⁵⁷ Guaracy Boschilia confirma que vendera muito taco para os estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Isso porque em sua serraria *Jatobá* (Caarapó) havia uma plaina que fazia taco para perfilhamento (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 44).

⁵⁸ A *Inconave S.A. Indústria, Comércio e Navegação*, grande serraria instalada no porto Caburey, às margens do rio Amambai, cerca de 1 km de sua foz no rio Paraná (município de Naviraí).

Fotografia 17. *Inconave S.A. Indústria, Comércio e Navegação*: Sr. Luciano Ortiz e madeiras empilhadas para embarcação



Fonte: Acervo particular da Sr.^a Eugênia Siqueira Ortiz (Porto Caburey, Naviraí).

ESO: - Quer ver? Aqui é a serraria [aponta]. Veja as pilhas de madeira que meu marido empilhava! Aqui é o rio e aqui é o monte de madeira que meu marido amontoava, os quadrados, para que [o guindaste] entrasse por baixo. [...] Aqui, o monte de madeira que ele amontoava os quadrados assim, para o guindaste chegar embaixo e erguer. Eles levavam [até a] chata (ENTREVISTA: Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 27).

Seu Luciano não trabalhava diretamente com maquinários, na serragem da madeira, e sim no empilhamento de madeira beneficiada, que ficava amontoadas, à espera de ser guinchada para o embarque: “não, ele nunca pegou em serra. Inclusive, esse meu vizinho [o Zezinho da Fita] diz que [a fita] era uma das funções mais importantes que tinha”. Operar uma serra fita já exigia alguma preparação pois, continua a senhora Ortiz, “naquele tempo era [...] tudo automática. Tinha meio que fazer meio que um cursinho para pegar tal máquina. Meu marido nunca foi” (id., *ibid.*, p. 17). Mesmo assim, o Zezinho da Fita hoje é vizinho do casal Ortiz, em Dourados, não acompanhando o fluxo madeireiro rumo ao norte. De fato, há registros de continuidade ou desdobramento dessa experiência madeireira em Mato Grosso. Na rede social (Facebook) há uma *timeline* dos *Ex-moradores do Caburey* onde se vê, entre uma série de postagens nostálgicas, uma fotografia comentada que indica uma madeireira em Juína-MT, denominada *Maracaí do Norte*. Detalhe: porto Caburey e porto Maracaí compõem a mesma região de nosso *cone sul*, nas proximidades do rio Paraná. Voltaremos ao assunto no capítulo 4.

3.7.2 Registro em carteira e trabalho informal

O tema proposto neste tópico é, pois, o de apurar as relações de trabalho existentes no interior das serrarias com seus operários, em diversas situações, tanto em funções internas da indústria extrativa, quanto nas derrubadas ou transporte da matéria-prima. Os colaboradores desta pesquisa apresentam alguns relatos representativos a respeito.

O colaborador Sadi Luiz Giordani, do alto de sua experiência de ex-madeireiro em Paranhos-MS, não titubeou em avaliar que a maioria dos funcionários que trabalhavam em serrarias constituía mão de obra informal, pois “se você voltar a mais de 30 anos atrás, não tinha consciência de se ter uma carteira de trabalho assinada. Não era levado a sério, não se tinha essa consciência como nos moldes atuais” (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 11). Conta que assim mesmo, foi dele, certa ocasião, a iniciativa de propor a constituição de uma equipe da Prefeitura de Amambai para fazer um mutirão para registro de carteiras de trabalho em Paranhos (então distrito de Amambai). Ao abordar informalmente o secretário da Prefeitura, no entanto, este se negou a mesmo conversar fora de seu gabinete. “Era uma época em que esse pessoal [...], os caras pensavam que eram os donos disso daí (da Prefeitura). Se tem coisa que não tinham era compromisso com o povo, com o social, isso passava bem longe!”

Interessante essa passagem, um tanto cômica, mas reveladora de atitudes de autoridades municipais junto às demandas dos munícipes, é que iniciativa semelhante teve o senhor Guaracy Boschilia, em Caarapó, quanto a tentar estimular o registro profissional do pessoal das serrarias. Vejamos.

Perguntado ao senhor Guaracy Boschilia sobre como, de maneira geral, a seu ver, as serrarias de Caarapó se comportavam em relação à legislação trabalhista, especialmente quanto ao registro em carteira de trabalho, confirma que, via de regra, as empresas não registravam seus empregados. À época não havia também reivindicações, o que, segundo ele, interessava a tais empregadores: “um sujeito para trabalhar, que não reivindica. E quem não reivindica? quem não tem cultura” (sic.) (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 46; destaques meus).

Acresce-se a isso a pouca fiscalização previdenciária à época. Boschilia rememora o dia em que convidou representante do INPS⁵⁹, da delegacia de Dourados, para vir até o salão paroquial de Caarapó palestrar para “convencer” os empregadores de serrarias a registrar seus

⁵⁹ O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi órgão criado pelo Decreto nº 72, de 21 de novembro de 1966, resultado da fusão dos vários institutos de aposentadoria e pensões do setor privado então existentes. O INPS foi extinto pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, lei essa que criou o atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

empregados para que estes viessem a ter o benefício previdenciário, “porque ninguém registrava”.

Aí fizemos a reunião, veio a gerente [representante da Previdência], fez a reunião com eles mas não sei se depois fiscalizou. Porque eu registrava. E vinha trabalhador, perguntava a ele: “- *Carteira profissional?*”; “- *Não tenho!*”; “- *Então você vai tirar a carteira profissional.*”; “- *Carteira profissional?*” “- *Tenho!*”; “- *Onde você trabalhava?*”; “- *Com o fulano.*”; “- *Mas como não há registro?*” (Tinha carteira, mas não registrada.) Aí começou a “estralar” (id., ibid., destaques meus).

Nosso entrevistado, sendo ele proveniente de outro estado e não ligado ao ramo madeireiro por origem, que pusera serraria para capitalizar e formar sua fazenda (seu grande projeto de vida), percebeu, aos poucos, haver uma prática generalizada quanto ao não registro em carteira profissional de trabalho, confirmando outras falas no mesmo sentido. Há de se pensar que outros tantos setores de atividade econômica, nos grotões do país, igualmente se negavam a registrar seus empregados naqueles anos, em flagrante burla à legislação trabalhista e previdenciária; até mesmo em função da pouca estrutura de fiscalização da delegacia de trabalho ou de órgãos de Estado com funções análogas.

Reforçando tal posição, o senhor Takeyoshi Nakayama (popular João Nakayama, já falecido), ex-prefeito de Caarapó (1983-1988), concedeu entrevista à professora Sandra Rita de Souza em 1998. O foco de Souza estava em desvelar as relações de trabalho nas serrarias de Caarapó e, para tanto, pediu opinião em torno da desativação de uma grande serraria em Caarapó, a *Canoso*, uma das maiores, com cerca de 200 trabalhadores empregados nos idos tempos do ciclo madeireiro daquele município.

Quando indagado sobre se os proprietários da *Canoso* levaram consigo bom número de funcionários para o novo destino (fora se estabelecer, ato contínuo, em Cláudia-MT), Nakayama respondeu acreditar que não, e nem tampouco deve ter procedido à indenização rescisória trabalhista: “Eu acho que não. Você sabe como era naquela época, né? Negociava, fazia acerto, deixava por isso mesmo. E o trabalhador também não ia atrás, não dava muita importância [pois] saía daqui, já tinha serviço lá, [...] tinha jeito de se acomodar” (ENTREVISTA, *apud* Souza, 1998 – anexos; destaques meus). É claro tratar-se de mera opinião, mas opinião de um ex-prefeito que assumiu a administração deste município em plena crise e declínio da atividade madeireira; declínio acentuado e crítico, que promoveu severo desemprego e queda de arrecadação municipal. Ademais, a generalização do “naquele tempo era assim” revela serem de corrente conhecimento, tais situações.

Nesse sentido, em Amambai, Almiro Pinto Sobrinho conta que um recurso a que recorriam as empresas do ramo junto aos escritórios de contabilidade, quando de uma emergência, como em situações de acidente de trabalho, era o de fazer um registro retroativo nas carteiras profissionais, para que o trabalhador fosse amparado pela previdência. Em tais termos, “eles pegavam a carteira de trabalho para que, numa eventualidade, a gente tivesse como registrar 90 dias antes [do ocorrido]”. Sendo assim, continua, “o livro [de registro] estava meio, como dizem, meio engatilhado para quando acontecia alguma coisa” (ENTREVISTA A. Pinto Sobrinho, mar-2016, p. 11).

Se compararmos essa situação de caso em Amambai, revelada pela memória/olhar do ex-contabilista Almiro P. Sobrinho, com a naturalização de não registro em carteiras de trabalho apontada por Boschilia em Caarapó, podemos imaginar semelhantes estratégias naquela localidade (ou no *cone sul*, como um todo). Ou então como compreender, em sua fala, que contratados da serraria *Jatobá* que já trabalhavam anteriormente em serrarias, possuísem “carteira profissional”, mas sem o devido registro? A dedução ele próprio indica em sua expressão: “Aí começou a ‘estralar’”.

3.7.3 Acidentes de trabalho

Há certo consenso quanto às ocorrências de acidentes com acentuado grau de gravidade, e até letalidade, nos empreendimentos madeireiros. A bem da verdade, esses acidentes ocorrem até mesmo nos dias que seguem, pois volta e meia se tem notícias de trabalhadores atingidos com toras em carregamentos ou descarregamentos da madeira⁶⁰. Isso pensado na região *cone sul*, onde o que restou do ciclo madeireiro são algumas poucas empresas operando nos municípios. Em Caarapó, Guaracy Boschilia assegura que há apenas três serrarias em funcionamento atualmente “e não serram todo dia, porque não tem madeira suficiente para serrar” (ENTREVISTA G. Boschilia, abr-2016, p. 43).

Em resumo, em uma atividade meramente residual, hoje sem maior significância na economia desses locais, ainda há acidentes, visto o grau de exposição dos trabalhadores ante os perigos de seu ofício. A seguir uma compilação de relatos de nossos entrevistados a respeito de

⁶⁰ Não deixa de ser inusitado que, não muito tempo atrás, em 3/11/2011, noticiou-se: “Um homem de 65 anos ficou gravemente ferido após uma tora de madeira, com aproximadamente quatro toneladas, cair sobre ele na tarde desta quinta-feira (3) em Caarapó. O homem é funcionário de uma madeireira e auxiliava no carregamento do caminhão no momento do acidente”. Disponível: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/homem-fica-gravemente-ferido-apos-ser-atingido-por-tora-de-4-t-em-ms.html>>. Acesso em 25/10/12, 15h08.

acidentes de trabalho em Amambai, Paranhos e Porto Caburey (Naviraí), quando da conjuntura de grande expressão de atividade madeireira naquelas localidades.

Sadi L. Giordani descreve situações de acidentes envolvendo trabalhadores a partir de sua experiência empresarial, que toma com algum grau de generalidade. Ele nos conta que, via de regra, não eram frequentes os acidentes no trabalho com a madeira, porém, ressalva, quando ocorria, era com alto grau de gravidade, quando não fatal, pelo fato de se tratar de um trabalho muito pesado: “Você mexia com maquinário, você tinha que mexer com uma tora – e uma tora pesava aí duas ou três toneladas –, a hora que acertasse alguém, era fatal” (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 13).

JLA – Era na derrubada que isso acontecia?

SLG – Não, no próprio carregamento, no descarregamento também. Eu me lembro de um garotão aí, jovem de 18 ou 20 anos, que uma tora o pegou no descarregar o caminhão; foi a óbito instantaneamente, não teve nem...

Em outra situação:

Eu tive um camarada, eu estava precisando de um circuleiro e ele se apresentou, disse: “- *Não, eu sou circuleiro!*” (Ele já trabalhava comigo, mas em uma atividade que exigia menos capacidade). Ele falou “- *Não, eu sou circuleiro!*” Trabalhou um dia, mandou mal uma madeira que voltou numa velocidade tremenda, acertou na barriga dele... quase que morreu. Levei-o para o Hospital Evangélico [Dourados], deu umas seis horas de cirurgia, quase que ele foi. Ele cavou seu destino, porque me mentiu e eu confiei; entreguei a ele aquela atividade em que, na verdade, não estava qualificado (id., ibid.).

Sadi ainda fala de acidentes não fatais, de “pequena monta”, quando exemplifica: “pagou uma mão, raspou um pé” (id., ibid.) o que, em seu entender, não chegava a preocupar pois, no conjunto, poucas eram tais ocorrências verificadas na região ao longo do ciclo. Reflito sobre essas palavras “pagar uma mão”, “raspar um pé”: muito difícil dosar hoje a perda de uma mão como de menor gravidade, a não ser, claro, se comparado a casos que findam uma vida. Por outro lado, recuando um pouco mais no tempo, em 1964: como não fazer analogia ao acidente no interior de uma metalúrgica que mutilou o dedo mínimo da mão esquerda do então anônimo Luís Inácio da Silva, enquanto este colocava parafuso em uma prensa? São, pois, trabalhos braçais, em um país com histórico de desamparo ao trabalhador.

Tudo indica que o trabalhador madeireiro do ciclo do *cone sul* estava ainda mais desamparado (se tomarmos as impressões que nossos colaboradores narram no tópico anterior), pois não era comum o registro em carteira profissional pelas serrarias, especialmente pequenas

e médias, de perfil familiar (em maior número). Sendo assim, quando acontecia um acidente, o empregador arcava com custos de pronto socorro, internação etc., uma vez que os trabalhadores estariam descobertos quanto à previdência. “SLG: - Sim, quanto às despesas, alguma indenização, coisa assim, o empresário acabava tendo que bancar” (id., ibid.). Naturalmente que não em caso de invalidez do trabalhador, deduzo.

Deslocando a atenção para área próxima ao rio Paraná, porto Caburey, vamos a situações narradas por dona Eugênia Ortiz. Quando perguntada se tivera presenciado algum caso de acidente grave na serraria *Inconave S. A. Indústria, Comércio e Navegação* ela comenta um episódio trágico, uma situação no mínimo *sui generis*, envolvendo um trabalhador recém aposentado que caíra do guindaste. “O homem que [eu] estava falando para você, que estava fazendo a última viagem; ele veio só para se despedir dos patrões. O guindaste quebrou e ele caiu”. A queda foi causada pela quebra do guindaste em que tal operário trabalhara já a algum tempo. Conclui: “E era um homem de noventa quilos. Conforme o guindaste quebrou... na última viagem. E ele estava aposentado! Já estava aposentado e caiu” (ENTREVISTA: Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 19).

Fotografia 18. *Inconave S. A.* - momento de embarque da madeira



Fonte: Acervo particular da Sr.^a Eugênia Siqueira Ortiz (Porto Caburey, Naviraí).

A fotografia acima registra situação em que o guincho citado no caso do acidente está sendo utilizado para levantar o feixe de tábuas para embarque na chata. Peculiaridade da serraria *Inconave S. A.* era o processo de transporte, cujo percurso se dava pela via fluvial, do rio Amambai até o rio Paraná, subindo seu curso até porto Epitácio, para atender demanda de madeira beneficiada dos mercados consumidores de São Paulo.

Como vimos, Sadi L. Giordani fez referência ao caso de tora que rolou sobre seu empregado, no ato do descarregamento do caminhão, já no pátio de sua serraria em Paranhos, portanto. Mais a leste, já nas proximidades com o rio Paraná, dona Eugênia Ortiz tem lembranças vivas de acidentados “na mata”, em situações de erro de cálculo da queda de árvores em ato de derrubadas. Outro relato fatal narra uma briga entre trabalhadores que ocasionou um crime com arma branca, esfaqueamento sobre toras empilhadas no caminhão, no ato de transporte até a serraria. Vamos aos relatos:

No ocorrido crime de esfaqueamento, a vítima era conhecida da família Ortiz, um jovem trabalhador: “É, esse foi um menino: pessoa boa, vizinho nosso, foi esfaqueado nas toras. Trouxeram para Naviraí, em cima das toras, mesmo. Do jeito que veio: veio no caminhão, para não tirar... Vinha a companheira dele, vinha falando com ele até Naviraí, mas, na hora da cirurgia, o menino morreu” (ENTREVISTA: Eugenia S. Ortiz, set-2017, p. 19).

Acidente em ações de derrubada da mata, na fazenda, é o que se refere a senhora Ortiz. Narrando um caso que não presenciara, mas ouvira contar por conhecidos da família, a senhora Eugenia Ortiz narra casos em que peões, trabalhadores nas derrubadas, morreram prensados por tora. Interessa a organização laboral verificada na narrativa: “[...] porque para derrubar, as pessoas iam derrubando, derrubando, fazendo meio uma barriga nas toras, [...] meio começando assim uma roda [gesticula com as mãos uma circunferência]; aí, quando acabavam de derrubar, caia meio tudo junto” (id., ibid.). Estratégias laborais deste tipo, considera Ortiz, era para que, como atividade coletiva, “do povo”, o serviço fosse feito com maior rapidez. Isso até, em seu dizer, “fazer esse serviço mal feito”:

Então, numa dessas, a madeira caiu imprensando a cabeça de um homem, de um trabalhador. O trabalhador não podia sair e o companheiro não tinha como ajudar. O homem falava para o companheiro: “- *Acaba de me matar! Não me deixe aqui! Acaba de me matar, eu não posso ficar aqui assim!*” E o homem não sabia se acabava de matar, ou se ficava ali até ele morrer. Eu não sei... (id., ibid.).

Claro, considerando a densidade de uma árvore, certamente deve haver um grau de exagero em tais considerações, afinal, como poderia um indivíduo ainda clamar por um ato de misericórdia de seu companheiro de jornada, tendo a cabeça esmagada? Não pretendo porém entrar em pormenores quando me vejo diante de uma ilustração tão bem elaborada de acidente envolvendo trabalho de abate do arvoredo.

Por outro lado, Ortiz reconhece que acidentes no interior da grande madeireira, a *Inconave*, costumavam ser prontamente socorridos os acidentados, pois, além de serem todos registrados, a empresa mantinha convênio médico com dois profissionais da saúde em Naviraí: o doutor Francisco e o doutor Tônico. “Acidentes é com serra, é com tora, com motosserra; se machucavam, não é? E doenças [...] mulherada fazendo cirurgia, crianças doentes”. Um dos médicos veio, inclusive, segundo ela, a ser eleito vereador em Naviraí, com expressiva votação dos funcionários da firma, a mando dos patrões: “eles eram muito, meio membro da firma; a firma, claro, pediu para todo mundo votar para ele. E ele ganhou, na época” (id., *ibid.*, p. 20).

3.8 Vigilância e ocorrência de incêndios

Almiro P. Sobrinho se recorda de que as serrarias grandes que presenciou em atividade em Amambai contratavam guardas noturnos. Os vigilantes recebiam um relógio que carregavam junto a si (um sistema acoplado à sua camisa) enquanto circulavam. Carregavam também uma chave que precisava ser girada a cada ponto estratégico pré-estabelecido pela gerência: “ele tinha que chegar nesse local na hora exata, porque se ele chegasse antes o relógio não permitia a entrada da chave e se chegasse depois também não permitia. Aí o que acontecia? Ele não parava, tinha que ficar andando até chegar os minutos certos daqueles pontos ali”, isso porque o dispositivo do relógio só aceitava o giro da chave na hora exata (ENTREVISTA A. Pinto Sobrinho, p. 11).

Interessante notar se tratar de um sistema ao mesmo tempo engenhoso e arcaico, disciplinador e de controle adotado por grandes serrarias de Amambai, certamente nos primórdios e ao longo dos anos setenta. A explicação dada por Pinto Sobrinho é que havia grande precaução quanto a incêndios, dado o material altamente inflamável armazenado no pátio das madeireiras.

Quer dizer, não se preocupa tanto em guarnecer o patrimônio quanto a roubos, até pela dificuldade de sua execução, mas sim quanto às possibilidades de queima da madeira. “O

problema mais sério era com incêndio, inclusive eles tinham uma caixa d'água com mangueira e tudo!”. Isso porque havia uma caldeira aquecida a fogo e que funcionava o dia inteiro: “Aí, quando eles iam abrir para começar o trabalho ela já estava com pressão suficiente. Era só reforçar a lenha que ela já entrava na pressão suficiente. Porque se apagassem era muito difícil de acender de novo. Esse fogo permanecia lá e, às vezes, por aquecimento da madeira, podia provocar um incêndio” (id., *ibid.*, p. 12).

Quando indagado se eram recorrentes os casos de suspeitas de incêndios provocados a mando do proprietário para acionar o seguro, Pinto Sobrinho se recorda apenas de um caso de uma serraria que ardeu em fogo e que se especulava ter sido provocado:

Conversando com uma pessoa, [ela me falou] que quando você quer pôr fogo numa coisa, não pode usar querosene... tem que usar, acho que álcool; porque a querosene deixa no solo resíduo. Até isso me falaram! E nessa serraria o cara usou esse meio de combustível para ocultar também o sinistro provocado. Mas foi só um caso que [ganhou notoriedade] e as pessoas comentavam (id., *ibid.*).

Como se vê, a avaliação do entrevistado é que os incêndios provocados com o fim de acionar o seguro não eram significativos em Amambai e entorno; antes, os empresários investiam em sistema de vigilância temendo tais acidentes. Por outro lado, esses detalhes de como armar uma situação de modo a não deixar indícios de incêndio provocado e de como as “pessoas comentavam”, podem nos levar a supor que talvez o caso de sinistros pudesse ser um tanto mais comum do que nosso interlocutor deduz. Enfim, Pinto Sobrinho já nos fornece informações inestimáveis, como de quando a serraria do Edson Vicentin “pegou fogo e ele não tinha seguro. Perdeu!”⁶¹.

Dona Eugênia Ortiz, trabalhadora que ajudava seu marido em trabalho braçal para a madeireira *Inconave S. A. Indústria, Comércio e Navegação* nos conta a ocorrência de um grave incêndio envolvendo um forno que a sua família construiu, sob permissão dos proprietários da empresa, para produzir carvão vegetal.

⁶¹ Nascido em 1948, natural de Tupã-SP, com passagem pelo estado do Paraná, Edson Vicentin foi um dos sócios que constituíram em 1978 a empresa *Incomavi Indústria e Comércio de Madeiras Vicentin Ltda.* (junto com o pai Guerino Vicentin e irmão Odécio Vicentin), empresa do ramo madeireiro estabelecida em Amambai. Consta pelos registros da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul que a empresa teve o registro cancelado em 15/10/1996 (cf. JUCEMS, Nire nº 54-2-0000390-3).

Fotografia 19. Forno de carvão vegetal da família Ortiz⁶²



Fonte: Acervo particular da Sr.^a Eugênia Siqueira Ortiz (Porto Caburey, Naviraí).

Muito religiosa, dona Eugênia atribui a um milagre o fato de o fogo não ter se alastrado para as estruturas da madeireira. Em suas palavras:

Nós tínhamos um forno “de a parte”, “de a parte” da serraria, que estava de dez a doze metros dali. Um dia estava uma seca, uma seca, e ninguém estava esperando chuva. E, de repente, deram um sinal em nossa casa que o forno tinha quebrado e tinha pegado fogo. E aquele forno, pegando fogo, iria incendiar a serraria, que já estava próxima; e de a par com a serraria era pura madeira seca. Aí acionou a colônia inteira. A colônia inteira se acionou, cada um veio com um balde. Aí, antes de chegar todo mundo com os baldes veio uma chuva, veio uma chuva que apagou aquele fogo assim na hora! A maioria voltou com os baldes sem nem chegar a jogar a água (ENTREVISTA Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 15, destaques meus).

Salta os olhos a imagem de solidariedade entre os trabalhadores que se movimentaram para socorrer, cada qual com um balde d’água. Sem ter explicações para que do nada surgisse a tal chuva providencial, aliviada, dona Eugênia Ortiz reflete que não fosse a chuva ter apagado o princípio de incêndio “ia ser um prejuízo que... nem que se nós déssemos a vida não iríamos

⁶² Ao fundo vê-se as instalações da serraria *Inconave S. A. Ind. Com. e Navegação*, no momento de encerramento de contrato com a fazenda fornecedora de matéria-prima, desativando suas atividades. A cena é o registro do momento de despedida da família, junto com amigos, posando diante do forno em que por anos produziam carvão vegetal.

[saldar]” (id., ibid.). Pelo porte daquela serraria, uma sociedade anônima de grande aporte de capital e muita produção madeireira, e muito estoque acumulado, é possível imaginar o drama.

Por fim, uma opinião que difere da de Almiro P. Sobrinho tem Guaracy Boschilia, quanto à ocorrência de incêndios provocados pelos proprietários das madeireiras. Para este, a má fama que em geral os madeireiros possuem na região, em parte, poderia ser tributária de casos muito suspeitos de incêndios pouco antes da desativação. Em tons generalizantes, argumenta: “o madeireiro, por exemplo, quando acabava o fornecimento de madeira, ele queimava a serraria, pois tinha seguro. Porque é pó e tem sempre madeira. Ele toca fogo, recebe o seguro e vai para frente, montar serraria em outro lugar” (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 15).

3.9 O soar que disciplinava o tempo

Em contextos remotos o sino da igreja orientava a vida cotidiana em pequenas cidades, vilas, aldeias etc., alertando os fiéis à missa, mas também fazendo a marcação do tempo ao longo do dia: 7 h, 11 h, 17 h... Então, com a presença cada vez mais marcante da indústria extrativa da madeira, elemento de modernidade nas localidades por onde a fronteira agrícola começava a atingir, também tinha um dispositivo de matizar o tempo, especialmente o tempo do trabalho, com o soar de sua sirene ou apito.

Aqui vou fazer uma apresentação expositiva de apenas um caso, para efeito de exemplificação. O contexto é o do final da década de 1970, na localidade do porto Caburey, nas imediações da madeireira *Inconave S. A. Ind. Com. e Navegação*. A senhora Eugênia S. Ortiz é quem nos conta, enquanto tecia elogios aos dirigentes dessa grande serraria pelo fato de registrarem todos os seus funcionários (ela não era funcionária⁶³, ajudava seu esposo, esse sim, empregado da empresa), manterem convênio médico e serem respeitosos para com o pessoal; em suma, a seu ver, eram “muito bons patrões”! A exposição seguia nessa direção quando sua filha, Ilza Ortiz (IO – esteve presente, acompanhando a entrevista), se lembra, quando criança, do apito da serraria para alertar momentos de descanso e alimentação.

IO: Você sabe que eles tinham até o horário para comer? Era assim: às oito horas apitava: *piiiiiii!* todo mundo descia para casa para tomar café; 15

⁶³ Pelos critérios classificatórios do IBGE, dona Eugênia S. Ortiz comporia o grupo de classificação *membro familiar sem trabalho remunerado*.

minutos: *piiiviii!* todo mundo subia; 11 horas: *piiiviii!* todo mundo descia; três horas da tarde: *piiiviii!* todo mundo tomando café da tarde (ENTREVISTA: Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 13)

A senhora Eugênia Ortiz explica que entre as mulheres, ela era a única em sua comunidade que ajudava seu marido na labuta diária na serraria, para adiantar o serviço e cuidar do forno de carvão da família (como vimos anteriormente). É quando suas lembranças nos brindam com uma exposição anedótica da situação:

EO: - A mulherada era muito “fofoqueira” [...] você sabe que tem gente de tudo que é jeito... Brigavam muito: brigavam, brigavam! muitas brigavam, a mulherada brigava. Aí o Deoclécio⁶⁴ falava assim: “- *Ah, deixa a mulherada brigar! Enquanto elas estão brigando, a serraria está serrando que é uma maravilha!*” [risos] (id., *ibid.*, destaques meus).

No caso, as esposas acompanhavam seus companheiros até a serraria e lá se reuniam ao convívio social, não sem conflitos e desentendimentos em função de pequenas intrigas, “fofocas”, segundo ela. E o que dizer da postura racional-pragmática do gerente-acionista, interessado apenas na produtividade da indústria? Fato é que o desinteresse pelas pequenas desavenças por motivos alheios à produção, a administração intervinha naquele convívio com seu mecanismo de controle do tempo, fazendo soar o apito da fábrica, a pontuar também o cotidiano das esposas de seus funcionários.

EO: - Inclusive, quando apitava às 10 horas, a mulherada tratava de vir tudo para sua casa. Acabou o assunto. E se juntava para fazer o almoço, porque às 11 horas [os trabalhadores iam almoçar]. Eles já inventaram isso... para não chegar a hora de dar 11 horas e [o almoço] não estar pronto. [Ilza Ortiz ri].

JLA: - Uma hora antes?

EO: - Elas eram obrigadas a irem para casa. Apitou às 10 horas, todas sabiam que tinha que ir para casa fazer a sua comida, porque dali às 11 horas... (id., *ibid.*).

É a própria entrevistada quem chega, por outras vias, a essa conclusão, com sabedoria do tempo da experiência. Ela acredita que a administração pusera esse “horário, desse jeito assim, para ter elas nas rédeas; ou então elas se distraíam, entrava a hora do almoço e não estava pronto” (id., *ibid.*, destaques meus). Podemos nesses relatos compreender algo sobre tal sutil estratégia de controle por parte da empresa, sem enredar em justificá-la, como faz Ortiz. Mas,

⁶⁴ Deoclécio Ricardo Zeni era um dos sócios da *Inconave S. A.*, responsável pela gerência da serraria; enquanto seu irmão Deocleciano Expedito Zeni era gerente no porto Epitácio, para onde seguia a produção rumo aos mercados paulistas.

continuando com sua narrativa... “Era a conta de os homens saírem do almoço e elas já se juntavam; quando dava três horas, tinham que vir coar o café, o café já tinha que estar pronto. Era assim: o povo tinha que ser manipulado, entendeu?... um povo manipulado” (id., ibid., p. 13-14)

Muito bem, comentávamos no início do tópico sobre a marcação temporal da indústria *vis-à-vis* com a do símbolo cristão, o sino da igreja. A comunidade do porto Caburey, dona Eugênia adiante, tinha também seus meios de cultuar a religiosidade católica, ante a dificuldade de assistência paroquial, devido às distâncias e dificuldades de comunicação da Diocese de Dourados para com o porto Caburey. Veja a criatividade posta em ação, replicando o sino da igreja (ausente):

E nós, na nossa atividade de igreja, a gente tinha uma barra de ferro (de estrada de ferro) pendurada... Então no dia que tinha, na hora do terço, que a gente ia rezar; qualquer hora que a gente quisesse fazer era assim: “- *vamos rezar um terço hoje!*” podia chegar lá e bater três vezes, assim, no ferro. Dali um pouquinho estava cheio de gente para rezar. Era a missão nossa (id., ibid., p. 14).

Um elemento da racionalidade industrial dividindo o espaço comunitário com reminiscências da tradição cristã, é o que vemos nesse caso, ao que parece, longe de ser exceção à regra. Recuperando: diferentemente das demais esposas dos operários da serraria, dona Eugênia Ortiz ocupava seu tempo ajudando seu esposo no trabalho, “porque o serviço do meu marido era um serviço meio de empreita”. Sendo assim, não era ela registrada pela empresa e, “se por acaso eu me acidentasse ali, era um problema nosso...”, conclui.

CAPÍTULO 4

DESDOBRAMENTOS

O título desse capítulo faz uso metafórico da palavra “desdobro” da madeira na serraria, que é o processo utilizado para serrar uma tora, transformando-a em seções quadrangulares. Mas a ideia central é pensar os desdobramentos da aventura do ciclo da madeira no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul. E desdobramento atende ao propósito de refletir sobre a continuidade da frente madeireira para áreas novas. Aqui me embaso nas informações de madeiras do *cone sul* operando no território da República do Paraguai, para além da zona de fronteira. Principalmente, o que se pretende é estabelecer a ligação entre este *modus operandi* do ciclo madeireiro do *cone sul* de Mato Grosso/do Sul como a sequência da atividade madeireira na região Amazônica, especialmente no norte de Mato Grosso. O que há de continuidade? No que se distinguem os dois momentos? A aventura madeireira no *cone sul* funcionou como uma prévia para o dramático problema do avanço dos desmatamentos sobre a Amazônia Legal? O alarme de Warren Dean na conclusão de *A ferro e fogo* funciona como um desafio: a Mata Atlântica prestando um serviço à Floresta Amazônica, ante a trágica experiência de ocupação demográfica e econômica de seus territórios. E como está aqui se referindo à última fronteira de Mata Atlântica, a Oeste, que experimentou o avanço da fronteira agrícola, é possível estabelecer diálogos com trabalhos existentes sobre a atividade madeireira consorciada com a agropecuária no norte do país.

4.1 Revista Brasil-Oeste denuncia destruição das matas

O ano era 1966 e a revista *Brasil-Oeste*⁶⁵ dedicou em seu editorial um tópico, “*Destruição das matas*”, para tecer críticas quanto à devastação das florestas que estariam a ocorrer no município de Cáceres, reconhecendo que os alertas anteriores dirigidos às autoridades do estado de Mato Grosso não resultaram em providências efetivas. Sendo assim,

⁶⁵ Sobre a Revista Brasil Oeste, v. SALGUEIRO, Eduardo M. “*O maior projeto em prol de Mato Grosso*”: uma análise da Revista Brasil-Oeste (1956-1967). 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

uma indústria extrativa vegetal mantivera-se a “marchar desordenadamente” por sobre a floresta da vasta extensão territorial daquele município. Ao ser abordado por representante do periódico, um madeireiro que operava naquele território tentou justificar-se argumentando que “o maior responsável pelo desaparecimento da madeira é o fogo, ateadado pelo lavrador mal instruído, que consome 99% dos recursos madeireiros na região”; lançando mão ainda de ironia, ao solicitar sugestões a seus interlocutores quanto aos meios que o levariam ao “enriquecimento fácil” (*Revista Brasil-Oeste*, 1966, p. 2; destaques meus).

Não se pode deixar de notar aqui, nos argumentos do madeireiro, a persistência de imagem preconceituosa sobre o “caboclo brasileiro” que, ato infeliz, Monteiro Lobato consagrou na coletânea *Urupês*, publicada originalmente em 1918. Nos contos *Velha Praga e Urupês* Lobato dedicou-se a depreciar pobres camponeses, a seu ver indolentes, “a velha praga da terra”, e o personagem Jeca Tatu foi sua representante síntese. A imagem de urupês (espécie de fungo parasita que nasce em troncos podres e os envolve) lhe serviu para propagar uma visão negativa de uma raça de indivíduos pobres e seminômades a parasitar a terra, extraindo dela tudo o que necessitava de imediato para depois abandoná-la e seguir adiante. “Quando acaba o palmito ele ataca a floresta. Roça e derruba. Quando terminada a roça é tempo da queimada. É fogo de mato!” (LOBATO, 1918).

O articulista daquele editorial, por sua vez, compreendeu que o proprietário da firma não estava interessado no replantio, pois considerava que as terras “de onde são extraídas as árvores (mogno)⁶⁶, têm finalidade agrária, que é justamente a causa da derrubada”. Entretanto, não satisfeito com tais justificativas, prosseguiu a reclamar severas medidas disciplinadoras quanto à derrubada das matas, derrubadas essas de que não poderia alegar desconhecimento o setor madeireiro que, ao contrário, até se valia da inércia do Estado para sistematizar e perpetuar uma “prática condenável”, concluindo serem raras as “empresas que envidam esforços para preservar ou constituir novas reservas florestais” – ao contrário das iniciativas da *Companhia Melhoramentos de São Paulo* e, no estado do Paraná, da *Klabin*, que em seu entender estaria cuidando da preservação dos pinheirais naquele estado (*Revista Brasil-Oeste*, 1966, p. 3; destaques meus).

A contumaz crítica à inércia do Estado e o apego lançado às grandes empresas, cujas ações estariam contribuindo para o reflorestamento dos estados vizinhos, revela mais sobre a

⁶⁶ Como veremos, o *mogno* ocupa um lugar de destaque entre as espécies mais valorizadas na Amazônia Legal, a árvore símbolo que movimentou, e movimenta ainda hoje, as atividades industrial-extrativistas da região. É o equivalente, pode-se dizer, ao papel que desempenhou a *peroba* a partir de certo momento do ciclo madeireiro do *cone-sul* de Mato Grosso do Sul.

visão ideológica da Revista do que uma análise mais acurada da realidade. É verdade que um olhar retrospectivo leva vantagem analítica sobre os contemporâneos dos eventos que estavam a ocorrer, mas fato é que hoje podemos constatar que, inversamente, a marcha da fronteira agrícola sobre a floresta nos estados de São Paulo e Paraná constituíram um *modus operandi* que, exceção às políticas (de Estado) de tombamento de reservas florestais, tornaram-se ilustrações centrais aos estudos sobre a devastação da Mata Atlântica brasileira, e Warren Dean centrou sua avaliação exatamente nesse processo que ao final e ao cabo varreu a grande Mata Atlântica (DEAN, 1996).

Ainda seguindo os passos da *Brasil Oeste*, o apelo da revista dirigia-se ao poder público para que este investigasse a “extensão dos danos à silvicultura no vale do Jauru, e imponha medidas saneadoras. Inclusive com o replantio do mogno, que é madeira de primeiríssima ordem”. Diante da denúncia da enorme destruição que o fogo estaria causando ao oeste de Mato Grosso, encerra a nota, considerando inadiável uma intervenção na região,

[...] para orientar os lavradores desavisados e prevenir que os incêndios assumam tão graves proporções. Além do mogno e outras madeiras-de-lei, a região do vale do Jauru é o habitat da ipecacuanha (poaia), que vem sendo de há muito tempo devastada devido à ação negligente dos ‘catadores’ da preciosa planta (*Revista Brasil-Oeste*, 1966, p. 3; destaque meu).

O relato exposto serve como um prelúdio ao estabelecimento de conexão entre duas experiências envolvendo agropecuária e atividade madeireira: a da região *Cone Sul*, que trabalhamos, e a que desde então se expandiu para a Floresta Amazônica. É, de fato, o contínuo desmatamento da imensa floresta latifoliada equatorial que tira o sono dos cidadãos preocupados com a sustentabilidade dos ecossistemas diante do avanço das atividades econômicas. Para além dos ambientalistas, o problema aflige a muitos, a todos.

O pequeno fragmento da avaliação de Guaracy Boschilia quer parecer um diagnóstico preciso do problema do sentido tomado pelas madeiras rumo à região Norte:

Vamos falar desse sentido da madeira. Tem gente que crítica, mas está chegando num lugar que não pode mexer mais, senão vai ter problema de desequilíbrio, de chuva. Esse cerradinho que entraram lá em Mato Grosso: Primavera do Oeste, Sinop, Sorriso, Lucas, não é tanto problema. Ali era um cerradinho plano, uma terra que tem argila (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 31).

O raciocínio segue informando aspectos geológicos do vizinho estado de Mato Grosso. Boschilia avalia que lá o solo tem argila e tem acidez – o pH baixo impede a planta de absorver os nutrientes. Prossegue:

Então tem que pôr o calcário para subir o pH da terra para poder facilitar. Então faz agricultura. Mas aí, acabou essa parte do Cerrado, vai para onde? Vai para onde, vai para a mata no Mato Grosso. E já está entrando no Amazonas, vai entrando. No Pará está entrando porque o Pará tem a parte de minério e tem a Transamazônica. Eu não tenho ideia de como é que estão hoje as cidades que surgiram por causa da madeira. Não é agricultura. É pecuária, uma parte que vai daqui para lá. E usineiro. Usineiro do Paraná que eu conheci, da usina Meneghel. Meneghel tinha uma parte perto de Conceição, Marabá, Rio Maria, e tinha lá 200 mil cabeças de gado. Entrou porque é fácil, é perto de Belém-Brasília, tem estrada, tem frigorífico. Então ninguém segura. Madeireiro, se não tiver lei e militar estabelecendo que "daqui para lá não pode mais" vai ter um desequilíbrio. Nós não vamos ver, mas daqui a 50 anos, 100 anos, vai acontecer. Porque é atrativa a ocupação. Aqui não, aqui nós perdemos a agricultura por seca (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 34, destaques meus).

A ênfase, correta a meu ver, é que “ninguém segura” o ímpeto de penetração de rotas madeiras para a Amazônia, acompanhando ou até mesmo antecipando o avanço da fronteira agrícola para o delicado ecossistema daquele que é considerado o pulmão do mundo. O quadro que se pode pintar, com o perdão do trocadilho, é de natureza morta, uma vez o dínamo mobilizador do mercado madeireiro de espécimes nobres, madeiras de lei, como do *mogno*, verdadeiro ouro verde, a suprir mercados consumidores do exterior (retornaremos a essa ponderação mais adiante). Outro ponto do discurso em destaque refere-se à consciência de que apenas o poder de Estado – pensa ele em ações das forças armadas – poderia conter a tempo a ocupação econômico-predatória na Amazônia, dada sua força atrativa, a embrenhar-se cada vez mais em Mato Grosso, Pará e Amazonas, como também em Rondônia e Acre, havemos de adicionar.

Fazendo uma analogia com a palavra “entroncamento”, no sentido de confluência de duas vias de comunicação, orientando o trânsito quanto ao encontro de duas vias (a+b), uma expressão que parece ter sido tomada de empréstimo da imagem de uma árvore, cujos troncos servem para informar trajetórias de encontro e desenlace. Esse “entroncamento”, retorcido, é o que permite dialogar com estudos anteriores que abordaram a atividade madeireira no “norte” e estabelecer relação de continuidade de rotas com nosso *cone sul*.

4.2 *Entroncamentos*

Relendo agora a dissertação de Alexandre Panosso Netto, não pude deixar de atentar para uma informação (na primeira leitura, despercebida) contida na tabela produzida por ele sobre as “indústrias madeireiras registradas em Vera [norte de Mato Grosso] até o ano de 1983” (p. 66-67). Nesta tabela há a menção da firma *Madeira Balestreri Ltda*, tendo por sócios Luiz Balestreri e Genésio João Balestreri (iniciadas suas atividades em desdobramento de madeira em 01/08/1980). Ora, atuou em Caarapó, nos anos de 1970 e princípio de 80, no ramo madeireiro, a família “Balestieri”. Haveria a possibilidade de um erro da fonte de informação ao grafar os sobrenomes, ou houve uma confusão na hora de transcrever: Balestieri por Balestreri? Enfim, os sobrenomes são evidentemente de origem italiana e “Balestieri” era sobrenome de família de madeireiro que antes migrou do Sul para Caarapó.

Uma tragédia acentua a questão: em 1978 houve um acidente automobilístico que vitimou Mario Balestieri quando o mesmo se deslocava para o norte de Mato Grosso, em visita a outra serraria que estava montando: seria na região alvo da pesquisa de Panosso Netto? Seriam parentes Luiz e Genésio do falecido Mario Balestieri? Tomando o meu próprio sobrenome, “Albanez”, como exemplo: também de origem italiana, vem do meu avô por parte de mãe. Todos os filhos de Domingos Albanez assinam Albanez com “z”; enquanto outros tios-avôs (ainda vivos) tem no registro “Albanês” e ainda “Albanesi”. O serviço cartorário de pequenas cidades do interior, início do século 20, quer me parecer, não era muito atento aos “detalhes”.

Pode ser o caso constatado aos Balestieri e Balestreri; não posso, porém, garantir que o seja. De todo modo, ficam aqui apresentadas questões que talvez possam exemplificar a migração do *cone sul* para o norte de Mato Grosso, como tantos outros casos.

Quanto aos Balestieri de Caarapó, estudava a 5ª série do ginásio, 1978, quando a cidade se comoveu com o acidente automobilístico que ceifou a vida de Mário Balestieri. Lembro-me do caso, uma filha de Mário Balestieri estudava na mesma turma que a minha. Até onde alcança minha memória, ele era um empresário conhecido do local, benemérito da Igreja Católica, e perdeu a vida em viagem para Mato Grosso onde, compreendo, estava instalando outra serraria (seria em Vera?).

Registros da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul informam que a viúva de Mário, Maria Hohl Balestieri (nascida em 25/03/1926), os filhos Carlos Alberto Balestieri (nascido em 09/05/1951) e Mário Fernando Balestieri (nascido em 25/09/1959) associaram-se a Acacio Mariano de Souza e Ramon Bedin, constituindo em 25/02/1981 a *IMASA – Madeira Santa*

Catarina Ltda., funcionando por um ano e oito meses na atividade antes de encaminhar distrato social em 25/02/1982. O mesmo Carlos Alberto Balestieri vai constituir anos depois, em sociedade com sua esposa, Marlene da Silva Balestieri (nascida em 1956), a *Ciriema Madeiras Ltda.*, localizada na avenida internacional, s/n, distrito de Coronel Sapucaia, município de Amambai. Mais um exemplo de madeireiros deslocando suas instalações para a fronteira com o Paraguai, como parece regra. A *Ciriema* tem a inscrição cancelada na Jucems em 28/04/1998, não havendo distrato social.

Julgo ter encontrado uma chave explicativa ao estabelecer vinculações entre os dois momentos de exploração madeireira, o do *Cone Sul* e o da Amazônia de Mato Grosso. Conto para isso novamente com a avaliação pessimista do senhor Guaracy Boschilia quanto à continuidade do avanço madeireiro para o Norte; e a narrativa do senhor Silvestre Otto, que em suas andanças chegou ao norte de Mato Grosso e até o estado do Pará, subsidiando as discussões.

Boschilia avalia que às vezes o madeireiro é taxado de aventureiro, ou mesmo de desonesto (que é reação de ressentimento), por ser movido por uma força propulsora que o impele sempre à frente, pouco importa quem ou o que possa deixar pelo caminho. Isso porque, segue, “é a indústria extrativa, que vai para frente”. Ao mesmo tempo, assinala uma importante distinção entre o ciclo madeireiro do *cone sul* em contraste com o avanço dessa atividade às portas da Floresta Amazônica.

Eu vou falar para você que esses madeireiros da Amazônia são muito piores do que esse madeireiro que veio aqui. Esse que veio de São Paulo, do Paraná, que veio explorar peroba, que veio ao sul de Mato Grosso. Lá é bandido, lá é máfia, lá tem contato com senador, com político grande, para poder subornar Ibama. Subornar, entrar em reservas florestais, adquirir grandes áreas, titular (porque é de governo) para explorar madeira. E que depois joga o capim, depois toca fogo... tem consequências, o fogo, no período de seca. Então, isso é barra pesada, isso é gente... É diferente (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 45).

Meçamos essas palavras! Ora, a diferença já é considerável se pensarmos em termos de elementos estimuladores, que dão o *start*, vamos dizer assim, em tempos e territórios distintos. A exploração extrativa da porção da Mata Atlântica do *Cone Sul* era incentivada, inclusive com aporte de empréstimos em alguns casos, como visto anteriormente. Nos tempos em que a modernização conservadora coroava o avanço das frentes pioneiras a região em questão estava fadada a acelerada transformação de sua paisagem. Por ter oposição meramente residual naqueles anos, avançaram as rotas sulina e sudestina de indústrias extrativas da

madeira, em sua maioria de pequeno e médio porte. E, ato contínuo ao escasseamento da matéria-prima em Mato Grosso do Sul, a Amazônia passou a ser objetivo de continuidade de tais empreendimentos.

Assim, se o objetivo governamental não é, ao menos de forma declarada, formar agropecuária na Amazônia, como o fora no *Cone Sul*, Boschilia sê viu forçado a admitir que ainda assim “está formando. Está formando agropecuária lá, está formando à revelia” (id., *ibid.*, p. 46).

Diante do exposto, vamos a seguir refletir um pouco mais sobre a fase declinante do ciclo madeireiro na região cone sul de Mato Grosso do Sul, cujos desdobramentos levaram os empresários das serrarias ou a constituir-se como proprietários rurais, sedentarizando-se localmente, ou a dar continuidade ao negócio da madeira na vasta área setentrional brasileira, do Cerrado mato-grossense à Floresta Amazônica. Retornamo-nos pois.

4.3 Do declínio madeireiro no Cone Sul

Retomando as entrevistas produzidas por Sandra Rita de Souza sobre o mundo do trabalho nas serrarias de Caarapó, observo um ex-prefeito reconhecer que muitos operários do ramo madeireiro perderam seus empregos com o encerramento rápido dessa atividade econômica no início dos anos 1980 naquele município. O exemplo tomado é o da serraria *Canoso* (citada no capítulo 3, tópico 3.7.1), observada como talvez a maior empresa que operou no ciclo madeireiro em Caarapó, e que ao ser desativada encaminhou continuidade dos empreendimentos em Cláudia (Mato Grosso), levando consigo apenas duas famílias de operários consigo (cf. ENTREVISTA João Nakayama, *apud* SOUZA, 1998 – anexos).

Antes, porém, o recurso dos sócios proprietários da *Canoso* parece ter seguido um itinerário provisório que se constituiu talvez em um recurso mais próximo, qual seja, o de instalar-se nas imediações da fronteira com a República do Paraguai e de lá retirar a matéria-prima da serraria. Ao menos é como avalia Guaracy Boschilia, sobre os encaminhamentos a que a empresa citada recorreu nos anos de declínio madeireiro em Caarapó. Boschilia narra os anos em que estava iniciando no ramo madeireiro e em que teve contato com os *Canoso* (o progenitor e seus dois filhos):

[...] quando eu estava no comecinho, pagando Cr\$ 70,00 o metro cúbico, eles estavam comprando a Cr\$ 5,00, Cr\$ 6,00 [pois] compravam o mato fechado.

[...] E o Canoso [pai] quando começou a entrar em madeira de segunda, quando teve dificuldade (ele tinha depósito em Catanduva-SP), ele foi para o Paraguai, comprou uma fazenda no Paraguai para pôr serraria; depois foi para o norte do Mato Grosso, em Cláudia, leste de Sinop” cf. ENTREVISTA G. Boschilia, *apud* SOUZA, 1998 – anexos).

Segue adiante, mesma entrevista, e Boschilia argumenta qual era a seu ver o sentido lógico da aventura madeireira. O processo consistiria em o proprietário seguir para outra região, deixando para trás, sem muito hesitar, o município em que antes explorou a madeira, deixando também por lá os trabalhadores. “É, antes os trabalhadores iam mais para frente, entende? São Paulo; norte do Paraná; [...] leste de Mato Grosso, divisa com o Paraná; e depois vinham mais para o interior; depois Ponta Porã, fronteira [...]”. Lembra-se que o itinerário também fora o caso de um dos proprietários da serraria *Imasa*, após o falecimento de seu sócio Mário Balestieri: “depois que ele morreu, o sócio dele colocou [serraria] no Paraguai e ia para frente” (id., *ibid*). Para frente, quer se referir, rumo às terras do norte, Cerrado e depois Floresta Amazônica, Mato Grosso e estados da região Norte do Brasil. Em resumo, serraria acompanha o movimento histórico do avanço da fronteira agrícola brasileira: São Paulo; norte e oeste do Paraná; Mato Grosso do Sul, já adentrando terras paraguaias; e depois em direção à Amazônia.

Quanto ao deslocamento da atividade madeireira do *cone sul* para o outro lado da fronteira com o país vizinho, podemos retornar à experiência da família Giordani em Paranhos/Ypejú, cuja razão da bancarrota de seus empreendimentos na fronteira se deu em função da política monetária praticada pelo governo brasileiro à época. Sadi Giordani nos revela os detalhes:

Na verdade, nós tivemos um prejuízo mais ou menos considerável pela política econômica da época. O ministro da época era o Delfim⁶⁷ e ele fez uma maxidesvalorização da moeda [frente ao dólar]. De quanto foi essa desvalorização eu não me lembro, mas penso que chegou perto de 50%. A gente, o que é inerente ao trabalho, tinha uma carteira de compromissos e outra de créditos. E, da noite para o dia, o que devíamos passou para quase o dobro, com essa maxidesvalorização, enquanto os nossos créditos ficaram valendo quase a metade (ENTREVISTA: S. L. Giordani, abr-2016, p. 16).

Tem-se aqui uma curiosa declaração, por revelar os reveses da atividade aos que se aventuraram a instalar serraria na linha fronteira com o país vizinho. Veja bem, contabilizando

⁶⁷ A conjuntura política a que se faz referência em tal declaração coincide com os anos em que o economista Antônio Delfim Netto acumulou o Ministério da Agricultura e foi ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (entre 15 de agosto de 1979 e 15 de março de 1985), no governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

os ativos e passivos do empreendimento (no caso, familiar, de pequeno porte), cujos compromissos com os credores eram dolarizados, enquanto os ativos junto aos clientes se praticava com a moeda nacional, uma operação de câmbio governamental de tamanho impacto – a maxidesvalorização do cruzeiro frente ao dólar – certamente poderia levar à falência os negócios. Mesmo os esforços em contornar a situação foram em vão, uma vez que, segundo observou Sadi Giordani, durante a crise um parente associado à madeireira não fora “muito leal”:

Tentamos até onde deu! A coisa foi tão desajeitada, que a última coisa que eu tinha de patrimônio era a casa em que eu morava, a minha casa, e fiz um acerto com os operários que eu ainda tinha. Com todos eles, de um por um: "- O teu saldo é tanto, está de acordo?"; "- Estou!" Somei todos e pus minha casa à venda pelo valor do meu débito com os empregados. É, vendi a minha casa e acertei com todos eles. Não dei prejuízo para ninguém, nem para os meus empregados, nem para fornecedores. [...Quando] saímos, não tínhamos nem em casa para morar, de tão feroz que foi essa quebrada. E meu pai terminou os dias dele como apicultor – foi pioneiro nessa atividade aqui [em Amambai]. [...] Desta forma é que terminamos a epopeia madeireira (id., ibid.).

Estamos aqui, portanto, diante de uma situação falimentar, cujos esforços últimos foram os de evitar inadimplências e recomeçar outra atividade praticamente do zero, dando pois por encerrada a “epopeia” dos Giordani com a madeira. Isso se deu em 1982. Quando perguntado, em termos mais generalizantes, como vira o declínio do ciclo madeireiro nos municípios circunvizinhos de Amambai, o entrevistado compreendeu ser difícil determinar com precisão um ano específico para o fim do ciclo, acreditando que “foi acontecendo paulatinamente”. Mesmo confirmando o argumento de deslocamento dos madeireiros para a região amazônica, com o fim do ciclo, toma o cuidado de relativizar a direção como uma regra geral.

Então, aconteceu muito desse pessoal se transferir para o norte, o que não é regra: uns foram, outros não foram – outros já tinham algum tipo de atividade, a maioria pecuária. É, aqui já tinham adquirido propriedade, já tinha outra atividade e acabaram ficando por aqui. Mas os que foram, foram indo devagar um cá, outro acolá! Foram indo para norte, Mato Grosso, da Amazônia Legal; Rondônia foi muita gente. Esses que foram, era prática estabelecerem-se lá para depois voltarem aqui para levar alguns funcionários deles, que você falou com muita propriedade, os mais qualificados. Esses funcionários acabaram acompanhando (id., ibid., p. 15-16).

A opinião reforça outra pontuação da tese, da relação umbilical entre a atividade madeireira e a grande propriedade rural, da interseção, de molde aos madeireiros capitalizados

irem gradativamente adquirindo terras antes de encerrar suas operações industriais. Semelhante interpretação tem o senhor Almiro Pinto Sobrinho sobre tendência dos madeireiros adquirirem terras, até porque, segundo ele, “tiveram lugares em que eles compravam, não a mata, mas sim a propriedade” (ENTREVISTA: A. Pinto Sobrinho, mar-2016, p. 13, grifo meu), tomando como exemplo as iniciativas de Egídio Bruno, um dos mais importantes madeireiros em Amambai. Nessa modalidade há de considerar a estratégia de aquisição da propriedade rural e dela retirar a matéria-prima para sua própria indústria extrativa, *pari passu* com a derrubada geral de mata e a formação de pastagens ou plantações.

Quando reflete sobre algumas serrarias cujos proprietários desativaram em Amambai para edificar em localidades do estado de Mato Grosso, já adentrando a Floresta Amazônica, Pinto Sobrinho reconhece a “serraria do *Bonamigo*, perto do Cerro⁶⁸, essa foi levada daqui, não sei para onde. Acho que a dos *Belé* também foi levada para bem para cima [para o norte]. O mais novo deles foi lá para o norte plantar cacau (acho que é), e levou a serraria” (ENTREVISTA A. Pinto Sobrinho, mar-2016, p. 13).

A acompanhar uma vez mais Giordani, Pinto Sobrinho avalia não ter havido um forte impacto social com o gradativo fechamento das serrarias em Amambai, pensando mais em termos de descontinuidade do que de ruptura que um ciclo econômico pode levar a entender: “ela foi aplacando, foi indo, as pessoas foram saindo... Não houve assim um impacto, fechou hoje e 20 ou 30 desempregados! Ela foi indo, foi diminuindo, foi diminuindo... e o pessoal foi saindo” (id., *ibid.*). Até pelo gradual distanciamento dos locais de extração da madeira em relação ao perímetro urbano da cidade, onde as firmas em maior número estavam estabelecidas.

Acrescenta este entrevistado um adicional complicador, desde sempre, que era o estado precário das estradas vicinais, que onerava os custos, dadas as distâncias cada vez maiores e morosidade no transporte, uma vez que as estradas irregulares não permitiam acelerarem os caminhões, sob ameaça de quebra dos veículos. Sendo assim, obrigavam-se as serrarias a terem normalmente um grande volume de madeira estocada, permitindo aos proprietários serrá-las por algum tempo expressivo, sem que tivessem que interromper as atividades em dias chuvosos. Tal prática, acredita ele, proveu as madeireiras de tempo para planejar o encerramento das atividades sem que houvesse um impacto mais abrupto.

⁶⁸ Cerro recebe este nome por se tratar de uma localidade com ligeira elevação geológica, de onde se avistam vários pontos da cidade e cujas pedras serviram no passado para o cascalhamento das ruas de Amambai. Lá até hoje há uma cruz, símbolo da religiosidade da população.

APS - É, porque eles iam diminuindo o quadro de empregados sem precisar fazer um esforço financeiro muito grande para acertar com todo mundo. Iam diminuindo, diminuindo. Quando foram encerrar, de fato, pouca gente [estava trabalhando]. [...] Eu não me lembro de como [se deu] o fechamento dessas empresas, mas que não houve esse impacto de sair uma quantidade grande de gente de uma hora para outra, isso não houve! Eles iam saindo... (id., ibid.).

Observa-se nas falas acima que em Amambai e municípios vizinhos mais próximos da fronteira, não ocorrera o fenômeno dramático observado em Caarapó, registrado na monografia de Sandra Rita de Souza. Souza expressa o sentimento de seu entrevistado, o ex-prefeito de Caarapó, Takeyoshi Nakayama (mais conhecido por João Nakayama), ao revelar ter enfrentado uma situação muito difícil quando administrou a prefeitura em seu primeiro mandato (1983-1988), no bojo da crise de desemprego, com a desativação de grande número de empresas madeireiras.

Nessa crise da madeira [...], vamos dizer assim que as serrarias, por falta de matéria-prima, procuravam desativar as indústrias e montá-las em cidades vizinhas ou para fronteiras com o Paraguai; outros indo para o norte do Mato Grosso. Tanto que de 83 a 85 foi desativado mais de 80% das serrarias[...]. Então nessa fase, nesse período que desativou essa indústria madeireira, a força de trabalho das famílias de Caarapó passou a não ter onde trabalhar, outras foram junto com as indústrias. [...] Mas 70% desses trabalhadores ficaram em Caarapó, não teve jeito de ir para fora, por motivo de escola, de educação, por motivo de saúde, então não tinha como deslocar para outra região (ENTREVISTA João Nakayama, anexos, *apud* SOUZA, 1998).

O que se extrai nesse trecho é que o custo social pós-conjuntura das madeireiras foi muito alto para o poder público municipal em Caarapó, pois na medida em que as serrarias foram se extinguindo, por lá “ficaram uma grande massa de trabalhadores sem teto, sem saúde, sem emprego e sem perspectivas de um futuro melhor” (SOUZA, 1998, p. 22). “Na época eram quase mil famílias desempregadas”. Mil famílias, calculava Nakayama, eram em torno de três mil necessitados de assistência social.

Então o que aconteceu? Vai vir a crise da fome. [...] Em 1984, 85, compramos mais de 40 toneladas de alimentos. Aí, em 85, quando nós resolvemos fazer um incentivo aos agricultores para aumentar a área de plantio, de monocultura, é que se conseguiu a mão-de-obra para catança de madeiras, para o plantio de feijão, do milho, da soja, do arroz onde tiveram uma demanda de mão-de-obra, onde levaram ao trabalho os chamados boias-frias. Aí onde a prefeitura desafogou um pouco, com essa ajuda. Então não resolveu o problema do pobre trabalhador, mas pelo menos ele não precisaria sair pedindo (ENTREVISTA João Nakayama, anexos, *apud* SOUZA, 1998).

Com isso, Souza concluiu que os empresários das serrarias não se prepararam para o esgotamento das atividades, e muito menos as autoridades daquele município, até que houve, não uma descontinuidade como em outros municípios do cone sul, mas sim uma situação calamitosa, de ruptura e forte tensão social no início dos anos de 1980, o que, como se lê, obrigara a prefeitura a ações sociais de emergência e a abrir frentes de trabalho para, ao menos em partes, contornar o quadro.

Se o leitor se dispuser a retornar às tabelas 1 e 2, segundo capítulo deste estudo, lá constatará a quase inexistência de novas empresas constituídas no ramo madeireiro em Caarapó entre 1981 a 90. De fato, apenas sete novas empresas formalmente se estabeleceram neste intervalo, ao passo que de 1970 a 80 foram 85 serrarias registradas, caracterizando deste modo o fim do ciclo madeireiro, certamente dado o esgotamento da matéria-prima no entorno de deste município.

4.4 Da proibição de corte de madeira de espécies em extinção

Há pouco assinalávamos (no capítulo 2) como constitutivo do ciclo madeireiro no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul um intervalo aproximado de 20 anos (1970-90). Especialmente os anos de 1973 a 82 foram os de “apogeu” desse ciclo, muito em função do número concreto apurado de aberturas de empresas no ramo de atividade *serrarias com ou sem desdobramento de madeira* – declinantes a partir daí, embora com variações em alguns municípios do cone sul, em particular entre aqueles encontrados mais próximos à fronteira. Encontra ainda eco esse raciocínio em diversas passagens narradas por interlocutores que acompanharam mais detidamente tal atividade na região em questão.

Quero agora acrescentar outro elemento a contribuir nas reflexões sobre o declínio da atividade madeireira, que foi o projeto de lei estadual nº 124/80, apresentado pelo então deputado estadual Zenóbio dos Santos (Arena), representante eleito por Amambai e região da fronteira com o Paraguai. Segue a isso ter a assessoria do parlamentar publicado nota em jornal, com o título *Deputado Zenóbio dos Santos e a lei da madeira*, onde anunciava que o referido projeto (já aprovado em março de 1981⁶⁹) visava “proibir o corte indiscriminado de algumas espécies de madeira quase em extinção em Mato Grosso do Sul”, pretendendo com isso,

⁶⁹ Lei nº 214, de 25 de março de 1981, que dispõe sobre a proibição de corte de madeira, de espécies em extinção e dá outras providências. Tal lei foi promulgada nos termos 2º e 6º do artigo 35, da Constituição Estadual.

argumenta, proteger o estado ante o perigo iminente de desertificação e erosão de suas terras. Para além da preocupação para com a ecologia (debate ainda sem apelo da sociedade civil), o gesto acenava para as “mais de 300 serrarias instaladas na região do extremo sul estadual à beira do caos, a mão de obra usada, sem ramo imediato para acomodar, uma vez que a reserva madeireira do estado não resistirá mais que um período de 3 a 5 anos, no máximo”.

Fotografia 20. Nota na imprensa: a lei da madeira em MS

Deputado Zenóbio dos Santos e a lei da madeira em MS

TEXTO DE EVARDO AMERIK

Zenóbio dos Santos. O deputado deve lutar pela preservação de sua região

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou projeto de lei do deputado Zenóbio dos Santos, 1.º secretário da Assembleia, representante da vasta região dos municípios da fronteira do estado com o vizinho país, o Paraguai. O projeto tem a finalidade de proibir o corte indiscriminado de algumas espécies de madeira quase em extinção em Mato Grosso do Sul e objetiva proteger o estado transformado em um deserto e suas terras cortadas pela seqüência avassaladora, sua ecologia mais prejudicada do que já está, bem como as mais de 300 serrarias instaladas na região do extremo Sul estadual à beira do caos, a mão-de-obra usada, sem ramo imediato para acomodar, uma vez que a reserva madeireira do estado não resistirá mais que um período de 3 a 5 anos, no máximo.

Mato Grosso do Sul uma questão de sobrevivência, afirma o deputado. O setor industrial do estado tem uma carência de 3 anos para o corte das espécies para o beneficiamento no estado, o que assegura sua atividade.

O TEXTO DA LEI — Artigo 1.º — Fica proibido no Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do Art. 14 da Lei Federal n.º 4771, de 1909/65, que institui o Código Florestal, o corte de espécies vegetais seguintes: a) *Prunus asiatica* (angelim ou cerejeira); b) *Tubéssia* spp (opê); c) *Cassipouira ferrug* (passiflora); d) *Cedrela fissilis* (cedro); e) *Parateocoma peroba* (petoba); f) *Platygodium elegans* (laveiro); g) *Phyllanthus nobiliss* (canelê); h) *Pimenta* spp (angarin); i) *Annonium Urundeuva* (aroeira).

O deputado Zenóbio disse que: “Proteger a indústria madeireira é o melhor para Mato Grosso do Sul e tem relação ao homem do campo, — não se fixa o homem do campo por lei, mas pelo oferecimento de condições que o motivem.”

ALARMANTE DEVASTAÇÃO — A continuar o processo de comercialização de madeira bruta, conforme visha ocorrendo, o desmatamento diário corresponde ao índice de 100 hectares para a produção extrativa de mil e 200 metros cúbicos por dia.

Mato Grosso do Sul há muito reclamava uma alternativa legal para que colocada em vigor impedisse definitivamente o prosseguimento desta devastação.

Fonte: Acervo do site Amambai Notícias: <http://www.amambainoticias.com.br/>

Nesse sentido, impossível não relacionar o conteúdo deste discurso, sob a forma aparente de responsabilidade ambiental, com aquele veiculado no início do terceiro capítulo do presente estudo. Lembremo-nos, “esta madeira só sai serrada daqui!”, bradava Mazurkevicz; enquanto que a letra da lei 214/81 tratava de reduzir o rigor de sua execução, informando que o setor industrial do estado teria um período de carência de três anos para o corte das espécies em extinção, desde que o beneficiamento se desse dentro do estado, “o que assegura sua atividade”. Nem é preciso muito esforço para detectar o cuidado do parlamentar em não contrariar, em não “bater de frente” com os interesses de eleitores influentes da região, que possivelmente pudessem lhe retirar base de apoio. A própria nota no jornal não deixa dúvidas das intenções do deputado: “Proteger a indústria madeireira é o melhor para Mato Grosso do

Sul e com relação ao homem do campo, não se fixa o homem do campo por lei, mas pelo oferecimento de condições que o motivem”.

O foco é coibir o comércio de “madeira bruta”, ou seja, sem passar pelo processo de beneficiamento nos municípios do *cone sul*. Em outras palavras, de interromper o envio de toras para serem beneficiadas em estados vizinhos, quase que em atendimento àquele clamor de só sair do estado a madeira serrada pelas indústrias madeireiras aqui instaladas. Isso na ordem estimada de “desmatamento diário correspondente ao índice de 100 hectares para a produção extrativa de mil e 200 metros cúbicos por dia”, justifica a nota, complementando que o estado “há muito reclamava uma alternativa legal para que, colocada em vigor, impedisse definitivamente o prosseguimento dessa devastação”. Já detectamos, repito, uma voz que se enquadra perfeitamente a esse reclamo, mas isso longe de representar o senso coletivo de conjunto da população.

Racionalidade econômica, coibir desperdícios, esse era o intento contido tanto em um discurso quanto em outro. O fato é que sete anos se passaram desde o primeiro alerta, até que em setembro de 1980 uma legislação propusesse uma orientação do estado a respeito da exploração madeireira. E o que sinalizava claramente a lei que entrava em vigor? Certamente o esgotamento acelerado da área de floresta, tendo algumas espécies arbóreas nativas já em vias de extinção. Já o prazo de três anos para ainda explorar tais espécies, das mais procuradas pelo mercado consumidor de madeiras, coincide exatamente com o ano de 1983, que o gráfico representa como o início da curva decrescente de abertura de empresas madeireiras oficializadas à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (a JUCEMS).

A iniciativa, por certo, estava longe de implicar em iniciativa do Estado capaz de conter a devastação ambiental, até porque, como defendemos até aqui, não eram necessariamente os agentes das indústrias madeireiras quem definiam a agenda da transformação radical da paisagem do *cone sul* do estado, o que se dava antes muito mais em função de a região estar sob configuração da expansão econômico-territorial da grande propriedade fundiária, com conseqüente substituição da cobertura vegetal por gramíneas e culturas agrícolas.

O texto desta lei que dispôs proibição de corte de madeira de espécies em extinção, todavia, revelava indelevelmente o escasseamento de espécies, de fato, das mais demandadas pelo comércio de consumo de madeira. A redação inicial é a seguinte:

Artigo 1º - Fica proibido no estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do Art. 14, da lei Federal nº 4.771, de 19.09.65, que institui o Código Florestal, o corte de espécies vegetais seguintes:

- a) *Prunus avium* (angelim ou cerejeira);
- b) *Tabebuia* spp (ipê);
- c) *Caesalpinia ferrea* (pau ferro);
- d) *Cedrela fissilis* (cedro);
- e) *Paratecoma peroba* (peroba);
- f) *Platypodium elegans* (faveiro);
- g) *Phyllanthus nobilis* (castelo);
- h) *Piptadenia* spp (angico);
- i) *Astronium urundeuva* (aroeira) (LEI nº 214, de 25 mar. 1981).

Vemos, portanto, a menção ao angelim, ipê, cedro, angico e, especialmente, à peroba, talvez a espécie símbolo do ciclo madeireiro do *cone sul*, a tomar algumas citações de nossos entrevistados quanto às espécies mais valorizadas comercialmente no período destacado.

4.5 De mais valorizadas à extinção

Algumas notas quanto às espécies mais valoradas pelo mercado madeireiro. O senhor Almiro Pinto Sobrinho destacou dentre as mais valorizadas em Amambai e região, “eram o cedro, o amendoim [...] – *canafistula* é madeira muito dura, era difícil e não é muito abundante. Tinha também uma que eles chamavam de *louro*, que é uma madeira macia, boa para móveis”. O amendoim, segundo ele, era muito utilizado para fabrico de carrocerias de caminhões, por ser madeira muito forte, resistente. Continua:

Mas o que tinha mais mesmo, e que deu mais impacto comercial, era a peroba. A peroba dava muita produção por árvore e tinha muito. Os pequenos [madeireiros], como o Joaquim Duque e o Japonês [Fujiwara], quase não exploravam essa madeira, porque essas serrarias não tinham condições. A serraria manual também quase que não serrava essas madeiras, ficavam só com as madeiras macias. [Não tinham equipamento]. Tanto é que tinha casa que era feita toda fechadinha de cedro, e as tábuas, o madeiramento todo feito de madeira boa. Boa em relação à peroba, que o pessoal achava desprezável. Só essas madeiras [mais modernas] aproveitaram a peroba, fizeram aproveitamento total (ENTREVISTA: A. Pinto Sobrinho, mar-2016, p. 8, destaques meus).

Pinto Sobrinho aqui recobra aquele momento de transição entre aquela estrutura de “pica-paus”, ainda nos primórdios de uma indústria madeireira propriamente dita, onde equipamentos mais rudimentares de pequenas serrarias ainda desprezavam a *peroba*. Veja, porém, que “a *peroba* dava muita produção por árvore e tinha muito”, bastando a entrada de

equipamentos modernos para saltar à preferência do mercado consumidor, o que orientou as serrarias a promoverem “aproveitamento total”, como diz.

Margeando a região sul-fronteira com o Paraguai, o “gerente do mato” Silvestre Otto confirma que no início do ciclo madeireiro do *cone sul* a *peroba* não estava entre as espécies preferidas, saltando à condição de maior comercialização na medida em que escasseava o *ipê*, o *marfim* e o *cedro*. Foi então, repetindo, que a *peroba* passou a ser a madeira mais procurada, “aí falavam só em *peroba*”. Isso até que, com o fim da *peroba*, passaram a tirar qualquer espécie madeireira, até o *cinnamon* (ENTREVISTA: com S. Otto e S. L. Giordani, jul-2016, p. 6).

Veja dona Eugênia argumentando, do porto Caburey (Naviraí), que na bacia do rio Amambai, já ao encontro com o rio Paraná, também a *peroba* era a mais procurada entre as espécies de aproveitamento industrial, seguida pelo *cedro* e o *ipê*: “Era muita *peroba!*, e o *cedro*, quase sempre, e o *ipê*; mais era a *peroba*”. “Era a mais procurada e a que tinha mais. Inclusive nas colônias tudo era [construído com] *peroba*, tudo feito de *peroba*” (ENTREVISTA: Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 15).

Recupero também aquela fala de Guaracy Boschilia, já citado no cap. 2, para quem as serrarias passaram a seguir, como que a faro, os locais “onde tinha *peroba*”, sendo a *canafístula* e outras só comercializadas mais tarde, aos menos em quantidade significativa. Reforça que nos anos em que se instalou em Caarapó a *peroba* era a mais procurada entre todas as espécies, ou “a única”, enfatiza, para acrescentar, em sequência, o *cedro* e o *ipê*. *Peroba*, *cedro* e *ipê*, eram espécies que tinham mais procura, enquanto as demais variedades eram “queimadas na invernoada” por não terem mercado. Porém, na “hora em que começou a escassear um pouco, diminuir a *peroba*, começou o *ipê* (porque é a mesma coisa); pois era o mito: ‘*peroba*, *peroba*, *peroba!*’. Depois é que começou a ter pedido da outra madeira, que é vermelha” (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 19).

Observemos as mais citadas: *peroba*, *ipê*, *cedro* – e as de menor procura, as que os proprietários preferiam incinerar a dar aproveitamento. Como vemos, várias estavam listadas, sob risco de extinção, quando da promulgação da Lei 214, na abertura da década de 1980, registro cabal de desfecho de um “ciclo”.

4.6 No Paraguai, a aventura continua

Apresento agora um estudo de caso sobre um “aventureiro” a toda prova, cuja vida acompanhou o percurso do avanço das frentes pioneiras, que com elas atraíam a expansão da empresa madeireira. Como apresentado, o paranaense Silvestre Otto veio ao *cone sul* trabalhar com destoca e na condição de “chefe do mato”, representante de madeireira que negociava com proprietários rurais pela modalidade da compra do “mato fechado”. É ele quem nos conta sua passagem pelo território do Paraguai, após o declínio do ciclo madeireiro do cone sul – antes de depois também avançar pelo norte de Mato Grosso e Pará. Seu testemunho parece revelar uma essência dos movimentos territoriais da atividade madeireira. Vejamos.

Silvestre Otto empiricamente reforça aquele argumento anterior proferido por Boschilia para o caso de Caarapó e entorno, de que a mata foi substituída para a exploração da pecuária. Para Otto, os proprietários rurais de Amambai e região contatavam empresas madeireiras para remover a mata, fazer a “limpeza” da área, com objetivo de formar com gramíneas a pecuária. Em seu argumento, afirma que “naquela época era só pastagem. Inclusive a região aqui, até hoje, é só pra pasto; em algumas áreas que não servem para lavoura, pois é muito arenosa, ‘chão dobrado’ também, que não dá lavoura” (ENTREVISTA: Silvestre Otto, ago-2016, p. 10). Aqui tem em mente seu percurso por Amambai, Paranhos, Sete Quedas, mas também pelo interior do Paraguai.

Assim, quando questionado se eram paraguaios ou brasileiros instalados no país vizinho os que contratavam a empresa por quem trabalhava, responde que no Paraguai eram os proprietários daquela nacionalidade, não brasileiros. Numa espécie de parceria de atividades, as serrarias cumpriam a função de desmate e retirada da madeira de valor de mercado. Seu argumento, no entanto, revela um estigma para com os vizinhos: “você sabe, no Paraguai só se leva no ‘jeitinho’”.

Porque se ele [paraguaio] tiver uma madeirinha no mato, qualquer coisa, ele vive daquilo enquanto puder. Ele vai vendendo, vai vendendo, até acabar. E naquela época a madeira tinha um bom comércio; tem até hoje, no Brasil, não é? Então o madeireiro [brasileiro] entrava com tudo, entrava com tudo lá e aproveitava a ocasião, porque o Paraguai precisava vender para adquirir uns “trocós” (id., ibid.).

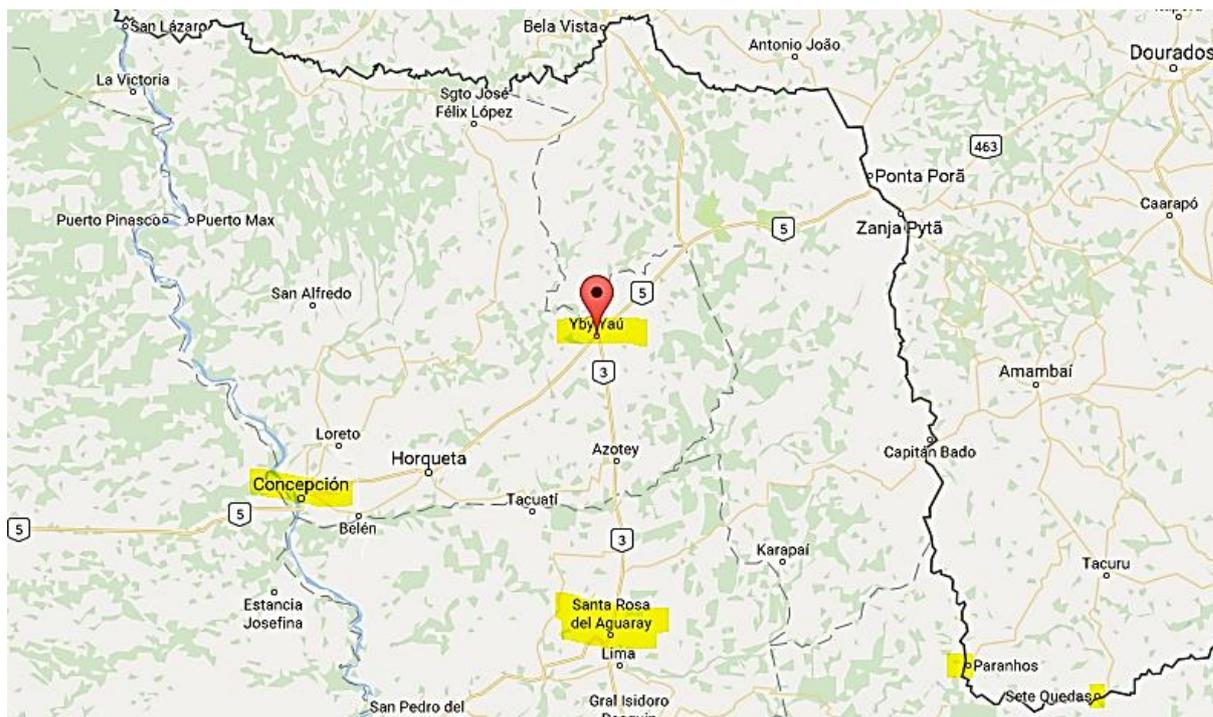
Curioso, pois o “jeitinho” aqui reforça mais as táticas dos empresários madeireiros brasileiros, uma vez que, em função da suposta descapitalização de proprietários rurais

paraguaios, aproveitavam o estado de carência financeira, “a ocasião”, para extrair o que pudessem das matas paraguaias.

Essas “entradas” pelo território paraguaio poderiam se dar por qualquer ponto incrustado na fronteira, segundo sua experiência. Assim, no decorrer dos anos de 1970:

SO: - Nós entramos por Paranhos, entramos por Sete Quedas, entramos por Ponta Porã, via Pedro Juan Caballero: descia aí por Yby Yaú, Santa Rosa [del Aguaray], esses cantos todos aí para baixo. Nesses cantos todos nós tiramos madeira. Então o madeireiro não tem lugar certo para trabalhar, o Sadi sabe disso. Madeireiros não têm lugar certo e os donos de máquinas de esteira, os "mecanizadores", não têm lugar certo também. Porque onde eles encontraram um patrão que está precisando de fazer um desmatamento... Que estava na época, porque hoje é proibido, não é? Hoje é muito difícil conseguir uma licença (id., ibid. p. 12).

Figura 12. Localização de Yby Yaú, Santa Rosa del Aguaray e Concepción



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Yby+Ya%C3%BA,+Paraguai/@-23.147112,-57.4928625,8.25z/data=!4m5!3m4!1s0x9463c25cd3facb9b:0x8eea561cfcdbd0968!8m2!3d-22.9703459!4d-56.5448304>

De fato, o trabalhador madeireiro do tipo volante, embrenhado na mata, circulando, perfil correspondente ao do senhor Silvestre Otto, não podia mesmo sedentarizar-se, ter “lugar certo para trabalhar”. Aqui agrupamos os “chefes do mato” e os “mecanizadores” também à condição de “aventureiros”, assim como o eram, por outros motivos, aqueles que recebiam tal alcunha, seus patrões, os proprietários de serrarias. Examinando a imagem acima, podemos

perceber o quanto tais aventureiros adentraram o interior do país vizinho em busca da matéria-prima, do insumo da indústria madeireira. De fato, a histórica cidade de Concepción (em que menciona na sequência da entrevista), por exemplo, está situada no centro do Paraguai, a pouco mais de 400 quilômetros da capital, Assunção. Estavam, pois, a percorrer territórios muito além dos municípios fronteiriços.

Sadi Luiz Giordani interveio querendo saber as impressões do senhor Silvestre Otto quando da primeira leva de madeireiros brasileiros que se instalaram no Paraguai, quanto às dimensões mínimas das toras que as serrarias extraíam, sendo desprezadas as inferiores à metragem de largura padrão: “as toras tiradas não davam a metade da mata, não é? O que na época servia, os tais de 40 cm acima”. Otto responde que, em seu tempo, as serrarias só extraíam da mata o “florão” da madeira. “Na época não se trazia madeira fina, essas madeirinhas que hoje puxam por aqui, que alguma fazenda tira para consumo dela [...]. Ninguém nem olhava, aquilo não tinha comércio, [...] ninguém queria” (id., ibid.).

O ensejo foi por mim considerado adequado para consultar o veterano “chefe do mato” sobre quais espécies, nas matas do país vizinho, eram as mais demandadas, no que de imediato obtive como resposta as mesmas espécies da Mata Atlântica do *cone sul* de Mato Grosso do Sul: “- No Paraguai era o *ipê*, *peroba*, *amendoim* e *cedro*. *Canafístula* ninguém queria nem ver e hoje – eu mesmo estou me debatendo aqui atrás de umas tábuas de *canafístula* e não consigo, está difícil!” (id., ibid.).

Sempre empregado por serrarias instaladas no *cone sul* de Mato Grosso/do Sul, à sua disposição estava o senhor Silvestre Otto, a percorrer o interior do Paraguai em busca de negociar derrubadas. Foi desta feita que Otto chegou à região do Chaco, não trabalhando pela serraria *Ipanema*, na ocasião, mas sim empregado por Hélio Gonzalez, um gaúcho instalado em Ponta Porã.

SO: - É, tinha uma empresa lá em Ponta Porã. Aí nós descíamos por Yby Yauú, Conceção (nós brasileiros chamamos de Conceição); daí atravessava a ponte e ia trabalhar lá perto da Bolívia, divisa com a Bolívia. E quando o rio estava cheio e não tinha estrada, porque aí alagava as estradas todas – você não sabia nem onde estava a estrada porque virava tudo lago. Aí nós íamos, subia rio acima, de Conceição, subíamos rio acima pelo rio Paraguai (id., ibid., p. 13).

O curioso é que, mesmo já na fronteira do Paraguai com a Bolívia, Otto permanecia domiciliado em Amambai, sempre morando na mesma casa que construiu e onde reside ainda hoje. A descrição do terreno percorrido, de difícil acesso, alagadiço, complicando as vias de comunicação, parece revelar as dificuldades da empreitada. Além disso, acrescenta: “Nós

levávamos água de Ponta Porã para tomar lá no Chaco, porque a água de lá era muito salobra. Nós íamos com uma F-4000, que levava dez tambores d'água de 200 litros. Então água de lá nós só usávamos para tomar banho...” (id., ibid.).

Quando percorrera o Chaco paraguaio, revela a entrevista, o senhor Otto estava atuando em outra função que não a de derrubada da mata propriamente dita: a de serviço de destoca. “- É, de destoca, eu já era empreiteiro de destoca”. Alternando com a função de extração de madeira, manejando a máquina para arrancar os tocos de árvores que permaneciam no solo após as derrubadas, revela, Otto, trabalhou em torno de trinta anos com esse serviço, sendo que só no Paraguai trabalhou por três anos com destoca (id., ibid.).

O processo de destoca é acionado nas ações continuadas de transformação da paisagem em pastagens artificiais. No caso na região do Chaco paraguaio, a prática verificada por Otto era da empreita de destoca seguir a derrubada do mato sem aproveitamento da madeira: “arrancava o mato. Lá é ralo, é cerradão. Já ia leirando, já ia leirando...”

SLG: - É que esse tipo de serviço estava fazendo em cerrado fraco, não é?

SO: - É, cerrado fraco.

JLA: - Que não interessava o aproveitamento?

SO: - Não interessava, não existia madeira de aproveitamento. Agora no Paraguai, aqui para baixo, nessa região aqui...[...]

JLA: - E o que se fazia então com a derrubada desse mato que não interessava à atividade econômica da madeira? [...]

SO: - Queimavam. Tinha o fundão do Paraguai, aí, você ia fazer o quê com aquela madeira fina? Hoje não, hoje é diferente. Naquele tempo tudo valia, tudo era liberado. [...]

SO: - Agora, hoje você não consegue nem fazer uma leira, ou desmanchar uma leira, sem tirar licença ambiental, senão é uma multa danada. Mas naquela época ninguém ligava (id., ibid., p. 13-14).

Este é o ponto da entrevista em que, como já citado no capítulo 2 (item 2.4), Otto falava do escasseamento das fontes de matéria-prima no *cone sul* e de aprovação de legislação ambiental no Paraguai, que desestimulou as empreitadas de madeireiros no país vizinho. Foi daí que seguiu com madeireira brasileira para o norte de Mato Grosso, adentrando a Amazônia legal.

Aqui um ponto a acrescentar, a alternância entre mecanização (serviço de destoca) e extração de madeira. É Sadi Giordani quem chama atenção a esse ponto: “Enquanto estava abrindo madeireira aqui não tinha mecanização, quando mecanizou, daí o povo foi para o Norte”. Em outras palavras, a mecanização passa a ser mais significativa nessa experiência do ciclo madeireiro do *cone sul* quando a exploração madeireira já não é economicamente viável.

Diante disso, complementa Otto, “- Foi para o Norte porque aqui acabou madeira. A pessoa que está acostumada a trabalhar em serraria, quando acaba a madeira em uma região ele passa para outra, e vai indo. [...] Lá para o Norte, lá para o Amazonas, esses cantos aí, tem serraria ‘adoidado’” (id., ibid., p. 14).

4.7 Do cone sul para a Amazônia

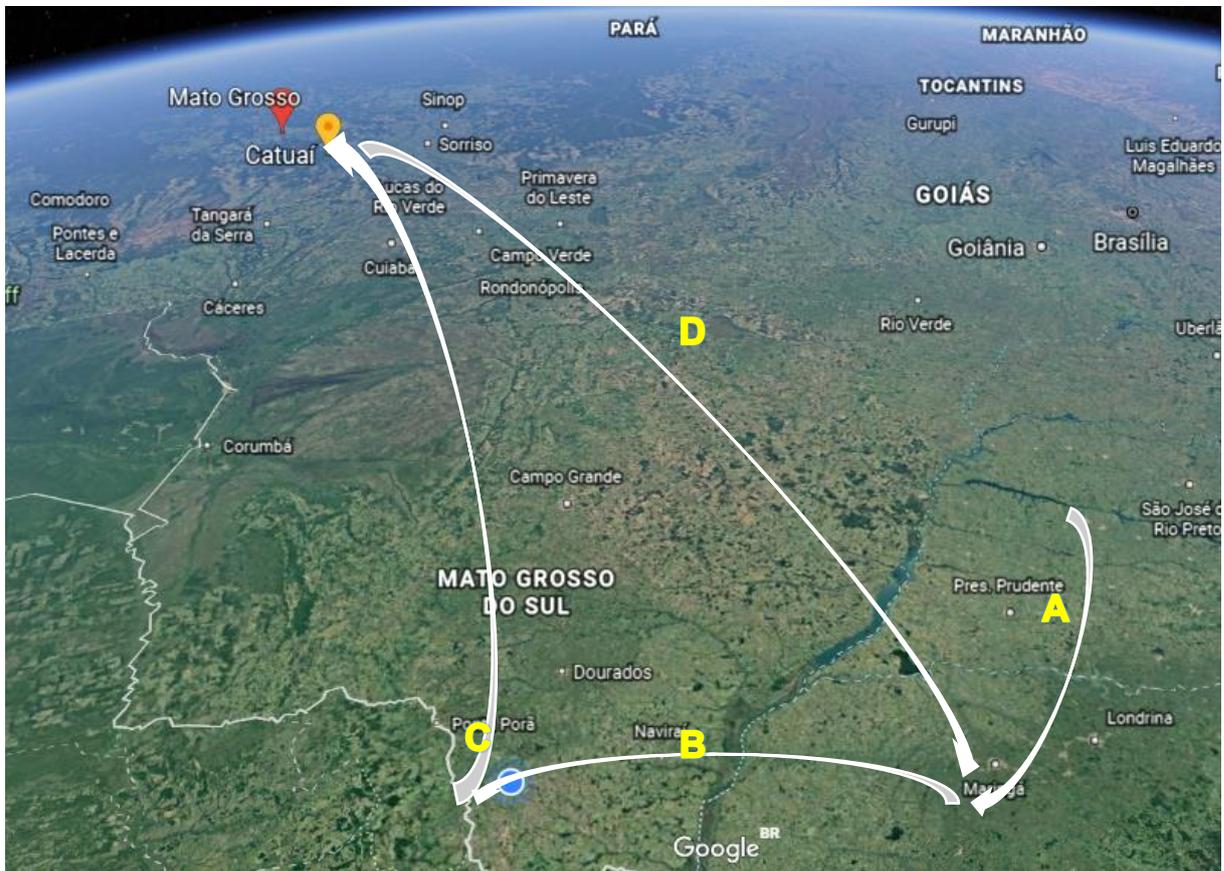
O quadro geral que se pode extrair é o de continuidade de fluxo migratório das indústrias madeireiras para Mato Grosso, e já adentrando a Amazônia. Penso naquele alerta de Warren Dean de que a história do martírio da Mata Atlântica poderia servir de alerta a medidas preventivas de conservação que poderiam poupar a Floresta Amazônica. O que ocorreu até aqui, no entanto, foi o contrário, como se vê em toda sua concretude, ao menos ao reduzir a equação para área de mata do *cone sul* de Mato Grosso – última fronteira, a oeste, da Mata Atlântica – e tomá-la como modelo de devastação a prosseguir adiante, rumo à maior floresta tropical do mundo.

Dos personagens privilegiados por este estudo, retomemos o caso da *Madesp - Madeireira São Paulo*, da família Morales (já apresentada no capítulo 2, item 2.4). Recuperando, trata-se de caso de fluxo migratório de um núcleo familiar paulista, com passagem pelo Paraná, que em 1980 tentou instalar-se em Paranhos, cidade fronteira sul-mato-grossense com a república paraguaia. A frustrada tentativa de operar em Paranhos levou a família a vender as instalações e continuar a marcha rumo a Juara⁷⁰, estado de Mato Grosso. De Juara, segundo Maria Cristina Morales Felipe (filha de dona Iracema Morales), a família Morales foi estabelecer-se em Catuaí⁷¹ (distrito de Juara) “com promessas de que lá, que estava abrindo, eles davam um ‘xis’ de terra para montar uma serraria, uma chácara, e ‘madeira liberada’. Eles foram para lá e lá meu pai trabalhou de 1980 até 1984”. Em resumo, incentivos de toda sorte eram concedidos pelo poder público para atrair indústrias madeireiras no local em epígrafe.

⁷⁰ Juara é um município do estado de Mato Grosso. Situado a 730 km da capital Cuiabá, figura como o município polo da região do Vale do Arinos e um dos principais da região noroeste do estado. As rodovias de acesso à cidade são a MT 338 que liga Juara a Cuiabá pela BR 163 e a MT 220 que faz a ligação de Juara a Sinop. Com uma extensão territorial de 21.430 km², o município é um dos maiores do estado, com 3.000 km de estradas públicas e uma média de uma ponte a cada 3 km. (v. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Juara>).

⁷¹ Catuaí é um dos quatro distritos pertencentes ao município de Juara-MT. Os outros são: Juara, Águas Claras e Paranorte. (v. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510510>).

Figura 13. Roteiro aproximado do fluxo migratório da família Morales, *Madesp - Madeireira São Paulo Ltda.*



Roteiro: A: de Olímpia-SP ao distrito de Marilu (Iretama-PR); B: de Iretama a Paranhos-MS (1980); C: de Paranhos-MS a Catuaí (Juara-MT) (1980); D: retorno de Juara-MT a Iretama-PR (1987).

Fonte: https://earth.google.com/web/@-19.74116748,-53.25182015,152.361123a,1349969,1448009d,35y,8.85309735h,54.39072035t,0r/data=CkwaShJCCiUweDkzYWY3ZWQ3ZDA3OGU5ZGI6MHgyZThmOTQyN2JmN2Q3YjQ1GZlZzOGC2SbAIViIS_uLzEzAKgdDYXR1YcOtGAEgASgC

A saga familiar sofreu duro golpe quando, naquele ano de 1984, um dos filhos do casal morreu em um acidente, quando transportava um carregamento de madeira: “IM: - Aí nós perdemos motivação. Estava indo até muito bem!”. O desgosto que se abateu sobre a família, ante a tragédia, fez com que tomassem a decisão de pôr à venda a serraria *Madesp*, assim narrada pela senhora Iracema Morales:

IM: - É sim, porque ele era uma pessoa muito boa, era muito trabalhador, muito dado com todo mundo. [Era] uma pessoa muito boa. E ele foi levar madeira, num domingo, na Juara, que era a cidade grande. Aí o meu marido falou para ele: “- Zé, você vai agora, mas não venha de noite, venha amanhã!” E ele veio de noite. O caminhão ficou mal engatado em cima da balsa; o caminhão afastou, ele foi acudir, foi indo e caiu no rio. Aí vieram avisar, em casa – nós morávamos longe, umas três horas de viagem. Chegaram lá e contaram. Coisa

de louco! Meu marido desgostou e falou: "- *Vamos vender isso aqui!*" (ENTREVISTA: Iracema Morales, jul-2016, p. 5).

Observamos acima mais um acidente fatal envolvendo um agente do mercado madeireiro, no caso, o jovem filho que perdera a vida em acidente incomum envolvendo caminhão de madeira desengatado sobre uma balsa. Precárias condições de transporte, no caso, fluvial, o vitimaram. Daí, posta à venda, a serraria *Madesp* operou ainda por mais três anos, até achar comprador. "IM: - Porque não era fácil, vender. Lá tinha [no local] a serraria do senhor Danilo e a nossa. A nossa serraria era muito boa, vendia muita madeira! Os meninos meus eram muito trabalhadores. Mas depois a gente se desgostou" (id., ibid.). Quando venderam as instalações da serraria e retornaram a Iretama, o fizeram para uma família de sobrenome Variani, proveniente do município de Toledo-PR, afirma a filha Maria Cristina Morales Felipe. Última ponderação a respeito: enquanto os Morales retornaram a Iretama, outra família proveniente do estado do Paraná vai adquirir e dar prosseguimento às operações, um exemplo a mais a adicionar no movimento geral da onda migratória madeireira que tomou o sentido Mata Atlântica/Amazônia.

O caso específico dessa serraria *Madesp*, de porte médio, perfil familiar, que em meio à tragédia encerra sua epopeia na região amazônica e retorna ao interior do Paraná, contudo, talvez não sintetizasse em sua experiência a tendência latente de indústrias mais encorpadas avançarem para o norte de Mato Grosso, zona da Amazônia legal.

Retomemos agora as respostas concedidas pelo senhor Silvestre Otto, uma vez encerrada sua "aventura" como gerente do mato e de operador de trator de esteira no interior do Paraguai. Perguntado a ele quais as impressões que guarda quando de sua transferência para a região de Sinop, em 1994, prestando seus serviços a Neife Cavalari. Cavalari, como visto no cap. 2, foi um dos sócios-proprietários da *Ipanema Beneficiamento de Madeiras Ltda.*, empresa em que mais tempo Silvestre Otto trabalhou em sua vida. Pois bem, eis que este vai nos situando as circunstâncias por ele percebidas da situação da atividade madeireira em Sinop quando por lá passou a trabalhar:

SO: - Eu fui para o Norte, eu já fui para o Norte em 1994. Em 94 eu fui para o Norte com o Neife Cavalari. Nós chegamos a Sinop, Sinop tinha 400 serrarias, 400 serrarias! Aquilo, eu vou te falar uma coisa: para o lado que você olhasse, você enxergava umas duas ou três serrarias. E já naquela época tinha gente puxando madeira com 300 km de distância. Em 94. Já puxava tora: *cedrinho, mescla, angelim-pedra*, esse tipo de madeira. Daí escasseou, daí já mexeram até aquela beira do Xingu, lá (ENTREVISTA: Silvestre Otto, ago-2016, p. 14; destaques meus).

Tal declaração nos permite compor uma imagem de fluxos migratórios bastante consistentes relacionados com a atividade madeireira. Sim, pois, as madeireiras acompanharam a marcha histórica da fronteira agrícola brasileira, esta que avança do estado de São Paulo para o norte e oeste do Paraná e para o antigo sudeste de Mato Grosso; do oeste paranaense para o *cone sul* de Mato Grosso/do Sul; da rota rio-grandense e catarinense, seguindo pelo Paraná e também adentrando o *cone sul*. Mais adiante, madeireiras vão avançando para fronteira com o Paraguai (como vimos), antes de desativar para, ou encerrar a atividade, ou dar continuidade em áreas cada vez mais ao norte do território brasileiro. E, fato a alinhar a experiência do ciclo do *cone sul* com a presença madeireira na Amazônia é a intensidade que marca sua presença em ambas as situações: cálculo rápido, em torno de 400 madeireiras no entorno de Sinop, diz Silvestre Otto, encerramento de ciclo, fim do século 20; enquanto que para o *cone sul*, delimitado entre 1970/90, foram 747 empresas abertas operando sobre a floresta, como revelam os cadastros da JUCEMS.

Perguntado a ele se o município de Sinop era de grande dimensão, o senhor Otto revela conhecimento de causa ao relacionar as “várias cidadezinhas” que se emanciparam de Sinop: “Vera, Cláudia, Feliz Natal, Marcelândia, Analândia. Tudo isso aí era município de Sinop. Só que depois Marcelândia ‘municipalizou’, daí depois todas essas outras cidadezinhas municipalizaram também, só Analândia que não”. O correto é considerar a origem desses municípios a partir da colonização da Gleba Celeste pela *Colonizadora Sinop S. A.* Panosso Netto nos informa que tal colonizadora “foi fundada por Ênio Pipino, filho de imigrantes italianos, nascido em 1917 na cidade de Penápolis, São Paulo. [...] Após vender suas terras já valorizadas em São Paulo, [Pipino] adquiriu, a preços baixos, inúmeras áreas virgens ao norte do Paraná, iniciando o loteamento das mesmas” (PANOSSO NETTO, 2001, p. 29). Após esgotadas maiores possibilidade de vendas de terras no Paraná, a Sinop adquiriu a Gleba Celeste e outras terras, subdividindo o núcleo colonial Celeste em três partes: “Primeira parte, com 63.741,30 ha, denominado cidade de Vera; Segunda parte, com 64.407,67 ha, denominado cidade de Santa Carmem; Terceira parte, com 59.519,00 ha, denominado cidade de Sinop” (id., ibid., p. 35).

É possível complementar as narrativas de nosso aventureiro (Otto) e do pesquisador de Mato Grosso, entre o conhecimento empírico e o sistematizada análise do historiador. Sendo assim, Panosso Netto revela que a *Colonizadora Sinop* desenvolveu, na década de 1970, estratégia de propaganda visando atrair para esta região de Mato Grosso colonos dos estados do Sul do país, além de paulistas, através de *folders* com mensagem como “Fique Rico!”, onde se exaltava a fecundidade de uma terra livre de geadas e de formigas. A estratégia deu certo e

inúmeras famílias camponesas do Paraná venderam seus lotes para adquirir terras na Gleba Celeste, muitas delas vindo a se arrepender logo em seguida, uma vez constatada a necessidade de correção do solo com calcário para alcançar produtividade agrícola desejada (id., ibid., p. 39, 41 e seguintes). O recorte desse testemunho é revelador da influência da *Colonizadora Sinop* no norte paranaense: “Alguns cartazes e o que corria mais era o nome da Colonizadora Sinop, que tinha tradição lá no Norte do Paraná. O pessoal conhecia. ‘*Você vai pra Sinop?*’ ‘*Vou pra Sinop. E lá que o futuro tá pela frente!*’” (id., ibid., p. 42). E eis que o paranaense Silvestre Otto vai *in loco* tirar suas próprias conclusões duas décadas mais adiante:

JLA: - Havia propaganda no Paraná para [colonos adquirirem] terra lá?

SO: - Porque lá não gia. E [vindo] daquela região de Assis Chateaubriand, o povo invadiu lá, comprando terra para formar café, formar café. Chegando lá já vendiam a madeira, dando de qualquer jeito, queriam limpar para formar café. Só que daí, plantavam o café e o café não produziu. O pé vinha bonito, o pé vinha a coisa mais linda! Só que na hora da florada, faltava a chuva. Faltava chuva na hora da florada, na hora do grão, também. La serena muito, então ele conservava a flor e crescia a frutinha, mas na hora da formação do grão não dava, o grão era chocho, entendeu? (ENTREVISTA: com S. Otto, jul-2016, p. 15, destaque meu).

Como consequência, continua Otto, famílias paranaenses com experiência com café foram malsucedidas no norte de Mato Grosso, retornando ao estado de origem.

SO: - Eles venderam as terras deles aí, foram para lá e ficaram pobres lá, lutando, e voltaram pobres para o Paraná. Abandonaram. Você via [1994] casas abandonadas no meio do mato, casas até boas, de madeira (porque lá era tudo de madeira, região da madeira). Mas casa boa, abandonada no meio do mato, no capoeirão. Não aguentaram mais, não tinha jeito (id., ibid., p. 16).

Quando Otto esteve trabalhando na região de Sinop (1994 e anos seguintes), em sua opinião, já era o interesse na madeira que movimentava o local, e não mais a colonização agrícola: “- Não, na época lá o interesse do povo era madeira, mesmo!” [...] Então eles compravam a terra, mas com o interesse na madeira. Aí depois, quando acabava a madeira, abandonavam. O problema deles era a madeira. Muitos vieram embora para o Paraná de novo, para aquela região de Assis [Chateaubriand]” (ENTREVISTA: com S. Otto, jul-2016, p. 15, destaques meus).

Panosso Netto aprofunda que na Gleba Celeste, enquanto se dava frustração com as primeiras tentativas fracassadas de lavouras agrícolas, a população da cidade enveredou-se para a exploração da madeira na região, tendo a primeira serraria instalada em 1971, proliferando a

atividade de 1978 em diante, aumentando a oferta de emprego e aquecendo a economia local, levando trabalhadores a migrarem da agricultura para a indústria madeireira. Com isso, continua, “as terras que tiveram suas matas derrubadas foram abandonadas e a agricultura se estagnou na região, sendo praticada apenas em escala de subsistência”, enquanto que a “exploração madeireira se tornou tão forte que no início da década de 1980 já havia 140 serrarias funcionando na *Gleba Celeste*; destas, 19 estavam instaladas em Vera” (2001, p. 58).

Diante disso, podemos dar créditos à avaliação de Silvestre Otto de que nos anos 1990 era a madeira quem estimulava o interesse econômico em Sinop e mais adiante no norte de Mato Grosso, muito para além da agricultura. Quantas semelhanças entre as experiências madeireiras no *cone sul* de Mato Grosso do Sul e essa no norte de Mato Grosso! As imagens de ciclos madeireiros em regiões distantes revelam-se do mesmo modo, como centros de atração a estimular ondas migratórias de empresários e trabalhadores; algo semelhante talvez só se teve em territórios de exploração de minérios, como em Serra Pelada, no sudeste do Pará.

Panosso Netto argumentou em sua dissertação que a primeira experiência colonial na Gleba Celeste não suportou, na segunda metade da década de 1980, o “baixo preço dos produtos agrícolas, a distância da cidade, a falta de escolas, a crise financeira de muitos colonos, o alto custo de mecanização da terra e a má preservação das estradas vicinais”, dificuldades essas que fizeram muitos agricultores abandonarem suas terras (2001, p. 37, destaque meu). Uma década depois, Silvestre Otto estava seguindo o trecho, já se deslocando de Sinop para mais ao norte de Mato Grosso, agora trabalhando em recuperação de estradas. Sua narrativa reforça essa dificuldade com as vias de comunicação no norte de Mato Grosso, por não haver estradas adequadas: “Estrada, eu conheci... eu arrumei estrada lá no norte que tinha 30 quilômetros de Analândia [do Norte-MT], em uma serraria que tinha lá, que eu fui para mexer lá – que era do Zé Taborda” (ENTREVISTA: com S. Otto, jul-2016, p. 15). Silvestre pergunta a Sadi Giordani se este conhecera o “Zé Taborda”, obtendo resposta afirmativa deste. O então novo empregador de Silvestre Otto, José Taborda, conhecido dos dois entrevistados, era madeireiro proveniente da região *cone sul* e que também estendera a atividade para o norte de Mato Grosso. Otto que já desempenhara múltiplas funções, ficou responsável por prestar serviços de terraplanagem. Continua: “Eram 30 quilômetros de estrada e era uma poça d’água só! Você entrava aqui, saía da cidade, entrava naquela poça d’água, [e só] terminava a poça d’água quando chegasse na serraria. Era desse tipo, buraco e tempo da chuarada. Aí eu fui lá e reabri tudo, aterrei, levantei” (id., *ibid.*, p. 16).

Figura 15. De Sinop para Analândia do Norte-MT



Fonte: [https://earth.google.com/web/@-12.59733159,-](https://earth.google.com/web/@-12.59733159,-54.88192395,795.85506471a,1878732.62279928d,35v,0.68925798h,1.47544488t,0r/data=ClgaVhJOCiUweDkzMDhiMTc5ZDI5NmU1MTM6MHhmMzAzOGI4YmRiNzgxMmJiGere1FEffibAlfgBovZVF0vAKhNBbmFsw6JuZGlhIGRvIE5vcnRIGAIgASgC)

[54.88192395,795.85506471a,1878732.62279928d,35v,0.68925798h,1.47544488t,0r/data=ClgaVhJOCiUweDkzMDhiMTc5ZDI5NmU1MTM6MHhmMzAzOGI4YmRiNzgxMmJiGere1FEffibAlfgBovZVF0vAKhNBbmFsw6JuZGlhIGRvIE5vcnRIGAIgASgC](https://earth.google.com/web/@-12.59733159,-54.88192395,795.85506471a,1878732.62279928d,35v,0.68925798h,1.47544488t,0r/data=ClgaVhJOCiUweDkzMDhiMTc5ZDI5NmU1MTM6MHhmMzAzOGI4YmRiNzgxMmJiGere1FEffibAlfgBovZVF0vAKhNBbmFsw6JuZGlhIGRvIE5vcnRIGAIgASgC)

Quando, em seu dizer, as serrarias começaram a sair de Sinop, precisaram abrir 200 quilômetros de estrada para chegar aos locais mais “fortes da madeira”. A decisão foi tomada em reunião com todos os proprietários de serrarias de Sinop, que arcaram com os custos das máquinas. “Daí nós fomos com seis máquinas para abrir esses 200 quilômetros. Só que eu não cheguei a ficar até terminar esses 200 km [...] Depois entrou o tempo da chuva e eu falei: “- não, não dá pra mim!”, porque a família estava aqui em Amambai, eu morava aqui”. De Sinop a Amambai Otto vinha a cada 45 ou 60 dias. Mais adiante, quando fora trabalhar no estado do Pará – em Castelo dos Sonhos e em Santa Júlia –, ficou por lá apenas por 90 dias, quando, por fim, tomou a decisão de retornar a Amambai, encerrando sua aventura com as madeireiras.

Esse percurso acima, que inter-relaciona os fluxos migratórios envolvendo deslocamento de madeireiros vindos do sudoeste do estado do Paraná, passando pelo sul de Mato Grosso do Sul, até despontar no sul do Pará, coincide com semelhantes territórios selecionados por Joe Foweraker (1982) para efeito de análise comparativa e exame dos conflitos

fundiários abertos em torno da ocupação territorial, em décadas sucessivas, para essas três regiões de frentes pioneiras.

Eis então outro de nossos colaboradores tecendo avaliações comparativas entre os ciclos madeireiros, interseccionados com a ocupação territorial da agropecuária: Guaracy Boschilia. Em sua casa em Caarapó, onde concedeu entrevista, observo muitas espécies de árvores plantadas ao redor de sua residência, a suscitar minha curiosidade. GB: “Se você olhar aqui, isso aqui tudo fui eu quem plantei, todas essas árvores. Tem árvores do Amazonas, tem umas palmáceas...” Destaca, no entanto, uma espécie nativa do estado do Paraná, o *pau d’alho*. *Pau d’alho*, continua ele, “é nativa do Paraná, as melhores terras do Paraná tinham essa espécie de *pau d’alho*. Eu trouxe umas mudas e plantei aí [...] elas já estão com trinta e poucos anos, essas árvores. Se chamam *pau d’alho*”⁷². Retomo em seguida sua análise do avançar das madeiras na região amazônica.

GB - Na Amazônia tem que ir o Exército e dizer: “- *Deste paralelo para baixo não pode mais explorar!*” Ou, caso contrário, vai acabar, porque não tem condições de segurar.

JLA - Hoje se tem acompanhamento por imagens de satélite.

GB - É, mas mesmo assim. O cidadão compra mil hectares e derruba 20%. Dos outros 80%, ele faz uma escritura para um filho, ou para outro filho, e aí derruba mais 20% de cada; ou ainda arruma “laranja”. Se não tiver filho, arruma alguém para poder burlar a lei. O madeireiro, suborna tudo, faz as estradas e joga capim, e depois vem uma seca. Lá tem uma seca tamanha [...]; lá tem a seca, um período de seca, que não chove. Aí a matéria orgânica fica forrada. Depois vem a chuva e o calor, chuva e calor, e transforma rapidamente. Você anda na mata lá e verifica que não tem aquela matéria orgânica de decomposição, ela desaparece com água e calor, desaparece. [...] E vai pondo capim. E aí põe fogo. Fogo e depois capim. E vira pecuária, titula, segue o atravessador, o político que vai junto e informa (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 29-30).

O quadro desenhado por Boschilia é de um conhecedor das propriedades geológicas e climáticas da região, muito em função de constantes viagens que fizera ao Norte do país. Seu diagnóstico é certo, apenas com intervenção decidida de políticas públicas de Estado é possível conter o impulso de continuidade de devastação da Floresta Amazônica ante os interesses econômicos extrativistas e da grande propriedade agropecuarista. Pela análise, o madeireiro agora passaria mesmo à frente do expandir da fronteira agrícola, a burlar a lei, a construir mecanismo de suborno. E o que dizer do *modus operandi* praticado no ciclo

⁷² O nome científico é *Gallesia intergrifolia*, da família *Phytolaccaceae*. Suas características morfológicas: a árvore tem altura de 15-30 m e exala cheiro de alho. Seu tronco é cilíndrico, de 70-140 cm de diâmetro, de casca castanho-acinzentada e de folhagem simples (cf. <http://www.umpedeque.com.br/arvore.php?id=706>).

madeireiro do *cone sul* em continuidade na Amazônia? Vale repetir a expressão: “E vai pondo capim. E aí põe fogo. Fogo e depois capim. E vira pecuária”.

É possível avaliar que o dínamo que estimula constante mobilidade de madeireiros pelo território nacional, à procura da valiosa matéria-prima, lembra muito a “corrida do ouro”, tão semelhante parece ser o efeito psicológico que motiva indivíduos a migrarem para as áreas de mineração. A propósito, tal reflexão veio exatamente do extrato da fala de Boschilia que exponho abaixo:

Quando fiz a viagem até Santarém – fui por Altamira, por Tucuruí, Marabá – , quando fui lá ver a Serra Pelada... Tinha um empregado meu, nessa época, que queria ir para lá; arrumei o dinheiro e ele foi para Curionópolis. Ele me escreveu, pediu para eu ir lá porque tinha dinheiro para me pagar. Fui. Peguei a família e fui, fui lá em Curionópolis. Ele disse que tinha ouro para me pagar, mas eu falei: “- Não, você guarda o dinheiro, o ouro, você acumula mais”. Ele tinha barranco de exploração. A Serra Pelada, eu fui lá ver, tinha fechado, mas em Curionópolis tinham vários pontos de barranco, que o pessoal explorava o ouro (id., ibid., p. 30).

O caso em si revela a decisão de um ex-empregado da *Serraria Jatobá* em enveredar para a “aventura” da mineração, contando com apoio logístico do ex-patrão, em Curionópolis (Pará). Complementa Boschilia, “- Então, já tinha pecuarista lá, nessa região de Marabá, de terras boas. E madeireiro explorando a castanheira, árvore enorme”. A Amazônia incorporava ali dois polos de atração: mineração e exploração madeireira, sendo decisivas, acredito, as experiências prévias das derrubadas das matas nos estados do Sudeste, do Sul, e do *cone sul* de Mato Grosso do Sul, algo a se perpetrar no bioma amazônico.

JLA - Essa dinâmica já se transferiu para o Norte.

GB - Então, para abastecer e para exportar. Há muitas indústrias extrativas, algumas montadas por chineses. Quando passei pela primeira vez por lá, tinham muito poucas. Mas, como eu estava dizendo, dessa viagem até Santarém: Rurópolis, que é entroncamento da Cuiabá-Santarém com a Transamazônica, tinha uma placa grande: “Reserva florestal do Ministério...” Era uma reserva, mas tinha uma esplanada de madeira encostada na placa de tora (id., ibid., destaques meus).

Guaracy Boschilia consegue verificar diferenças a se considerar sobre o processo do ciclo madeireiro do *cone sul* quando se avalia a atuação das indústrias madeireiras na região Norte, pois, em seu entender, “a extração da indústria madeireira do sul da Mata Atlântica: de São Paulo, do sul de Minas, norte do Paraná, sul do Mato Grosso, do Paraguai (no Paraguai é um tanto peculiar) é diferente da exploração da madeira do Norte, da Bacia Amazônica,

principalmente do Pará - Pará e Amazonas”. Distingue o processo de abertura de fazendas na Mata Atlântica, como de iniciativa de indivíduos que compravam áreas de mata para abrir e fazer agricultura de subsistência – se referindo à experiência histórica do avançar da fronteira agrícola paulista, em particular. Por seu turno, acreditava-se que o “plantio de grãos deveria ser feito em áreas férteis, e terra fértil é terra de mata”. A mata, a seu ver, “era a ‘menina bonita na praça’, por causa da fertilidade; e não era só o café, era tudo. Não é que vá destocar uma terra nova para plantar grão, porque aí o custo-benefício não compensava. Então entraram no Cerrado” (id., *ibid.*, p. 31).

Como já vimos, há uma diferença já considerável no caso do *cone sul* de Mato Grosso, ante o modelo exposto aqui, uma vez que, em sequência, o avançar do binômio agropecuária/madeira em terras mato-grossenses em determinado momento passou a ser conduzido pela grande fazenda de pecuária por sobre zona de Mata Atlântica e em transição com o Cerrado. Continuemos, pois, com o comparativo de Boschilia, que observa terem muitos ido ao norte de Mato Grosso, e foram pela Cuiabá-Santarém. “Lá na região de Sinop, Sorriso, Lucas [do Rio Verde] a vegetação era mais baixa, que tinha um tal de cedilho; entrou-se para poder plantar capim e fazer agricultura”. O Cerrado, em seu entender, é mais fácil de desmatar, aplicando, em sequência, o calcário para a agricultura. Em relação a essa região, complementa, “que chove muito até hoje, e foi esta explosão. Hoje Mato Grosso é o estado que mais produz grãos em milhões de toneladas entre as unidades da federação” (id., *ibid.*).

Como viajante, ressalta situações que seu olhar arguto consegue bem interpretar, partindo de sua própria experiência empírica de décadas passadas, acompanhando e participando da transformação da paisagem em São Paulo e *cone sul* de Mato Grosso do Sul. Agora se refere ao estado do Amazonas, do que viu sobrevoando Manaus:

GB - Se você viajar de avião para Manaus, faz a rota Manaus, já tem é um planalto. Parece Argentina, parece Estados Unidos, a área de agricultura de lá. Então tem a reserva, perto das águas, onde há as nascentes, mas o resto é agricultura. [...] Na medida em que você vai na direção de Manaus, tem aquela *Alta Floresta*, que entrou lá para abrir, o Ariosto, que era um corretor, um sujeito que titulava grande área do governo e depois dividia para vender, para plantar café. Perto do [rio] Teles Pires, lá” (id., *ibid.*, p. 32).

Vamos pensar mais sobre isso. Boschilia está falando de fluxo migratório para o Norte do país, de mais um deslocamento que está indo para lá em função das riquezas do lugar, da Amazônia. Como não relacionar esse processo com o antigo fluxo migratório por ocorrência da expansão da fronteira agrícola de São Paulo e do Sul do país para o *cone sul* de Mato Grosso/do

Sul? Paralelo a isso, havia um surto de desenvolvimento muito associado à indústria madeireira. A mata estava sendo derrubada, as cidades estavam se erguendo, uma densidade populacional se deu no processo, atraindo migrações internas do país. Ocorre que, na avaliação de Boschilia, no *cone sul*, “a indústria madeireira entrou a pedido do proprietário, porque tinha que abrir a mata. Lá é diferente um pouco” (id., ibid.).

Quer parecer, sua compreensão está indicando que o ímpeto da indústria madeireira repete em parte o processo do ciclo madeireiro do *cone sul* em algumas localidades do norte de Mato Grosso e região Norte. Porém, pode-se deduzir, o encadeamento da atuação da atividade madeireira com a cadeia produtiva da agropecuária lá pôde ser dispensada, haja vista o grande valor comercial de algumas espécies madeireiras. “GB - Então está chegando! Está chegando lá essa cultura extrativista! Tem serraria e minério, tem garimpeiro. Está chegando! Por isso que eu digo, se não falar: ‘- *Daqui para frente, não!*’ eles vão...” (id., ibid., p. 33).

De fato, se retomarmos nossas fontes, podemos uma vez mais verificar que o recurso rumo ao “norte” longe foi de ser exceção à regra. Eis confirmando esse ponto de vista as afirmações que a trabalhadora Eugênia Siqueira Ortiz fornece sobre o desfecho das operações da *Inconave S.A.* em Porto Caburey, encerrando contratos de trabalho e desativando a significativa estrutura montada. “Sim, eles foram para o norte, compraram terra para lá, fizeram serraria e levaram quem quis ir. Quem quis ir com eles, foi” (ENTREVISTA: Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 20). A grande empresa teria, a seu ver, pago os direitos trabalhistas e os trabalhadores, em geral, foram morar na cidade de Naviraí, enquanto ela e seu marido foram a Dourados. No desmonte da estrutura, reforça, tanto deram, como venderam barato a madeira de demolição das casas da colônia aos antigos trabalhadores: “mandavam levar lá onde a pessoa tinha um lugar de pôr. Inclusive a nossa veio trazer aqui [em Dourados]. Vendeu para os próprios trabalhadores, vendeu baratinho” (id., ibid., p. 21).

Retomando o assunto da migração da indústria para terras setentrionais, Ortiz ressalva que a sociedade anônima *Inconave S. A.* encerrou suas atividades em Naviraí, uma vez findado o contrato com a *Fazenda Três de Maio*. Em Mato Grosso não sabe qual nome tinha a pessoa jurídica, embora acredite que sócios ou administradores daquela indústria tenham dado continuidade aos negócios em Mato Grosso. De fato, por meio de uma consulta rápida à comunidade do Facebook *Ex-moradores do Caburey* verifico uma fotografia em particular, publicada na página daquela comunidade:

Fotografia 21. Do Porto Maracaí a Juína-MT: *Madeira Maracaí do Norte*



Fonte: https://www.facebook.com/groups/1287443294687827/?ref=br_rs

Observemos o terceiro comentário postado: “Essa foto não é no Porto Caburey, é em Juína, na *Madeira Maracaí do Norte*. Quando montamos a serraria lá, esse outro eu não me lembro do nome, só o apelido, Negão, ex-garimpeiro [que] trabalhou com a gente na montagem da serraria”. Na borda esquerda, abaixo, há o registro da data em que se produziu a foto no original: dezembro de 1992. Observe, leitor, se tratar de alguns anos após a desativação da *Inconave* em Naviraí. O batismo com o nome de *Maracaí do Norte* se dá certamente em homenagem ao porto vizinho a Caburey, o porto Maracaí. Mais um detalhe, verifiquei a existência de uma empresa madeireira, de denominação social *Madeira Maracaí Ltda.*⁷³, em Itaquirai-MS, cujo contrato social informa ser sucessora da antiga *Inconave S.A. Industria, Comércio e Navegação*, tendo, aliás, como sócios fundadores Jurandir Antônio Zeni e Deoclécio Ricardo Zeni, dois antigos sócios da *Inconave S.A.* A mim, a vinculação da *Maracaí do Norte* com a antiga *Inconave* é inconteste, certificando essa tendência de migração para a Amazônia Legal quando esgotado o ciclo madeireiro no *cone sul*. Quão significativo esse registro onde três homens posam por entre uma tora derrubada, cujo diâmetro chega a

⁷³ *Madeira Maracaí Ltda.*, instalada no Porto Maracaí, Itaquirai-MS, data da constituição 09/03/1984, com cisão parcial em 19/12/1995 e cancelamento da inscrição em 11/04/2006. Uma tentativa de atualização do capital social investido nessa empresa, pelo indicador IGP-DI, foi possível apurar um aporte de capital da ordem de R\$ 5.415.799,67 (em valores de out/2017), importância que a colocaria na 6ª posição entre as serrarias de maior capital social instaladas no *cone sul* de Mato Grosso do Sul (cf. Arquivo JUCEMS, Nire nº 54-2-0021371-1).

ultrapassar suas respectivas alturas. “Madeireiro, aventureiro!”, e tendo um ex-garimpeiro contribuindo com a montagem da serraria em Juína, norte de Mato Grosso.

* * * * *

Já em fase de encerramento da tese, vasculho o acervo digital da Funai, depositado no Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, encontrando uma fonte passível de dialogar com as interpretações narradas até aqui quanto ao avanço madeireiro na Amazônia. Trata-se do dossiê *O “ouro verde” das Terras dos Índios*, tornado público em setembro de 1993, quando da realização de seminário sobre *Estratégias contra roubo de madeira em áreas protegidas*. Na apresentação, tal dossiê clamava por iniciativas que fizessem com que o Estado brasileiro exercesse seu papel fiscalizador, penalizando com pesadas multas indenizatórias as empresas madeireiras que estivessem atuando ilegalmente em áreas indígenas. O caso envolve uma espécie nobre de madeira em especial, o *mogno*, muito apreciado no exterior – países como a Inglaterra estariam estimulando madeireiras a exportar o *mogno* e, diante da gradual dificuldade em encontrar tal madeira, em grande quantidade, madeireiras estavam adentrando áreas protegidas e reservas indígenas para extrair tal valiosa madeira (O OURO VERDE..., 1993, prefácio, p. 5).

Impactado, retomo a leitura do livro *Saudade do Matão*, onde em determinada passagem a ambientalista e ex-secretária geral do IBDF, Maria Tereza Jorge Pádua, considerou, na entrada do século 21, ser mais difícil tirar madeira da Mata Atlântica. Porém, em relação à Amazônia, que é a região onde as madeireiras estão entrando, observa que nossa madeira em pé não tem valor. “Sabe por quanto um índio vende o metro cúbico de *mogno*? Três dólares o metro cúbico, cinco dólares no máximo. Sabe o quanto vale o metro cúbico de *mogno* na Inglaterra? Dois mil e setecentos dólares. Quem vai querer gastar um tostão em pesquisa ou manejo, se a madeira sai praticamente de graça?” (URBAN, 1998, p. 340).

De fato, o extrato confirma alguns anos depois o problema alertado no dossiê citado em parágrafo mais acima, em 1993. E lembremo-nos que há pouco referimos, no discurso de Guaracy Boschilia, a menção de que os madeireiros atuam em Mato Grosso e nos estados do norte como verdadeiras organizações criminosas (como citado no item 4.2). Pensando os desdobramentos do itinerário madeireiro, da Mata Atlântica para a Floresta Amazônica, Boschilia assinala, por consequência, que lá se “suborna o Ibama, os funcionários do Ibama, suborna a Polícia Florestal; suborna o fiscal do Estado, para não pagar imposto”. E em relação

ao índio na reserva, continua, “dá dinheiro, dá caminhonete, dá trator. E um volume grande!, porque quantos milhões de quilômetros quadrados: Transamazônica, Cuiabá-Santarém? Eu vi lá serraria serrando o cedro rosa para mandar...” (ENTREVISTA: G. Boschilia, abr-2016, p. 27).

O dossiê lança luz a essas impressões negativas acima. Na passagem seguinte, denuncia um mecanismo de burla por parte dos madeireiros ilegais para dar continuidade ao roubo de madeira, especialmente no estado do Pará, via “processo de terceirização da atividade de exploração madeireira dentro das áreas indígenas”. Tal saída por parte das empresas exportadoras de madeira se dera na tentativa de contornar problemas que estariam enfrentando “junto ao mercado internacional, a partir das denúncias feitas sobre seu envolvimento com a exploração dentro das áreas indígenas [,] situação [que] acentua a necessidade de o Ibama ampliar sua fiscalização até o pátio das grandes serrarias, compradoras e financiadoras da exploração de terceiros” (O OURO VERDE..., 1993, prefácio, p. 6). Encerra o prefácio do dossiê que, em 1993, “a atividade de exploração de madeira na Amazônia assume um perfil semelhante ao da garimpagem de ouro. Sem controle por parte do Estado, a clandestinidade domina a exploração de madeira, dentro ou fora das áreas indígenas” (id., ibid., p. 7, destaque meu).

Ainda com base no dossiê, para reforço do exposto nessa tese, vários fragmentos estão a postos. Por exemplo, avalia que a exploração do mogno teve início na Amazônia, sul do Pará, desde a década de 1960, “ao longo do rio Araguaia e da rodovia Belém-Brasília”; e que o processo se expandiu na década de 1980 quando o setor madeireiro passou a assumir posição de destaque na economia da região. Mais ainda, que “O escasseamento do potencial madeireiro em outras regiões do Brasil, fez com que empresários do sul do país, com tradição no setor, viessem se estabelecer na Amazônia e, posteriormente, dominar a atividade de exploração, beneficiamento e comercialização de madeira” (O OURO VERDE..., 1993, p. 9). Segue adiante, “em inúmeras regiões, a indústria da madeira veio determinar os caminhos e garantir a fixação das frentes de expansão, constituindo-se num dos pilares do modelo atual de ocupação ainda em curso na Amazônia” (id., ibid.). Observe-se, a indústria madeireira como pilar ou indutor da ocupação da Amazônia, não a pedido ou como parceiro da atividade agropecuária como pensamos no *cone sul*. Outro ponto distintivo, o da “associação de grupos com os setores econômicos madeireiro e garimpeiro”, “à margem da legalidade jurídica e fiscal do país” (id., ibid., p. 10), algo que não se verificou, ao menos não nessas proporções, no ciclo da madeira do *cone sul*.

Um último destaque nesse tópico, o dossiê “O Ouro Verde...” produz a denúncia do caso de roubo da madeira, focado especialmente em uma espécie de alto valor comercial,

voltada à exportação para mercados externos, o *mogno*, madeira existente em uma faixa de vasta área da Amazônia Legal (norte de Mato Grosso, Rondônia, Acre, sul do Amazonas, e centro e sul do Pará). Na Mata Atlântica do *cone sul* de Mato Grosso do Sul, a *peroba* é que, a nosso ver, simbolizou o ápice da atividade madeireira, mas nesse caso, a forte demanda provinha do mercado interno do país, especialmente a suprir encomendas da indústria civil no estado de São Paulo, como antes exposto à exaustão.

4.8 Regenerações

No terceiro capítulo há uma cena que representa a despedida da família Ortiz, junto a amigos, da comunidade que convivera pelos anos em que trabalhara para a madeireira *Inconave S. A.* Refiro-me à fotografia 17 (cap. 3 desta tese), em que adultos e crianças posavam à frente do forno que essa família construiu para produzir carvão vegetal, com os restos inaproveitáveis de madeira serrada, tendo ao fundo a estrutura daquela grande serraria. São registros últimos de um tempo que guardara na memória a senhora Eugenia Siqueira Ortiz – e que outros tantos também acalentaram e trataram décadas depois de registrar nas redes sociais, como vimos.

Pois bem, eis que cerca de duas décadas após ter sido desativada a madeireira em Porto Caburey, e essa família ter mudado de residência para Dourados, foi programado um retorno ao local. Um dos filhos da senhora Eugênia, já adulto, engenheiro agrônomo, levou seus pais para visita de reconhecimento daquela área. Qual surpresa, revela dona Eugênia Ortiz, expressando na entrevista: “Virou tudo mato de novo”, exclamou ela, afirmando ter tido muita dificuldade em identificar os locais com os quais estava familiarizada.

Fotografia 22. Duas décadas depois, a mata se regenera



Fonte: Acervo particular da Sr.^a Eugênia Siqueira Ortiz (Porto Caburey, Naviraí).

Em suas palavras: “- Olha essa aqui, para você ver o que virou! [à esquerda]. Aqui era uma rua: fechou, vê, fechou; virou tudo mato! Virou tudo mato! Virou tão mato que a gente não entendia o que era o quê, o que era isso”. Diz-nos que naquela visita foi só aos poucos se orientando, apontando para a fotografia da antiga cruz (ao centro): “Olha o cruzeiro aí: virou tudo mato!”; “Olha essa aqui: eu fiquei tão assustada que tiraram fotos de mim. Eu fiquei assustada de ver... fiquei com a boca aberta!” (ENTREVISTA: Eugênia S. Ortiz, set-2017, p. 40, 42, 43). O local onde antes era a escola que atendia os estudantes, filhos dos trabalhadores, só foi identificado por uma antiga jaqueira, ainda de pé, cuja presença antes estava a poucos metros da estrutura de madeira onde funcionava a escola (em que a senhora Ortiz chegou a lecionar). Essa introdução serve aqui ao intuito de exemplificar situações em que, uma vez abandonada, a paisagem se transformam por si, a natureza retoma de certa forma o espaço que “lhe é de direito”.

Vamos recuperar que a *Inconave S. A.* operava em área de porto fluvial (rio Amambai), com contrato estabelecido com uma grande propriedade rural nas imediações, a Fazenda Três de Maio. Sendo assim, uma vez concluídas as atividades, essa área do Porto Caburey foi abandonada, o que facilitou a regeneração da mata no local, arbustos engolindo vestígios de uma atividade econômica de grande porte, como que um fecho em uma temporalidade.

Fotografia 23. Duas décadas depois, o local da antiga *Inconave S. A.*

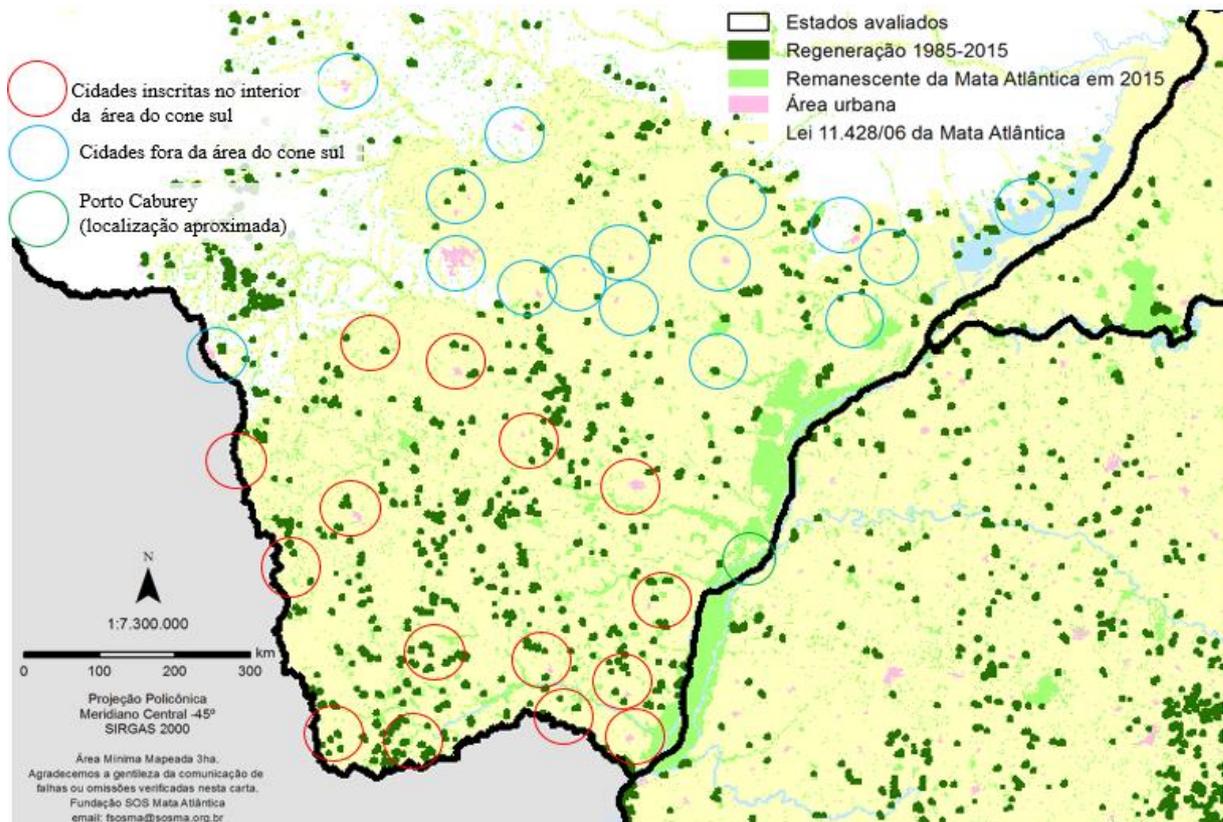


Fonte: Acervo particular da Sr.^a Eugênia Siqueira Ortiz (Porto Caburey, Naviraí)

Essas imagens acompanhadas das impressões dessa mulher simples, de origem humilde, servem para introduzir a um estudo importante, divulgado recentemente pelo portal SOS Mata Atlântica: o *Atlas da Regeneração*. O portal informa que a *Fundação SOS Mata Atlântica* e o *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)* estavam a divulgar uma avaliação inédita da regeneração da Mata Atlântica, a partir do monitoramento do Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica sobre a distribuição espacial deste bioma. A informação publicada revela a regeneração de 219.735 hectares de florestas entre 1985 e 2015, em nove dos 17 estados do bioma (e entre esses nove, inclui-se Mato Grosso do Sul). Mato Grosso do Sul, segue informando o portal, foi o quinto estado a apresentar mais áreas regeneradas no período proposto, 19.117 hectares, ficando atrás dos estados do Paraná (75.612 ha), Minas Gerais (59.850), Santa Catarina (24.964) e São Paulo (23.021). Assim, dos 6.386.441 hectares de Mata Atlântica reconhecidos por lei no território sul-mato-grossense, equivalentes a 18% da área do estado, 707.136 são áreas de mata – 11,1% da floresta original, incluindo áreas

remanescentes e regeneradas (v. <https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/atlas-da-regeneracao/>).

Figura 16. Regeneração da Mata Atlântica Sul-mato-grossense (modificada)



Fonte: SOS Mata Atlântica / INPE,

https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Brasil_avaliados_A3_retrato_1985_2015_300dpi.png

Observa-se pela figura acima, modificada aqui para representar as áreas urbanas dos municípios que integram nosso recorte espacial, o *cone sul* de Mato Grosso do Sul (em vermelho), mas também municipalidades vizinhas (em azul), muitos deles assentados na área considerada de Mata Atlântica. Uma terceira identificação (em verde) mostra a área aproximada de Porto Caburey, onde outrora funcionara uma das maiores, senão a maior, indústria de exploração madeireira ao longo do ciclo de 1970-90. Chamo atenção para a localização do Porto Caburey, situada em área remanescente, até pela proximidade com o grande rio Paraná. De fato, a maior área de remanescente florestal acompanha o curso desse rio, especialmente ao longo da fronteira com o vizinho estado do Paraná. Já os pontilhados em verde escuro representam áreas em processo de regeneração sobre formações florestais, “em estágio inicial de vegetação nativa, ou áreas utilizadas anteriormente para pastagem e que hoje estão em estágio avançado de

regeneração” (SOS Mata Atlântica). Acrescenta o diagnóstico dever-se tal processo “tanto a causas naturais, quanto induzidas por meio de plantio de mudas de árvores nativas” (ibidem).

Ainda acompanhando o diagnóstico, afirmava a diretora da Fundação SOS Mata Atlântica ter havido redução em 83% do desmatamento do bioma da Mata Atlântica, cabendo o desafio maior de “recuperar e restaurar florestas nativas que perdemos”; atribuindo a essa ONG o papel protagonista em iniciativas de replantio de árvores originárias, contabilizando 36 milhões de mudas no país, em especial em áreas de preservação permanente.

Vimos há pouco um exemplo espontâneo de regeneração da floresta, uma vez abandonada após décadas de uma antiga e intensa exploração extrativa. Vimos também, identificado na figura 11 (cap. 3), um exemplo de reserva particular do patrimônio natural (RPPN) em Tacuru, município integrante de nosso *cone sul*, onde mediante incentivos fiscais e de prioridade de acesso a créditos, uma grande área particular está preservada, destoando da monótona paisagem agropecuária ao redor.

Podemos nutrir certa esperança quanto a alguma recuperação parcial do bioma que foi o mais assolado ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, mas essa história da devastação da Mata Atlântica deixou cicatrizes muito profundas na face-superfície do país para ser recuperada significativamente. Mais realisticamente nos parece ser a necessária lição a ser aprendida desse legado, de molde a pressionar o Estado brasileiro a agir e interromper, enquanto ainda é possível, a sanha de desmatamentos na Floresta Amazônica promovida especialmente pelo *agribusiness* brasileiro. Concordo que seria esse o maior legado às gerações futuras, como tanto nos aconselhou Warren Dean.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o momento de tecer algumas últimas considerações a respeito da tese, cujo desfecho não tenho a pretensão de dar por esgotadas as possibilidades de análise que o objeto possui em si.

Primeiramente preciso esclarecer que ao pensar um título que fosse condizente e sintetizasse a presente tese, acabei tomando de empréstimo um termo deletério, cunhado pelo senso comum, em Caarapó, sobre a imagem geral que gozavam os agentes que comandaram a atividade madeireira naquela localidade. Isso, pois o termo “aventureiro” expressava, antes de mais nada, uma ausência de caráter ou de consciência desses homens quanto a pôr-se, sem hesitação, sempre em frente, transpondo qualquer obstáculo que porventura pudesse opor diante de si e bloquear seu anseio de fazer dinheiro rápido com a indústria extrativista da madeira.

Desse modo, justificativas para não registrar as carteiras profissionais, sob argumento de a qualquer momento desativar as instalações, poderia encobrir a extração da mais-valia dos trabalhadores, estes submetidos a precárias condições de trabalho, trabalho “bruto” e exposto a acidentes eventualmente fatais. Isso aprendi com a monografia de pós-graduação de Sandra Rita de Souza, ela própria filha de marceneiro que empregou seus serviços junto à *serraria Jatobá*, em Caarapó, essa considerada uma exceção à regra, ao menos quanto ao bem-estar dos operários.

A má fama de aventureiro, mencionado na abertura do primeiro capítulo, ganhava reforço quando da gradual rarefação das matas fornecedoras de matéria-prima às serrarias. Os movimentos cada vez mais distanciados entre a mata fornecedora e a indústria madeireira, cálculo rápido, devem ter motivado o madeireiro a transferir-se de municípios, de frações regionais; passando à extração da madeira em matas paraguaias quando, por fim, da tomada de decisão de fazer migrar a atividade rumo ao norte. Isso, por certo, para o caso daqueles empresários de serraria que não angariaram cabedal suficiente para, eles próprios, se tornearem fazendeiros. Os que seguiram em direção ao “Norte”, foram mais propriamente ao norte de Mato Grosso, Amazônia Legal, já adentrando, momento subsequente, à região Norte de fato. Também esse sentido de atividade migrante – pois finita, extrativista –, deve ter contribuído para firmar a vulgarização da “fama”.

Porém, o sentido que me ative nesse trabalho foi o de tomar a palavra “aventura” em sua acepção mais literal, embora não por completo escape a juízos de valor. Assim, é preciso o sentido arriscado, incerto, inconstante, dos empreendimentos de homens apressados a pretenderem “enricar” no espaço curto de tempo; “aventureiros como cigarras” estando aqui, logo acolá, sempre onde está a matéria-prima, já se disse. E se tomamos o indicativo de um maior número de empresas desse ramo ser constituído a partir de núcleos familiares (os contratos sociais do cadastro da JUCEMS comprovam isso), também podemos dar crédito à afirmação de que o perfil de serrarias instaladas no *cone sul* ser mais de pequeno e médio porte, do que grandes estruturas empresariais. Isso é elemento a mais a se considerar quanto à pressa em capitalizar com a exploração da madeira. Mas, nesse ponto, julgo ser preciso dar continuidade a essa proposta de pesquisa, de modo a apurar mais detidamente a problemática e comprovar o que aqui se apresenta mais como indicativo. Aventureiros foram também, e especialmente, os sujeitos diretos da empreitada, caso como do trabalhador braçal, “chefe do mato”, Silvestre Otto, em constantes deslocamentos pelo território brasileiro, e paraguaio, sempre a serviço de seus empregadores.

Quanto ao desmatamento acelerado do “cone sul”, reconheço correta a avaliação que atribui uma maior responsabilidade à grande fazenda que se voltava a pecuária do que por obra dos donos de serrarias. Isso porque a atividade principal a pautar tão considerável mudança na paisagem era a da propriedade rural, estando seus proprietários em situação privilegiada quanto ao acesso ao crédito facilitado para remoção da mata e implantação das pastagens artificiais no local. Tudo isso envolto ao projeto de modernização conservadora promovido pelo Estado brasileiro após o golpe de estado de 1964, tendo a década de 1970, especialmente nos anos do chamado “milagre brasileiro”, como de aplicação mais efetiva de tais políticas de Estado. Modernização conservadora como vimos, visava estimular a grande propriedade a transmutar-se em empresas rurais, motivando pesquisas agrônomicas e introdução de maquinários e implementos agrícolas no meio rural. Observamos nas declarações do presidente do IBRA à CPI a tentativa de justificar a benevolência com que sua equipe estabeleceu o limite para o módulo agrário no estado de Mato Grosso, deixando evidente que o regime militar com isso visava antes modernizar sem tocar na estrutura agrária do estado, como a exemplo do país em sua totalidade, afastando de vez os temores de uma efetiva política de reforma agrária.

Percebi a imagem de uma intersecção entre as fazendas em formação e as serrarias no ciclo madeireiro de nosso “cone sul”. Sim, pois promovendo os proprietários rurais desmatamento acelerado, incineravam a mata quantas vezes fosse dispensáveis o

aproveitamento da madeira que justificasse acionar a costumeira parceria com as madeiras. Registros fotográficos foram selecionados para representar duas alternativas não excludentes entre si, a da venda do mato fechado, ou por metros cúbicos, e aquela de deixar “queimar a mata na invernoada” (há uma arte na capa da tese). Vai daí considerar importante o conceito de Hirshman (1985) de desenvolvimento por efeitos de cadeia entre setores produtivos diferentes, a estimularem uns aos outros, tanto prospectivamente, quanto retrospectivamente. Tal conceito foi adaptado aos estudos das relações entre agropecuária e madeira, até hoje presentes em outras regiões brasileiras.

Quando pensei em delimitar a duração do ciclo madeireiro na região “cone sul” de Mato Grosso do Sul, algo já indicava o recorte temporal adotado. As leituras que fizera para realizar a pesquisa de mestrado (2001-2003) sobre o período de transição econômica entre a longa fase de exploração ervateira e seu declínio, cedendo o território ao avanço das frentes pioneiras, indicavam o recorte. Aquele terceiro estágio de mudança na paisagem proposto pelos geógrafos franceses, Pébayle e Koechlin, ao examinarem o sul de Mato Grosso do Sul, já apontava a delimitação da aposta: o ciclo madeireiro especialmente estaria mais bem situado ao longo dos anos de 1970 e década seguinte, inserido naquela classificação por eles definida como a do “predomínio do econômico sob suporte ecológico”.

Também na dissertação do mestrado, algumas fontes indicavam a peonagem como possibilidade de emprego sazonal aos antigos trabalhadores da erva-mate, após o declínio da atividade; pondo-se a empregar sua mão de obra na derrubada da mata para a formação das fazendas, fase essa compreendida por Brand como de “esparramo” dos povos indígenas da região, antes de seu posterior “confinamento” nas reservas. Porém, entrevistas e fontes impressas não mencionaram a participação mais efetiva do Kaiowá-Guarani empregado nas serrarias, embora esteja claro para mim sua presença nas empreitadas de derrubadas a mando do fazendeiro, junto ao peão de origem paraguaia, ambos anteriormente aliciados ao trabalho com a erva-mate. Não há menção que possa contribuir mais para se pensar essa relação aqui, e assim já aponto uma possibilidade de estudos futuros aos interessados.

Importa dizer que o *cone sul* de Mato Grosso do Sul está inserido em área cuja vegetação é classificada como Mata Atlântica brasileira, já em fase de transição, sua última fronteira a Oeste. Por isso mesmo, as recorrentes citações à magistral *A ferro e fogo* de W. Dean, foram constantes ao longo da escrita, a matizar o gênero trágico do curto ciclo madeireiro de nosso “cone sul”. É desse autor algumas passagens que utilizei para externar o ensinamento histórico que a experiência da devastação da Mata Atlântica tem a nos revelar e, de certo modo,

possibilitar frenagem ao avanço do *modus operandi* altamente destruidor que o encadeamento “produtores rurais + madeireiros” tem a oferecer à Floresta Amazônica, bem como às manchas de áreas de preservação permanente espalhadas pelo país.

Por falar em modelo de operação, a dar prosseguimento em outros locais de apropriação econômica e demográfica do território brasileiro, foi importante acompanhar o alargamento da fronteira agrícola de São Paulo para o norte do Paraná, e a oeste deste; assim como o progressão da marcha do inquieto gaúcho, passando também pelo Paraná, nos deu uma imagem a pensar tais trajetórias como os de “rotas migratórias” de famílias de madeireiros. Como demonstrado no cap. 2, há um sentido migratório das referidas empresas que passa pelo estado do Paraná, ao menos uma década antes do que significou sua continuidade no “cone sul” de Mato Grosso/do Sul, nos anos setenta do século passado. Não por acaso, aquele estado também conhecia a mecanização no campo, *pari passu* com a entrada da motosserra como instrumento de trabalho nas derrubadas. Só foi possível apurar uma amostra desse fluxo familiar ligado aos empresários que compuseram a cena madeireira em Amambai, considerando este caso como um padrão ao que possivelmente ocorrera nos demais municípios da região selecionada. Diante disso, aconselho os interessados à prática do exercício de classificação das origens dos membros societários das empresas, considerando a variante do local de expedição do registro civil para se pensar trajetórias de passagens pelo território brasileiro. Devo me ocupar desse quesito em projetos de orientação de pesquisa futuramente.

Muitas das informações contidas neste trabalho devem ser creditadas a meus entrevistados, sempre muito solícitos e interessados em compartilhar a memória de suas trajetórias, de suas experiências de vida, estas relacionadas direta ou indiretamente com a atividade madeireira. Foi das técnicas da *história oral temática* que angariei informações que, de outro modo, jamais pensaria obter. Um entrevistado que veio da agroindústria paulista para adentrar o ambiente madeireiro, sendo um ponto fora da curva em muitos sentidos, para depois ser prefeito de Caarapó e agora gozar seus anos de plena maturidade, com excelente memória. Outro entrevistado, vindo de família de madeireiros do Rio Grande, com passagem pelo Paraná (a confirmar aquele esquema das rotas), antes de enveredar-se pelo serviço público, como agente fiscal, até se aposentar, aqui a oferecer uma perspectiva bastante detalhada do processo. Foi ele quem me apresentou a um típico “chefe do mato”, um trabalhador de múltiplas funções no enredo de derrubadas e destocamentos, sempre seguindo em frente junto com seus empregadores. Um estudioso da história local de Amambai, antes contabilista, foi capaz de elaborar um quadro geral do ciclo madeireiro em Amambai, desde os primórdios até a

modernização do setor, assim como da simbiose entre as fazendas e serrarias na configuração do território. Duas mulheres foram entrevistadas, a primeira delas, esposa de um pequeno madeireiro paulista, com passagem pelo Paraná, por Paranhos, até se estabelecer no norte de Mato Grosso; tendo o retorno ao Paraná antecipado em decorrência de trágico acidente que vitimou um dos filhos do casal. A outra senhora, trabalhadora braçal que se enquadraria na classificação do IBGE como “membro familiar sem remuneração”, ajudava seu marido, este sim empregado em uma grande serraria em área portuária do rio Amambai, já nas imediações do rio Paraná, o Porto Caburey. Todas essas histórias vividas receberam de minha parte um cuidado de serem representadas sem que o sentido das palavras fosse deturpado. A aplicação de procedimentos da *história oral temática* junto a esses colaboradores foi muito utilizada na tese, como se viu.

Chegando até aqui, pudemos aferir em localidades mais próximas ao Paraguai, Tacuru, Coronel Sapucaia, mas especialmente Paranhos, um incremento de operações com vistas a extração de matéria-prima em matas paraguaias, processo que só foi interrompido quando o Departamento de Estado do país vizinho aprovou leis de controle ambiental, sendo mais rigoroso do que o então habitual em inibir a exploração madeireira em suas reservas. As florestas paraguaias foram importantes fornecedoras de matéria-prima no momento em que se verificava extinção de espécies de maior valor comercial na região *cone sul* de Mato Grosso do Sul. Observe o leitor novamente a hoje bem cuidada e preservada *Reserva Natural del Bosque Mbaracayú*, reserva florestal da Mata Atlântica paraguaia, e reflita o quanto esta floresta pôde ter fornecido de madeira para serrarias do *cone sul*, antes da proibição, e tire suas próprias conclusões.

Percebemos alguns discursos críticos quanto à devastação das matas nesse extremo-sul de Mato Grosso/do Sul. Mas, crítico, há de se ressaltar, muito mais em função de uma suposta ausência de racionalidade no aproveitamento industrial da matéria-prima da madeira; censurando especialmente o corte e exportação para outros estados da madeira bruta, sem beneficiamento no estado, do que propriamente uma consciência ambiental prematura na região. A lei estadual aprovada de molde a proibir o corte de espécies em extinção, ainda permitiu por mais três anos que a indústria madeireira operasse sobre o território, sendo taxativa apenas com a proibição do envio de toras para fora do estado (procedimento minoritário de a muito na região). Quanto às queimadas promovidas a mando de fazendeiros, em uma ou outra nota faz-se menção, poupando, em geral, o produtor rural de maiores questionamentos. Nesse sentido, a crítica aos procedimentos tradicionais de queima da mata para acelerar o processo

formativo de pastagens veio mais da parte de alguns agentes madeireiros, estes operando também pela lógica da racionalidade econômica. Também nesse ponto, reunir mais fontes impressas e orais pode ser fecundo terreno a ser percorrido para dar prosseguimento às investigações sobre essa temática no futuro.

Do cadastro da Junta Comercial do Estado, manuseando documentos digitalizados desse arquivo, pude descrever os processos de constituições, alterações contratuais e distratos sociais de algumas empresas lembradas por nossos entrevistados. A massa documental é densa e necessita ter continuidade de investigação para garimpar informações mais precisas – elas existem –, mas que, por motivo de tempo, não pude fazer uma apuração mais minuciosa sobre essa fonte. Caberá também dar continuidade e propor projeto de iniciação científica, trabalho em equipe, para descrever com mais exatidão o perfil das empresas, possibilidades já verificadas até aqui.

Uma técnica por mim desenvolvida tentou abordar os valores declarados de capital social investidos, formalizados nos contratos sociais, atualizando tais valores pelo indicador Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), via portal da FEE (Fundação de Economia e Estatística do Governo do RS), <https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Daí atualizar os investimentos feitos nas 747 empresas madeireiras (número que a JUCEMS classificou nesse intervalo de 1970 a 1990) para outubro de 2017 (mês que me dediquei a tal empreita). De pronto foi possível visualizar que as 50 serrarias com maior capital investido perfazem 38,1% do total; as 100 maiores já somam mais da metade do montante de investimentos (54,6%); o que dá a entender para a atividade um número muito mais extenso de indústrias de menores inversões (674), o que corresponderia aquele perfil familiar, de pequeno e médio porte do conjunto das empresas, como se insistiu ao longo do texto. Por outro lado, revela uma atividade econômica cuja massa de investimentos de capital concentrou-se em poucas empresas que marcaram sua presença no ciclo madeireiro do *cone sul*.

O que impediu-me fechar questão sobre esses números, por outro lado, é que algumas empresas madeireiras, além da indústria extrativa, constituíam-se também como empresas agropastoris, ou agroindústrias, atestando a afirmação de que alguns empresários já adquiriam a propriedade da terra para nela instalar serraria. Um perfil assim, pode levar o historiador a equívocos se examinar apenas os números frios, pois a *São João Agropastoril* (Amambai), por exemplo, que ocuparia a primeira posição do ranque proposto, deveria ser relativizada sua condição, uma vez que seu objeto é bem mais amplo do que uma típica operação de serraria: “comércio, compra e venda de animais de qualquer natureza, [...] abertura e formação de

fazendas, o plantio e a racionalização de práticas agrícolas, pecuária em geral [...]” (ARQUIVO JUCEMS). Vai daí a necessidade de um método de análise que permita destrinchar casos excepcionais como esse, de modo a tratar a massa de dados fornecida por essa fonte de maneira adequada.

Última notação: as empresas madeireiras de maior porte no cone sul variaram seus investimentos entre um milhão a dez milhões de reais, em valores atualizados, o que não se pode afirmar que o aporte de recursos, embora grande, seja o de empresas fortemente capitalizadas. E as menores poderiam apresentar capital social de valores insignificantes, na casa de dezenas de milhares de reais, o que leva a pensar se tratar de uma mera formalidade, mais para cumprir exigência legal do que capacidade de investimento propriamente dita. Sabem-se certamente que os contratos sociais eram e são exigidos por instituições financeiras como garantia para se conceder acesso a créditos bancários, o que certamente explica muitos casos de alteração contratual para efeito meramente de incremento de capital. Enfim, sobre a matéria exposta optei por adicionar meus comentários nessas considerações finais, adicionando a tabela classificatória nos anexos, preferindo deixar para um futuro próximo uma análise mais acurada a respeito de tais informações.

REFERÊNCIAS

Fontes citadas

Fontes orais

Almiro Pinto Sobrinho [10 mar. 2016]. Entrevistador: Jocimar Lomba Albanez. Amambai-MS, 2016. Entrevista concedida no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Jocimar Lomba Albanez junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Eugênia Siqueira Ortiz [29 set. 2017]. Entrevistador: Jocimar Lomba Albanez. Dourados-MS, 2017. Entrevista concedida no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Jocimar Lomba Albanez junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Guaracy Boschilia [12 e 13 abr. 2016]. Entrevistador: Jocimar Lomba Albanez. Caarapó-MS, 2016. Entrevistas concedidas no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Jocimar Lomba Albanez junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Iracema Morales e Maria Cristina Morales Felipe [12 jul. 2016]. Entrevistador: Sivaldo de Macedo Michenco. Iretama-PR, 2016. Entrevista concedida no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Jocimar Lomba Albanez junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Sadi Luiz Giordani [02 abr. e 05 abr. 2016]. Entrevistador: Jocimar Lomba Albanez. Amambai-MS, 2016. Entrevistas concedidas no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Jocimar Lomba Albanez junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Silvestre Otto [13 e 16 ago. 2016]. Entrevistador: Jocimar Lomba Albanez. Amambai-MS, 2016. Entrevistas concedidas no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Jocimar Lomba Albanez junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Documentos

AN - FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO: cx. 320.

ARQUIVO JUCEMS – Cadastro. Contratos, distratos e alterações contratuais de serrarias, com ou sem desdobramento de madeiras.

O "OURO VERDE" das terras dos índios: exploração empresarial de madeira de lei em Áreas Indígenas da Amazônia brasileira, 3ª ed., CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação: São Paulo-SP: 1993.

Legislação

LEI nº 4.771, de 15 set. 1965. Cria o Código Florestal.

LEI Estadual nº 214, de 25 mar. 1981. Dispõe sobre a proibição de corte de madeira.

LEI nº 7.735, de 22 fev. 1989. Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Periódicos: jornais e revistas

A Notícia. Edição especial: lembrança do 31º aniversário de Amambai: 1979.

Folha de Dourados. MAZURKEVICZ, Jeronimo. “Sul de Mato Grosso devasta florestas”. Dourados: 01 fev. 1973.

Revista Brasil-Oeste. São Paulo: Brasil-Oeste Editora Ltda., n. 115, 1966.

Progresso, O. Dourados, período: 1970 a 1990.

Biblioteca IBGE

CENSO AGRÍCOLA. Mato Grosso. Anos: 1950 e 1960.

CENSO AGROPECUÁRIO. Brasil. Anos: 1970.

Sites acessados

(O)eco. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28475-o-que-e-uma-reserva-particular-do-patrimonio-natural-rppn/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Amambai - Patrimônio da união de um povo. Disponível em: <<http://amambaipatrimoniouniao.blogspot.com.br/2015/09/deputado-zenobio-neves-dos-santos.html?view=sidebar>> Acesso em: 10 fev. 2017.

Fundação SOS Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Brasil_avalidados_A3_retrato_1985_2015_300dpi.png>. Acesso em: 05 jul. 2018.

FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

G1, Mato Grosso do Sul, TV Morena. Homem fica gravemente ferido após ser atingido por uma tora de 4 t em MS. Disponível: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/homem-fica-gravemente-ferido-apos-ser-atingido-por-tora-de-4-t-em-ms.html>>. Acesso em: 25 out. 2013.

GEF-TERRESTRE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/programas-e-projetos/projeto-gef-terrestre/item/10564>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

GUÍA de Archivos y Fondos Documentales. Fonds, XX S7 – Paulo de Assis Ribeiro. Disponível em: <<http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/paulodeassisribeiro>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

<http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/paulodeassisribeiro>

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510510>

http://coronelsapucaia.ms.gov.br/uploads/pagina/arquivos/67840_390985374322380_132397138_n.jpg.

<http://www.amambainoticias.com.br/>

<http://www.mbertoni.org.py/v1/mbaracayu/reserva-de-biosfera-mbaracayu/>

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-gef-terrestre/item/10564>.

<http://www.umpedeque.com.br/arvore.php?id=706>

<https://earth.google.com/web/@-23.92100046,-55.45231611,432.47207754a,14007.79195303d,35y,4.56909779h,50.79546301t,0r>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Juara>

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/aos-102-anos-tres-lagoas-e-a-segunda-maior-economia-de-ms>.

https://www.facebook.com/groups/1287443294687827/?ref=br_rs

<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/atlas-da-regeneracao/>.

FEE - Fundação de Economia e Estatística, Governo do RS:

<<https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: out-2017.

NOVAMÉRICA. Disponível em: <<http://www.novamerica.com.br/conquistas>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

O Estado de São Paulo. Economia & Negócios: “Família Rezende Barbosa finaliza cisão e divide ações da Cosan”. Disponível: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios/familia-rezende-barbosa-finaliza-cisao-e-divide-acoes-da-cosan,84286e>>. Acesso em 04 abr. 2017.

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/15/ult5772u4624.ihm>.

<<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/homem-fica-gravemente-ferido-apos-ser-atingido-por-tora-de-4-t-em-ms.html>>. Acesso em 25/10/12, 15h08.

Sites acessados: dados cartográficos

Google Earth – Imagem de satélite, modificada. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-23.61442988,-54.95013354,357.94932135a,14573.82230514d,35y,17.87462352h,57.26267155t,0r>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Google Earth – Imagem de satélite. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-19.74116748,-53.25182015,152.361123a,1349969.1448009d,35y,8.85309735h,54.39072035t,0r/data=CkwaShJCCiUweDkzY WY3ZWQ3ZDA3OGU5ZGI6MHgyZThmOTQyN2JmN2Q3YjQ1GZlZzQGC2SbAIViIS_uLzEzAKgdDYXRI YcOtGAEgASgC>. Acesso em: 6 jul. 2018.

Google Earth – Imagem de satélite. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-18.99519583,-54.0614518,-99.89027082a,1679608.56069803d,35y,0.01899834h,62.53809048t,0r>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

Google Earth – Imagem de satélite. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-12.59733159,-54.88192395,795.85506471a,1878732.62279928d,35y,0.68925798h,1.47544488t,0r/data=ClgaVhJOCiUweDkz MDhiMTc5ZDI5NmU1MTM6MHhmMzAzOGI4YmRiNzgxMmJiGere1FEffibAlfgBoyZVF0vAKhNBbmFsw 6JuZGhIIGRvIE5vcnRIGAIgASgC>>Acesso em: 6 jul. 2018.

Google Earth – Imagem de satélite. Disponível em:

<<https://earth.google.com/web/search/de+paranhos+a+curuguaty/@-24.38773711,->

[54.71693675,418.88404711a,196535.12499444d,35y,4.46308814h,50.84017301t,0r/data=CigiJgokCZbf1gfaWTbAETtXgKAsJDnAGZenxT8z_EnAIYP3PWWZeEzA](https://www.google.com/maps/@54.71693675,418.88404711a,196535.12499444d,35y,4.46308814h,50.84017301t,0r/data=CigiJgokCZbf1gfaWTbAETtXgKAsJDnAGZenxT8z_EnAIYP3PWWZeEzA)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Google Earth – Imagem de satélite. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-23.92100046,-55.45231611,432.47207754a,14007.79195303d,35y,4.56909779h,50.79546301t,0r>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

Google Maps – Imagem de satélite modificada. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-26.9780969,-55.2169584,1172567m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Google Maps – Imagem de satélite, modificada. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@-24.041057,-55.3238613,125582m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SOS Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/atlas-da-regeneracao/>. Acesso em: 6 jul. 2018.

Bibliografia citada

Livros, artigos, dissertações e teses

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Ervais em queda*. Transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970) – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013, 192 p.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

AQUINO, Cleber. *História empresarial vivida*. Vol. I. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1986.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: UEL, 1997.

AVALO, Carlos V. E. *Colônia Botelha de Tacuru-MS, do apogeu à nostalgia*. 2012. 65 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UEMS, Amambai.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 1997. 2. v. Tese (Doutorado em história Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas* – Periódico das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 11. ed. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007. 322 p.

BRAND, Antonio Jacó. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.

CABRAL, Diogo C.; CESCO, Suzana. Notas para uma história da extração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2008.

CAVANCANTI, Karoline; BATISTA, Kassiana; RODRIGUES, Josué B.; ZAMBERLAN Carlos O. A importância da agricultura familiar: um estudo para o Mato Grosso do Sul e o município de

- Ponta Porã. In: CAVALCANTE, Simone O. R.; DEFFACCI, Fabricio A.; SILVA, Paulo R. (Org.) *Mato Grosso do Sul: temáticas transversais para o desenvolvimento*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2016. p. 201-222.
- CORRÊA, Valmir Batista. A História Regional em questão. *Revista Científica*, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 2, p. 51-56, 1994.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DOMINGOS, Kreila V. S. *Tacuru sob o crivo da memória*. 2016. 34 f. Monografia (Graduação em História) UEMS, Amambai.
- DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geo-econômica da atividade ervateira*. 1968. 435 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – F.F.C.L./UNESP, Presidente Prudente.
- FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- FREITAS, Sônia M. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício, *Economia e movimentos sociais na América Latina*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 21-64.
- JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- KMITTA, Ilsyane do R. *Descortinando os pantanais: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens*. 2016. 334 f. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1986.
- LIMA, Leandro Neto. *Apogeu das madeireiras em Amambai (décadas de 1970 e 1980)*. Levantamento da memória sobre uma atividade econômica regional. 2013. 31f. Monografia (Graduação em História) UEMS, Amambai.
- LOBATO, Monteiro. Urupês. São Paulo: Editora da Revista do Brasil. 5ª ed. 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/3394502>>.
- LORENZI, Harri. *Árvores Brasileiras*. Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Vol. 1. Nova Odessa - SP: Instituto Plantarum, 2008.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2 ed. Campinas, SP: Ed. Boitempo, 2016.
- MARTINS, Marcos L. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

- MENEZES, Ana Paula. *Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.
- MICHELS, Edson J. *Aspectos históricos do processo de formação das colônias Botelha Y e Botelha Guassú em Tacuru-MS*. 2013. 33 f. Monografia (Graduação em História) – UEMS, Amambai.
- MIELITZ NETO, C. G. A.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. (Org.) *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *Gleba Celeste: colonização, agricultura e madeiras no norte de Mato Grosso*. 2001. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- PÉBAYLE, Raymond; KOEHLIN, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. *Espaço e conjuntura*, USP, São Paulo, p. 1-41, 1981.
- PIETRAFESA, José Paulo; CASTRO, Selma Simões; TRINDADE Silas Pereira. In: FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 311-329.
- PINTO SOBRINHO, Almiro. *Amambai, memórias e histórias de nossa gente*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.
- PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, vol. 40, nº 03, jul./set., 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 09 set. 2013.
- POMAR, Wladimir. *Os latifundiários*. São Paulo: Página 13, 2009.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Proj. História*, São Paulo, (14), fev-1997, p. 25-39.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, 204-228, jan.-jun., 2015.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Breve Roteiro das Transformações no Campo Sul-mato-grossense entre 1970 e 1985. *Revista de Geografia – UFMS*. Campo Grande – MS, 33-40, jul-dez 1998.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *História e região: desafio teórico ou falso problema?* Dourados, 1993. 2 p. Digitado.

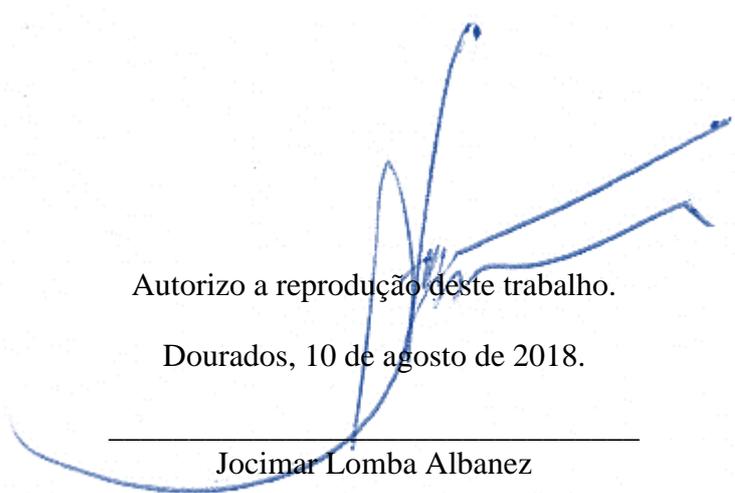
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX): notas para discussão*. Dourados, 2004. 37 p. Digitado.
- SALGUEIRO, Eduardo M. “*O maior projeto em prol de Mato Grosso*”: uma análise da Revista Brasil-Oeste (1956-1967). 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.
- SCHLOSSER, Marli T. S. A máquina, a modernização e a exclusão: reflexões sobre a viabilização da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980). *Tempos Históricos* - M. C. Rondon - v. 05/06, p. 93-129, 2003/2004.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, M. Y. L. (Org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 351-384.
- SILVA, Jose Graziano da. *A Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SOUZA, Jessé *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.
- SOUZA, Sandra Rita de. *A exploração madeireira em Caarapó: os trabalhadores das serrarias das décadas de 70 e 80*. 1998. 38 f. + anexos. Monografia (Especialização em História) – UFMS, Dourados.
- URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba: UFPR/Fund. O Boticário/Fund. MacArthur, 1998.
- WORSTER, Donald. A natureza e a desordem na história. In: FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367-384.
- ZILIANI, José Carlos. *Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*, 2010. 247 f. Tese (Doutorado em História) – FCL/Unesp, Assis.

Bibliografia consultada

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989. 202 p.
- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.
- ARRUDA, Gilmar. Descendo o rio: alguns apontamentos para a história ambiental do rio Tibagi-PR. In: FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 203-223.

- BARBOSA, Maria Angélica Dias de Rezende. *A procura de novas terras: memórias de uma família brasileira (1947-1997)*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998 - 236 p.
- BIANCHINI, Odaléa C. Diniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. 264 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAIFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CORRÊA, Dora Shellard. História e meio ambiente. *Revista Unifieo*. Osasco, ano I, n. 1, p. 135-144, jun. 1999.
- DICIONÁRIO HOUAISS da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.
- DRUMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- DUARTE, Regina Horta; OSTOS, Natascha S. Entre ipês e eucaliptos: comemorações do “Dia da Árvore”. In: FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 225-237.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: Casa Osvaldo Cruz: CPDOC/FGV, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ FGV, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. O Extremo-Sul de Mato Grosso. In: GUIA DE EXCURSÕES: organizado pela AGB de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1972.
- FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 315 p.
- FRANCO, José L. A.; SILVA, Sandro D.; DRUMMOND, José A.; TAVARES, Giovana G. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e preservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- GUILLEN, Isabel C. M. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH/UNICAMP, Campinas.
- GUILLEN, Isabel C. Martins. *A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso*. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 12, p. 148-168, abr. 1999. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/guilen12.htm>
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- LENHARO, Alcir. *A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro dos anos 50*. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6. n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986.
- LEONARD, Victor. *Entre árvores e esquecimentos história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996. 431 p.
- LIMA, Henrique E. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- OLIVEIRA, M. R.; ALMEIDA, C. M. C. (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados* v. 3, n. 7, p. 87-103. São Paulo: USP, set./dez. 1989.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/EdUSP/Imprensa Oficial, 2002.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História Oral*. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, vol. V – n. 2 - ago./dez. 2002 - vol. VI – n. 1 - jan./jul. p. 23-44, 2003.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

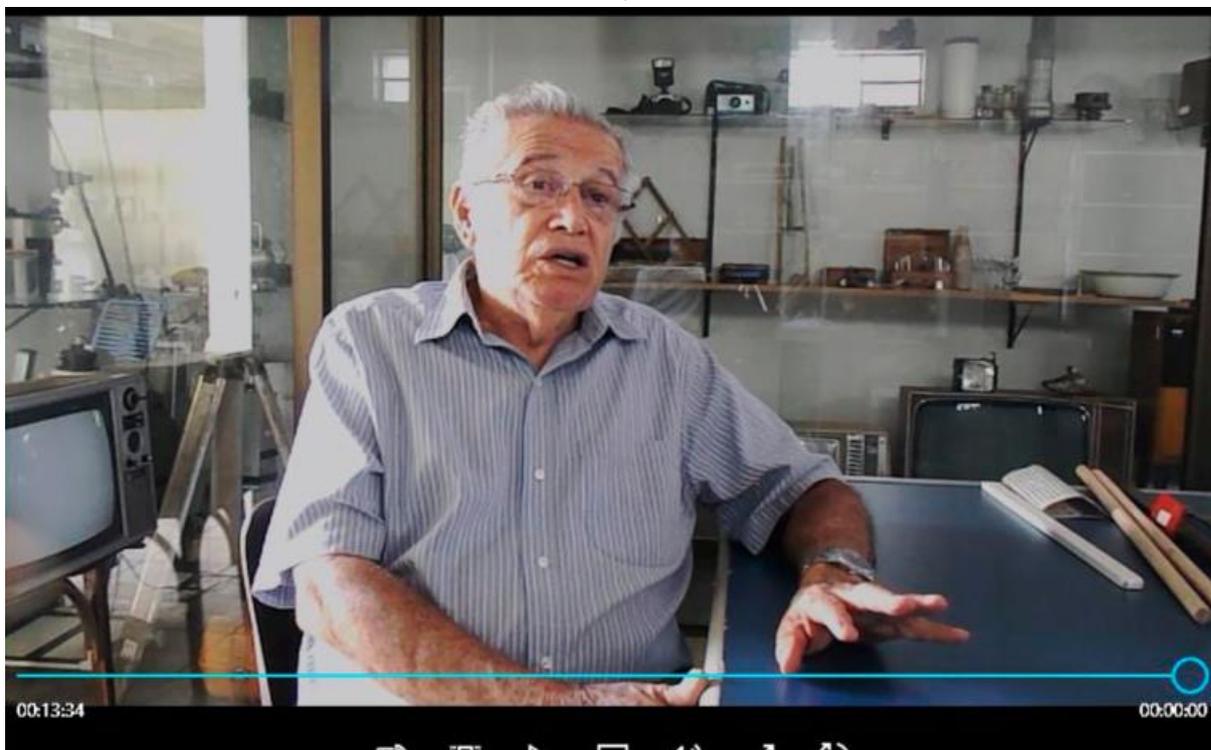
Dourados, 10 de agosto de 2018.

Jocimar Lomba Albanez

ANEXOS

Anexo I - ENTREVISTADOS

Senhor Almiro Pinto Sobrinho, entrevistado em 10/03/2016



Local da entrevista: Museu José Alves Cavalheiro, Amambai-MS.

Senhor Sadi Luiz Giordani, entrevistado em 02/04 e 05/04/2016



Local da entrevista: residência do entrevistado, Amambai-MS.

Senhor Guaracy Boschilia, entrevistado em 12 e 13/04/2016



Senhora Iracema Morales, entrevistada em 12/07/2016



Local da entrevista: residência da entrevistada, Iretama-PR.

Sr. Sadi Luiz Giordani e Sr. Silvestre Otto, entrevistados em 12 e 13/08/2016



Local da entrevista: residência do Sr. Silvestre Otto, Amambai-MS.

Senhora Eugênia Siqueira Ortiz, entrevistada em 29/09/2017



Local da entrevista: Centro de Documentação Regional (CDR).

Anexo II - ILUSTRAÇÕES

Fotografia – Cel. Sapucaia. “Famosa tora de madeira na entrada da cidade”



Fonte: http://coronelsapucaia.ms.gov.br/uploads/pagina/arquivos/67840_390985374322380_132397138_n.jpg.

Fotografia. Caarapó. Monumento homenageia o ciclo da madeira



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia. Carregamento de toras com auxílio de trator



Fonte: Acervo particular Sr. Cirino Bonamigo, *apud* Leandro Neto de Lima (2013).

Fotografia. Colônia de trabalhadores de serraria



Fonte: Acervo particular Sr. Cirino Bonamigo, *apud* Leandro Neto de Lima (2013).

Fotografias. Serraria Jatobá, Caarapó-MS



Fonte: Álbuns de fotografias do Sr. Guaracy Boschilia.

Fotografias. Serraria Jatobá, Caarapó-MS



Fonte: Álbuns de fotografias do Sr. Guaracy Boschilia.

Anexo III – Atualização de Capital Social de empresas madeireiras

Classifica por maior invest de capital (cap) Inc + alter cap)			
RANK	INSCRIÇÃO	EMPRESA	VALOR
1	00000000	SÃO JOÃO AGRIPASTORIL LTDA, FAZENDA SÃO JOÃO, ZONA	1 000,00%
10	00000000	LLINARDI MADEIRAS LTDA, NÚCLEO DE JAPORÁ, ZONA	2 000,00%
8	00000000	ACÁCIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LIMITADA, RUA D. AQUINO,	3 000,00%
1	00000000	ICEMARA-INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE	4 000,00%
9	00000000	MADEIREIRA HAIA LTDA, AV PRINCIPAL, SN, DISTRITO DE	5 000,00%
6	00000000	MADEIREIRA MARACAL LTDA, PORTO MARACAL, CENTRO, T	6 000,00%
6	00000000	NOVOSUL MADEIRAS LTDA, RUA PERIMETRAL, SN, NÃO	7 000,00%
9	00000000	CENTRAL DE MADEIRAS LTDA, ABÉIA INDUSTRIAL, PROJETO	8 000,00%
7	00000000	J. CHEMIN & CIA LTDA, RUA PRINCIPAL, SN, NÃO INFORMADO,	9 000,00%
2	00000000	MADUSA MADEIREIRA SANTO ANDRÉ LTDA, RODOVIA DO	10 000,00%
2	00000000	IMBUU MADEIRAS LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, SN, CENTRO, 79.975-000, TA	11 000,00%
1	00000000	SERRARIA PINDÓ LTDA, CORREGO PINDÓ, NÃO INFORMADO,	12 000,00%
8	00000000	ANTÔNIO MARTINS MADEIRAS ME, RODOVIA DO CASCALHO	13 000,00%
8	00000000	AGRO INDUSTRIAL NOVO HORIZONTE LTDA, NÃO INFORMADO,	14 000,00%
07	00000000	MADEIREIRA UNIDA LIMITADA, KILOMETRO DL, NÃO	15 000,00%
1	00000000	IMAYAL INDUSTRIAL MADEIREIRA VALE DO AMAMBÁ LTDA,	16 000,00%
3	00000000	F B M FORNECEDORA BRASILEIRA DE MADEIRAS LTDA,	17 000,00%
01	00000000	ANTÔNIO PACOLA, JOSE BONIFÁCIO, 348, Centro, 79.950-000,	18 000,00%
11	00000000	MADEIREIRA PEREIRA & FILHOS LTDA, RUA BARÃO DO RIO	19 000,00%
11	00000000	RODONIA	20 000,00%
11	00000000	COMASAL COMÉRCIO DE MADEIRAS SERRA ALTA LTDA,	21 000,00%
2	00000000	INCOMASA LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	22 000,00%
1	00000000	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	23 000,00%
5	00000000	BRIDA & CIA LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL, SN, ZONA	24 000,00%
01	00000000	SERRARIA TRES MARIAS LTDA, RODOVIA MT 378, KM 1, ZONA	25 000,00%
9	00000000	INDUSTRIAL MADEIREIRA TORMENA LTDA, AV RIO BRANCO,	26 000,00%
2	00000000	HIDALGO FERNANDES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA B	27 000,00%
01	00000000	MADEIREIRA JASPER LTDA, RUA PRINCIPAL, SN, VILA JUTÍ,	28 000,00%
3	00000000	MADEIREIRA SÃO FRANCISCO LTDA, RUA YTRIO CORREIA, SN,	29 000,00%
03	00000000	IRMÃOS DAL PRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA,	30 000,00%
0	00000000	MADEIREIRA INDIANA LTDA, RODOVIA IGUATEMIELDORADO,	31 000,00%
03	00000000	MATEL MADEIREIRA MATOGROSSENSE LTDA, AVENIDA DR,	32 000,00%
9	00000000	AMERICANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, RUA	33 000,00%
3	00000000	SERRARIA SANTA MARTA LTDA, RUA GENEROSO PONCE, SN,	34 000,00%
00	00000000	MAGRIFO-MADEIREIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA, ESTRADA	35 000,00%
7	00000000	SERRARIA LAMAS LTDA, RUA AMARÍLIA, SN, NÃO INFORMADO,	36 000,00%
0	00000000	MADEIREIRA SETE QUEIDAS LTDA, 79.100-000, IGUATEMIEL MS	37 000,00%
3	00000000	RINASCENÇA MADEIRAS LTDA, RUA YTRIO CORREIA, SN,	38 000,00%
03	00000000	INDOTACO LTDA, FAZENDA SANTA HELENA, NAVIRAÍ, MS	39 000,00%
03	00000000	NAVIMAD NAVIRAÍ MADEIRAS LTDA, AV. FATIMA DO SUL, 335,	40 000,00%
7	00000000	SERRIL INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA, RUA PARANÁ, SN,	41 000,00%
03	00000000	MADEIREIRA RODRIGUES LTDA, Colônia para MAIRAL LTDA	42 000,00%
3	00000000	SERARIA IMANISHI LTDA, FAZENDA VISTA ALEGRE, ZONA	43 000,00%
03	00000000	ADELINO DE JESUS MOTA & CIA LTDA, AVENIDA FÁTIMA DO	44 000,00%
1	00000000	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS RODRIGUES LTDA,	45 000,00%
3	00000000	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA SECONA LTDA, FAZENDA	46 000,00%
3	00000000	BONANZA IND DE ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA, RUA	47 000,00%
3	00000000	MADEBRIS MADEIREIRA CRISTAL LTDA, RODOVIA DO	48 000,00%
1	00000000	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	49 000,00%
01	00000000	CARVALHO & MONTFREDINI LTDA, AVENIDA CAMPO GRANDE,	50 000,00%
0	00000000	SERRARIAS ALBA LTDA, RODOVIA DO CASCALHO, KM28,	51 000,00%
0	00000000	SERRARIA WAZILAN LTDA, FAZENDA SÃO PAULO, 79.950-	52 000,00%
8	00000000	NAKA MADEIREIRA LTDA, RUA PERNAMBUCO, SN, NÃO	53 000,00%
03	00000000	T NAKAGAWA, AV WEIMAR GONCALVES TORRES, SN, Centro	54 000,00%
1	00000000	JOÃO MATARESO, RUA MANAUS, SN, Centro, 79.950-000,	55 000,00%
8	00000000	SOCIEDADE INTERNACIONAL DE MADEIRAS LTDA, NÃO	56 000,00%
3	00000000	IMPORTADORA PARÁ-BRASIL LTDA, AVENIDA	57 000,00%
7	00000000	ARISTIDES MARTINS DE OLIVEIRA, RUA MARILIA, SN, Centro,	58 000,00%
1	00000000	FAZENDA SANDYANTONIO, NÃO	59 000,00%
8	00000000	MADEIREIRA CATARINENSE LTDA, AVENIDA INDUSTRIAL, 1040,	60 000,00%
03	00000000	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	61 000,00%
03	00000000	INDÚSTRIA MADEIREIRA SÃO JORGE LTDA, CHAGARA, 227,	62 000,00%
3	00000000	FRANCISCO LEONARDO DE CAMPOS, RUA CAP. HEITOR, 7,	63 000,00%
3	00000000	SEMAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, ZONA	64 000,00%
3	00000000	SEMAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, ZONA	65 000,00%

1) Renascença tinha entre os sócios-proprietários o Antonio Fabris, ex-prefeito de Naviraí, citado por Guaracy Boschilia.

* Os 50 maiores aportes de capital correspondem a 38,1% do montante.

2 Tacari	1.348.658,42	54-2-0005528-8, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS NUNES LTDA, NÃO INFORMADO, ...	66	0,35%
11 Caruaru	1.348.658,38	54-2-0005430-3, KITS-CAR INDÚSTRIA MADEIREIRA LTDA, RODOVIA MT 644, ...	67	0,35%
3 Itanambi	1.322.318,03	54-2-002662-4, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS E ESTOFADOS FÁTIMA LTDA, RUA	68	0,34%
8 Buarzim	1.314.328,10	54-2-0000041-6, INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA PAGE	69	0,34%
9 São Quilô	1.296.441,92	54-2-0001127-2, MASPEL MADEIREIRA SÃO PEDRO LTDA, ESTRADA	70	0,34%
3 Itanambi	1.290.698,09	54-2-0003475-3, SOMA SOCIEDADE MADEIREIRA LIMITADA, PORTO BONITO, SN,	71	0,34%
11 Caruaru	1.272.715,68	54-2-0004724-2, BRAGHIM & LÔBO LTDA, FAZENDA SANTA HELENA, KM 9, NÃO	72	0,33%
13 São José	1.268.624,29	54-2-0000678-3, IRMÃOS LUJTTI LTDA, AVENIDA CAMPO GRANDE 795, NÃO	73	0,33%
7 Eldorado	1.255.084,66	54-1-0017972-4, BENEDITO FRITSCHY, NÃO DECLARADO, ... 79-970-000,	74	0,33%
11 Caruaru	1.245.183,36	54-2-0007701-0, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS ANA MARIA LTDA, RODOVIA BR	75	0,32%
11 Caruaru	1.239.280,66	54-2-0004636-0, MADEIREIRA TAMOYO LTDA, RUA GOIÁS, SN, QUADRA 101,	76	0,32%
9 São Quilô	1.237.229,69	54-2-0005727-2, FLECK & CIA LTDA, ESTRADA INTERNACIONAL, 630, NÃO	77	0,32%
11 Caruaru	1.226.048,17	54-2-0006460-1, INCOBERTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SERTA LTDA,	78	0,32%
13 São José	1.217.357,47	54-2-0007235-2, MADELIMA MADEIREIRA LIMA LTDA, RUA MATO GROSSO, SN, ...	79	0,32%
7 Eldorado	1.206.818,31	54-2-0005143-6, IRMÃOS CORASSA-IND. E COM. LTDA, RUA PAULISTA, 1717,	80	0,31%
11 Caruaru	1.191.604,79	54-2-0008635-3, MAVE MADEIREIRA VALE DA ESPERANÇA LTDA, RUA DR.	81	0,31%
6 Mundo Novo	1.191.357,34	54-2-0001724-6, MADEIREIRA NILO LTDA, AV. BRASIL, SN, PROLONGAMENTO,	82	0,31%
6 Mundo Novo	1.169.753,63	54-2-0008175-1, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS PAU BRASIL	83	0,30%
3 Coronel Sá	1.156.187,13	54-2-0001071-3, MADERLANDIA LTDA, ZONA INDUSTRIAL, ... ZONA RURAL,	84	0,30%
13 São José	1.147.778,65	54-2-0002649-1, MADEBUSS-MADEIREIRA BUSS LTDA, RUA SERGIPE, 206, NÃO	85	0,30%
3 Coronel Sá	1.144.569,81	54-2-0009418-6, MADEIREIRAS CANADÁ LTDA, RUA BATISTA TERRA, SN, NÃO	86	0,30%
11 Caruaru	1.139.478,39	54-2-0005167-3, SERRARIA JATORÁ LTDA, AV. PRESIDENTE VARGAS, SN, ...	87	0,30%
13 São José	1.132.936,24	54-2-0009004-1, MADEIREIRA LUJTTI LTDA, ESTRADA NA VIRAI A IVINHEMA, KM	88	0,30%
6 Mundo Novo	1.118.436,84	54-2-0001316-2, LAMINADORA MUNDO NOVO LTDA, RUA CAMPO GRANDE, SN, ...	89	0,29%
11 Caruaru	1.104.387,83	54-2-0004868-1, MADEIREIRA ARAXÁ LTDA, RUA ROZARIO LEON, SN, ...	90	0,29%
6 Mundo Novo	1.084.501,57	54-2-0004277-1, INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE MADEIRAS SPINATO LTDA, AVENIDA	91	0,28%
13 São José	1.084.501,57	54-2-0002698-9, INDUSTRIAL MADEIREIRA VACA BRANCA LTDA, FAZENDA	92	0,28%
13 São José	1.084.370,58	54-2-0002895-7, LEONARDI & FILHO LTDA, RUA MANAUS, SN, CENTRO, 79-950-	93	0,28%
11 Caruaru	1.074.677,89	54-2-0004640-8, CIMAYA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS YAMAKAWA	94	0,28%
9 Itanambi	1.057.117,83	54-2-0010824-1, SOUZA & PASSOS LIMITADA, ESTRADA IGUATEMI A AMAMBÁI, ...	95	0,28%
7 Eldorado	1.057.117,83	54-2-0005180-1, SERRARIA PALMEIRAS LTDA, RUA IGUATEMI, SN, CENTRO,	96	0,28%
13 São José	1.057.117,83	54-2-0010939-6, INDOMADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA	97	0,28%
3 Coronel Sá	1.054.076,29	54-2-0005923-4, IMPORTADORA SAO GLICERIO LTDA, ... NÃO INFORMADO,	98	0,27%
13 São José	1.033.000,78	54-2-0002650-4, MADEIREIRA ESTRELA LTDA, RUA DOS OPERÁRIOS, SN, NÃO	99	0,27%
6 Mundo Novo	1.026.765,99	54-2-0001500-6, SERRARIA SANTA TEREZA LTDA, RUA JOÃO PESSOA, SN, VILA	100	0,27%
9 São Quilô	1.019.627,89	54-2-0028553-4, PRIMAX MADEIRAS LTDA, RUA VISCONDE DE MAUA, SN,	101	0,27%
11 Caruaru	1.016.680,53	54-2-0010513-7, INCOMAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA,	102	0,26%
8 Buarzim	1.015.827,58	54-2-0009692-8, MADEIREIRA TAPIRATIBA LTDA, FAZENDA SANTA ROSA, ...	103	0,26%
11 Caruaru	1.011.493,79	54-2-0005484-2, COIMBRA COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS BRASIL LTDA,	104	0,26%
11 Caruaru	1.011.493,79	54-2-0005313-7, ONOFRE NUNES DE OLIVEIRA & CIA LTDA, RUA VIDAL DE	105	0,26%
3 Coronel Sá	1.004.085,78	54-1-0001737-6, VOLNEI LUIZ MOLIN, AV. INTERNACIONAL, SN, Centro, 79-995-	106	0,26%
13 São José	985.787,10	54-2-0004729-3, ALCIDES CRIVELLI & CIA LTDA, FAZENDA NOVA ESPERANÇA, ...	107	0,26%
1 Amambai	982.649,75	54-2-0009134-9, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS GUAICARA LTDA,	108	0,26%
3 Coronel Sá	982.649,75	54-2-0008861-5, INDUSTRIAL CIMASA LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL, SN, ...	109	0,26%
11 Caruaru	978.532,45	54-2-0011812-3, IMECA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ESQUADRIAS	110	0,25%
6 Mundo Novo	968.663,78	54-2-0007405-3, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS VERA IMPORTAÇÃO E	111	0,25%
11 Caruaru	961.328,94	54-2-0008950-6, MADEIREIRA BIM LTDA, RODOVIA MT 644, SAÍDA P	112	0,25%
1 Amambai	960.556,11	54-2-0003716-8, MADREIRA AMAMBÁI LTDA, RUA DA REPUBLICA,	113	0,25%
3 Coronel Sá	930.112,50	54-2-0000211-7, SERRARIA SANTO ANTONIO LTDA, ZONA INDUSTRIAL, SN, ...	114	0,24%
11 Caruaru	929.460,50	54-1-0020047-2, SEVERINO FANCELLI CHÁCARA 72, ... 79-940-000, CAARAPÓ, MS	115	0,24%
13 São José	924.000,20	54-2-0005097-9, SERRARIA SANTA RITA LTDA, NÃO INFORMADO, ... DISTRITO	116	0,24%
3 Coronel Sá	901.193,47	54-2-0000371-7, MAPER LTDA, ZONA INDUSTRIAL, ... NÃO INFORMADO, 79-995-	117	0,23%
1 Amambai	892.194,13	54-2-0005207-6, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SUL BRASIL LTDA,	118	0,23%
9 Itanambi	889.245,02	54-2-0006244-6, MADEIREIRIA ALMEIDA LTDA, ZONA SUBURBANA, 14, ...	119	0,23%
6 Mundo Novo	888.785,26	54-2-0004018-3, MADEIREIRA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA, RODOVIA	120	0,23%
4 Parnambó	888.037,01	54-2-0003716-8, MADREIRA AMAMBÁI LTDA, NÃO INFORMADO,	121	0,23%
2 Tacari	872.276,25	54-2-0007363-4, BRAGAGNOLO MADEIRAS LTDA, RODOVIA TACURU-IGUATEMI, KM 1, NÃO	122	0,23%
1 Amambai	866.603,39	54-2-0005759-1, MADEIREIRA AMURADA LTDA, RUA: PEDRO MANVAILLER, 883, ...	123	0,23%
6 Mundo Novo	845.749,53	54-2-0000810-7, SULLEX COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS IMPORTAÇÃO E	124	0,22%
6 Mundo Novo	844.685,29	54-2-0009071-7, SERRARIA FLORA BRASILEIRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	125	0,22%
3 Coronel Sá	838.469,86	54-1-0028052-2, TOMONOBU UCHIYAMA, AV. INTERNACIONAL, SN, ... 79-995-000,	126	0,22%
7 Eldorado	831.653,07	54-2-0000869-7, MADEIREIRA MATOGROSSUL LTDA, RUA SANTA TEREZINHA,	127	0,22%
1 Amambai	823.780,38	54-1-0001314-1, ITER MORESCHI, FAZENDA MONTE AZUL, ... NÃO INFORMADO,	128	0,21%
11 Caruaru	823.780,38	54-2-0000941-3, INCOMACE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS MACEDO	129	0,21%
11 Caruaru	808.334,80	54-2-0008308-7, MADERSISTO MADEIREIRA SISTO LTDA, RODOVIA MT-644 KM	130	0,21%
9 São Quilô	804.333,23	54-2-0000008-4, SERRARIA VILA NOVA LTDA, NÃO INFORMADO, ... NÃO	131	0,21%
8 Itaquiraí	803.740,11	54-2-0039901-7, AGROPECUÁRIA SÃO VICENTE DE ITAQUIRAÍ LTDA, RODOVIA	132	0,21%

54,6

* Os 100 maiores investimentos de capital correspondem a 54,6% do montante das 747 empresas.

**Os 106 maiores investimentos de capital: acima de R\$ 1 mi em valores atualizados para out/2017.

3 Coronel Sá	803.546,10	54-2-0011364-4, MADEIREIRA SAMAMBAIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,	133	0,21%
13 Natividade	797.963,89	54-2-0010800-4, SERRARIA VALE DO AMAMBAL LTDA, AVENIDA CAMPO	134	0,21%
13 Natividade	797.096,53	54-2-0005343-9, AGRO INDUSTRIAL SANTA CATARINA LTDA, FAZENDA BOA	135	0,21%
13 Natividade	790.259,04	54-2-0001112-4, MADEIREIRA AVANTE LTDA, ESTRADA NAVIRAÍ-IVINHEMA, SN,	136	0,21%
13 Natividade	788.851,72	54-2-0007449-5, BRAGHETO & PALUCHOWSKI LTDA, FAZENDA SANTA HELENA, .	137	0,21%
2 Tacuru	781.770,47	54-2-0002043-3, AGRO INDUSTRIAL CURITIBANOS LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, SN, .	138	0,20%
2 Tacuru	781.107,57	54-2-0004685-8, MADEIREIRA ALVORADA LTDA, DISTRITO DE TACURU, SN, .	139	0,20%
6 Mundo Novo	781.107,54	54-2-0004652-1, AGRO INDUSTRIAL FLORESTA LTDA, FAZENDA FLORESTA, .	140	0,20%
11 Capangá	780.856,20	54-2-0001299-6, MADEIREIRA UMAITA LTDA, ESTRADA NOVA AMÉRICA, SN,	141	0,20%
11 Capangá	780.856,20	54-2-0001403-4, MAFTL MADEIREIRA FIGUEIRAS LTDA, RUA MAJOR VÁZ, 136, .	142	0,20%
1 Amambai	777.865,15	54-2-0010329-1, MADEIREIRA CACIQUE LTDA, RUA DOM PEDRO II, SN, .	143	0,20%
11 Capangá	774.530,41	54-2-0006010-9, SERRARIA CRISTALINA LTDA, VILA CRISTALINA, . COMARCA	144	0,20%
9 Sete Quadra	769.063,15	54-2-0008970-1, TRITON MADEIRAS LTDA, RUA SETE DE SETEMBRO, SN, .	145	0,20%
3 Coronel Sá	756.575,45	54-1-0021570-4, ANTONIO ALONSO, ZONA RURAL, .	146	0,20%
5 Iguatemi	744.708,79	54-2-0004943-1, MADEIREIRA DOIS IRMÃOS J J LTDA, ESTRADA DE IGUATEMI A	147	0,19%
8 Itaquari	739.982,48	54-2-0005213-1, CARLOS & YANO LTDA, AVENIDA MATO GROSSO, SN, .	148	0,19%
13 Natividade	738.088,39	54-2-0018752-4, COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS SANTO ANTONIO LTDA,	149	0,19%
8 Itaquari	731.778,05	54-2-0023806-4, MADEIREIRA MS LTDA, AVENIDA INDUSTRIAL, 960, .	150	0,19%
8 Itaquari	731.422,51	54-2-0007552-1, MAZUL MADEIREIRA ZUBLER LTDA, RUA PRINCIPAL, SN, .	151	0,19%
5 Iguatemi	723.478,34	54-1-0019136-8, NEFTALY DE CASTRO, AV PRESIDENTE VARGAS, SN, .	152	0,19%
6 Mundo Novo	722.558,34	54-2-0001220-1, PÉROLA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,	153	0,19%
4 Paranhos	720.954,78	54-2-0000427-6, CAMILA CENTRAL MADEIREIRA LTDA, NÃO INFORMADO, .	154	0,19%
11 Capangá	720.417,08	54-2-0006529-1, MAKAR INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA, RUA DR. COITINHO,	155	0,19%
6 Mundo Novo	715.986,99	54-2-0009469-1, IMACEL IMPORTADORA DE MADEIRAS E CEREAIS LTDA, AV RIO	156	0,19%
13 Natividade	709.364,93	54-2-0003481-7, FARRIS, TORMENA & CIA. LTDA, . COMARCA DE DOURADOS,	157	0,18%
7 Eldorado	708.045,65	54-2-0005436-2, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS PENASSO LTDA, RUA	158	0,18%
5 Iguatemi	693.709,55	54-2-0022179-4, LAMINADORA TORMENA LTDA, AV RICARDO ISNARDI JANAINÉ,	159	0,18%
8 Itaquari	691.662,96	54-2-0012181-7, LAMINADOS ITAQUIRAL LTDA, RUA AMAMBAL S/N, .	160	0,18%
9 Sete Quadra	688.667,19	54-2-0002663-6, INDUSTRIAL MADEIREIRA XAVANTES LTDA, ÁREA	161	0,18%
8 Itaquari	678.094,48	54-2-0004711-1, MADEIREIRA PON DEROSA LTDA, ESTRADA NOVA DE	162	0,18%
3 Coronel Sá	674.329,19	54-2-0005427-3, MADEIREIRA MARUKICHI LIMITADA, NÃO INFORMADO, .	163	0,18%
13 Natividade	669.145,59	54-1-0015602-3, JOÃO MARIANO LEBRÃO, PORTO DO REMANSO DO PITO, SP, .	164	0,17%
1 Amambai	662.632,70	54-2-0008541-1, INCONAF INDÚSTRIA E COMÉRCIO NAKAMURA & FILHO LTDA,	165	0,17%
3 Coronel Sá	657.961,51	54-2-0002094-8, MADEIREIRA ARCO-ÍRIS LTDA, ZONA INDUSTRIAL DE CORONEL	166	0,17%
1 Amambai	655.844,95	54-2-0006929-7, SAMAL SUL AMERICANA DE MADEIRAS LIMITADA, RODOVIA	167	0,17%
7 Eldorado	641.850,78	54-2-0006827-4, GRIDIL GRUPO INDUSTRIAL DIAS LTDA, RUA RUI BARBOSA, SN,	168	0,17%
9 Sete Quadra	641.086,87	54-2-0026333-6, MADEZAPI MADEIRAS LTDA, AVENIDA DOM PEDRO II, 1268, .	169	0,17%
7 Eldorado	638.178,93	54-2-0001579-1, SERRARIA FRONTEIRA LTDA, RUA PAULISTA, 1717, .	170	0,17%
3 Coronel Sá	634.353,11	54-2-0013486-2, MADERAL MADEIREIRA DE RAIMO LTDA, ZONA INDUSTRIAL,	171	0,17%
13 Natividade	633.513,97	54-2-0009129-2, MADEIREIRA ÁGUA DO TOURO LTDA, ÁGUA DO TOURO KM04, .	172	0,16%
7 Eldorado	630.494,70	54-2-0010812-8, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS PESSIN LTDA, RUA	173	0,16%
13 Natividade	627.542,33	54-2-0004023-0, SERRARIA NOROESTE LTDA, AVENIDA CAMPO GRANDE, SN, .	174	0,16%
6 Mundo Novo	625.308,92	54-2-0001189-2, MADE BUENO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO	175	0,16%
14 Andaraí	624.340,72	54-2-0005993-4, MADEIREIRA PIONEIRA LTDA, RUA 7 DE SETEMBRO, 473, .	176	0,16%
2 Tacuru	617.491,40	54-2-0013125-1, MATIL MADEIREIRA TRÊS IRMÃOS LTDA, RUA CLETO DE MORAES, S/N, .	177	0,16%
1 Amambai	607.605,34	54-1-0020309-9, OTÁVIO TRINDADE LOPES, FAZENDA JANGADA DO ITAIPA, SN, .	178	0,16%
8 Itaquari	600.347,57	54-1-0021821-5, JOSE LAURY SIQUEIRA, MORUMBI, .	179	0,16%
2 Tacuru	598.900,63	54-2-0002480-3, SERRARIA FLORESTA LTDA, PARQUE INDUSTRIAL NÃO INFORMADO, 79.975-	180	0,16%
11 Capangá	596.957,20	54-1-0011710-9, NELSON KARRE, NÃO INFORMADO, . DISTRITO DE	181	0,16%
9 Sete Quadra	592.059,60	54-1-0033752-4, ALCIDES ALVES BARBOSA, ESTRADA P PARANHOS, SN, KM 12,	182	0,15%
13 Natividade	591.727,81	54-2-0010666-4, SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MADEIRAS ANHANGUERA	183	0,15%
7 Eldorado	585.830,66	54-1-0017977-5, JOÃO WALDOMIRO BACKES, AVENIDA JOSE BONIFÁCIO, SN, .	184	0,15%
1 Amambai	583.165,96	54-2-0006211-0, MADEIREIRA NOROESTE LTDA, NÃO INFORMADO, .	185	0,15%
6 Mundo Novo	583.165,96	54-2-0006208-0, TIGRE LTDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS, RODOVIA	186	0,15%
3 Coronel Sá	579.751,67	54-2-0020771-1, MABIL MADEIREIRA BIGUAÇU LTDA, PARQUE INDUSTRIAL,	187	0,15%
11 Capangá	576.646,26	54-2-0000932-4, MADEIRAS CAARAPO LTDA, RUA MAJOR VOZ, 2103, .	188	0,15%
3 Coronel Sá	576.512,13	54-2-0007068-6, MBL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA: CIL,	189	0,15%
1 Amambai	574.524,43	54-2-0006291-8, MADEIREIRA TROPICAL LTDA, FAZENDA SANTO ANTONIO, .	190	0,15%
10 Japoré	572.284,91	54-2-0008166-1, MADEIREIRA JAPORÁ-IMP. E EXP. LTDA, RUA	191	0,15%
11 Natividade	570.887,65	54-2-0002856-6, COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS ELAINE LTDA,	192	0,15%
13 Natividade	570.106,51	54-2-0011299-1, MADEIREIRA RIOGRANDENSE LTDA, RODOVIA NAVIRAÍ-	193	0,15%
4 Paranhos	568.035,85	54-2-0026208-9, MADEIREIRA NANAWA LTDA, AVENIDA INDUSTRIAL, S/N, .	194	0,15%
5 Itaquari	565.651,42	54-2-0006428-7, SERRARIA PETIRY LTDA, ESTRADA IGUATEMI, KM 30, FAZENDA	195	0,15%
7 Eldorado	565.544,42	54-2-0011484-5, JUMBO IND. E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA MATO	196	0,15%
5 Itaquari	564.470,74	54-2-0004896-6, SEBRAL SERRARIA BRASILEIRA LIMITADA, AVENIDA GETULIO	197	0,15%
5 Itaquari	558.531,59	54-2-0004918-1, INDÚSTRIA DE MADEIRAS BUBERA LTDA, MARGENS ARRIOIO	198	0,15%
14 Andaraí	556.761,51	54-2-0001817-0, MADEIREIRA AMOREIRA LTDA, CHACARA, 91-A, .	199	0,14%

8 Itaipava	00	555.154,41	54-2-0027278-5, ARTEMOL ARTEFATOS DE MADEIRAS E ESTOFADOS LTDA, RUA A, S/N,	200	0,14%
2 Tacuru	00	552.193,93	54-2-0008543-8, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CONCORDIA LTDA, NÃO	201	0,14%
14 Anil Mar	00	542.608,76	54-2-001101-9, MASIOL MADEIREIRA SÃO JOSÉ LTDA, COLÔNIA DUTRA, SN, VILA	202	0,14%
11 Casimiro	00	538.146,17	54-1-0025891-8, ANTONIO GAZOLA, RUA OZÓRTO PEDROSO, VILA JARY, 79-940-	203	0,14%
11 Casimiro	00	529.374,20	54-2-0005858-9, DOMINORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, AV. 7 DE	204	0,14%
5 Itaipava	00	528.558,92	54-2-0005255-6, MADEIREIRA CUIABÁ PAULISTA LTDA, FAZENDA RANCHO	205	0,14%
8 Itaipava	00	528.558,92	54-2-0005254-8, MADEBRAS MADEIREIRA BRASIL LTDA, AV. PRINCIPAL, SN,	206	0,14%
7 Eldorado	00	526.592,60	54-2-0002270-3, INCOMACIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CÍCERO	207	0,14%
4 Paranhos	00	524.945,03	54-2-0007800-8, INDÚSTRIA MADEIREIRA ESCALADA IMPORTAÇÃO E	208	0,14%
1 Arambai	00	523.365,73	54-2-0007303-1, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SANTA ELIZA LTDA,	209	0,14%
9 Sete Queda	00	523.365,73	54-2-0007327-8, GURBEL GUARALESKI & BERGAMASCHI LTDA, ZONA	210	0,14%
1 Arambai	00	521.391,30	54-2-0005827-9, RIASQUE E COBACHO LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, SN, NÃO	211	0,14%
7 Eldorado	00	521.334,48	54-2-0011659-7, MADEIREIRA 3 J LTDA, RUA SANTA TEREZINHA, SN, NÃO	212	0,14%
1 Arambai	00	518.576,77	54-2-0010394-1, CIMAVIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS VASCO LTDA,	213	0,14%
9 Sete Queda	00	516.882,15	54-2-0028663-8, MAPIL - INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA ME, LOTE RURAL 17,	214	0,13%
1 Arambai	00	511.991,83	54-2-0006076-1, INDÚSTRIA MADEIRÃO LTDA, TAQUAPIRI, NÃO INFORMADO,	215	0,13%
14 Anil Mar	00	511.893,43	54-2-0024066-2, SERRARIA PATO BRANCO LTDA, FAZENDA PATO BRANCO, S/N, VILA	216	0,13%
5 Itaipava	00	503.511,91	54-2-0001387-5, POPINIAK ALMEIDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA MATO	217	0,13%
11 Casimiro	00	494.268,23	54-2-0001005-5, MIL MADEIREIRA ITAMARATY LTDA, RODOVIA MT 378 KM 01, ...	218	0,13%
2 Tacuru	00	484.331,90	54-2-0011193-5, MARTELLI & CIA LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, NÃO INFORMADO, 79-975-0x	219	0,13%
3 Itaipava	00	478.396,37	54-2-0008267-6, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS VEDANA LTDA,	220	0,12%
6 Mundo Novo	00	478.056,27	54-2-0033441-1, MADUSA INDUSTRIAL MADEIREIRA INTERNACIONAL LTDA,	221	0,12%
8 Itaipava	00	477.565,83	54-2-0008049-5, MADEIREIRA BAYER LTDA, RUA DO CASCALHO, SN, NÃO	222	0,12%
3 Coronel Sa	00	471.287,02	54-2-0011586-8, MADEIREIRA UIRAPURU LTDA, RUA ANTONIO JOÃO, SN, NÃO	223	0,12%
11 Casimiro	00	470.260,92	54-2-0005160-6, SERRARIA SANTA IRENE LTDA, NÃO INFORMADO, FAZENDA	224	0,12%
4 Paranhos	00	467.901,45	54-2-0008115-7, MADEIREIRA PARANHOS LTDA, NÃO INFORMADO, NÃO	225	0,12%
11 Itaipava	00	467.901,45	54-2-0008210-2, NEPASI NESSO & PASIANI LTDA, FAZENDA SÃO JUDAS TADEU,	226	0,12%
2 Tacuru	00	463.869,61	54-2-0004766-8, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS GIANOTTI LTDA, FAZENDA NOVA	227	0,12%
4 Paranhos	00	459.111,46	54-2-0002553-2, MARIMBONDO INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA, AV.	228	0,12%
3 Coronel Sa	00	457.478,72	54-2-0005367-6, INCOPARMA-INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARANANENSE DE	229	0,12%
11 Itaipava	00	455.961,84	54-2-0012898-6, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS NAVIRAI LTDA, RUA	230	0,12%
12 Jari	00	453.865,31	54-2-0004211-9, MADEPAL-MADEIREIRA PARANAVAÍ LTDA, RODOVIA BR 163,	231	0,12%
2 Tacuru	00	450.958,32	54-2-0009922-6 MADEIREIRA SAO MIGUEL LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, ZONA SUBURBAN	232	0,12%
1 Arambai	00	450.596,74	54-2-0003963, INCOMANI INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS VICENTINI	233	0,12%
1 Arambai	00	450.596,74	54-2-0000428-4, AGUIAR & CONCEIÇÃO LTDA, RUA PEDRO ALVARES CABRAL,	234	0,12%
8 Itaipava	00	449.151,39	54-2-0001645-2, I F A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADERAS LTDA, RODOVIA	235	0,12%
11 Casimiro	00	442.797,87	54-1-0016732-7, ANTONIO FANCELLI, RUA DR. COUTINHO, SN, 79-940-000,	236	0,12%
7 Eldorado	00	441.163,69	54-2-0005375-7, SERRARIA OURO BRANCO LTDA, RUA SANTA TEREZINHA, SN,	237	0,11%
1 Arambai	00	437.767,71	54-2-0020487-9, MUXFELDT & CHAGAS LTDA, NÃO INFORMADO, SÍTIO Nº 5,	238	0,11%
7 Eldorado	00	437.374,47	54-2-0006202-1, GOMES & GUIRELLI LTDA, RUA DOURADOS, SN, DISTRITO DE	239	0,11%
1 Arambai	00	434.809,31	54-1-0000732-0, JOSE JOAQUIM DE OLIVEIRA, VILA LIMEIRA, SN, SAÍDA PARA	240	0,11%
3 Coronel Sa	00	434.809,31	54-2-0000602-5, LUIRENE END. COM. MADEIRAS LTDA, RUA GENEROSO PONCE,	241	0,11%
2 Tacuru	00	433.800,64	54-2-0002716-1, MADEIREIRA TAROBA LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, DISTRITO DE TACURU	242	0,11%
11 Casimiro	00	433.800,63	54-2-0004306-9, ALEN-MAR ALENCAR MADEIREIRA LTDA, RUA MAJÓR VAZ, SN,	243	0,11%
11 Casimiro	00	433.748,23	54-2-0010636-2, MADESEIRA LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, 1.690, NÃO	244	0,11%
3 Itaipava	00	430.406,66	54-2-0005933-0, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS BIRGUI LTDA, RUA	245	0,11%
4 Paranhos	00	422.874,76	54-2-0000740-2, MADEIREIRA CUNHATAI PORÃ LTDA, PARQUE INDUSTRIAL,	246	0,11%
14 Anil Mar	00	422.565,65	54-2-0013638-5, MADESTIL INDUSTRIAL MADEIREIRA SANTA MATEUS LTDA, RUA 2 DE	247	0,11%
1 Arambai	00	418.361,55	54-1-0016412-3, HELMIRO ZAMECKI, RUA PEDRO MANVAILLER, 980, 79-990-000,	248	0,11%
7 Eldorado	00	418.361,55	54-2-0004058-2, TOSCANO & CRUZ LTDA, RUA GUAIRA, SN, DISTRITO DE	249	0,11%
6 Mundo Novo	00	417.571,13	54-2-0001908-7, MADEIREIRA BOEIRA LTDA, FAZ. GUAÍRA, SN, NÃO	250	0,11%
9 Sete Queda	00	414.681,07	54-2-0041785-6, MADEIREIRA PACOVA LTDA, RUA 7 DE SETEMBRO, SN,	251	0,11%
7 Eldorado	00	412.435,34	54-2-0003793-0, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS BANDEIRANTE LTDA,	252	0,11%
11 Casimiro	00	412.435,34	54-2-0006390-6, MADEIREIRA ARAPONGAS LTDA, RAU D. PEDRO II, SN, NÃO	253	0,11%
5 Itaipava	00	411.890,19	54-2-0001374-7, SERRARIA CAMPO LARGO LTDA, AVENIDA PRESIDENTE:	254	0,11%
14 Anil Mar	00	411.060,92	54-2-0013129-4, SERRARIA MATO GROSSO LTDA, RODOVIA 764, CHÁCARA 93-A, 79-930-	255	0,11%
5 Itaipava	00	406.533,45	54-2-0010746-6, CABELEIRA & PARIZI LTDA, FAZENDA MATO GROSSO, SN,,	256	0,11%
11 Casimiro	00	406.533,45	54-2-0004184-8, MADEPLAN MADEIREIRA PLANALTO LTDA, RUA DOURADOS,	257	0,11%
1 Arambai	00	405.707,94	54-2-0013643-4, SERRARIA TAGUASSU AGRICOLA E PASTORIL LTDA ME, RUA	258	0,11%
6 Mundo Novo	00	405.537,06	54-2-0000331-8, MAPROL MADEIREIRA PROGRIDE LTDA, AVENIDA PRINCIPAL,	259	0,11%
12 Jari	00	404.597,51	54-2-0004297-8, SERRARIA RAAL LTDA, NÃO INFORMADO, JLTJ MS	260	0,11%
7 Eldorado	00	403.609,91	54-2-0010909-4, SERRARIA TOLEDO LTDA, RUA SANTA TEREZINHA, SN, NÃO	261	0,11%
7 Eldorado	00	402.766,22	54-2-0014097-8, COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS UNIÃO LTDA, RUA RUI	262	0,10%
3 Coronel Sa	00	401.722,53	54-2-0002524-9, FRONTEIRA MADEIRAS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	263	0,10%
11 Casimiro	00	401.487,36	54-2-0005293-9, SERRARIA CACIQUE LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, SN,	264	0,10%
7 Eldorado	00	398.522,49	54-2-0007203-4, OTÁVIO DA SILVA & FILHO LTDA, AVENIDA BRASIL, SN, NÃO	265	0,10%
14 Anil Mar	00	394.776,91	54-2-0001941-9, MATAI, MADEIREIRA TAPAUÓS LTDA, CHÁCARA, 03, ZONA SUBURBANA, 7	266	0,10%

7 Eldorado	394.485,20	54-1-0017714-4, EXPEDITO INOCENCIO FERREIRA, AV. BRASIL, SN, , 79.970-000,	267	0,10%
8 Ingarahi	390.553,77	54-2-0004646-7, SERRARIA PASSADOR LTDA, RUA PRINCIPAL, SN, , DISTRITO DE	268	0,10%
7 Eldorado	386.558,00	54-2-0010669-9, IND. E COM. DE MADEIRA IPORÃ LTDA, AVENIDA BRASIL, SN, ,	269	0,10%
3 Coronel Sá	381.523,27	54-2-0009417-8, SERRARIA SANTA LÚCIA LTDA, ZONA INDUSTRIAL, SN, , NÃO	270	0,10%
7 Eldorado	380.976,53	54-2-0006027-3, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS MINUANO LTDA	271	0,10%
11 Cuiabá	380.976,53	54-2-0005937-2, MADEIREIRA L. P. LTDA, RUA JOHN KENNEDY, SN, , VILA JARY, ,	272	0,10%
2 Tacuru	379.979,20	54-2-0001515-4, IND. E COM. DE MADEIRAS BERTO LTDA, PORTO PRIMEIRO DE OUTUBRO, S	273	0,10%
8 Ingarahi	378.287,73	54-2-0006825-8, VASCONCELOS E LIMA LTDA, AV. MATO GROSSO, SN, , NÃO	274	0,10%
5 Insimoni	376.313,83	54-1-0007898-7, GERALDO MARQUES DE CASTRO, RODOVIA IGUATEMI A	275	0,10%
14 Anál. Mund	374.292,82	54-2-0001643-6, SERRARIA PRIMAVERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, NÃO INFORMADO, .	276	0,10%
1 Arambai	369.623,59	54-2-0019892- 5, SERRARIA CABRAL LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, SN, , NÃO	277	0,10%
4 Paranhos	368.614,82	54-2-0012314-3, MADEIREIRA ITAPOA LTDA, ESTRADA PARANHOS/SETE	278	0,10%
1 Arambai	365.982,98	54-2-0007608-1, J J PEREZ & CIA LTDA, RUA PEDRO ALVARES CABRAL, ,	279	0,10%
4 Paranhos	365.207,24	54-2-0007991-8, MADEIREIRA SOL NASCENTE LTDA, NÃO INFORMADO, .ZONA	280	0,10%
4 Paranhos	360.477,39	54-2-0000426-8, MADEIREIRA ITANARA LTDA, LINHA INTERNACIONAL, , NÃO	281	0,09%
5 Insimoni	358.225,96	54-2-0007143-7, SERBAL-SERRARIA SANTA BÁRBARA LTDA, AVENIDA	282	0,09%
5 Insimoni	358.225,96	54-2-0007836-9, MADEIREIRA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA, RUA JOSÉ BONIFÁCIO, SN, ,	283	0,09%
3 Coronel Sá	357.993,50	54-2-0009477-1, SEMAR MADEIRAS LTDA, CHÁCARA 81-BL, , NÃO INFORMADO,	284	0,09%
5 Insimoni	355.698,01	54-1-0020746-9, FRANCISCO ALDERICO TEIXEIRA, RUA JOSE BONIFÁCIO, SN, ,	285	0,09%
7 Eldorado	355.698,01	54-2-0005504-1, MADEIREIRA SAO FERMINO LTDA, RUAMARACAJU, SN, ,	286	0,09%
11 Cuiabá	355.036,68	54-2-0002931-7, MADEIREIRA CONTINENTAL LTDA, RUA TIRADENTES, SN,	287	0,09%
13 Naveau	352.458,34	54-2-0004483-9, DINA TACOS LTDA, RUA NOVA ANDRADINA, SN, ESQUINA COM	288	0,09%
13 Naveau	352.458,34	54-2-0004533-9, MADEIREIRA PÉROLA LTDA, AV. CAMPO GRANDE, SN, NÃO	289	0,09%
7 Eldorado	352.372,61	54-2-0004524-0, M.S.B - MADEIRAS SERRADAS E BENEFICIADAS LTDA, RUA	290	0,09%
11 Cuiabá	352.372,61	54-2-0005271-8, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS COSTA MAGALHÃES	291	0,09%
2 Tacuru	351.498,40	54-2-0004830-1, MADEIREIRA IRMÃOS TREVISAN LTDA, COLONIA BOTELHA, SN, , TACUBI	292	0,09%
11 Cuiabá	351.498,40	54-2-0004684-0, MADEIRO MADEIREIRA PIRAPÓI LTDA, RUA TIRADENTES, SN, ,	293	0,09%
3 Coronel Sá	349.970,95	54-2-0014320-9, MADEIREIRA PINHEIRO LTDA, RUA ANTÔNIO JOÃO, SN, , NÃO	294	0,09%
4 Paranhos	348.317,20	54-2-0029585-8, MADEIREIRA RIO BRANCO LTDA, AVENIDA INDUSTRIAL, SN,	295	0,09%
2 Tacuru	347.975,95	54-2-0001432-3, CARVALHO & MARTINS LTDA, RUA CAARAPÓ, SN, , NÃO INFORMADO, 79.97	296	0,09%
11 Cuiabá	347.975,94	54-2-0001873-1, MELO & CARNIATTO LTDA, AV. 15 DE NOVEMBRO, SN, , NÃO	297	0,09%
11 Cuiabá	347.902,20	54-2-0004690-4, MADEIREIRA ESPANADA LTDA, RUA PRESIDENTE VARGAS,	298	0,09%
11 Cuiabá	344.333,59	54-2-0002656-3, PRADO & FILHOS LTDA, AV. QUINZE DE NOVEMBRO, 2336, , NÃO	299	0,09%
6 Mundo Nov	343.180,81	54-2-0011214-1, MADEIREIRA LAPACHO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, RUA	300	0,09%
9 São Quent	343.180,81	54-2-0011105-6, INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS AGUIA BRANCA LTDA, ESTRADA	301	0,09%
5 Itaipava	338.609,20	54-2-0009733-9, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS PALMITAL LTDA, RUA CUIABÁ,	302	0,09%
6 Mundo Nov	336.112,46	54-2-0007373-1, IMPORTADORA ITAMARATY LTDA, RUA JOÃO PESSOA, 253, ,	303	0,09%
13 Naveau	336.112,46	54-1-0024636-7, FORTUNATO ZANDONADI, FAZENDA SÃO SEBASTIÃO-ZR, SN, ,	304	0,09%
6 Mundo Nov	330.095,70	54-2-0004410-3, ARCA-INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA, RUA	305	0,09%
6 Mundo Nov	329.120,37	54-2-0012310-1, SERRARIA TSUNO LTDA-ME, RUA JOAQUIM NABUCO, 300, ,	306	0,09%
13 Naveau	327.076,49	54-2-0006626-3, MADEIREIRA NESSO LTDA, FAZENDA STO ANTONIO DE PADUA,	307	0,09%
4 Paranhos	325.350,47	54-2-0004285-2, MADEFIL MADEIREIRA FINESSE LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, ,	308	0,08%
1 Arambai	322.887,70	54-2-0008482-2, CIMAL, COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS ARANTES	309	0,08%
11 Cuiabá	321.307,45	54-2-0001164-7, INDÚSTRIA E COMÉRCIO CONCEIÇÃO & SIMÕES LTDA, RUA	310	0,08%
13 Jui	320.167,21	54-1-0031126-6, MILTON L. FERREIRA, CHÁCARA SÃO SEBASTIÃO, , VILA JUTY,	311	0,08%
14 Anál. Mund	319.089,46	54-2-0009184-5, MADERSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, ESTRADA	312	0,08%
3 Coronel Sá	318.268,32	54-2-0009873-4 PEREZ & PEROTTI LTDA, RUA FORTUNATO DE OLIVEIRA, SN, ,	313	0,08%
3 Coronel Sá	317.693,68	54-2-0027729-9, MADEIREIRA LOPES LTDA, RUA GERONIMO MARTINS DE	314	0,08%
3 Coronel Sá	317.016,07	54-2-0008576-4, MADEIREIRA COLORADO LTDA, RUA GENEROSO PONCE, SN, ,	315	0,08%
14 Anál. Mund	313.036,54	54-2-0000966-9, DIEMAZA COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA, RUA 31 DE	316	0,08%
11 Cuiabá	312.430,90	54-2-0002741-1, JOSÉ BERETTA & CIA LTDA, RUA DOM PEDRO II, SN, , NÃO	317	0,08%
14 Anál. Mund	312.342,48	54-2-0001290-2, SERRARIA OZORIENSE LTRDA, RUA TIRADENTES, SN, , NÃO INFORMADO,	318	0,08%
6 Mundo Nov	311.874,99	54-1-0018448-5, ALDO SANTOS, ARROSO GUACU, , DISTRITO DE MUNDO NOVO,	319	0,08%
7 Eldorado	311.295,84	54-2-0011188-9, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS MICHELETTI LTDA, RUA	320	0,08%
11 Cuiabá	309.246,40	54-2-0004860-5, TABAJARA LTDA, RUA OSÓRIO PEDROSO, SN, COMARCA DE	321	0,08%
6 Mundo Nov	306.921,51	54-2-0011973-1, SERRARIA TREVIMAR LTDA, AVENIDA RIO BRANCO, SN, , NÃO	322	0,08%
14 Anál. Mund	304.366,52	54-1-0006972-1, SAMUEL SOARES, FAZENDA GAÚCHA, KM 6, ROD. ARAI MOREIRACEL	323	0,08%
6 Mundo Nov	303.802,67	54-2-0009607-1, MILO & FILHO LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS E	324	0,08%
2 Tacuru	300.638,88	54-2-0009967-6, INCONOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS NOSSA SENHORA DAS G	325	0,08%
13 Pararizi	297.883,52	54-2-0004939-3, MADEIREIRA BOA VISTA LTDA, RODOVIA NAVIRAÍ CAIUA, SN, ,	326	0,08%
7 Eldorado	296.415,01	54-2-0006242-0, MADEIREIRA COPA LTDA, FAZENDA GUARUJÁ KILOMETRO 20, ,	327	0,08%
7 Eldorado	291.582,98	54-2-0006107-5, ANTONIO MORENO & CIA LTDA, AVENIDA BRASIL, SN, ,	328	0,08%
3 Insimoni	290.486,92	54-2-0013279-7, BUSSATA & BICCA LTDA, RUA CUIABÁ, SN, , NÃO INFORMADO,	329	0,08%
5 Insimoni	290.486,92	54-2-0014255-5, CORDEIRO & CORDEIRO LTDA, ROD IGUATEMPÉLDO, KM	330	0,08%
7 Eldorado	288.813,90	54-2-0001786-6, INCOMAPA INDUSTRIA F, COMERCIO DE MADEIRAS PARATI	331	0,08%
3 Coronel Sá	286.944,66	54-1-0004036-0, ILDO MOLIN, AV. INTERNACIONAL, SN, , NÃO INFORMADO,	332	0,07%
9 São Quent	286.944,66	54-2-0002664-4, INDUSTRIAL MADEIREIRA TRICHES LTDA, AREA INDUSTRIAL, , ,	333	0,07%

8 Inquirir	282.825,71	54-1-0021095-8, ROSA B GRASSIOTO, RUA PRINCIPAL, SN, , 79.965-000,	334	0,07%
5 Inquirir	282.795,74	54-2-0023159-1, MADEIREIRA COMETA LTDA, RUA CUIABÁ, 509, , NÃO	335	0,07%
7 Eldorado	281.590,94	54-1-0017220-7, ADEMIR COELHO PEREIRA, AVENIDA PARANA, SN, , CENTRO,	336	0,07%
3 Coronel Siqueira	279.976,76	54-2-0014267-9, SERKAL- SERRARIA BIOLOLAKA LTDA, RUA RACHID	337	0,07%
11 Casimiro de Barros	279.976,76	54-2-0014263-6, ZOLIN & CAETANO LTDA, ROD. CAARAPÓ- DOURADOS KM 3, ,	338	0,07%
4 Paranhos	278.274,69	54-1-0014729-6, JOSE DE JESUS LUIS, AV INTERNACIONAL, SN, , 79.925-000,	339	0,07%
3 Coronel Siqueira	277.577,21	54-2-0030094-1, MADEIREIRA CORAZZA LTDA, ZONA INDUSTRIAL, S/N, ,	340	0,07%
4 Paranhos	277.577,21	54-2-0030047-9, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS S M LTDA ME, AVENIDA	341	0,07%
6 Mundo Novo	274.544,65	54-2-0011132-3, JUNG, PIROLI & CIA LTDA, ESTRADA INTERNACIONAL KM 57,	342	0,07%
1 Arambari	271.125,39	54-2-0004297-6 MADEIREIRA ARARANGUA LTDA, NÃO-INFORMADO, SN, , VILA	343	0,07%
6 Mundo Novo	271.125,39	54-2-0004290-9, BENEFICIAMENTO MARINHA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, RUA FORTALEZA, SN, ,	344	0,07%
11 Casimiro de Barros	271.114,81	54-2-0003544-9, SANTOS & ONOFRE LTDA, SAÍDA DA RODOVIA BR 16, , , ,	345	0,07%
8 Inquirir	270.628,00	54-2-0040310-3, POINTER MADEIRAS INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E	346	0,07%
7 Eldorado	266.694,84	54-1-0013829-7, JAIME JOVINO VENDRAMIN, NÃO INFORMADO, , NÃO	347	0,07%
11 Casimiro de Barros	264.698,22	54-2-0005044-8 MADEIREIRA ALIANÇA LTDA, AV. 15 DE NOVEMBRO, SN, , ,	348	0,07%
7 Eldorado	263.985,12	54-2-0018094-5, MASUL- IND COM. DE MADEIRAS LTDA, RUA MATO GROSSO,	349	0,07%
9 São Quilômetro	261.264,53	54-2-0022309-1, MADEKI INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA, RUA ERICO	350	0,07%
22 Jari	261.152,48	54-2-0011451-9, SERRARIA SÃO SEBASTIÃO LIMITADA, CHÁCARA SÃO	351	0,07%
6 Mundo Novo	259.981,02	54-2-0003804-9, SERRARIA SERRANA LTDA, FAZENDA INDIANA, SN, , (Dist. M.	352	0,07%
13 Naviraí	259.288,38	54-2-0010310-0, MADEIREIRA ESPIGARES LTDA, ROD. NAVIRAÍ/PORTO CAJÁ,	353	0,07%
9 São Quilômetro	259.278,01	54-2-0022301-6, CIPAM INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA, RUA AFONSO PENA,	354	0,07%
11 Casimiro de Barros	258.139,74	54-1-0016230-9, J ALVES MADEIRA, RUA D. PEDRO II, 79.940-000, CAARAPÓ, MS	355	0,07%
9 São Quilômetro	257.740,96	54-2-0040488-6, NIMBUS MADEIRAS LTDA, RUA AFONSO PENA, 571, , CENTRO,	356	0,07%
3 Coronel Siqueira	256.666,72	54-1-0010899-1, ANGELO DAL TOE, AV. INTERNACIONAL, SN, , NÃO INFORMADO,	357	0,07%
11 Casimiro de Barros	255.995,92	54-2-0022736-2, ARTHUR PRADO MARQUES, SÍTIO SÃO JOSÉ, , , DISTRITO DE	358	0,07%
6 Mundo Novo	252.143,31	54-2-0039229-2, I. W. C. BRASIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA,	359	0,07%
6 Mundo Novo	252.084,34	54-2-0007019-8, CIPEL LTDA, AV. ADALMA SALDANHA, SN, , DISTRITO DE	360	0,07%
8 Inquirir	252.084,34	54-2-0007369-3, INDUSTRIAL MADEIREIRA DALMOLIN LTDA, NÃO INFORMADO, ,	361	0,07%
11 Casimiro de Barros	249.444,43	54-2-0037295-3, TICAL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA, AVENIDA DOM PEDRO II,	362	0,06%
6 Mundo Novo	249.036,67	54-2-0007774-5, RODRIFLECK-IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO IND. E COM. LTDA,	363	0,06%
7 Eldorado	247.814,90	54-2-0002310-6, MADEIREIRA SANTA MARGARIDA LTDA, RUA DOURADOS, SN, ,	364	0,06%
2 Tacara	247.432,25	54-2-0023768-8, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS GODOFRE LTDA, RUA "N", S/N, , CEN.	365	0,06%
1 Arambari	246.691,50	54-2-0012474-3, MADEFRAL MADEIREIRA FRAZÃO LTDA, NÃO DISCRIMINADO,	366	0,06%
7 Eldorado	246.691,50	54-2-0007766-4, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS ELBORADO LTDA-ME,	367	0,06%
11 Casimiro de Barros	245.230,03	54-2-0004083-3, SERRARIA PIRATINY LTDA, RUA DR COUTINHO, SN, , CENTRO,	368	0,06%
9 São Quilômetro	242.782,23	54-2-0012160-4, C. SCARMANHÃ & CIA LTDA, ESTRADA INTERNACIONAL, S/N, ,	369	0,06%
1 Arambari	240.980,39	54-1-0001738-4, JOSE CORADINI, VILA ESTRELA, SN, , 79.990-000, AMAMBÁI, MS	370	0,06%
3 Coronel Siqueira	240.704,83	54-2-0018337-5, MADEIRAS LAGOA BONITA LTDA, CHÁCARA BIA, , , DISTRITO	371	0,06%
6 Mundo Novo	240.704,83	54-2-0018354-5, B. M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, AVENIDA	372	0,06%
3 Coronel Siqueira	240.511,10	54-2-0010026-7, MADEIREIRA LIVERÁ LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL, SN, ,	373	0,06%
17 Casimiro de Barros	239.756,18	54-2-0004144-9, MADEIREIRA DILEYTI LTDA, CRISTALINA, , , 79.940-000,	374	0,06%
11 Casimiro de Barros	237.132,00	54-2-0006034-6, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS J. B. LTDA, RUA BARÃO	375	0,06%
11 Casimiro de Barros	236.323,63	54-1-0014540-4, IRACY SEGATELLI PITTERI, RUA ARGENTINA, SN, , 79.940-000,	376	0,06%
4 Paranhos	234.784,67	54-2-0012672-0, CACIORE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA-ME,	377	0,06%
9 São Quilômetro	234.256,86	54-2-0003089-9, INDUSTRIAL MADEIREIRA ALTONIA LTDA, ÁREA INDUSTRIAL,	378	0,06%
6 Mundo Novo	234.127,77	54-2-0007489-4, SANTA ROSA MADEIRAS LTDA, AV CAMPO GRANDE, SN, ,	379	0,06%
11 Casimiro de Barros	229.350,21	54-2-0004856-4, SERRARIA SANTA MARIA LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, SN,	380	0,06%
11 Casimiro de Barros	228.913,96	54-2-0009295-3, MADEIREIRA LANZANI LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, 1960, ,	381	0,06%
11 Casimiro de Barros	228.739,36	54-2-0007569-6, CORRÊIA DE MATTOS & IRMÃOS LTDA, RODOVIA NAVIRAÍ-	382	0,06%
6 Mundo Novo	226.554,68	54-2-0013514-1, MADERANA MADEIREIRA CANJARANA LTDA, AVENIDA SÃO	383	0,06%
11 Casimiro de Barros	226.217,77	54-2-0011897-3, IMASA MADEIREIRA SANTA CATARINA LTDA, RODOVIA	384	0,06%
7 Eldorado	225.176,68	54-2-0005747-7, COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS ITATIAIA LTDA, RUA:	385	0,06%
8 Inquirir	224.990,75	54-2-0012833-1, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS ITAQUIRAÍ LTDA, AV,	386	0,06%
6 Mundo Novo	224.990,74	54-2-0012773-4, MADEIREIRA TRIÂNGULO LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, S/N, ,	387	0,06%
7 Eldorado	223.412,64	54-2-0004016-7, SERRARIA LOMA LINDA LTDA, AVENIDA PARANÁ, SN, DIST.	388	0,06%
13 Naviraí	223.412,64	54-1-0019196-1, SILAS GOMES, RUA YOKOSSUKA, SN, , 79.950-000, NAVIRAÍ, MS	389	0,06%
13 Naviraí	223.412,64	54-2-0004942-3, MADEIREIRA GOES LTDA, RUA VIDAL DE NEGREIROS, SN, , ,	390	0,06%
11 Casimiro de Barros	221.778,74	54-2-0010107-7, RUBINI & CIA LTDA, RUA WEIMAR TORRES, SN, , VILA JARY, ,	391	0,06%
11 Casimiro de Barros	221.778,74	54-2-0010118-2, DONEGA & CIA LTDA, RUA: SANTOS DUMONT, 509, , NÃO	392	0,06%
2 Tacara	220.877,58	54-2-0008538-1, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS TIMBURI LTDA, NÃO INFORMADO, ,	393	0,06%
8 Inquirir	219.426,76	54-1-0025415-7, JONAS FERREIRA, AVENIDA MATO GROSSO, SN, , 79.965-000,	394	0,06%
5 Inquirir	217.124,69	54-2-0030701-5, MADEIREIRA CONFORTO LTDA, RUA CUIABÁ, 509, , VILA	395	0,06%
7 Eldorado	217.043,50	54-2-0005060-0, MADEIREIRA DELPINO LTDA, RUA SÃO PAULO, SN, , MUN. DE	396	0,06%
3 Coronel Siqueira	216.900,31	54-2-0004299-2, MADEL MADEIREIRA ESTADAO LTDA, AVENIDA	397	0,06%
4 Paranhos	216.900,31	54-1-0004135-8, RUBENS GONÇALVES DE SOUZA, AV INTERNACIONAL, , ,	398	0,06%
4 Paranhos	216.610,43	54-2-0001805-6, JOCAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, AV DAS INDÚSTRIAS, SN,	399	0,06%
6 Mundo Novo	216.610,43	54-2-0001766-1, NOGUEIRA & CIA LTDA, RUA SANTA TEREZINHA, SN, , NÃO	400	0,06%

7 Eldorado	216.610,43	54-2-0001801-3, IRMÃOS PASSADOR LTDA ME, RUA DOURADOS, 1233, , CENTRO,	401	0,06%
3 Coronel Sa	214.796,10	54-2-0009460-7, MADEIREIRA ARAUCÁRIA LTDA, RUA CORONEL GUIOMAR, SN, ,	402	0,06%
3 Coronel Sa	214.796,10	54-2-0009468-2, MADEIREIRA IPANÊ LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL, SN, ,	403	0,06%
7 Eldorado	213.424,58	54-2-0003486-8, INDÚSTRIA DE MADEIRAS ELDORADO LTDA, NÃO INFORMADO,	404	0,06%
1 Amambai	211.437,38	54-1-0001211-1, LUIZ CARLOS DE ANDRADE, FAZENDA OURO BRANCO, , , NÃO	405	0,06%
8 Itaquira	211.171,32	54-2-0001443-3, HUBERT & NOGUEIRA LTDA, AV JOSÉ BONIFÁCIO, SN, , 79.960-	406	0,05%
1 Amambai	209.982,57	54-2-0012131-1, ROPETE- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA 7	407	0,05%
3 Coronel Sa	209.886,72	54-2-0022901-4, RENATO MENDES & MENDES LTDA, RUA FORTUNATO DE	408	0,05%
8 Itaquira	209.011,62	54-2-0028546-1, CARMINATI & CIA LTDA ME, RUA MUNDO NOVO, S/N, , NÃO	409	0,05%
6 Mundo Nov	207.498,89	54-2-0012197-3, SIMAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MADEIRA LTDA, AVENIDA	410	0,05%
7 Eldorado	207.490,50	54-1-0020488-5, JBHERGAMI, AVENIDA BRASIL, SN, , , 79.960-000, (Distr Eldorado)	411	0,05%
9 Sete Queda	207.430,71	54-2-0001362-8, INDÚSTRIA MADEIREIRA IPANEMA LTDA, ESTRADA	412	0,05%
8 Itaquira	206.752,86	54-2-0013336-0, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SEREBER LTDA,	413	0,05%
6 Mundo Nov	206.732,86	54-2-0028874-6, BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS O.L.L LTDA ME, TRAVESSA	414	0,05%
6 Mundo Nov	205.830,46	54-1-0034545-4, NIVALDO JESUS PIRES, AV SÃO PAULO, SN, , CENTRO, 79.980-000,	415	0,05%
8 Itaquira	202.863,36	54-1-0014053-4, BENEDITO DE ALMEIDA PEDROSO, NÃO INFORMADO, SN, , NÃO	416	0,05%
6 Mundo Nov	201.714,65	54-2-0038744-2, BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS BRATTI LTDA, AVENIDA	417	0,05%
3 Coronel Sa	201.491,23	54-2-0019363-0, ITAPEMA MADEIRAS LTDA, RUA DEPUTADO JOÃO DE PAULA	418	0,05%
2 Tacuru	200.988,70	54-2-0034844-8, HAVAL IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, S/N, , NÃO	419	0,05%
8 Itaquira	200.886,53	54-1-0031735-3, OSVALDO M DA SILVA, RODOVIA IGUA TEMI ELDORADO KM 3,	420	0,05%
6 Mundo Nov	199.038,40	54-2-0021640-1, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS MADETEIHA LTDA, RUA	421	0,05%
5 Itaquira	197.988,84	54-2-0012522-7, MADEIREIRA GUAIRÁ-PORÃ LTDA, AV. PRESIDENTE VARGAS,	422	0,05%
13 Caacopi	197.472,22	54-1-0033446-1, AMIN JUNDE, RUA OSORIO PEDROSO, SN, , CENTRO, 79.940-000,	423	0,05%
4 Paranhos	197.388,45	54-2-0001947-8, MADEIREIRA SANTIAGO LTDA, AV INTERNACIONAL, SN, , NÃO	424	0,05%
13 Caacopi	197.242,60	54-2-0005578-4, SERRARIA TUPY LTDA, RUA TRANSVERSAL, SN, , , CAARAPO,	425	0,05%
1 Amambai	195.184,74	54-1-0011287-5, WATARU YIDA, FAZENDA ALEGRETE, , , NÃO INFORMADO,	426	0,05%
13 Caacopi	193.279,00	54-2-0006378-7, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS-IRAPURU LTDA, ESTRADA MT, 644,	427	0,05%
3 Coronel Sa	192.170,71	54-1-0023991-3, JOSE SEVERINO FILHO, ESTRADA INTERNACIONAL, , , ZONA	428	0,05%
13 Itaquira	191.453,68	54-2-0011337-7, SERRARIA SÃO JERÔNIMO LTDA, ESTRADA DO PORTO CAJUIÁ,	429	0,05%
8 Itaquira	190.960,99	54-2-0009785-1, TOZI RIBEIRO & MARQUES LTDA, RUA CUIABÁ, SN, , NÃO	430	0,05%
8 Itaquira	190.488,27	54-1-0018749-2, DOMINGOS GUADAIM, RUA PRINCIPAL, , , 79.965-000,	431	0,05%
13 Caacopi	188.156,91	54-2-0005547-4, IND. E COM. MADEIRAS E MAT. PARA CONSTR. CASTELO LTDA, RUA JOÃO	432	0,05%
2 Tacuru	187.132,84	54-2-0018231-0, MADEIREIRA BEIRA RIO LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, SN, , NÃO INFORMADO	433	0,05%
14 Areal Ma	180.528,63	54-1-0039721-7, REGINALDO GOMES VELOSO, RUA PARANA, SN, , , 79.930-000, ARAI	434	0,05%
4 Paranhos	180.383,32	54-2-0010080-1, PAMAR MADEIRAS LTDA, AVENIDA ALBERTO RATIER, SN, , NÃO	435	0,05%
4 Paranhos	180.238,69	54-2-0000381-1, MADEIREIRA BEIRA LAGO LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, , NÃO	436	0,05%
6 Mundo Nov	179.670,18	54-2-0002474-9, FERMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA,	437	0,05%
3 Coronel Sa	178.996,75	54-1-0028258-4, ZACARIAS ROBERTO DA SILVA, RUA BATISTA TERRA, SN, ,	438	0,05%
3 Coronel Sa	178.996,75	54-2-0009510-7, VERA PRATA MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA, RUA: RACHID	439	0,05%
9 Sete Queda	178.996,75	54-2-0009564-6, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SANTO ANDRÉ LTDA,	440	0,05%
5 Itaquira	178.438,83	54-1-0015503-5, A LUVISON, FAZENDA KENIA, , , ZONA RURAL, 79.960-000,	441	0,05%
13 Caacopi	178.438,83	54-2-0005194-1, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LANGE LTDA, RUA DOURADOS, SN, ,	442	0,05%
8 Itaquira	176.465,48	54-2-0003064-2, MADEIREIRA INDEPENDÊNCIA LTDA, RODOVIA NAVIRAI-	443	0,05%
15 Tacuru C	175.612,11	54-2-0003787-5, J. GOMES LTDA, NÃO INFORMADO, SN, , , LAGUNA	444	0,05%
13 Caacopi	175.464,72	54-2-0006360-4, EVALDO NEUVIRTH & CIA LTDA, ESTRADA NAVIRAI AO RIO	445	0,05%
13 Caacopi	175.463,04	54-2-0008217-0, SERRARIA URBERIÂNDA LTDA, RUA MAJOR VAZ, 1414, , VILA	446	0,05%
5 Itaquira	174.949,79	54-2-0010891-8, CASTRO JUNQUEIRA LTDA, FAZENDA GUAI-CUE, , , NÃO	447	0,05%
5 Itaquira	173.778,16	54-2-0011641-4, INDUSTRIAL MADEIREIRA I. A. C. LTDA, AVENIDA MATO	448	0,05%
13 Caacopi	173.423,03	54-1-0035109-8, ARGEMIRO MONFREDINI, ESTRADA DA BALCINHA-KM 02, ,	449	0,05%
13 Caacopi	173.214,60	54-1-0026758-5, ANTONIO LANZIANI FILHO, RUA DUQUE DE CAXOAS, , , VILA	450	0,05%
2 Tacuru	172.166,81	54-1-0004037-8, IVONE TEREZINHA RIBEIRO, PARQUE INDUSTRIAL, SN, , NÃO INFORMADO,	451	0,04%
6 Mundo Nov	169.304,60	54-2-0009602-2, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS ZEAL LTDA, AV.	452	0,04%
9 Sete Queda	169.304,60	54-2-0009585-9, JM MADEIRAS LTDA, RUA MARECHAL CALTELO BRANCO, 545, ,	453	0,04%
13 Itaquira	169.304,60	54-1-0028470-6, HÉLIO DE OLIVEIRA PIRES, RUA SÃO PAULO, 369, , 79.950-000,	454	0,04%
6 Mundo Nov	169.149,91	54-2-0000798-4, INDÚSTRIA E BENEFICIAMENTO FERRARI LTDA, AVENIDA	455	0,04%
14 Areal Ma	169.149,91	54-1-0001217-0, LUIZ SANCHES NUNES MADEIREIRA SANCHES, RUA PRINCIPAL, SN, , VILA	456	0,04%
7 Eldorado	169.026,26	54-2-0013573-7, MADEIREIRA IRACEMA LTDA, RUA PRINCIPAL, S/N, , DISTRITO	457	0,04%
2 Tacuru	168.056,24	54-1-0024629-4, JOSE APARECIDO RODRIGUES, ESTRADA TACURU, KM 27, DISTRITO DE TAC	458	0,04%
13 Caacopi	166.334,05	54-2-0010172-7, MELO & ARAÚJO LTDA, RUA NAZÁREO DE LEON, SN, , CENTRO,	459	0,04%
1 Amambai	165.694,35	54-2-0003094-3, SANDRI & CIA LTDA, INDÚSTRIA DE MADEIRAS INSTANS	460	0,04%
8 Itaquira	165.168,94	54-2-0030400-8, SANDRI & CIA LTDA, RUA ANTONIO MELO GONÇALVES, 341, ,	461	0,04%
13 Itaquira	165.168,94	54-2-0030158-1, MADEIREIRA (JACAPORÉ) LTDA, RUA LADÁRIO, 83, , NÃO	462	0,04%
2 Tacuru	163.671,61	54-2-0004812-5, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS TACURU LTDA, NÃO INFORMADO,	463	0,04%
3 Coronel Sa	163.185,18	54-2-0031696-1, MADEIRA MADEIREIRA ARACATUBA LTDA, ZONA	464	0,04%
3 Coronel Sa	161.854,82	54-2-0011771-2, PRISMAD MADEIRAS LTDA, ZONA INDUSTRIAL, SN, , NÃO	465	0,04%
6 Mundo Nov	160.397,27	54-2-0020906-4, MADEIREIRA JACAREI LTDA, RUA 01, S/N, , DISTRITO DE	466	0,04%
13 Itaquira	159.906,67	54-1-0011822-9, NELSON DE FREITAS, FAZENDA SANTA CRUZ, , , 79.950-000,	467	0,04%

Madeira Beira Lago pertencia aos Giordani e aos Bonamigo.

9 Sete Queda	159.851,33	54-2-0027695-5, MADEIREIRA ITAMARATI LTDA, RUA IPORÃ, 248, CENTRO,	468	0,04%
3 Coronel Sar	158.880,64	54-2-0008645-1, FERROVIA MADEIRAS LTDA, CHÁCARA, 81-B, ZONA	469	0,04%
11 Camargo	156.171,24	54-2-0001362-3, SERRARIA SANTA CECÍLIA LTDA, RUA DOURADOS, 1915, ...	470	0,04%
2 Tacuru	155.491,56	54-2-0099890-6, MORESCHI MADEIRAS LTDA ME, RUA IZIDORA VILHALVA, 1108, PARQUE D	471	0,04%
4 Paranhos	154.372,85	54-2-0013178-2, MADEIREIRA PAIÇANDU LTDA, AVENIDA INDUSTRIAL, S/Nº,	472	0,04%
3 Itaipomi	154.014,90	54-2-0001583-9, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS TAMOYO LTDA, RUA	473	0,04%
3 Coronel Sar	153.460,76	54-2-0011972-3, MADEIREIRA I PEROBA LTDA, CHÁCARA 81-B, ZONA	474	0,04%
5 Itaipomi	152.697,81	54-2-0025982-7, SOUZA & SANTANA LTDA, RUA CUIABÁ, 509, NÃO	475	0,04%
9 Sete Queda	152.609,31	54-1-0021903-3, S PEDRO DA SILVA-MADEIRA, NÃO INFORMADO, ÁREA	476	0,04%
9 Sete Queda	152.609,31	54-1-0021904-1, J SEBASTIAO ALVES MADEIRA, NÃO INFORMADO, ÁREA	477	0,04%
3 Coronel Sar	150.552,40	54-2-0033443-4, MADEIREIRA BORDENHÃO LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL,	478	0,04%
2 Tacuru	150.319,44	54-2-0010070-4, ISRAEL PEDRO DOS SANTOS & FILHOS LTDA, RUA FRANCISCO SEREJO NETE	479	0,04%
11 Itaipomi	150.319,44	54-2-0010069-1, SERRARIA SANTA EMILIA LTDA, RUA MANAUS, SN, NÃO	480	0,04%
7 Eldorado	150.000,00	54-2-0007533-5, MADEIREIRA JODAME LTDA, AV. BRASIL, SN, DISTRITO DE	481	0,04%
9 Sete Queda	149.881,29	54-2-0022405-5, MOVEIS SIRLENE LTDA ME, RUA 28 DE AGOSTO, 329, CENTRO,	482	0,04%
6 Mundo Novo	145.243,46	54-2-0013322-0, MADEIREIRA PEDRAP LTDA, AVENIDA CASTELO BRANCO, 1000,	483	0,04%
9 Sete Queda	145.243,46	54-2-0013283-5, MADEPOZ- MADEIREIRA FOZ LTDA, ÁREA INDUSTRIAL, S/N, ...	484	0,04%
3 Coronel Sar	143.633,11	54-1-0017567-2, JOAQUIM FERNANDES, AV. INTERNACIONAL, SN, 79.995-000,	485	0,04%
6 Mundo Novo	143.269,75	54-2-0008091-6, MAX MADEIRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, QUADRA	486	0,04%
14 Anil Moin	139.022,53	54-2-0011638-2, MANAL-MADEIREIRA NAPOLEÃO LTDA, RODOVIA ARAI	487	0,04%
6 Mundo Novo	137.272,32	54-2-0011426-8, INDÚSTRIA MADEIREIRA RAMIRES LTDA, GLEBA 01 LOTE 4-C,	488	0,04%
14 Anil Moin	136.684,68	54-2-0007910-1, VILA RICA IND E COM MADEIRAS LTDA, NÃO INFORMADO, VILA	489	0,04%
17 Naviraí	135.557,40	54-2-0001990-7, SERRARIA A JACATUBA LTDA, AVENIDA PONTA PORÃ, SN, ...	490	0,04%
11 Camargo	134.425,51	54-1-0014045-3, JORGE ALVES DE FREITAS, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, SN, ...	491	0,04%
11 Camargo	130.441,64	54-2-0012003-9, SOARES & MONTEIRO LTDA, RUA WEIMAR TORRES, SN, VILA	492	0,03%
14 Anil Moin	130.060,50	54-2-0012039-0, BATEL, BIONDI & BONFIM LTDA, RUA TAMANDARÉ, SNº, CENTRO, 79.930-	493	0,03%
6 Mundo Novo	129.644,19	54-1-0029532-5, PEDRO ROSA DOS SANTOS, RODOVIA DO CASCALHO KM 1, ...	494	0,03%
6 Mundo Novo	128.870,48	54-2-0010203-1, BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS PROGRESSO LTDA, ESTRADA	495	0,03%
7 Eldorado	127.635,79	54-2-0011244-3, VARANDA-IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA, RUA DOURADOS,	496	0,03%
9 Sete Queda	126.802,43	54-2-0000663-5, INDEXPORT INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA, RUA PRINCIPAL,	497	0,03%
11 Itaipomi	126.806,43	54-2-0002145-6, NAVITACOS-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS LTDA,	498	0,03%
3 Coronel Sar	124.868,14	54-1-0024994-3, WALDEMAR NORDONE, RUA ANTONIO JOÃO, SN, DIST. CORONEL	499	0,03%
1 Ananhuai	123.928,07	54-1-0020283-1, IDELMINO FERREITTI, RUA D PEDRO II, SN, CENTRO, 79.990-000,	500	0,03%
3 Coronel Sar	123.245,63	54-2-0031305-8, SANYALICE MADEIRAS LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, S/N, ...	501	0,03%
8 Itaipomi	123.245,63	54-2-0031276-1, R.W. MADEIRAS LTDA-ME, RUA IGUATEMI, 791, NÃO	502	0,03%
1 Ananhuai	122.807,89	54-2-0023342-9, MADEIREIRA ESPERANÇA LTDA ME, RUA WALTER GOMES	503	0,03%
11 Camargo	122.768,60	54-2-0011874-3, MADEIREIRA VITÓRIA LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, 2.195, ...	504	0,03%
7 Eldorado	121.521,07	54-2-0006067-2, COMÉRCIO E INDÚSTRIA PARK TACO LTDA, ELDERADO, SN, ...	505	0,03%
2 Tacuru	120.321,07	54-2-0013752-7, INDUSTRIAL MADEIREIRA SANTA CRUZ DE TACURU LTDA, RUA B. SN, PAI	506	0,03%
3 Coronel Sar	120.069,51	54-1-0021811-8, JOSE TEMSTOCLES MULLER, NÃO INFORMADO, ZONA	507	0,03%
7 Eldorado	120.069,51	54-1-0023015-1, MANUEL DOMINGUFS MONTEIRO, AV BRASIL, SN, 79.960-000,	508	0,03%
13 Naviraí	119.391,46	54-2-0008053-3, INDÚSTRIA MADEIREIRA VIVIALEX LTDA, RUA MARACAJU, SNº,	509	0,03%
9 Sete Queda	118.228,64	54-2-0024881-7, INDUSTRIAL MADEIREIRA SANTA PAULA LTDA, RUA DOM	510	0,03%
4 Paranhos	117.392,34	54-2-0012642-8, MADESEK INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA, RUA AMADOR	511	0,03%
4 Paranhos	117.392,34	54-2-0035909-1, INCONAVE-INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, RUA,	512	0,03%
13 Naviraí	115.906,33	54-1-0015131-5, MIRARDO ERICO STECLER, AV DR WEIMAR GONÇALVES	513	0,03%
7 Eldorado	114.456,98	54-2-0009365-1, IRMÃOS VILAS BOAS LTDA, RUA CAPITÃO HEITOR, SN, NÃO	514	0,03%
8 Itaipomi	113.223,36	54-2-0022193-5, CONTINENTAL MADEIRAS LTDA, RUA ANTONIO MELO	515	0,03%
7 Eldorado	112.894,15	54-1-0018730-1, EDICE ROBERTO BENASSI, AVENIDA BRASIL, 79.960-000,	516	0,03%
9 Sete Queda	112.495,37	54-2-0012892-7, INCOSET INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA-ME, AV. DOM	517	0,03%
3 Coronel Sar	111.662,31	54-1-0017657-1, OLÍMPIO PEROTTI, RUA DR. RACHID SALDANHA DERZI, SN, ...	518	0,03%
1 Ananhuai	110.576,91	54-2-0005051-1, PADILHA & MENEZES LTDA, RUA GAL. CÂMARA, SN, ...	519	0,03%
2 Tacuru	110.438,79	54-1-0028982-1, LUCILIO DE HELD, FAZENDA REDENÇÃO, DISTRITO DE TACURU, 79.990-00	520	0,03%
3 Coronel Sar	110.438,78	54-1-0027077-2, ELIAS BRUNING, RUA ITRYO CORRÊA, SN, 79.995-000,	521	0,03%
11 Camargo	110.438,78	54-2-0008409-2, IND. E COM. DE BENEF. DE MADEIRAS INKA LTDA, RUA D PEDRO II, SN, ...	522	0,03%
1 Ananhuai	108.521,75	54-1-0019147-3, PEDRO ALBINO BORGES, RUA 7 DE SETEMBRO, SN, 79.990-000,	523	0,03%
11 Camargo	108.325,42	54-1-0016045-4, ARIDIO DOS SANTOS, NÃO INFORMADO, VILA PLANALTO,	524	0,03%
1 Ananhuai	108.300,65	54-2-0034034-9, BETO MADEIRAS LTDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, 350, VILA	525	0,03%
13 Naviraí	105.467,69	54-2-0013676-8, MADEIREIRA AEROPORTO LTDA ME, RODOVIA MS 141, KM 01,	526	0,03%
1 Ananhuai	105.407,63	54-2-0008507-1, SERRARIA TRES IRMÃOS LTDA, RUA: RUI BARBOSA, SN, VILA	527	0,03%
6 Mundo Novo	104.991,28	54-1-0036160-3, NEUZA CALJO DE SOUZA, RUA FILINTO MULLER, SN, CENTRO,	528	0,03%
9 Sete Queda	103.935,18	54-2-0033072-6, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS COPACABANA LTDA,	529	0,03%
6 Mundo Novo	103.376,43	54-2-0028837-1, MICOL MADEIREIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, AVENIA	530	0,03%
4 Paranhos	100.268,75	54-2-0037565-7, PICCOLOTTO & MARONEZI LTDA, ESTRADA PARANHOS A SETE	531	0,03%
3 Coronel Sar	99.630,62	54-1-0023676-1, GAVINO MARQUES DO PATEO, NÃO INFORMADO, 79.995-000,	532	0,03%
3 Itaipomi	99.346,81	54-2-0025428-1, MADEIREIRA IPORÃ LTDA, RUA RIO GRANDE DO SUL, 808, NÃO	533	0,03%
7 Eldorado	98.694,23	54-2-0002070-1, VIPANOR ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA, RUA MATO	534	0,03%

* A Inconave - Ind. Com. e Navegação Ltda. é uma das sucessoras da Inconave S.A. que operou no Porto Caburey, Naviraí. Agora em Paranhos, tem no contrato social uma menção a antiga Inconave S.A. com maior capital atualizado para a moeda corrente em fev. 2018.

11 Coronel Sá	98.621,30	54-1-0011564-5, LAERTE MODELLI, RUA TRANSVERSAL, SN, , 79.940-000,	535	0,03%
6 Mundo Novo	96.132,89	54-1-0000002-3, MARTINS LOYDI, RUA JOÃO PESSOA, SN, , MUNDO NOVO, 79.980-	536	0,03%
3 Coronel Sá	95.611,25	54-2-0038109-6, CATARNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA,	537	0,02%
6 Mundo Novo	94.529,45	54-2-0004536-3, SERRARIA MUNDO NOVO LTDA, RUA MATO GROSSO, SN, ,	538	0,02%
1 Amambai	94.352,80	54-2-0022177-3, RECOMAL REPRESENTAÇÕES COMERCIO MADEIRAS AMAMBAI	539	0,02%
3 Itaqueri	94.257,40	54-1-0031999-2, JOÃO DE SOUZA FILHO, AV. SÃO PAULO, , CENTRO, 7.9.960-000,	540	0,02%
3 Itaqueri	93.913,87	54-1-0034030-4, NOEL DE CASTRO REIS ME, AV SENADOR MULLER, SN, ,	541	0,02%
8 Inquiras	93.899,24	54-2-0039976-9, MIRÃO MADEIRAS LTDA, AVENIDA MATO GROSSO, 1620, , NÃO	542	0,02%
7 Eldorado	93.011,25	54-1-0000300-6, M LOYDI, RUA IGLIATEMI, SN, , NÃO INFORMADO, 79.970-000,	543	0,02%
2 Tacara	92.725,07	54-1-0014988-0, CELSO MICHELS, NÃO INFORMADO, SN, , NÃO INFORMADO, 79.975-000, TACI	544	0,02%
4 Paranhos	92.525,74	54-2-0030067-3, MONTEIRO & PEREIRA LTDA, AVENIDA INDUSTRIAL, S/N, , NÃO	545	0,02%
1 Amambai	92.405,90	54-2-0019952-2, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS ASSISENSE LTDA,	546	0,02%
7 Eldorado	90.621,87	54-1-0035112-8, J WILSON C YAMANISHI ME, RUA RUI BARBOSA, SN, , CENTRO,	547	0,02%
4 Paranhos	90.191,66	54-1-0028995-3, VICENTE ALVES BARBOSA, ESTRADA KM 20 LIGA PARANHOS,	548	0,02%
11 Coronel Sá	89.556,49	54-1-0024421-6, ELVIDIO DE OLIVEIRA, RUA ALMIRANTE BARRÓSO, SN, , Centro,	549	0,02%
14 Amã Miori	88.726,40	54-2-0019248-0, MADEIREIRA TREVÓ LTDA, RUA PRINCIPAL, S/N, , VILA MARQUES, 79.100-	550	0,02%
3 Coronel Sá	87.227,62	54-1-0024366-0, ERNESTO JOÃO SANTANDER, CHACARA 81 A, , NÃO	551	0,02%
7 Eldorado	86.961,86	54-2-0000521-3, MADEIREIRA LINDOIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, AVENIDA	552	0,02%
6 Mundo Novo	86.760,13	54-2-0004291-7, INCOBAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA, AVENIDA	553	0,02%
9 Sete Quedas	86.426,00	54-2-0025496-5, IMASEQ INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA, AVENIDA DOM PEDRO	554	0,02%
13 Itaipava	85.527,18	54-2-0022508-6, MADEIREIRA HEBROM LTDA, FAZENDA SÃO PAULO, , ESTRADA	555	0,02%
3 Coronel Sá	85.458,18	54-2-0013014-0, MADEIREIRA SERTANEJA LTDA, ZONA INDUSTRIAL, S/N, , NÃO	556	0,02%
4 Paranhos	85.315,57	54-2-0023961-3, ARIPUANA INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA-ME, PARQUE	557	0,02%
4 Paranhos	84.574,95	54-2-0000741-1, PEREIRA & FERREIRA LTDA, LINHA INTERNACIONAL, SN, , NÃO	558	0,02%
6 Mundo Novo	83.846,09	54-2-0002392-1, SERRARIA REGINA LTDA, AVENIDA BRASÍLIA, SN, , CENTRO,	559	0,02%
3 Coronel Sá	83.604,65	54-2-0028094-0, CIRIEMA MADEIRAS LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL, SN, ,	560	0,02%
4 Paranhos	83.514,23	54-2-0001818-8, CARAJA MADEIRAS LTDA, AV ALBERTO RATIER, SN, , NÃO	561	0,02%
9 Sete Quedas	83.273,16	54-2-0030136-0, INDUSTRIAL MADEIREIRA MIRANDOLA LTDA ME, AREA	562	0,02%
7 Eldorado	81.882,75	54-2-0008295-1, INCOMABEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	563	0,02%
11 Coronel Sá	81.570,23	54-2-0028261-6, DYVALE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE	564	0,02%
6 Mundo Novo	81.554,91	54-2-0020150-1, GUIMARÃES INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, ESTRADA DAUDT	565	0,02%
9 Sete Quedas	80.867,43	54-2-0024718-7, LIMITE - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA, RUA VILA NOVA,	566	0,02%
7 Eldorado	80.214,05	54-2-0001438-7, MARSYL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA,	567	0,02%
9 Sete Quedas	79.339,08	54-2-0032431-9, DEPOSITO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	568	0,02%
3 Coronel Sá	78.249,36	54-2-0039882-7, MADEIREIRA COSTA AZUL LTDA, RUA BENICIO VASCONCELOS,	569	0,02%
4 Paranhos	76.304,65	54-1-0019832-0, O S FILHO, AV. INTERNACIONAL, SN, PARANHOS, , 79.990-000,	570	0,02%
2 Tacara	75.995,84	54-1-0002086-5, GENESIO O BORGES, SAÍDA PARA MUNDO NOVO, SN, MUN. AMAMBÁ, N INI	571	0,02%
4 Paranhos	75.452,58	54-1-0050971-6, G L DE OLIVEIRA, AV INDUSTRIAL, SN, , 79.925-000, PARANHOS,	572	0,02%
9 Sete Quedas	75.405,92	54-2-0011554-0, AMAPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, AV	573	0,02%
6 Mundo Novo	74.973,07	54-2-0012920-6, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LAGES LTDA, KM 114	574	0,02%
9 Sete Quedas	74.639,40	54-2-0029559-9, INDUSTRIAL MADEIREIRA TRÊS IRMÃOS LTDA ME, RUA	575	0,02%
13 Itaipava	74.064,91	54-2-0020239-6, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CRUZEIRO LTDA,	576	0,02%
2 Tacara	73.884,74	54-2-0010479-3, MADEIREIRA VENCESLAU LTDA, FAZENDA SANTA RENATA, , NÃO INFORM	577	0,02%
7 Eldorado	73.884,74	54-1-0025970-6, AUSTINO TORTELLI, RUA RUI BARBOSA, 1900, , CENTRO, 79.970-	578	0,02%
9 Sete Quedas	73.808,84	54-2-0019579-9, INDUSTRIAL MADEIREIRA 1º DE MAIO LTDA, RUA VISCONDE DE	579	0,02%
7 Eldorado	73.142,25	54-1-0017975-9, JOSE DE LUCENA BELTRÃO POIARES FILHO, AV. BRASIL, SN, ,	580	0,02%
6 Mundo Novo	72.074,78	54-2-0035142-1, MINUANO COM. IND. IMP. EXP. DE MADEIRAS LTDA, RODOVIA	581	0,02%
3 Coronel Sá	72.649,78	54-2-0007443-6, MADEIREIRA IMPERADOR LTDA, RUA GENEROSO PONCE, SN, ,	582	0,02%
9 Sete Quedas	72.649,10	54-2-0041986-7, INDÚSTRIA DE MÓVEIS M M LTDA, RUA SETE DE SETEMBRO,	583	0,02%
6 Mundo Novo	72.255,83	54-1-0032947-5, FELIX FERNANDES, ESTRADA INTERNACIONAL-KM 57, , ZONA	584	0,02%
14 Amã Miori	72.203,48	54-1-0022358-8, JORGE BERLITZ, FAZENDA FORQUILHA, , RIO VERDE DO SUL, 79.930-000,	585	0,02%
6 Mundo Novo	70.924,85	54-2-0026006-1, S. R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, RUA JOSÉ	586	0,02%
3 Itaqueri	69.994,19	54-2-0024104-9, INDUSTRIAL MADEIREIRA SOUZA LIMA LTDA, RUA CUIABÁ,	587	0,02%
4 Paranhos	69.511,26	54-2-0011653-8, MADEIREIRA REI LTDA, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, SN, ,	588	0,02%
6 Mundo Novo	69.166,30	54-2-0012190-6, REAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA E CEREAIS LTDA, ESTRADA	589	0,02%
11 Coronel Sá	68.342,34	54-2-0007880-6, CEREALISTA PLANALTO LTDA, RUA D. PEDRO II, 820, ,	590	0,02%
7 Coronel Sá	67.778,70	54-1-0009486-9, MIGUEL PEREIRA MALAFIA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, SN,	591	0,02%
3 Coronel Sá	67.659,96	54-1-0001273-1, JOSE CARLOS LIMA, RUA ANTONIO JOÃO, SN, , NÃO	592	0,02%
6 Mundo Novo	65.796,15	54-1-0003102-6, SANTOS HARLÓ YANO, ESTRADA DO CASALHO, SN, , NÃO	593	0,02%
3 Coronel Sá	65.633,95	54-2-0018688-9, MADCOST MADEIREIRA CONSTELAÇÃO LTDA, RUA GENEROSO	594	0,02%
9 Sete Quedas	65.000,94	54-2-0025010-2, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS JULIANO LTDA, AV	595	0,02%
2 Tacara	65.000,94	54-2-0025069-2, MARGEL MADEIRAS LTDA, RUA M, S/N, , NÃO INFORMADO, 79.975-000, TACI	596	0,02%
9 Sete Quedas	64.980,39	54-2-0033888-3, MADEIREIRA ROSIANE LTDA, ROD SETE QUEDAS/ PARANHOS,	597	0,02%
11 Coronel Sá	64.534,93	54-1-0014988-4, ORLANDO NITANE, RUA DOM PEDRO II, SN, , NÃO INFORMADO,	598	0,02%
9 Sete Quedas	63.324,24	54-2-0024592-3, INDECOM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RODOVIA-SETE	599	0,02%
9 Sete Quedas	62.325,98	54-2-0034594-4, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LIMA LTDA, RUA	600	0,02%
6 Mundo Novo	61.788,30	54-2-0036030-7, BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS BOM SONO LTDA ME, RUA	601	0,02%

14 Aracá Mine	61.749,14	54-2-0013130-8, ARAJIA MADEIRAS LTDA, RUA PRINCIPAL, S/N, VILA MARQUES, 79.930-000,	602	0,02%
14 Aracá Mine	61.122,34	54-2-21649-4, STAUT INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA ARGEMIRO	603	0,02%
6 Mundo Nov	60.867,87	54-1-0026190-1, OSVALDINO DA SILVEIRA, RUA PRINCIPAL, SN, COMARCA DE	604	0,02%
14 Aracá Mine	60.867,87	54-1-0026309-1, ADÃO BENEIS, RUA PRINCIPAL, VILA MARQUES, 79.930-000, ARAL	605	0,02%
3 Coronel Sa	60.354,82	54-1-0050970-8, ANTONIO GOBO, ZONA INDUSTRIAL, 79.995-000, CORONEL	606	0,02%
9 Sete Quada	60.246,77	54-2-0034396-8, MERCEARIA INTERNACIONAL TRÊS CORAÇÕES LTDA ME,	607	0,02%
11 Cuiabá	60.127,77	54-2-0010047-0, SERRARIA J. RIBEIRO LTDA, RUA D. PEDRO II, SN, COMARCA DE	608	0,02%
3 Coronel Sa	59.451,32	54-2-0034998-2, COMÉRCIO DE MADEIRAS GILDO IMPORTADORA E	609	0,02%
5 Itaquira	57.146,48	54-2-0006108-8, TINOCO & ARAÚJO LTDA, NÃO INFORMADO, AMAMBÁ, MS	610	0,01%
1 Cuiabá	57.088,76	54-1-0022095-3, JOSÉ P AMORIM-MADEIRA, RUA XV DE NOVEMBRO, SN, 79.940-	611	0,01%
13 Nazaré	55.995,35	54-1-0036099-2, JOÃO MATARESIO, RUA MANAUS, SN, CENTRO, 79.950-000,	612	0,01%
11 Cuiabá	55.564,06	54-1-0024092-0, EXPEDITO PEREIRA DE CARVALHO, RUA MAJOR VAZ, SN, 79.940-	613	0,01%
7 Eldorado	55.559,19	54-2-0010549-8, SERRARIA JACYPORÃ LTDA, NÃO INFORMADO, 79.940-	614	0,01%
11 Cuiabá	55.333,04	54-2-0012262-7, COIMA- COMERCIAL E INDUSTRIAL MADEIRA LTDA, AV. BARÃO	615	0,01%
3 Itaquira	54.694,96	54-1-0040186-9, MILTON DA SILVA ARAÚJO, AV PRES YARGAS, 1640, CENTRO,	616	0,01%
6 Mundo Nov	53.811,26	54-2-0033508-1, MADER'SERRA COMÉRCIO INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E	617	0,01%
7 Eldorado	53.736,66	54-1-0072936-8, OSVALDO RAMANHOLI, FAZENDA GUARUJÁ, ZONA RURAL,	618	0,01%
9 Sete Quada	53.423,91	54-2-0026849-4, MADEQUEEDAS- MADEIRAS LTDA, ESTRADA INTERNACIONAL	619	0,01%
1 Amambá	52.948,95	54-2-0027918-6, PANDUÁ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, AVENIDA	620	0,01%
6 Mundo Nov	52.133,45	54-2-0011620-1, GAUCHA COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA, AV,	621	0,01%
3 Coronel Sa	51.855,60	54-2-0025715-8, MADEIREIRA CANANÉIA LTDA, ZONA INDUSTRIAL, S/N, ZONA	622	0,01%
6 Mundo Nov	51.688,21	54-2-0024614-4, BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS 7 DE SETEMBRO LTDA-ME, AVENIDA BRASÍLIA	623	0,01%
11 Cuiabá	51.688,21	54-1-0056825-9, ORLANDO LANZIANI ME, RUA DUQUE DE CAXIAS, SN, CENTRO,	624	0,01%
3 Coronel Sa	51.638,81	54-2-0036576-7, CIMAPLAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA, ZONA	625	0,01%
9 Sete Quada	51.280,77	54-2-0035159-6, MADERINDUS COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA 04 DE	626	0,01%
8 Itaquira	51.280,76	54-2-0034944-3, BACCAS & VACCA LTDA, RUA NAVIRAL, S/N, QUADRA 144,	627	0,01%
6 Mundo Nov	50.981,39	54-2-0026372-7, DEZEMBRO & DEZEMBRO LTDA, AVENIDA CAMPO GRANDE,	628	0,01%
9 Sete Quada	50.134,38	54-2-0037481-2, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS PAGA LTRA ME, AREA	629	0,01%
9 Sete Quada	49.759,60	54-2-0024092-1, COMERCIO DE MADEIRAS SANTOREM LTDA, AVENIDA	630	0,01%
9 Sete Quada	49.759,60	54-2-0026459-7, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SCHULZ LTDA, RUA PRESIDENTE	631	0,01%
4 Paranós	49.544,21	54-2-0036884-7, MABICIL MADEIREIRA ABIGAIL LTDA ME, AVENIDA	632	0,01%
7 Eldorado	48.973,14	54-1-0016002-1 ELIO DALLE LASTE, RUA PARANÁ, SN, DISTRITO DE	633	0,01%
4 Paranós	48.716,49	54-2-0039412-1, GUEDES & SANDRI LTDA, ESTRADA PARANHOS A SETE	634	0,01%
3 Coronel Sa	47.255,11	54-2-0018943-8, MADEIREIRA CASALINI LTDA, RUA QUINTINO VIANA, S/N,	635	0,01%
6 Mundo Nov	47.176,40	54-1-0033865-1, GENESIO FERREIRA DOS SANTOS ME, RUA VEREADOR BORGES	636	0,01%
8 Sete Quada	46.262,87	54-2-0030009-6, IMIL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E IMPORTAÇÃO LTDA,	637	0,01%
4 Paranós	46.152,69	54-2-0034993-1, INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS AMBURANA LTDA, RUA	638	0,01%
4 Paranós	43.837,17	54-2-0040491-6, MÓVEIS E ESQUADRIAS IRACEMA LTDA ME, AVENIDA	639	0,01%
7 Eldorado	43.353,50	54-2-0012090-0, INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SILVA LTDA, RUA	640	0,01%
2 Tacuru	42.739,13	54-2-0024463-3, INCOMAFRA-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FRANCISCO LTDA, PA	641	0,01%
3 Coronel Sa	42.729,09	54-2-0013047-6, INDUSTRIAL MADEIREIRA MANGAI LTDA, RUA FORTUNATO DE	642	0,01%
6 Mundo Nov	42.123,35	54-2-0018321-9, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CRISTINA LTDA, RODOVIA DO	643	0,01%
1 Amambá	41.977,34	54-2-0020928-5, MADEIREIRA ASA BRANCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA,	644	0,01%
6 Mundo Nov	41.499,78	54-1-0033170-4, J HONORATO, ESTRADA DALUIZ CONCEIÇÃO, SN, GLEBA 01-KM	645	0,01%
1 Amambá	40.163,43	54-1-0001736-8, ENEU SANTOS DE OLIVEIRA, RUA DA REPUBLICA, 1968, 79.990-	646	0,01%
6 Mundo Nov	39.993,18	54-2-0032427-1, MASAFRAN-MADEIREIRA LTDA, RUA MATO GROSSO, 1.339,	647	0,01%
6 Mundo Nov	39.494,44	54-1-0033536-0, JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS, RUA VEREADOR BORGES, 281,	648	0,01%
2 Tacuru	38.657,34	54-2-0022670-4, SOARES & DORTI LTDA, AV. CLEYTON DE MORAIS, 695, NÃO INFORMADO,	649	0,01%
3 Coronel Sa	38.650,11	54-1-0050333-5, APARECIDO PEREIRA DA SILVA, AV. INTERNACIONAL, SN, CEL	650	0,01%
8 Itaquira	38.453,16	54-1-0000105-4, OVIDIO CARLOS MIRANDA BRITO, FAZENDA SANTO ANTONIO,	651	0,01%
11 Cuiabá	38.377,60	54-1-0011427-4, IVAN PRACZ, RUA 7 DE SETEMBRO, SN, NÃO INFORMADO,	652	0,01%
9 Sete Quada	37.010,29	54-2-0029902-1, INDUSTRIAL MADEIREIRA BRAGANTINA LTDA ME, AVENIDA D	653	0,01%
2 Tacuru	36.673,40	54-1-0031562-7, ALOIZO MICHELS, RUAMARACAJU, SN, CENTRO, 79.975-000, TACURU, MS	654	0,01%
11 Cuiabá	36.324,55	54-1-0092286-9, LUIZ ANDRÉ DE SOUZA ME, RUA DAS AMOREIRAS, 130, VILA	655	0,01%
9 Sete Quada	35.690,88	54-2-0032893-4, J. VALLES ZAMPERI & CIA LTDA-ME, AVENIDA D. PEDRO II,	656	0,01%
9 Sete Quada	35.690,88	54-2-0033287-7, MADEIREIRA GUILHERME LTDA ME, RUA GETÚLIO VARGAS,	657	0,01%
7 Eldorado	35.570,76	54-1-0010027-3, MANOEL PINHEIRO DA SILVEIRA, NÃO INFORMADO, 79.970-	658	0,01%
1 Amambá	34.997,09	54-1-0036177-8, JOÃO ADAO ALVES GARCIA, CHAGARA N° 02, ZONA RURAL,	659	0,01%
3 Coronel Sa	34.891,05	54-1-0024520-4, WALTER NUNES FERREIRA, RACHID SALDANHA DERZI, SN, 79.940-	660	0,01%
8 Itaquira	34.755,63	54-2-0011677-5, ZAMUNER & MANFRIN LTDA, RUA CUIABÁ, S/N, NÃO	661	0,01%
3 Coronel Sa	34.570,40	54-2-0026496-1, CIMEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA, ZONA	662	0,01%
11 Cuiabá	34.570,40	54-2-0025547-3, MADEIREIRA BEJA FLOR LTDA ME, AVENIDA QUINZE DE	663	0,01%
4 Paranós	34.279,87	54-2-0032158-1, MADEIREIRA ALBINA LTDA ME, RUA 23 DE OUTUBRO, S/N, L. 60,	664	0,01%
14 Aracá Mine	33.663,84	54-2-0021785-7, YAMAKAWA MADEIRAS LTDA, CHACARA 91-A, ZONA SUBURBANA,	665	0,01%
6 Mundo Nov	33.171,49	54-2-0036536-8, FRANK & PALAURO LTDA ME, RUA MAL CÂNDIDO RONDON, 56-	666	0,01%
8 Itaquira	32.139,19	54-1-0063928-8, EUCLIDES DOS SANTOS ME, RUA UMIARA, 230, CENTRO, 79.965-	667	0,01%
9 Sete Quada	32.139,19	54-2-0027185-1, INDUSTRIAL MADEIREIRA URUSSANGA LTDA, AREA	668	0,01%

6 Mundo Novo	32.054,34	54-2-0026538-0, CABOFORTE JÚNIOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS	669	0,01%
7 Eldorado	31.299,74	54-2-0039922-0, COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS CAMBARA LTDA, RODOVIA	670	0,01%
1 Amambai	30.978,33	54-2-0024138-5, MADEIREIRA IMPERIAL LTDA NE CHACARA 186, ZONA	671	0,01%
7 Eldorado	30.539,56	54-1-0069580-3, ANESIO MATHEUS, RUA SANTA LEONOR, SN, CENTRO, 79-970-	672	0,01%
2 Tacuru	30.088,10	54-1-0019910-1, JOSE FUENTES ROMERO, ROD TACURU INTERNACIONAL, SN, KM 10, ZONA	673	0,01%
6 Mundo Novo	30.088,10	54-1-0039671-4, LUIS CARLOS MARIANO, AVENIDA CAMPO GRANDE, 33, ,	674	0,01%
11 Baurani	30.083,89	54-2-0010049-6, PICHADEIRA DE TACOS PROGRESSO LTDA, ESTRADA	675	0,01%
4 Paranhos	29.862,58	54-2-0035478-1, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS J ALMEIDA LTDA, AVENIDA	676	0,01%
9 Itaquati	29.851,51	54-2-0031774-6, IRMÃOS ALVIM LTDA, RODOVIA IGUATEMI A ELDORADO, , KM	677	0,01%
8 Itaquati	29.359,13	54-2-0024512-5, ITAROSA INDÚSTRIA DE MADEIRAS ROSA LTDA, RUA	678	0,01%
3 Coronel Siqueira	29.059,64	54-1-0085732-3, MARTA ANGÉLICA BOVEDA KRAJEVSKI ME, AV. ABÍLIO	679	0,01%
2 Tacuru	28.881,39	54-1-0002609-0, L. L. DA SILVA, RUA FRANCISCO SEREJO NETO, SN, , NÃO INFORMADO, 79-97	680	0,01%
9 Sete Quedas	28.566,56	54-2-0032352-3, INDUSTRIAL MADEIREIRA VERA CRUZ LTDA, AREA	681	0,01%
6 Mundo Novo	28.279,57	54-2-0023200-7, COMÉRCIO INDÚSTRIA DE ESQUADRILHA MUNDO NOVO LTDA, AV. CASTRO	682	0,01%
9 Sete Quedas	28.279,57	54-1-0057171-3, J BUSS, AV D PEDRO II, SN, , CENTRO, 79-935-000, SETE QUEDAS,	683	0,01%
3 Itaquati	26.446,36	54-2-0032485-8, SOLZA & FURLAN LTDA, RUA SENADOR MÜLLER, 389, , CENTRO,	684	0,01%
5 Itaquati	25.123,10	54-2-0039195-4, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SOARES LTDA, RUA	685	0,01%
1 Amambai	23.478,47	54-1-0034018-5, TAVICO BARROS BORGES, RUA 7 DE SETEMBRO, 2664, , CENTRO,	686	0,01%
2 Tacuru	23.474,81	54-1-0000731-1, GUMERCINDO DE OLIVEIRA, PARQUE INDUSTRIAL, , NÃO INFORMADO, 79-	687	0,01%
9 Sete Quedas	22.904,67	54-1-0069670-2, MOACIR BIASAO, RUA 7 DE SETEMBRO, SN, , CENTRO, 79-935-	688	0,01%
1 Amambai	21.800,72	54-2-000996-1, MADEIREIRA SERRANA LTDA, RUA FLORIANO PEIXOTO, SN, ,	689	0,01%
3 Coronel Siqueira	21.377,69	54-2-0021890-1, ITAJAI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, ZONA	690	0,01%
9 Sete Quedas	21.369,56	54-2-003486-3, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIFATOS DE MADEIRAS NOVA AMÉRICA LTDA, RUA IPORÁ,	691	0,01%
3 Coronel Siqueira	20.863,71	54-2-0035372-6, MARTINS & SEVERINO LTDA ME, AVENIDA INTERNACIONAL,	692	0,01%
2 Tacuru	20.675,28	54-2-0028654-8, ARTEMA ARTIFATOS DE MADEIRAS LTDA, TANCREDO PAIM RODRIGUES S	693	0,01%
11 Eldorado	20.328,67	54-1-0016975-3, GUILHERME SILVEIRA GOMES, BAIRRO DE CAFÉ, , DISTRITO DE	694	0,01%
1 Amambai	19.217,07	54-1-0023906-9, J M DELIBERADOR, FAZENDA PARAGUASSU, SN, , 79-990-000,	695	0,01%
1 Amambai	19.041,68	54-2-0003987-8, MADEIREIRA DOS GAUCHOS LTDA, RUA PEDRO MANVAILER,	696	0,00%
4 Paranhos	18.529,61	54-2-0041405-9, MADEIREIRA ORBEN LTDA ME, ÁREA INDUSTRIAL, S/Nº, NAO	697	0,00%
3 Coronel Siqueira	17.937,09	54-2-0033253-2, CUPI - 1 MADEIRAS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, RUA	698	0,00%
1 Amambai	17.025,80	54-2-0039729-4, CABOS E ARTIFATOS DE MADEIRAS AMAMBAI LTDA ME,	699	0,00%
9 Sete Quedas	15.649,87	54-2-0039972-6, MADEIREIRA LASVEGAS LTDA ME, RUA AFONSO PENA, 419, ,	700	0,00%
12 Jun	15.458,87	54-2-0018927-6, MADEIREIRA LINCON LTDA, RODOVIA BR 163, , KM 69, DISTRITO	701	0,00%
4 Paranhos	15.350,99	54-2-0023348-8, OURO BRANCO - INDÚSTRIA MADEIREIRA LTDA, PARQUE	702	0,00%
9 Sete Quedas	14.964,23	54-2-0023906-9, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ANTONIO MARIANO, NAO INFORMADO, ,	703	0,00%
6 Mundo Novo	14.635,56	54-2-23803-0, SERISA - BENEFÍCIO DE MADEIRA LTDA, RODOVIA MS	704	0,00%
11 Eldorado	11.357,34	54-2-0023583-9, LUTRAL MADEIRAS LTDA, RUA JOÃO PESSOA, S/Nº, , CENTRO,	705	0,00%
7 Eldorado	11.281,77	54-2-0035093-0, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRA BURILI LTDA, RUA MATO	706	0,00%
6 Mundo Novo	10.508,18	54-2-0038448-6, FIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME, RUA	707	0,00%
9 Sete Quedas	10.161,38	54-2-0035949-0, COMÉRCIO DE MADEIRAS TERRA RICA LTDA, AVENIDA	708	0,00%
6 Mundo Novo	9.963,06	54-9-0001616-1, IMPORTADORA E EXPORTADORA MUNDO NOVO LTDA, RUA	709	0,00%
6 Mundo Novo	9.934,68	54-1-0068738-0, IZIDORO BOVEDA ME, RUA VEREADOR BORGES DE CAMPOS,	710	0,00%
11 Eldorado	8.823,27	54-1-0015823-9, GERMANO PAULO DOS SANTOS, SAÍDA PARA BR. 163, , NAO	711	0,00%
9 Sete Quedas	8.374,37	54-2-0039351-5, COMÉRCIO DE MADEIRAS LIMA LTDA ME, RUA ÉRICO	712	0,00%
10 Amambai	7.028,60	54-2-0040136-4, MADEIREIRA GRINCO LTDA, RODOVIA BR 481, KM 54, , DISTR. ARAU.	713	0,00%
3 Coronel Siqueira	4.187,18	54-2-0039306-0, MADEIREIRA TAMARANA LTDA, AVENIDA	714	0,00%
11 Eldorado	2.935,91	54-1-0064272-6, GILBERTO NÓBRE VILELA, AV PRESIDENTE VARGAS, SN, , VILA	715	0,00%
3 Coronel Siqueira	1.948,66	54-1-0089173-4, SEBASTIAO EDVALDO DE ALMEIDA, AV. INTERNACIONAL, SN, ,	716	0,00%
2 Tacuru	0,00	54-2-0004248-2, COMPANHIA MADEIRAS LTDA, AVENIDA PRINCIPAL, S/Nº, , NÃO INFORM	717	0,00%
2 Tacuru	0,00	54-9-0002109-2, ARCA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MADEIRAS	718	0,00%
1 Amambai		54-2-0021223-5, SANTA RITA MADEIRAS LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, S/N, , NÃO	719	0,00%
1 Amambai		54-9-0008927-4, GAÚCHA COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA,	720	0,00%
3 Coronel Sapucaia		54-1-0028951-1, JOSE ALBERTO MOREIRA MARIANO, AV INTERNACIONAL, SN, ,	721	0,00%
3 Coronel Sapucaia		54-1-0029364-1, ZOROASTO MEIRELES, ZONA INDUSTRIAL, SN, , 79-995-000,	722	0,00%
3 Coronel Sapucaia		54-9-0001353-7, COMERCIAL IMP. EXP. IJ LTDA, AV. INTERNACIONAL, S/N,	723	0,00%
3 Coronel Sapucaia		54-9-0003882-3, MADEIREIRA MATO GROSSO LTDA, AVENIDA INTERNACIONAL,	724	0,00%
3 Coronel Sapucaia		54-9-0008928-2, GAUCHA COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA,	725	0,00%
4 Paranhos		54-9-0010090-1, CIMEL COMERCIAL DE MADEIRAS IMPORTACAO LTDA, AV MAL	726	0,00%
6 Mundo Novo		54-1-0079620-1, EDESSIO AMANCIO RODRIGUES ME, AV. CASTRO ALVES, 545, ,	727	0,00%
6 Mundo Novo		54-2-0003149-3, SIBRAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, RUA TERESINA, SN,	728	0,00%
6 Mundo Novo		54-2-0012163-9, MADEIREIRA PEREZ LTDA, RUA JOSE BONIFÁCIO, 122, , NÃO	729	0,00%
6 Mundo Novo		54-2-0018890-3, MADEIREIRA ATLÂNTICA LTDA, RUA UM, S/N, , JACARÉ, ,	730	0,00%
6 Mundo Novo		54-9-0005117-9, MERCANTIL TRÊS PODERES CEREAIS MADEIRAS LTDA, AV,	731	0,00%
6 Mundo Novo		54-9-0006567-7, MADERANA MADEIREIRA CANARANA LTDA, AVENIDA	732	0,00%
6 Mundo Novo			733	0,00%
7 Eldorado		54-1-0025688-5, ELIAS TIMOTEO DOS SANTOS, AVENIDA BRASIL, SN, , 79-970-	734	0,00%
7 Eldorado		54-9-0001598-0, GRIDIL GRUPO INDUSTRIAL DIAS LTDA, RUA SÃO PAULO, S/Nº, ,	735	0,00%

Essa relação última, enquadrada, refere-se a filial, sendo o capital investido constante no contrato social da matriz, daí não constam valores.

7 Ilhéus	54-9-0007850-7, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SCHULZ LTDA, RUA	736	0,00%
8 Itaquara	54-9-0001732-0, ACÁCIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LIMITADA, NÃO INFORMADO,	737	0,00%
8 Itaquara	54-9-0007849-3, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SCHULZ LTDA, AV	738	0,00%
8 Itaquara	54-9-0009338-7, ESTANCIA ESMERALDA LTDA, FAZENDA SANTO ANTONIO, ...	739	0,00%
9 São Quirino	54-2-0002133-2, LAMINADORA MADEOSTE LIMITADA, NÃO INFORMADO, ... NÃO	740	0,00%
9 São Quirino	54-9-0008920-6, GAÚCHA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA,	741	0,00%
9 São Quirino	54-9-0009229-1, CIMBEL COMERCIAL DE MADEIRAS IMPORTAÇÃO LTDA, AV	742	0,00%
11 Curitiba	54-9-0007963-5, TICAL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA,	743	0,00%
12 Join	54-9-0007963-5, TICAL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA, ROD BR 163, KM 82, ...	744	0,00%
13 Sorocaba	Juceras: Não foi encontrada	745	
13 Sorocaba	Abertura de filial	746	
	54-9-0001391-0, FCM TRAMATITE FCM TRADENSE DE MADEIRAS LTDA, RUA		
	R\$ 384.016.637,97		384016637,97

Essa relação última, enquadrada, refere-se a filial, sendo o capital investido constante no contrato social da matriz, daí não constam valores.

Empresas que são madeireiras e agropastoris ou agroindústrias

Madeiras e que exploram também atividades agropecuárias	
54-2-0012832-3, SÃO JOÃO AGROPASTORIL LTDA, FAZENDA SÃO JOÃO, ,	
54-2-0002043-3, AGRO INDUSTRIAL CURITIBANOS LTDA, PARQUE INDUSTRIAL, SN, ... 79.975-000, TACURU, MS	
54-2-0004652-1, AGRO INDUSTRIAL FLORESTA LTDA, FAZENDA	
54-2-0005208-4, AGRO INDUSTRIAL NOVO HORIZONTE LTDA, MS	
54-2-0005343-9, AGRO INDUSTRIAL SANTA CATARINA LTDA, FAZENDA	
54-2-0007948-9, AGRINCOL AGRO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA,	
54-2-0039901-7, AGROPECUÁRIA SÃO VICENTE DE ITAQUIRAÍ LTDA,	
Junta-se a isso o fato de que várias madeireiras localizavam-se em fazendas, cujo proprietário era também o próprio proprietário da serraria	
54-2-0006186-5, IMAVAL INDUSTRIAL MADEIRAEIRA VALE DO	
54-2-0007326-0, F B M FORNECEDORA BRASILEIRA DE MADEIRAS LTDA,	
54-2-0002601-6, COMASAL COMÉRCIO DE MADEIRAS SERRA ALTA	

**O quadro societário da extinta *Inconave S. A. Ind. Com e Navegação*
Aparece em nova empresa em Paranhos-MS**

Inconave S.A. - Ind, Com e Navegação: 16/12/1971 CR\$ 2.700.000,00 em moeda época Atualizando valor para fev 2018: R\$ 14.373.516,62

QUOTISTAS	Quotas	Valor -- Cr\$
Afonso Valentin Sguaridi	126.876	1.328.788,00
Eucilides André Rotilm	2.784	27.840,00
Antonio Sguariz	8.450	84.500,00
Deocleciano Expedito Zeni	3.888	38.880,00
Clóvis Sguariz	18.330	183.300,00
Elias Zeni	1.108	11.080,00
Deocleto Ricardo Zeni	4.188	41.880,00
Galês de Oliveira Coutinho	2.376	23.760,00
Jurandir Antonio Zeni	2.784	27.840,00
Assis Francisco Sguariz	4.050	40.500,00
Antonio Carlos de Rezende	2.881	28.810,00
Clementina Delorenzo Sguaridi	18.378	183.780,00
Lindolfo Manoel do Carmo	8.135	81.350,00
Miguel Aroldo Teresaki	2.24	22.400,00
Luiz Sguaridi	26.671	266.710,00
Angelo Moyses Sguariz	2.378	23.780,00
Paulo Celso Barbosa	8.245	82.450,00
Sadie Cartomera	2.784	27.840,00
TOTAIS	270.000	2.700.000,00

Escolha o índice

IGP-DI

Informe o valor original

2.700.000,00

Escolha a data para conversão

Setembro 1971 Fevereiro 2018

Calcular

Índice	Ano	Mês	Valor Original	Valor em 1º de Fevereiro 2018
IGPDI	1971	Setembro	Cr\$ 2.700.000,00	R\$ 14.373.516,62

Observação: Sadi Giordani observou seu espanto com a dimensão dessa indústria extrativa em Paranhos. O valor do capital social desse recorte, de set-1971, atualizado a valores de fev-2018 pelo índice IGP-DI contabilizava um investimento de capital no valor de R\$ 14.373.516,62, o maior da região *cone sul* de Mato Grosso/do Sul.